

S. P. N.

N V M M V S

VOL. III

NVMMVS



VOL. III

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 8

VOL. III - 1

ABRIL - 1955

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME III, N.º 8

Publicação quadrimestral por tomos de cerca de 64 páginas.

Condições de assinatura para 1955:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Direcção executiva:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA
FERNANDO RUSSELL CORTEZ
ANTÓNIO DA SILVA GUIMARÃES
ED. M. VAN DER NIEPOORT
MÁRIO RAMIRES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 339-3.º—PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Officinas Gráficas

«O PRIMEIRO DE JANEIRO»

S U M Á R I O

Numária Medieval Portuguesa, <i>pelo Eng.º Joaquim Ferraro Vaz</i>	3-10
Ensayo sobre la Evolución Comercial y Monetária en Byzancio, (Continua- ção), <i>pelo Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	11-17
Moedas religiosas em Portugal, <i>pelo Dr. Luís Chaves</i>	18-33
Catálogo das Fichas da Madeira, <i>pelo Tenente Agostinho Barradas</i>	34-53
VÁRIA	54-..
Dados Estatísticos da Casa da Moeda	63
Novas Medalhas	64-66
Vida Social	67
Informações bibliográficas	68-70
Noticiário	70-71

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica. Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS



BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA - PORTO BIBLIOTECA N.º 111 DATA 28 / 8 / 79	Est. _____ Teb. _____ N.º _____
---	---------------------------------------

N.º 8

VOL. III-1

ABRIL - 1955

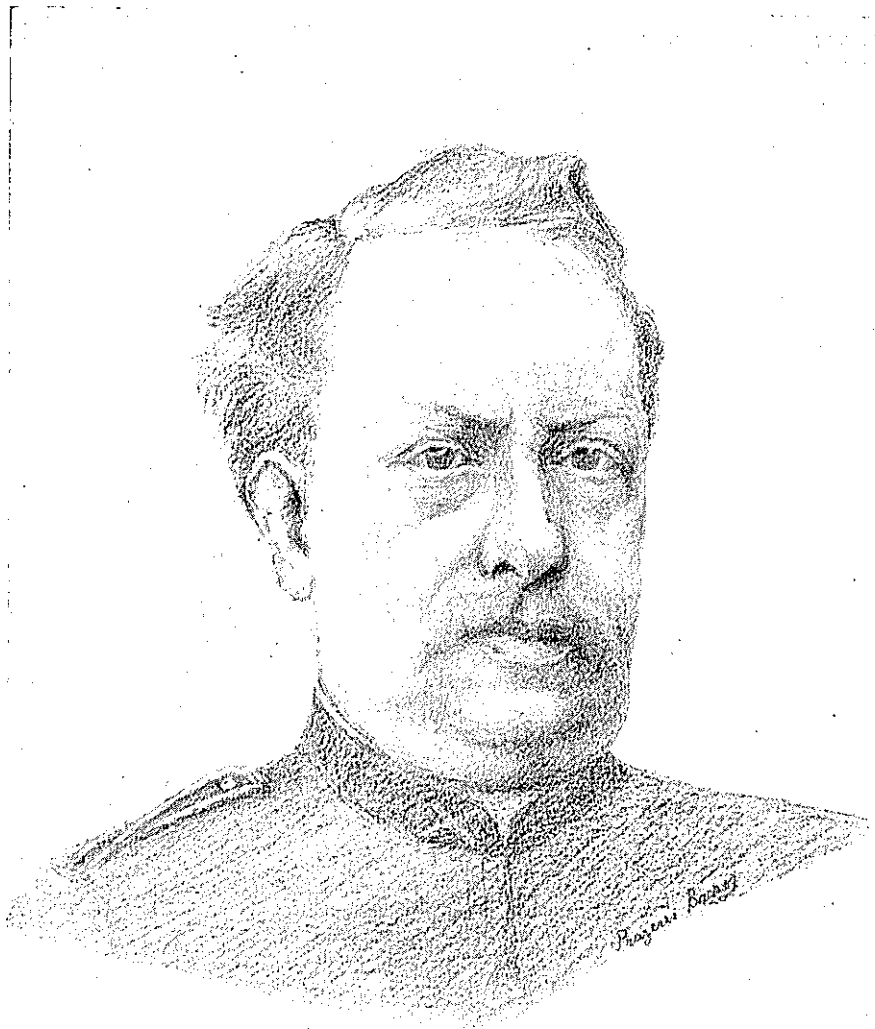
P O R T O

A memória de

EL-REI D. LUÍS I

*destacado impulsionador da numária lusa,
que tanto contribuiu para o engrandecimento
do Património Numismático Português*

*Homenagem da
Sociedade Portuguesa de Numismática*



EL-REI D. LUÍS I

NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA

Preço de Amoedação e Valor Intrínseco dos Dinheiros (1)

POR J. FERRARO VAZ

Na idade média, como na antiga, a amoedação lucrativa, dentro dos limites impostos pelas exigências de uma moeda-mercadoria, preocupava tanto os soberanos como a aquisição dos necessários e raros metais preciosos, tão cubiçados que tudo avassalavam e quase provocaram a subversão do Mundo.

Para um determinado período histórico, braceagem (2) e senhoriagem são termos que implicam, além do seu conhecido significado, a definição da sua economia, isto é, dos valores que correspondiam às despesas de amoedação e ao direito de bater moeda, que assistia ao Rei.

Não se poderá estabelecer tal definição de uma forma precisa em qualquer época, porque não o permite a escassez das fontes disponíveis. Mas será possível arrancar a essa exígua documentação alguns números, bastante expressivos, para se fazer uma ideia aproximada do valor intrínseco que tinha a unidade monetária — o *dinheiro* — e do custo da sua amoedação ou braceagem; e, apurados estes elementos, deduzir do valor legal a parte que deverá conter as despesas de administração e os lucros da moeda ou senhoriagem.

Dos monumentos que mais luz projectam sobre os assuntos em questão, vamos transcrever um documento da *Chancelaria de D. Dinis* (3), ainda por

(1) Comunicação feita em 15 de Março de 1955 à Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

(2) Ou braçagem.

(3) Livro 3, fls. 27 v. e 28 (Arq. Nacional da Torre do Tombo).

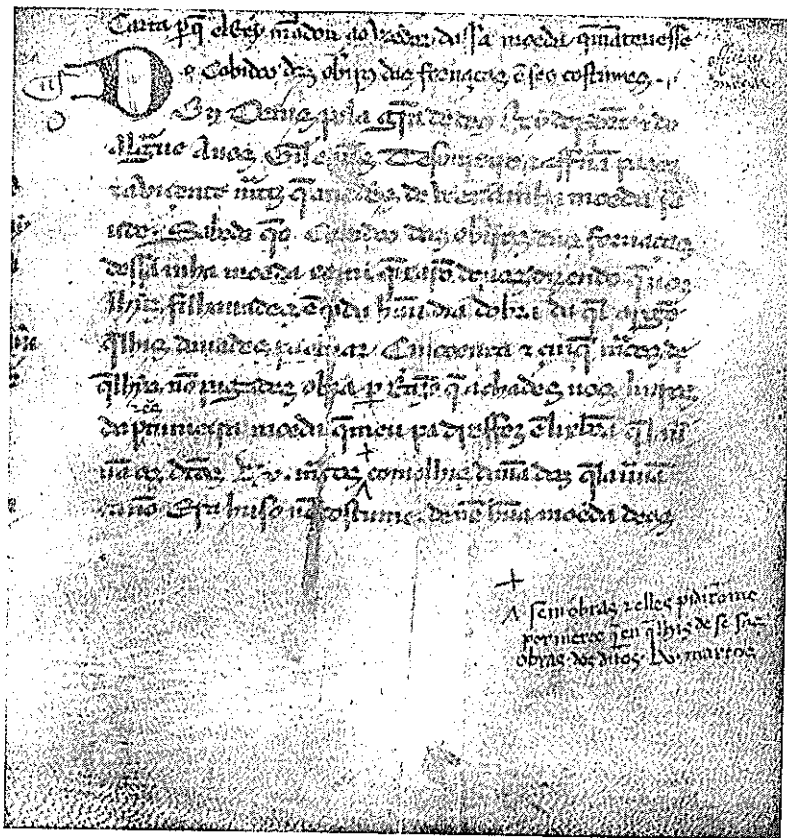
publicar (embora já mencionado por J. PEDRO RIBEIRO nas suas *Dissertações Chronologicas*) (1), registado sob o título

«Carta per que el Rey mandou ao veedor da ssa moeda que manteuesse o Cabidoo dos obreiros das fornaças em seus costumes»,

cujo teor é o seguinte:

«Don Denis pela graça de deus Rey de portugal e do algarue a uos Gil eanes Tesoureiro e a ffernam paaez e a viçente martinz que auedes de veer a mha moeda saude. Sabede que o Cabidoo dos obreiros das fornaças dessa mha moeda xe mi queixarom de uos dizendo que uos lhys filhauades em cada huum dia dobra da qual argem que lhis dauades pera obrar Çincoenta e çinquo marcos de que lhys nom pagades obra per Razom que achades nos liuros da prestumeira moeda que meu padre ffez em lixboa que laurauam os dictos Lv. marcos sem obras e elles pidirom me por merce que eu que lhis dese sas obras dos dictos Lv. marcos como lhis dauam dos que laurauam ca nom Era huso nem costume de nenhua moeda de os laurarem sem obras E eu querendo lhis fazer merçee ujm com eles a tal auença que lhys quitei as dictas obras dos dictos çincoenta e cinco marcos e uos dade lhis sas obras de toda obra que ffezerom ataaqui e fezerem daqui adeante e que seia pera amoedar saluo das çisalhas que fezerem de la dada desta carta adeante que mando que nom leuem obras e de totalas Çisalhas que ffezerem ata a dada desta carta querendo lhis fazer mercee quito lhas E mando a uos que lhas pagedes. E sse lhis algua cousa teem filhado per Razom dos dictos Çincoenta e cinco marcos entregade lho e daqui adeante nom leuedes mays deles as obras dos dictos Çincoenta e çinquo marcos mays descontade lhis das obras totalas Çisalhas que fezerem des a dada desta carta adeante Outrossi xe mj queixarom dos dinheiros que ã dos escotes per Razom da auantagem que lhys eu mando dar polas falhas dizendo que eu deuya apagar a braçagem deles aos moedeiros e esto semeilha a mim sen Razom de eu pagar aos moedeiros a braçagem dos seus escotes por que uos mando que uos lhy façades almoedar os seus dinheiros dos escotes assi como amoedam os marcos e eles pagem ende sa braçagem aos moedeiros assi como eu pago dos marcos conuem a saber tres dinheiros de nouos da libra E outrossi mando que os dinheiros das sas obras que lhos dedes amoedados conuem a saber por cada marco dobra. fecta sen çisalhas huum. soldo de nouos E outrossi uos mando que o lis que ouuerem do arento que lhy lo façades fondir e eixanhar e que lho dedes em arriees. E outrossi lhys fazede amoedar os

(1) Vol. V, 375 (2.^a ed.). Cf., também, J. LEITE DE VASCONCELOS, in *Da Numismática em Portugal*, 315.



CHANCELARIA DE D. DINIS, Livro 3, fol. 27 v.

temper i seu obra... Sei qd collas fia mace tu e de...
daul unccer qm qm qm ag das abas das das an
caima e cuq mcos r nos anellus fia obras drcda
obra qfexofe cuq qfexofe cuq adar r qfca p amoc
das qm das qfollus qfexofe da dada desta cca a
de qm qm qm qm leue obra r drcdulas Cofillio q
fexofe an adida desta cca qfcollus fia mace qfollus
Cmado mcos qfllus pcedez. E fllus algua couf
mofllio p lizo dos dros. Cmada r cuq mca anq
gillio r cuq adant no leudez mays delq az obras
dos dros. Cmada r cuq mcos mays drcdallus
das obras r drcdulas. Cofillus qfexofe das adida desta
ca adant. E cuq pffo r em qm qm az das qm qm ef
cores p lizo da duracao qfllus cu mado da pofla fi
llus drcdo qm drcdo apurar abraccaz drcdo az
moadepuz r esto fcmellu am fcm lizo de cuq par az
moadepuz abraccaz das fco efcotes p qm mado q
naz lly facades almada os fco drcdas efcotes affe
mo amada az mays r efc p efc fcbra drcdo mace
drcdo affe como cuq p qm das mays coue affe lly drcdo
denonaz da lly. E cuq pffo mado qm drcdo das fia obras
qfllus drcdo amada coue affe p qm mico drcdo
fca fca qfllus lly. f. denonaz. E cuq pffo mado
qfllus qm mace drcdo qfllus facades fcm r em lly
r lly drcdo cuq pffo. E cuq pffo lly fcm amada
az drcdo drcdo lly. Como drcdo drcdo lly. E cuq pffo drcdo
r drcdo. E cuq pffo drcdo lly. E cuq pffo drcdo lly.
r Chulo. Cuq cu lly lly. pmo drcdo drcdo. E lly o
m anon. John drcdo affe. E. q. ccc. vij. drcdo.

CHANCELARIA DE D. DINIS. Livro 3, fol. 23

dinheiros desse lix Como de suso dicto he En testemuyo desto dei a esse Cabidoo esta mha carta. Seelada do meu seelo de chumbo. Data en lixboa primo dia de Juyo ElRey o mandou Joham dominguez a ffez Era m.^a CCC.^a xrj^a anos:/».

Este interessante documento do princípio do século XIV, o mais antigo que encontrámos com preciosas indicações sobre o custo da amoedação, fornece também elementos que permitem separar este trabalho em duas operações distintas, a saber: o fabrico das ligas ou fundição dos metais e moldagem das barras, que competia aos *obreiros das fornaças*; e o fabrico das lâminas e discos seguido da preparação de cunhos e da cunhagem, que era obra dos *moedeiros* (1).

Uma passagem da parte final desta carta régia, a mais expressiva para demonstrar o que dissemos, servirá também para esclarecimento das conclusões a que pretendemos chegar e, por isso, vamos destacá-la, repetindo: «mando que uos lhy façades almoedar os seus dinheiros dos escotes assi como amoedam os marcos e eles (os obreiros das fornaças) pagem ende sa braçagem aos moedeiros assi como eu pago dos marcos conuem a saber tres dinheiros de nouos da libra E outrossi mando que os dinheiros das sas obras que lhos dedes amoedados conuem a saber por cada marco dobra. fecta sen çisalhas huum. soldo de nouos».

Assim, ficamos a saber que el-rei pagava os serviços dos moedeiros à razão de tres *dinheiros* por libra ou por cada 240 *dinheiros* lavrados; e pagava aos obreiros das fornaças um soldo por cada marco, isto é, pelo fabrico das barras do bolhão obtido com um marco de prata e o correspondente cobre.

Segundo FERNÃO LOPES, no tempo de D. Dinis em 14 libras de *dinheiros* havia um marco de prata da lei de 11 dinheiros (2)... e assim devia ser porque: estabelecendo-se que a essa unidade de prata se adicionavam 11 de cobre para obter as tais 14 libras, resulta para cada peça um peso = $\frac{12 \times 4608}{14 \times 240} = 16,46$ grãos e uma liga de $\frac{11}{12}$ de dinheiro, ou 22 grãos (3), valores estes a que obedecem, na média, os dinheiros deste rei que se conhecem em relativa abundância (4).

(1) Fértil em notícias, este documento ainda nos confirma ter sido batida moeda em Lisboa, tanto para D. Dinis, como para seu pai, D. Afonso III, revelando a existência dos «liuros da prestumeira moeda» deste monarca.

(2) *Cron. de D. Fernando*, LV.

(3) Para evitar dúvidas, convém lembrar que o marco pesava 8 onças, ou 64 oitavas ou 4608 grãos. Por sua vez o toque ou liga da prata era determinado em dinheiros, ou número de partes ou unidades de prata que entravam em 12 unidades de liga — correspondendo, portanto, 12 dinheiros à prata pura; e o dinheiro ainda se repartia em 24 grãos, e o grão em 8 oitavas (hoje o toque é determinado em milésimos).

(4) ARAGÃO, *Descrição Geral e Hist. das Moedas...*, descreve apenas 2 exemplares,

Se passarmos a considerar a prata pura, então ao marco corresponderá maior quantidade de bolhão (13,091 marcos) e maior número de moedas (15,271 libras).

Por esta forma o que se pagava aos obreiros das fornaças — um soldo por cada marco de obra — corresponderia a 0,79 ou 0,86 *dinheiros* por libra, conforme entrasse em equação o marco de prata mais ou menos pura.

Conclui-se, portanto, que pela amoedação de uma libra pagava el-rei $3+0,79$ (ou 0,86) *dinheiros*; e ainda dava o produto das cinzas — «outrossi uos mando que o lis que ouuerem do arento que lhy lo façades fondir e eixanhar e que lho dedes em arriees»... E com estes valores (3,79 ou 3,86) ficará razoavelmente definida a economia da braceagem.

Se calculássemos agora o custo dos metais e soubéssemos quanto pagava el-rei aos funcionários da administração da moeda — alcaides, vedores, tesoueiros, escrivães, etc., — poderíamos, então, ter um conhecimento muito aproximado do valor correspondente à senhoriagem.

Os preços dos metais só aparecem determinados para época anterior, não muito afastada, pelas leis de Afonso III, de 1253 e 1270. Mas valerá a pena, mesmo assim, calcular o valor dos elementos que entravam numa libra de bolhões, para formar uma ideia acerca do valor intrínseco da moeda que naquele tempo corria e, separando este do valor legal, delimitar mais o campo que encerra os lucros da amoedação.

Ao fechar do ano de 1253, a prata e o cobre custariam, por marco, a primeira 12 libras e o segundo $11 \frac{1}{14}$ *dinheiros* (0,047 libras), em harmonia com a Lei de 26 de Dezembro que estabelece: «In primis marcha argenti ualeat duodecim libras monete portugalensis [...] Et quintale (1) de cupro ualeat duodecim libras portugalenses».

Mais tarde e, por isso, mais próximo da época do documento em análise, regista-se uma subida de preços, bem denunciada pelo novo valor da prata que consta da Lei de 6 de Março de 1270, onde el-rei determina: «quem quer que

um com 18 e outro com 20 grãos (vol. I, 166) e conclui por atribuir a estas moedas o peso de 20 grãos e a liga de 1 dinheiro (vol. II, 240). Mas a realidade será diferente: de 94 exemplares, em bom estado, obtivemos um peso médio de 15,6 grãos, cabendo ao mais pesado 25,2 e ao mais leve 8,0 grãos e predominando os exemplares com pesos que se confundem com o médio.

(1) Quintal=4 arrobas=4×32 arrateis=4×32×2 marcos.

aduga prata, ou outros cambios a essa minha moeda, dar-le-iam por lo marco de prata quatorze libras da minha moeda velaha» (1). E este preço de 14 libras manter-se-ia na época de D. Dinis, como ensina ainda o ilustre cronista FERNÃO LOPES: «em quatorze livras destes dinheiros velhos era achado huum marco de prata de lei domze dinheiros, e tanto vallia emtom de compra».

Apurado, assim, que os *dinheiros* que perfaziam 14 libras continham um marco de prata de 11 dinheiros, forçoso será concluir ser de prata pura o marco que então se comprava com tal quantia, porque só assim podia haver margem para cobrir, pelo menos, o custo do cobre adicionado e as despesas de fabrico.

Para o cobre, à falta de melhor, pode usar-se o valor que lhe atribui a Lei de 1253, porque quaisquer alterações, sofridas com a subida dos preços, nunca podem afectar grandemente os resultados.

Será então lícito deduzir que um marco de prata de 11 dinheiros ficava por $12,833 + \frac{1}{12} (0,047) = 12,837$ libras; e, quando adicionado a 11 marcos de cobre, produzia 12 unidades de bolhão que custavam $12,837 + 11 \times 0,047 = 13,354$ e rendiam 14 libras; ou, o que é o mesmo, o metal necessário para produzir uma libra custava 228,93 *dinheiros*.

Tal valor (228,93) definirá, com aproximação suficiente para satisfazer ao nosso propósito, o valor intrínseco de uma libra de bolhões e, proporcionalmente, de um *dinheiro*.

Finalmente, juntando a estes 228,93 *dinheiros*, calculados para o valor do metal, os 3,86 que resultaram para a braceagem, obtem-se para custo de uma libra, aproximadamente, 232,8 *dinheiros* e, por diferença, 7,2 *dinheiros* para senhoriagem e mais despesas.

É natural que o título do bolhão baixasse em favor da senhoriagem, mas este mui limitado doseamento de metais, com a alta que vinham sofrendo, já não podia permitir grandes proventos.

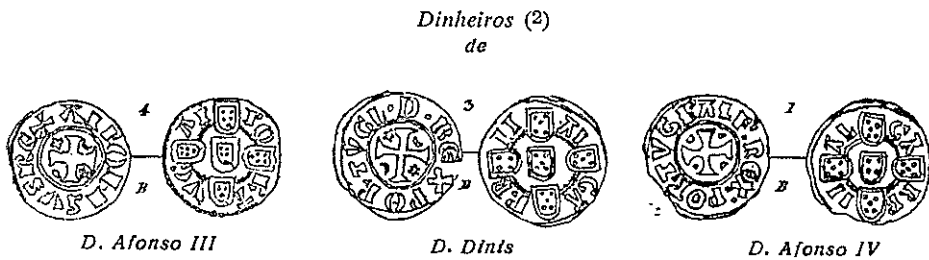
Razão teve D. Afonso IV para lançar mão de novo expediente. Alterando o próprio sistema monetário, decretou (2) que 9 dos seus *dinheiros*, os *alfonsis*, valessem o mesmo soldo que sempre fora representado e pago com 12 *dinheiros* dos batidos para os nobres reis de Portugal seus antecessores. E tal medida financeira, inédita por mudar o valor do soldo — embora econòmicamente idêntica à que

(1) Cf. *Port. Mon. Hist., Leges et Cons.*, I, 192 e 219; e ARAGÃO, *ob. cit.*, I, 334 e 344.

(2) FERNÃO LOPES, *loc. cit.*



usara o seu avô, o *Bolonhês*, quando equiparou 12 unidades da sua moeda a 16 da antiga (1) — teve certamente importância e repercussão bastante para alvoroçar a opinião pública e teria criado ambiente favorável a todas as manifestações de exaltação de uma parte ou de entusiasmo de outra, como parece querer reflectir a célebre frase que o mesmo cronista, o honrado FERNÃO LOPES, nos transmite a propósito da quebra da moeda neste reinado: «e contam alguns que dezia elRei Dom Affonso, que se lhe o seu pobo consentira outra vez mudar a moeda, que elle fora hum dos ricos Reis do mundo».



Concluindo, resumidamente: — no tempo de D. Dinis, a um *dinheiro*, que era da lei de 22 grãos (3) e pesava 0,8 gr., aproximadamente, correspondiam os seguintes números, como percentagem do seu valor corrente ou legal

Metal (bolhão)	95,4%
braceagem	1,6%
Senhoriagem e outras despesas	3,0%
	100,0

Como se disse, no tempo do Rei *Lavrador* a cunhagem da moeda dentro do sistema em uso deixava exígua compensação para o direito de senhoriagem, o que levou Afonso IV a modificar o valor do soldo, repartindo-o em 9 unidades dos seus *dinheiros novos* ou *alfonsis*, de forma que, como diz o cronista, «em dezooito livras e quatorze soldos desta moeda era achado hum marco de prata de

(1) Lei de 11 de Abril de 1261 — «Instrumentum Super Facto Monete» (*Port. Mon. Hist., Leges et Cons.*, I, 210).

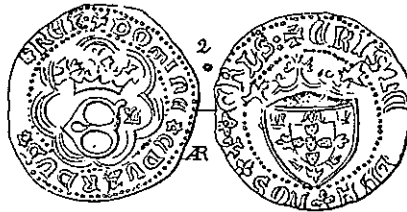
(2) Gravuras e números são de T. DE ARAGÃO, *Descripção Geral e Histórica das Moedas...*, I, Est. III.

(3) Ou 76,39 milésimos.

lei domze dinheiros [...] e per tal lavramento, gaanhava elRei em cada marco de prata quatro libras e quatorze soldos, e daqui pagavom os custos» (1). Admitia, portanto, que o marco de 11 dinheiros custava então 14 libras e, sendo assim, dava para despesas de fabrico (incluindo o cobre) e senhoriagem uma quantia que representava perto de 25% do valor legal da moeda.

Enquanto no primeiro caso havia deficiência, no segundo verifica-se o exagero.

A Lei de D. Duarte de 30 de Novembro de 1436 fornece alguns esclarecimentos que permitem comparar os números que obtivemos com outros que se podem considerar normais, embora em época posterior.



Leal de D. Duarte (2)

Nesta Lei, dispõe o soberano: «...todo ho ouro ou prata que assy trouxerem laurem em a nossa moeda e pague a nos o nosso direito que per nos he ordenado de auer de lavramento da dita moeda a saber por marco de prata cinco peças (3) das oitenta que neelle mandamos fazer que cada huum valha dez brancos e do ouro quatro por cento pagandonos o feytio e falhas e toda outra custagem» (4). Isto é, nesta data, o rei cobrava na cunhagem do ouro 4% de senhoreagem; e, na cunhagem da prata, 6,25 % para senhoriagem e mais despesas de fabrico (5).

(1) FERNAO LOPES, *loc. cit.*

(2) Gravura e número são de T. DE ARAGÃO, *ob. cit.*, I, Est. IX.

(3) *Reais* de prata ou *leais* de D. Duarte.

(4) *Livro 2 da Chancelaria de D. Duarte*, fls. 19 — Torre do Tombo. Lei referida por J. PEDRO RIBEIRO, in *Diss. Chron.*, V, 392; e transcrita por ARAGÃO, *ob. cit.*, I, 371.

(5) Na antiguidade tudo se passaria em condições semelhantes, como ensina OCTAVE NOËL:

«A Rome principalement pendant les trois derniers siècles de la République, les particuliers portaient à la Monnaie les métaux qui leur appartenaient pour les faire convertir en espèces [...] Au debut, le service de la frappe s'effectuait gratuitement. Peu à peu, la dépense et le déchet qu'entraînaient la fabrication des espèces et la gravure [...]; de plus, l'idée fort naturele de procurer au fisc une source de revenus de quelque valeur, donnèrent

Como contra prova da interpretação que se fez de certa passagem da Carta de D. Dinis, acrescenta-se: — se o soldo atribuído aos obreiros das fornaças correspondesse a cada marco de bolhão obtido, marco que produzia 280 *dinheiros* ($\frac{15.271 \text{ libras}}{13,091 \text{ marcos}}$), por uma libra pagaria o rei 10,3 *dinheiros*, isto é, o triplo do que pagava pela cunhagem, o que é absurdo; e mais, ainda, uma libra amoedada custaria 242,2 *dinheiros* (228,9 + 10,3 + 3), com despesas de braceagem que representavam perto de 6%, o que confirma o absurdo.



naissance à un droit de monnayage qui s'exerça par le retenue d'une partie de la matière. Cette retenue a donné lieu à de savantes études, et il parait démontré, par les nombreux passages des écrivains du temps et principalement de Pline, qu'elle varia du quarente-huitième au seizième ou 6 1/4 pour 100 pour l'or et pour l'argent» (*Histoire du Commerce du Monde depuis les Temps les plus reculés*, I, 309).

ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(CONTINUACIÓN DEL NÚMERO ANTERIOR)

PELO DR. ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN
Y LÁSCARIS COMMENO

II

Política fiscal de Niceforo y su repercusión durante el segundo periodo económico

En los muchos años transcurridos entre los Heráclidas y la dislocación del Imperio en 1204, se distingue perfectamente el primer periodo de creación, el subsiguiente de conservación y afianzamiento (dinastía macedonia) y el comienzo del creciente desconcierto y mala administración, que iniciado por los Comnenos, llega a su apogeo con la Dinastía de los Angelos.

Durante este segundo período económico la percepción de los impuestos es Universal, y a no ser por una Crysobula específica de los Emperadores, nadie escapa a la recaudación, distinguiendo el Manual Financiero de la Biblioteca Marciana, tres clases de contribuyentes: las personas, incluyendo al propio Emperador; los monasterios y congregaciones religiosas y las Ciudades. En algunas ocasiones los mismos encargados de la recaudación del impuesto (éptotai, anagrapheus, praktor) se convierten en arrendatarios de los mismos, llevando en todo caso una prima en la recaudación, que al seguir una curva ascendente, llega en el reinado de Alejo Comneno a consistir en los 5/6 de cada Nomisma, y como estas primas eran independientes del impuesto neto a percibir por el Estado, prácticamente se doblaba casi el impuesto.

De todas las reformas fiscales de este segundo Período, son las de Nicé-

foro I las más importantes y de las cuales, además, nos ha quedado una detallada documentación en la Cronografía de Teófano (1), base de varios estudios modernos entre los que destacan los de Monnier, Bratianu, Grégoire, Cassimatis y Dölger. El papel de reformador fiscal que llevó a cabo Nicéforo I tuvo como consecuencia lógica la enemistad de la nobleza y del clero, expresada muy agudamente con la respuesta del Emperador a las objeciones (2) que le presentaban sus consejeros económicos y el mismo nombre de vejaciones o calamidades (*kakoseis*) con que se identifican por Teófano tales reformas. Nicéforo había hecho toda su carrera en la Administración de los Impuestos, y su homónimo el Patriarca nos dice que había sido en su juventud, recaudador de impuestos en Adramythion (3), cargo de importancia y responsabilidad del que ascendió después al de «*logotheta tou genikós*» que en muchos aspectos puede identificarse al moderno Director General de Contribuciones.

Las desatinadas medidas fiscales de la Emperatriz Irene y el grave estado económico del país, seguramente influyeron mucho entre los generales del ejército bizantino, para elevar al trono al *logotheta* Nicéforo el día 31 de Octubre del año 802, y como Bratianu relata con ironía, aunque la fábula de las ranas que pedían rey no había nacido todavía, los que ayudaron a llevarlo hasta el trono, pronto sintieron el haberlo efectuado, pues Nicéforo con extremada energía se propuso el renacer la capacidad económica de Ipais y la sana política fiscal del Imperio, llevándolo a cabo sin contemplaciones de ninguna especie.

Seguendo pues el mismo relato de las calamidades de Teófano, luego mal copiado y peor interpretado por Zonáras y Cédrenos, pasemos revista a la totalidad de las reformas fiscales, por el mismo orden que emplea Teófano, aunque no tenga a veces una prelación lógica.

Primera Reforma — La primera reforma fué clara y precisa, aunque su contenido sea no solo fiscal. Ordenó unos censos de poblaciones cristianas en todos los *thémas* del Imperio, y obligando a estas gentes a vender sus tierras y posesiones, los trasladó en masa a las regiones fronterizas, amenazadas en aquellos siglos por los Búlgaros. Estas levas o cambios colectivos de población eran muy utilizados en la Antigüedad, y los emperadores Isaurios continuaron practicándolas en Bytinia y Tracia; su intención era evidente, formar en las provincias limítrofes del Imperio una población cristiana con extensos territorios y ricas haciendas, que se empeñarían en conservar con más vigor y fuerza que un ejército de soldados mercenarios. El plazo concedido fué muy breve, solo seis meses «desde Septiembre a Pascuas», y los campesinos tuvieron que vender

(1) Theophane — Chronographie. Edición de Boor. *passim*.

(2) *op. cit.* I. página 489-490.

(3) Dölger — Beiträge zur Gesch. der Byzant. Finanz. página 72.

rápidamente sus tierras y haciendas para cumplir la orden del emperador, que por otra parte les recompensó con terrenos mucho más extensos y gratuitos en las fronteras.

Segunda reforma — Consistió en enrolar a los pobres en el ejército imperial, costando los gastos de equipo sus vecinos más acomodados por medio de una contribución de 18 y medio nóμισmas por soldado, quedando al mismo tiempo las tierras de los ausentes en régimen de «allelengyon», que ya antes hemos citado. Con ello consiguió Nicéforo una nacionalización casi completa del ejército, y al mismo tiempo poder utilizar a los pobres que no podían pagar los impuestos, como soldados, garantizándose por el «allelengyon» el percibo de las contribuciones. El carácter extremadamente hábil de esta medida fiscal revela el punto de vista del emperador: el epibolé anteriormente en vigencia tenía demasiados escapes y fallos y las percepciones se alargaban con interminables disputas y pleitos. Nicéforo lo cortó de raíz; si no podía pagar lo enrolaba en el ejército, con lo que adquiría un soldado nacional y la seguridad de cobrar el impuesto a su «heredero» forzoso, que si tampoco podía hacerlo efectivo seguía la misma suerte.

Tercera Reforma — La indicción Romana de 15 años se había ya transformado en aquellos siglos en censos generales cada 40 años. Este periodo era demasiado largo y además Nicéforo conocía bien la inexactitud de muchos de los datos catastrales. Ordenó pues una reforma en los impuestos, con el pretexto de hacer nuevos registros y papiros en los Catastros provinciales, fijando una cuota uniforme de 2 nóμισmas por persona para sufragar estos gastos extraordinarios. Esta cuota percibida por las Cancillerías como «xartiatikón» fué la base moral de la elevación, ya que al revisar los datos se observaron muchas inexactitudes, lo que se tradujo en un considerable aumento en la cantidad recaudada.

Cuarta Reforma — Consistía en esencia en suprimir las numerosas exenciones, franquicias y desgravaciones, que tan generosamente se habían prodigado durante el reinado de Irene. Instaló en la Magnaura un tribunal especial para el estudio particular de cada caso, aplicando con carácter general el texto oficial de las contribuciones del imperio, y persiguiendo al mismo tiempo a los insolventes y a los deudores recalcitrantes. Como esta medida afectaba a clases muy poderosas, aumentó aun más el odio hacia el emperador, a quien se conoció desde entonces como «el recaudador con corona».

Quinta Reforma — Al intentar una perfecta uniformidad fiscal, Nicéforo encontró que debía suprimir también las exenciones y franquicias a los monasterios, conventos, asilos, etc., que no solamente estaban exentos en sí, sino que comunicaban la exención a todos los colonos y trabajadores que se ocupa-

ban en sus campos y posesiones, cada vez mas extensas. Por ello revocó todas las disposiciones anteriores y exigió los pagos en su integridad desde el mismo día en que fué proclamado emperador. Debido a esta reforma el «kapnikon» o contribución territorial se dobló en poco tiempo, haciendo pagar además a los monasterios expropiados, los impuestos completos, sin deducir la expropiación, medida que fué de ultima hora y debida a las crecientes necesidades de la guerra contra os Búlgaros.

Sexta Reforma—Fué una medida sagaz de Nicéforo, que conocia a la perfección todos los recursos de la Hacienda. Hizo que todos los generales de las provincias del Imperio, levantasen un detallado censo de los «nuevos ricos» en muchos casos negociantes o arrendatarios de Impuestos, que con su amañada contabilidad habian conseguido enriquecerse en pocos años, y a todos ellos les aplicó la legislación vigente sobre los que han encontrado tesoros ocultos y no los han participado al Estado. En tiempo de Nicéforo todo tesoro hallado en territorio del Imperio pertenecia al Estado, quien libremente gratificaba o nó al hallador y al dueño del terreno. De esta manera se consiguió un enorme incremento en las arcas del Tesoro, ya que los sometidos a este censo, prefirieron pagar de buena gana lo que se les exigia, ante el temor de una investigación de la verdadera fuente de sus riquezas. El mismo emperador vigilaba la forma en que se llevaba a la práctica sus reformas y el tribunal de la Magnaura funcionaba sin interrupción. Teófono, nos relata la aparición de Nicéforo, «el tragador de dinero», en la tienda de uno de los ricos fabricantes de cera de Constantinopla, que habia aumentado su caudal demasiado rapidamente, «...que necesidad tienes tú, le dijo, de tanto dinero? Ven a comer conmigo a palacio, te dejaré por capital 100 nómismas y ya verás lo contento que vuelves» (1).

Este humorismo de Nicéforo es característico de todas sus reformas, pero de todas ellas, la sexta es la mas hábilmente interpretada.

Séptima Reforma—Era práctica habitual de la época, el no entregar al fisco los tesoros hallados en las tierras y casas, y se contentaban los halladores con declarar el jarro o vasija que los contuvo, manifestando lo encontraron vacío. Mediante la correspondiente gratificación el recaudador lo registraba como vacío y la defraudación adquiría importancia en todo el imperio. Nicéforo puso coto a este abuso, y dispuso que si se encontraba vacío (o supuestamente vacío) se pagase el impuesto por la cantidad que pudiera haber contenido, segun el aforo del «dolium», aunque luego tuvo que atenuar algo la medida, con un plazo de prescripción de veinte años.

(1) Theófono. Op. cit. I. pág. 487-488.

Octava Reforma — Por medio de edicto imperial se restableció un impuesto de dos nómismas por cada esclavo comprado mas allá de Abydos, o sea en el Archipiélago o en los países de Levante. Con ello se gravaban unicamente los esclavos de lujo, ya que los de trabajo continuaban exentos al ser reclutados en el Mar Negro y por lo tanto importados por la Aduana de Hieron.

Nicéforo por esta misma reforma de los impuestos indirectos, emprendió un aumento en los impuestos de transmisiones por herencia, gravando no solo a los colaterales, como era la costumbre desde Justiniano que abolió la antigua «*vicissima hereditatum*» (aunque sus sucesores la consolidaron en un 5 por ciento), sino a los herederos en línea directa o sea de padres y de abuelos.

Novena Reforma — La administración directa por el Estado de las tierras expropiadas, sobre todo de propiedades eclesiásticas, llevaba consigo múltiples dificultades y además cargas excesivas para el Tesoro. Por ello y para evitar los procedimientos del antiguo «*epibolé*», con frecuencia interminablemente largos, resucitó la antigua «*liturgia*» u obligación a ciertas categorías de productores o artesanos de compensar las ventas forzadas por compras de productos a precios fijados por el Estado. Nicéforo aplicó la «*liturgia*» a aquellas tierras expropiadas, vendiéndolas con carácter de necesidad a terratenientes o armadores, a los precios que consideró oportunos.

No está bien estudiada la verdadera razón de esta Novena Reforma (1), pero puede considerarse en líneas generales como una vuelta a los viejos conceptos de la liturgia, aplicada casi con exclusividad a los armadores de Asia Menor, que eran una de las clases sociales más poderosas.

Décima Reforma — También está relacionada con los armadores y es la última de las vejaciones, siguiendo el *m/s* de Teófilo. Según su contenido los armadores debían de recibir del Tesoro, obligatoriamente, un préstamo de 12 libras de oro cada uno, pagando como intereses cuatro *keratia* por nómisma lo que ascendía a un 16 3/4 o 17 por ciento del capital. M. Cassimatis (2), ha estudiado muy recientemente el sentido de este préstamo, y ve en ello una medida de necesidad para hacer frente a la situación económica, ya que si bien prácticamente el préstamo a interés estaba prohibido, el Estado al hacerlo y cobrar un 17 por ciento, tenía en cuenta el riesgo marítimo, en aquellos tiempos muy elevado, por lo que el porcentaje era mucho menor que los empleados en tiempos anteriores, como más adelante detallaremos.

El orden que se ha seguido no es el cronológico de su promulgación, ya que las reformas 3, 4 y 8 han debido de preceder históricamente a las restantes.

(1) Bury — Hist. of the Eastern Roman Empire, pág. 216.

(2) Gr. Cassimatis — La 10^e vexation de l'emp. Nicéph. — Byzantion. VII-1932. pass.

El espíritu de dictador financiero, tan característico de Nicéforo I, influyó de un modo extraordinario en sus sucesores en el trono Bizantino; hasta la época de los Comnenos continúan en vigor la mayor parte de sus reformas y los impuestos indirectos quedan en esencia reducidos a dos grandes capítulos, el de Aduanas o «kommerkia» y el de la marina mercante. Aduanas había en todos los puertos, pero las dos principales, como en el período anterior eran las de los estrechos, Hyeron y Abydos, consistiendo el «kommerkion» en el mismo impuesto doble ya estudiado sobre la circulación y la venta de las mercancías (1). Las tasas variaban con frecuencia; así Constantino VI redujo el de 100 libras de oro, que pagaban los habitantes de Efeso por su mercado, e Irene dictó múltiples franquicias sobre productos a la importación. En el siglo XII cambia el nombre de «kommerkion» por el de «dekatia», aunque realmente consistía en un dos por ciento ad-valorem.

Pocos datos nos quedan sobre el volumen global de mercancías, que entraban y salían por las Aduanas más importantes y desde luego se puede afirmar que era inferior al de la época clásica y helenística en puertos como el de Rodas, donde se sabe que la recaudación ascendía a 200 millones de dracmas por año, lo que significa calculando al 2 por ciento el impuesto, un movimiento del puerto por valor de 8.000 talentos (2).

Con el tiempo se fue sumando al «kommerkion» o «dekatia» otros derechos suplementarios, entre ellos el «kaniskion» análogo al actual derecho obvenacional para los aduaneros, el «limenatikion» parecido al cánón de las Juntas de Obras o derechos de muellaje, etc., etc. (3). Todos ellos eran percibidos con el mayor rigor, como lo demuestran las quejas de los venecianos ante Basilio II, que redujo por ello los derechos en la aduana de Abydos a 2 nómismas por embarcación a la subida y 17 nómismas al regreso.

A fines del siglo XI y comienzos del XII se inicia por los Comnenos la política de exenciones que tan funestos resultados trajo consigo, y sobre el método de recaudación de impuestos en esta época, nos queda el relato de Theofilacto, quien dice amargamente que los recaudadores torturaban a los campesinos, quitándoles hasta la camisa «...la tierra se mide con patas de pulgas, todo es buscado y pesado, hasta el punto de separar a efectos de impuesto, la carne del hueso de los animales» (4).

(1) G. Rouillard — Les taxes maritimes et commerc. Melanges Diehl. I. pág. 277.

(2) Cavaignac — Op. cit. pág. 141, refiriéndose al siglo III a. J. C.

(3) Dölger, op. citada, habla de la dispensa a Venecia en tiempos de Alejo Comneno. Véase también, Loparev-Vizant. Jitii. Sviatuich. VIII-IX. XIX- pág. 21-22.

(4) M. V. Levchenko. Op. cit. pág. 238.

El origen de estas exenciones tributarias fué sin duda la necesidad de contentar a las flotas de guerra Italianas, renunciando a las saneadas rentas que nos cita Benjamin de Tudela en el año 1165, 20.000 escudos de oro diarios. Alejo Comneno concedió a Venecia la franquicia de aduanas, en 29 puertos del imperio, y más tarde a Pisa y a Génova.

La recaudación desde finales del siglo X queda a cargo de los comerciantes evolucionando así el concepto de estos funcionarios, como estudiaremos con más detalle en el siguiente capítulo.

El impuesto sobre la marina mercante, se puede considerar iniciado con la décima reforma de Nicéforo I, pero muy pronto evolucionó convirtiéndose en un impuesto sobre todos los buques mercantes, una especie de impuesto de tonelaje moderno, registrándose los buques en oficinas especiales «*sekreton tis thalassiss*», y gravándose cada uno según el arqueo efectuado por peritos especialmente capacitados para ello.

Hasta fines de este periodo continúan en vigor las gratificaciones del «*kaniskion*», «*praktorikon*», etc., incrementadas con exacciones para atender a las vestiduras de los funcionarios encargados de la recaudación de los impuestos.

(A continuar)

MOEDAS RELIGIOSAS EM PORTUGAL

«MEDALHAS DE DEVOÇÃO»

POR LUÍS CHAVES

1 — As *medalhas religiosas* e de interesse religioso começam, nos primeiros tempos cristãos, por ter sentido ou valor duplo: — *amulético* e *devoto*. O primeiro marcava a continuidade histórica e artística dos amuletos pagãos de uso oficial e comum em Roma; o segundo representava a cristianização, e o transporte para o espírito da Cristandade nascente, do costume consagrado e vivo. Uns e outros destes amuletos eram *monetiformes*, característica formal, que as medalhas cristãs de devoção conservaram e continuaram. As moedas imperiais, a partir de Constantino, séc. IV, com a Cruz ou o *chrismon* do reverso, acompanhados ou não das letras apocalípticas, o α e o ω (Ego sum α & ω , principium & finis (1)), determinam a transição, com aproveitamento de elementos e sugestões anteriores, do amuleto pagão para o amuleto cristão, e deste para a medalha integralmente cristã ou de pura devoção: *medalha de devoção*.

Deve notar-se que o uso da medalha cristã representa vulgarmente um complexo de amuleto e de devoção, quando se lhe atribuem virtudes intrínsecas e não, espiritualmente, o simbolismo e a afirmação de fé, a *confessio* figurada e representativa do crente (2).

(1) ISAIAS: *primus, & novissimus ego sum* (XLI, 4); *ego primus, & ego novissimus* (XLIV, 6); *ego ipse, ego primus ego novissimus* (XLVIII, 12). APOCALIPSE: *ego sum α & ω , principium & finis* (I, 8); *ego sum α & ω , initium et finis* (XXI, 6); *ego sum α & ω , primus, & novissimus, principium, & finis* (XXII, 13).

(2) Trata-se de assunto etnográfico; estudou-o, como tal, Leite de Vasconcelos em *O Archeólogo Português*, vol. X, Lisboa, 1905, págs. 169 a 175, com o título de *Monnaies anciennes percées d'un trou de suspension*; publicou o mesmo estudo em *Opúsculos*, vol. V, Lisboa, 1938, págs. 111 a 122, com o título novo *Signification religieuse ou magique, en Lusitanie, de quelques monnaies anciennes percées d'un trou de suspension*. (Este estudo formou uma comunicação do Autor, apresentada no Congresso Internacional de Arqueologia, que se realizou na cidade de Atenas em 1905, onde foi lida no dia 10 de Abril).

A forma e o uso da moeda, com a abertura do orifício para suspensão, sugeriram o simples disco, independente já das representações ou sinais, que fossem aproveitados de utilização anterior; era já a *medalha inicial*, cuja feição perduraria pelos séculos adiante. Havia-as de ouro, prata, bronze e chumbo; também, como nos tempos prècristãos, se faziam de vidro, emolduradas num arco metálico; a suspensão ou fixação obtinha-se por meio de orifício aberto na medalha ou por argola, fixa ou solta (3).

As medalhas utilizadas pelos cristãos, fossem elas de procedência monetária (como as do tempo de Constantino Magno com a imagem imperial e com a cruz) ou já de integral significação cristã, constituíam, umas e outras, a *confessio* ou afirmação de fé em Cristo e na sua doutrina emancipadora. O exemplo das medalhas-amuletos e medalhas-memórias do mundo pagão estimulou os cristãos a formar o espírito das suas medalhas-de-devoção; naquelas representavam cenas mitológicas, episódios báquicos, gladiadores em combate, construções, etc. (4); nas cristãs, do século II ao século VII, apareciam Jesus, Jesus com os Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, S. Pedro e S. Paulo sós, S. Pedro, o Bom Pastor, a Adoração dos Reis, Abraão (5), Daniel entre os leões, etc., personagens, episódios, evocações, de sentido puramente cristão. Principalmente De Rossi os ergueu da sua *Roma Soterranea*, e muitas se guardaram nas colecções do Vaticano (6). É a segunda fase ou segundo período na história evolu-

(3) D. Fernand Cabrol, *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie*, Tomo I, 2.^a Parte, Paris 1907, col. 1822 e s.s.

(4) René Cagnat, *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1890, pág. 310.

(5) Era frequente a representação de Abraão nas primitivas medalhas cristãs. — «Eu vos afirmo que muitos virão do Oriente e do Ocidente, e se sentarão com Abraão, Isaque e Jacó, no reino dos Céus»: Evangelho de S. Mateus, VIII, 11. A lembrança do sacrifício de Abraão aparecia representada nas medalhas, como sustentação dos espíritos ou voto de sacrifício, no tempo das perseguições, e, mais tarde, como sementeira continuada de mártires e evocação deles. É esclarecedora uma medalha anterior ao século VI: no anverso mostra nitidamente o sacrifício de Abraão; no reverso apresenta-se como memorial da oblata de um rapaz pelo pai, diante de um *martyrium* ou altar em honra de um mártir; a legenda acompanhante dá os nomes do pai (*Urbicus*) e do filho (*Gaudentianus*); forma assim um exemplar primitivo das medalhas comemorativas, pessoais, que ainda hoje se usam. Ver D. Fernand Cabrol, *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie*, Tómo I, 2.^a Parte col. 18.

(6) De Rossi, *Roma Soterranea*, Roma, 1867. Fern. Cabrol, *Id.* Outras obras nos servem para elucidação histórica e artística das medalhas cristãs, como por exemplo: De Rossi em *Bulletino di Archeologia Cristiana* (1863 em diante); J. Spon, *Recherches curieuses d'antiquités contenues en plusieurs dissertations sur des médailles, bas-reliefs, statues, mosaïques et inscriptions antiques*, Lião, 1683; Pacianđi, *Osservazione supra alcune singolari e strane medaglie*, Nápoles, 1748; E. Babelon, *Le Cabinet des Antiques à la Bibliothèque*

tiva da medalha cristã, considerando a primeira aquela em que toda a *confessio* estava reduzida aos símbolos crucíferos em moedas aproveitadas e em medalhas discoides e monetiformes. Define-se, todavia, a transição entre a medalha da cruz e do *chrismon* e a figurada: nela, mantêm-se estes símbolos, indistintamente um do outro, e na face oposta aparece já uma figuração, que há-de prevalecer. Depois, as personagens, os grupos e as composições de evocação e de invocação do Cristianismo ocupam as duas faces da medalha, o que forma definitivamente a medalha cristã, evocativa e devota.

Em Bizâncio levaram as medalhas o mesmo caminho. Da representação da cruz do Calvário nas moedas, seguida pela da cruz entre dois santos, chegaram, como em Roma, a tomar a feição exclusivamente cristã, sem emblemas ou atributos imperiais. O campo da medalha desenvolveu composições, que o preenchião, atingindo grande nível técnico e artístico. Chapas delgadas de ouro estampavam, do século VI ao VIII, episódios da Vida do Salvador, como a Anunciação, o Presépio do Nascimento, a Fuga para o Egipto, a Adoração dos Reis Magos, as curas milagrosas dos cegos, dos paralíticos, dos possessos, a da hemorroissa, o encontro da Samaritana à beira do poço de Jacó, a ressurreição de Lázaro, até à Crucifixão (7).

Maurice Prou inseriu no Tomo III (Primeira Parte) da *Histoire de l'Art*, dirigida por André Michel, um estudo da «Arte monetária no período gótico», e logicamente considerou nele as medalhas (8). «Por medalhas, — escreveu — entendem-se as peças de metal monetiformes, destinadas a perpetuar a recordação de um acontecimento ou a memória de um homem. Na antiguidade, principalmente em Roma, as moedas eram simultâneamente instrumentos de troca e monumentos comemorativos. Nunca as moedas perderam este carácter. Assim, as moedas batidas por Henrique Leão, duque de Brunsvique, apresentam a imagem do leão de pedra, que este soberano mandou erigir sobre sua base em 1166. Só no século XV as medalhas começam a distinguir-se das moedas. Todavia, as mais antigas medalhas francesas conservam o aspecto externo das

Nationale, Paris, 1887, e *Guide illustré au Cabinet des Médailles et Antiques*, Paris, 1900. Não deixa de ter importância especial, para o sentido e correspondente uso de amuletos monetiformes e de moedas-amuletos na época lusitano-romana, ver Leite de Vasconcelos em *Opúsculos*, vol. V, citado, págs. 116-121: o que diz e mostra de moedas com a efigie do imperador no anverso e um touro ou uma vaca no reverso, dotadas de orifício de suspensão para manter de pé a figura do animal, sem atender à representação imperial.

(7) Uma das medalhas tem no anverso a cruz ao centro, acompanhada do α e do ω , sobrepujada pelo busto de Jesus, que segura uma coroa em cada mão sobre as cabeças de S. Pedro e S. Paulo: estes, de pé, ladeiam a cruz central, e cada um tem na mão a sua cruz; no reverso, a Virgem, sentada e com o Menino sobre os joelhos, recebe os três reis.

(8) André Michel, *Histoire de l'Art*, T. III, 1.^a Parte, Paris, 1907, pág. 431.

moedas; são afinal moedas de luxo, visto que o seu peso é geralmente múltiplo do das peças correntes. Destinadas a serem oferecidas de presente, demonstram simplesmente a riqueza e o poder de quem as mandava forjar» (9).

Menciona uma moeda medalha de João II de Burbon, senhor de Dombes (1459-1475), a qual conserva inteiramente o aspecto monetário; e, de menor semelhança, descreve uma medalha de François Phoebus, visconde de Béarn (1479-1483), com a representação do encontro de Jesus com Maria Madalena. Nenhuma notícia nos dá, no entanto, de medalhas religiosas; a sua trajectória histórica e tecnológica está na das medalhas comemorativas. Afirma ainda o mesmo historiador das moedas que no reinado de Luís XI (1461-1483) foi introduzida em França a moda das medalhas italianas modeladas e fundidas. As mais antigas medalhas comemorativas da França foram as da celebração nacional da retirada dos Ingleses; fundidas por ordem de Carlos VII, entre 1451 e 1460, destinaram-nas a distribuição pelos príncipes de sangue (10).

Os *ambrosinos* milaneses do século XIII eram moedas, cuja figuração é de verdadeira medalha religiosa: de uma face a imagem de Santo Ambrósio, que deu o nome à moeda, e da outra as imagens de São Gervásio e São Protásio (11). O tipo desta moeda foi porém adaptação do que era corrente em Veneza por influência bizantina, esta por sua vez nascida na sugestão dos selos imperiais. Os *matapãs* venezianos tinham o Salvador no trono, com os Evangelhos, a abençoar; do lado oposto, S. Marcos entregava o estandarte da cidade ao doge; eram, como se vê, autênticas medalhas no espírito, religiosas pela presença de Jesus, e comemorativas ou evocativas da cerimónia de transmissão de poderes na presença simbólica de S. Marcos, padroeiro de Veneza, como Santo Ambrósio o era de Milão; o mesmo simbolismo se manteve nos *ducados* ou *sequins* do século XIII: Cristo abençoante, dentro da auréola amigdalóide, S. Marcos entregando o estandarte. O *florim* de Florença adoptou desde o século XII a feição meio religiosa, com a imagem de São João, padroeiro, na primeira fase representada em busto, mais tarde em corpo inteiro e de pé, e heráldica, na face oposta. E bastam estes exemplos para verificar como a medalha se desprenderá da moeda, quando, ao continuar a tradição das imagens nas chapas monetiformes e com a técnica atingida por aquela, a moeda valer por si o poder de compra, e a medalha reservar, pela significação intrínseca, o poder de devoção, evocação e comemoração.

(9) André Michel, obr. cit., pág. 439. O mesmo Maurice Prou inseria no Tomo I, 2.^a Parte desta *História* (1905) o estudo: *L'Art Monétaire*, pág. 699 e ss.

(10) Id., *Id.*

(11) O mesmo se pode dizer de moedas portuguesas como os *são vicentes* e *meios*

2—E. Babelon escreveu o capítulo IV da segunda parte do terceiro tomo da mesma História de Arte (André Michel), capítulo subordinado ao título de *Les Origines de l'Art du Médailleur*. Define o sentido que tomou o termo medalha em França, derivado do italiano *medaglia*. E fá-lo assim: estes termos são aplicados a peças monetiformes, de qualquer metal, que os artistas faziam a pedido de particulares, por estes depois guardadas como joias preciosas, não destinadas à circulação monetária. Continua acentuando que é esta a acepção moderna e actual: a medalha tem assim a significação de uma peça comemorativa ou de curiosidade, de piedade ou de recordação, obra de arte monetiforme, frequentemente ornada de um retrato, de uma imagem alegórica ou de fantasia, de um emblema, com inscrição alusiva a determinados acontecimentos, em memória de personagens vivas ou mortas, conhecidas na história, de deuses, heróis, príncipes ou particulares (12). Supõe que a palavra tenha sido usada em Itália antes do meado do século XV e em França no final do século, segundo parece pelas Memórias de Philippe de Commines, em parte redigidas no ano de 1497 (13).

Ainda Babelon estabelece correlação entre as moedas romanas, bizantinas e romano-medievais, e as medalhas de devoção. As medalhas de módulo ampliado, tão cobiçadas pelos colecionadores com o nome fictício e moderno de «medalhões», eram usadas pelos galardoados com elas, em suspensão de colares, *comme nos médailles de dévotion* (14). E insiste em afirmar que à medalha moderna, como a definiu, é ainda a antiguidade que fornece os primeiros modelos e inspira os modernos; no entanto, para ser como é, teve de se libertar do condicionalismo de moeda, a moeda-medalha, para ser única e inteiramente medalha (15).

Também a aplicação, a objectivos religiosos, das moedas romanas e bizantinas dos imperadores, com emblemas cristãos, ou que os cristãos pudessem

são vicentes de ouro, de D. João III, e das *conceições* de D. João IV. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1874, págs. 261 e 262, n.ºs 7 a 9, «são vicente» e «meio são vicente», Est. XV; e vol. II, 1877, págs. 15 e seg. Est. XXX, «conceição».

(12) A. Michel, *Hist. de l'Art*, T. III, 2.^a Parte, Paris, 1908, pág. 898.

(13) No final das observações sobre as medalhas no tempo dos Romanos e da alta Idade Média, Ernest Babelon insiste: o divórcio entre as moedas e a medalha, que só aparece no fim do século XV, como verificou, produziu-se nos monumentos e nos factos anteriores aos últimos anos do séc. XIV. (Pág. 901).

(14) A. Michel, *Hist. de l'Art.*, id. (Babelon), pág. 900).

(15) *Id. Id.*, pág. 901.

tomar como tais, tem de ser observada com atenção, para distinguirmos a origem das medalhas de devoção. Recorde-se que, pela Idade Média adiante, o Império Bizantino conserva, desenvolve e propaga com orgulho as tradições romanas; e, na estabilidade milenária do Império do Oriente, o Cristianismo dominou e influenciou com toda a potência no Ocidente bárbaro. Constantino Magno foi considerado e eleito o representante de Cristo, por ele enviado à terra, um «décimo terceiro apóstolo»; viveu em rigoroso ambiente de grandiosidade e de prestígio religioso. Ao espírito superior do poder do Papado no Ocidente aliar-se-ia depois, nas consequências culturais, a vantagem artística e mercantil do Oriente. E o facto colaborou profundamente na medalhística ocidental, estimulada pela sugestão da beleza dos modelos e pelo processo técnico das obras artísticas, divulgadas por Bizâncio. A origem das medalhas religiosas ou de devoção há-de encontrar-se nessa evolução, ao longo de várias fases, todas tendentes ao objectivo de fé demonstrada, que finalmente se sobrepõe a todas as mais aplicações, para se firmar e unificar no desígnio próprio.

Nem todas as medalhas de representação ou simbolismo de religião correspondem ao que é hoje a medalha de devoção. No entanto, quer na origem, quer na trajectória secular da medalha de afirmação religiosa, houve medalhas de expressão religiosa, que nem foram de uso pessoal, suspensas como as outras, antigas e modernas, nem eram já as placas monetárias.

No Dicionário de Dom Fernando Cabrol fizeram-se referências a discos metálicos, inteiros uns, fragmentados outros, que tinham figuras em relevo apenas de um lado, e eram lisas do oposto; por esta face os fixavam no tecido dos trajes e nos móveis. Os exemplares representados ou citados são do século II ao século IV; as personagens revelam o significado cristão: os apóstolos S. Pedro e S. Paulo, em bustos que se defrontam, o apóstolo S. Paulo (fragmento de disco de prata), a adoração dos Reis Magos, Daniel na caverna dos leões. Não merece dúvida que são medalhas de devoção, o que também reconhece o autor do estudo, que é assinado por H. Leclercq, e foram quase todas encontradas em cemitérios cristãos (16).

A par das medalhas comemorativas de factos e de personagens da História foram igualmente feitas medalhas comemorativas de acontecimentos de ordem religiosa. Estavam dentro do mesmo conceito de comemoração. Apenas o assunto as diferenciava. Eram verdadeiras medalhas de devoção pelo que exprimiam e quando exprimiam factos de devoção. Não basta, a lembrar as moedas, já citadas, das cidades italianas, a presença de uma imagem de santo,

(16) *Diction. d'Arch. Chrétienne...*, T. I, 2.^a Parte, col. 1830-1833.

seja ou não o padroeiro da cidade ou da entidade a que pertence a moeda, para esta se transformar em *medalha de devoção*; fica, ao que me parece, no caminho dela, mas falta-lhe muito para o chegar a ser. Já estão mais próximas, e só lhes faltam duas exigências (o sentimento exclusivamente religioso, com ou sem legendas, e a faculdade de ser portátil no uso pessoal, corrente), para atingir a meta da verdadeira e real «medalha de devoção». Mesmo assim, não deixam de exprimir devoção e de se referir a factos de devoção. É o caso, por exemplo, das medalhas comemorativas da fundação da Basílica do Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida por Basílica da Estrela, em 1779, em Lisboa, ou das celebrações do Cinquentenário da Definição do Dogma da Imaculada Conceição de Maria no Sameiro, em 1904, de que falaremos adiante. Também não deixa de o ser a medalha, que D. Pedro II mandou fazer e destinou ao túmulo de S. Francisco Xavier, na igreja do Bom Jesus em Goa. O significado espiritual dessas medalhas é perfeitamente o das medalhas de devoção. Esta concorda com as dos séculos II a IV, próprias para serem fixadas em estofo ou móvel.

Quando Artur Lamas no volume I, único publicado (17), *Medalhas Portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, faz a classificação das medalhas, estabelece estes grupos: A — *Comemorativas* de factos, de personagens a quem foram dedicadas, de monumentos, etc.; B — *De galardão* ou recompensa; C — *Medalhas-insígnias*: a) das ordens: religiosas, militares e civis; b) de corporações, ou agrupamentos de carácter religioso; D — *Religiosas* ou cultuais, vulgarmente denominadas verónicas ou veneras (18).

Ora, entre as comemorativas, há as de factos e personagens de religião, como foi aludido acima; só não entrarão no grupo D de A. Lamas, por não serem destinadas a andarem suspensas de colares e cordões dos devotos. No grupo B cabem as de prémios, por exemplo, de colégios religiosos, e as de organizações, embora não religiosas, mas distribuídas em festas de padroeiros, e todas andam e ficaram ligadas a motivos de devoção. As «medalhas-insígnias» das ordens religiosas, estas por natureza própria da sua formação, e militares, como derivadas das antigas ordens militares com voto religioso e com a imagem ou o símbolo-emblema do patrono respectivo, devem ser incluídas na classificação de «medalhas de devoção», porque directamente ou indirectamente o são. O mesmo sentido devoto é o das medalhas de associações, ligas, irmandades, confrarias, etc., de carácter religioso. Compreende-se e justifica-se a classificação de Artur Lamas; mas, para o objectivo presente nesta

(17) A obra planeada foi interrompida pelo falecimento do Autor em Paris.

(18) Artur Lamas, *Medalhas Portuguesas...* Lisboa, 1916, Prefácio, pág. IX-X.

nota e em atenção à sequência do assunto, a classificação do saudoso medalhista deve ser alterada e ampliada.

Certamente não é razão suficiente para as separar em capítulos diferentes o facto de umas medalhas terem suspensão e outras estarem desprovidas dela. Medalhas de peregrinação ao Santuário do Sameiro, ao do Bom Jesus do Monte, ou ao da Senhora de Fátima, ou de comparência e visita aos mesmos santuários, tanto as há com argolas de suspensão, alfinetes de prisão e botão de encasar na lapela, como as há iguais, variantes de dimensões, aplicadas a objectos de devoção e de memorial. Também as medalhas comemorativas, como as do Sameiro e da Basílica da Estrela, foram comprovativas de factos de devoção, e não tiveram aneis ou lhes fizeram furos de suspensão, para deixarem na verdade de ser medalhas de devoção. Por isso agrupamos na designativa de «medalhas de devoção» todas as que revelam objectivo religioso e assim lhes chamaríamos com maior propriedade «medalhas religiosas».

No capítulo «A Medalha em Portugal», na Introdução do livro de Artur Lamas (19), nota-se a pobreza da medalhística em nosso país; só teve surto nos princípios do século XVIII, no reinado de D. João V (20). As que se fizeram nos séculos XVIII e XIX, ou foram trabalhos de artistas estranhos, com provas quase sempre insuficientes, ou de artistas nacionais pouco felizes. António Mengin abriu medalhas e cunhos de moedas reais; foi um dos homens que no estrangeiro D. João V mandou contratar para o exercício artístico em Portugal; trabalhou para este Monarca e para D. José. Outros nomes de gravadores de moedas, que já pertenceram ao século XIX, foram os de José Gaspart, ainda do tempo de D. José, mas falecido já neste século, João de Figueiredo, do Arsenal do Exército, José António do Vale, Henrique Vassallo, Vicente Leite, Avelino Peres, Francisco Xavier de Figueiredo, Amaro Marques, Charles Wiener, Jean Joseph Dubois, e outros, que em nada ou em muito pouco permitiram que a medalhística portuguesa progredisse em técnica mas principalmente em bom gosto e arte.

(19) «Introdução», de pág. XVI em diante.

(20) Nos alicerces da construção do convento joanino de Mafra foram depostas medalhas, cunhadas no reinado de D. João V; Francisco Xavier da Silva inseriu a lista delas no *Elogio funebre e historia...* de D. João V, Lisboa, 1750, págs. 229-231; Fr. João de S. Joseph do Prado, *Monumento sacro da fabrica, e solemníssima sagração da santa basilica do real Convento, que junto à villa de Mafra dedicou a Nossa Senhora e Santo Antonio a Magestade Augusta do maximo Rei D. João V*, Lisboa, 1751; descreve-as a págs. 6 e 8. Este religioso, a quem Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, chama Fr. João José do Prado, foi perito em assuntos de cerimónias eclesiásticas, pelo que foi «eleyto Mestre dellas em o Real Convento de Santo Antonio de Mafra, fundado pela magnífica piedade del-Rey D. João o V» (*Bibliot. Lusit. s. v.*).

As medalhas de devoção eram numerosas mas de padrão e feitura de Itália, do século XVIII por diante, algumas delas datadas e muitas com designação da cunhagem em Roma. As que viessem de outra origem, obedeciam aos mesmos tipos e padrões, sem indicação da origem, pelo que se deve concluir que afinal eram todas ou na grande maioria italianas. São muitas as que existem em colecções particulares, bastantes as que se encontram a cada passo como relíquias e curiosidades de família, ou dispersas aqui e além, como «coisas antigas»; o Museu Etnológico tem bom número delas na sua «Secção de Medalhística».

As formas destas medalhas, com a suspensão, ora de argola, ora de aselha simples ou dupla, variavam entre circulares, elípticas, rectangulares de cantos truncados (octogonadas); havia-as cruciformes equiláteras, com a figuração circular ao centro, e estrelares com a mesma disposição centrada da imagem. As dimensões das medalhas da colecção do Museu Etnológico vão de 0,^m023 de altura por 0,^m020 de largura, a respectivamente 0,^m055 por 0,^m042, nas de maior vulto. Foram, pelo tamanho, as que mais resistiram às perdas e desca-minhos. Mas também abundam as de menor porte.

3 — Já ficou dito que devem considerar-se «medalhas de devoção» as comemorativas de qualquer acontecimento ou de homenagem a qualquer entidade, quando têm por objectivo a expressão de sentimento religioso. Foi matéria de fé a decisão de D. Pedro II oferecer um medalhão, expressamente feito, para ser colocado no túmulo de S. Francisco Xavier em Goa; supõe Artur Lamas que foi cunhado em Lisboa, no reinado do Soberano (21). Por voto a cumprir, levantou D. Maria I em Lisboa a Basílica do Sagrado Coração de Jesus; por comemoração do facto mandou cunhar medalhas: uma com a fachada do templo numa face e a planta (VESTIGIUM TEMPLI) na oposta; outra com o Coração de Jesus em glória e esplendor, no anverso, e a inscrição declaratória da fundação, no reverso (CUI. BENEFICIUM./ACCEPTAE. PROLIS./DEBETUR./AD. IMPERII. LUSITANI./FIRMOREM./STABILITATEM.//); outra com as efígies conjugadas de D. Maria I e D. Pedro III na face, e, dentro de uma sacra nobre, na contraface, a legenda comemorativa e a data no exergo: ANNO DOMINI./MDCCLXXIX (22). De devoção foi a medalha de desagravo

(21) Artur Lamas, *Medalhas*, «Introdução», pág. XIX. Como o A. cita sempre Lopes Fernandes, abstenho-me de o repetir, mas aqui tenho de o fazer: *Memória das Medalhas...* Lisboa, 1861, n.º 131 (reprodução do medalhão).

(22) Art. Lamas, respectivamente, pág. 62, n.º 56, pág. 64, n.º 70 e n.º 64. Outras da

e de comemoração, pelo desacato cometido em Lisboa na igreja de Santa Engrácia, acontecimento que provocou a erecção do imponente e curioso templo da mesma invocação, todavia inacabado (23). De comemoração de acontecimento de devoção é a medalha comemorativa do primeiro centenário da fundação do santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga, no ano de 1864 (24). No mesmo caso está a medalha comemorativa da exposição do corpo de S. Francisco Xavier, em Goa: a medalha tem expressamente na legenda o seu objectivo: LEMBRANÇA / DA EXPOSIÇÃO / DO CORPO / DE / S. FRANCISCO XAVIER / EM 1878.//; no anverso, tal qual as medalhas vulgares, contém a jaculatória: S. FRANCISCO XAVIER ROGAI POR NÓS. Comemorativa é a medalha dedicada em 1878 ao Santo Padre Pio IX (25). É também do grupo a medalha, que, em Maio de 1886, a Arquidiocese de Braga consagrou ao Sagrado Coração de Jesus, da Cidade. Comemorativas e devotas foram as medalhas numerosas, que apareceram em 1895, quando corriam as celebrações do sétimo centenário de Santo António; em 1891, a Associação Tutelar da Infância de Santo António comemorara com medalha sua a instituição (26). Do mesmo ano é a do primeiro Congresso Internacional Católico (27).

Entre as medalhas de origem italiana do século passado, aparecem muitas dedicadas a «S. Antonio di Padua», só ou com «S. Francisco O. F.», «S. Bárbara V. M.», «Sancta Elena», etc., o que se dá com as da mesma devoção, feitas em Itália, trazidas de lá por visitantes e por peregrinos portugueses.

Medalhas comemorativas e simultâneamente de devoção foram cunhadas para as festas jubilares da definição dogmática da Imaculada Conceição, no Sameiro, em Braga, com a dupla data comemorativa 1854-1904 (28). De comemoração é a medalha da celebração da primeira missa na nova igreja de Cedofeita, no Porto, em 1906 (29). Foi também comemorativa a medalha do primeiro

mesma comemoração: págs. 63, n.º 60; 64, n.º 65 e n.º 68; etc. São de prata, bronze e estanho ou chumbo.

(23) Art. Lamas, «O Desacato da Igreja de Santa Engrácia e as insígnias dos Escravos do Santíssimo Sacramento», em *O Archeologo Português*, vol. X, Lisboa, 1905, págs. 224 e ss.; *Medalhas*, «Introd.»; pág. XIX.

(24) A. Lamas, *Medalhas*, págs. 313, n.º 243.

(25) A. Lamas, *Medalhas*, págs. 279-280, n.º 185.

(26) Foram muitas as medalhas comemorativas do centenário de Santo António, feitas de metal e de barro limpo, colorido ou vidrado. Ver em A. Lamas, *Med.*, de págs. 355, n.º 262 a 367, n.º 297, vinte e nove exemplares incluídos.

(27) A. Lamas, *Medalhas*, pág. 340, n.º 256.

(28) A. Lamas, *Medalhas*, de págs. 438-439, n.º 373, e 441, n.º 378.

(29) A. Lamas, *Medalhas*, pág. 460, n.º 398.

Congresso Eucarístico de Viana do Castelo, em 1929; igualmente, a do segundo Congresso Nacional do Apostolado do Coração, no Porto, em Julho de 1945, por ocasião do centenário da instituição desse culto, 1844-1944. Já em 1858 era conhecida uma medalha de devoção do Apostolado, datada de III/DE/DE-ZEMBRO/MDCCCLVIII. Também medalha comemorativa e de devoção é a da peregrinação ao Sameiro, pelo quinquagésimo aniversário do Apostolado, com a data de 20 de Maio de 1894.

Como estas, outras medalhas comemoraram, com a cunhagem e o curso, acontecimentos de ordem de devoção. Ficam as indicadas, para considerações convenientes e por motivo de classificação.

As insígnias de associações religiosas, institutos, irmandades, confrarias, não facultam discussão, pois, se cada uma tem seu fim de devoção particularizada e seu patrono ou padroeiro, é evidente que temos de as classificar dentro do esquema das medalhas de devoção. As insígnias do Apostolado da Oração, tanto as dos associados gerais como as dos cargos de zelatura, são verdadeiras medalhas distintivas de um aspecto ou sector do culto religioso; variam as formas na unidade cultural, desde as monetiformes às cruciformes e em feição de escudo. As insígnias da Cruzada Eucarística das Crianças, em forma de cruz, e as das Irmãs Eucarísticas na de coração (Ordem Terceira de S. João Eudes), pertencem à mesma categoria de medalhas de devoção. A já citada medalha de desagravo do desacato de Santa Engrácia serviu de insígnia à Associação das Escravas do Santíssimo Sacramento, que se fundou para continuidade e permanência do desagravo.

A Mina de S. Domingos teve por padroeira Santa Bárbara; festejava-a no dia litúrgico respectivo; como festejava também o onomástico em S. Domingos. Em 1904, a empresa cunhou medalha de alumínio em memória dos «FESTEJOS A S. DOMINGOS», com imagem do Santo no anverso e a respectiva legenda jaculatória, e o templo no reverso; medalha comemorativa, pois. No dia de Santa Bárbara era distribuída aos «torneiros» uma medalha de devoção: a imagem com a legenda SANCTA BARBARA ORA PRO NOBIS, de um lado, e o cálice eucarístico no meio de uma haste de trigo, à esquerda, e outra de videira com uvas, à direita, acompanhado da legenda COR JESU SACRATIS M. NOBIS. Quer dizer: a medalha comemorativa de uma data devota não excluía a medalha permanente de devoção. Deve também observar-se que nem sempre as medalhas de devoção pertencem a associações religiosas, embora ligadas a actos cultuais.

Mais pessoais, sem deixarem de obedecer ao mesmo critério e ao mesmo sentimento religioso, são as medalhas cunhadas de uma só face, para serem aproveitadas em oportunidades familiares, ficando a face lisa reservada à le-

genda comemorativa. São para tal fim escolhidas medalhas de devoção de um santo apropriado; conheço uma medalha de prata de S. Luís de Gonzaga, padroeiro dos rapazes, que serviu para comemorar o dia da primeira comunhão de um jovem; ofereceram-lha o pai e os irmãos, que deixaram na face lisa a data, o acontecimento comemorado e a indicação dos oferentes: medalha comemorativa e medalha de devoção (30).

Os colégios de feição religiosa têm seu patrono; aparece nas medalhas de prémios escolares. O Colégio dos Nobres tinha a imagem de Nossa Senhora da Conceição nas suas medalhas. A medalha escolar do Colégio dominicano do Corpo Santo em Lisboa era do mesmo teor (31). A medalha da Universidade de Coimbra, como o sêlo universitário, foi dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Os santuários mais concorridos cunharam a sua medalha, cuja distribuição manifesta a presença de quem os visitou e a colaboração em festas do orago e em peregrinações e romarias. Correspondem ao uso dos antigos «registos de santos». Antes do emprego, já tardio, das medalhas de santuários, autênticas medalhas de devoção, o «registo de santo» significava o mesmo que elas depois representaram; certamente foi o registo a causa de se desenvolver tarde o uso da medalha das peregrinações e das devoções particulares, que não exigiam deslocamento mais ou menos longo e duradouro. Os «registos» estavam na tradição; as irmandades e confrarias tinham as suas chapas da gravura, e imprimiam-nas sempre que lhes fosse necessário; além disso, as casas editoras imprimiam «registos» em série, com o lugar da legenda em branco, servindo assim para qualquer lugar; desde que a imagem correspondesse, parecida ou não, isso pouco importava à imagem particularmente festejada.

Como aconteceu com as medalhas, também «registos» foram estampados por voto e devoção de particulares. Quem hoje traz da Senhora do Sameiro, do Bom Jesus de Braga, da Senhora dos Remédios, de Lamego, da Senhora da Nazaré, da Senhora de Fátima, as medalhas dos santuários, trouxe, exceptuada a última invocação, por mais nova, os «registos» respectivos.

trouxe, exceptuada a última invocação, por mais nova, os «registos» respectivos.

Muitas das medalhas, de que se falou, quer de comemoração devota, quer de associações, e de variada devoção, figuraram na Exposição de Arte Sacra, realizada no Porto, na oportunidade do segundo Congresso Nacional do Apostolado da Oração (1944). Estiveram entre elas exemplares numerosos de medalhas estrangeiras, a que se não fez aqui referência, porque só das portuguesas

(30) Outra: Anv. S. LUIS; Rev. Primeira | Comunhão | Lembrança de | seus irmãos | 21-6-904; AR. 0,0155. É uso muito antigo; a propósito, é notável o estudo de J. Corblét, *Médailles baptismales de l'Antiquité Chrétienne et du Moyen Âge*, na «Revue des Sociétés Savantes», T. VII, 1878, págs. 88 a 95.

(31) Xavier da Cunha, *A Medalha Escolar do Colégio do Corpo Santo*, Coimbra, 1907.

era interesse curar; de mais, os tipos e as aplicações obedecem ao mesmo padrão e a igual destino. O *Album da Exposição*, organizado por B. Xavier Coutinho, faculta os necessários esclarecimentos (32).

4 — Podemos em conclusão formar um esquema de estudos, para sequência de averiguações e de informes da história e do uso das medalhas religiosas. Seja qual for, deve ser nestas linhas gerais:

Origem da forma-padrão e das representações figuradas e simbólicas. Uso.

Encontro das moedas-medalhas com as medalhas de devoção, e destas com os «registos de santos» com as imagens festejadas: como eles, a medalha sinal de presença, devoção, recordação.

Aplicação: festas de orago, peregrinações e romarias, preferências de devoção, comemorativas (pessoais e de acontecimentos colectivos; de aniversários, centenários, anos santos), de homenagem, indulgenciais, etc. Insígnias (ordens, irmandades, colégios religiosos, etc.).

Utilização: pessoal, em oratório, em terços e rosários, na ourivesaria, para prémios, prendas e lembranças.

Forma: circulares, elípticas, cordiformes ou simplesmente ovais, triangulares, rectangulares, losangulares, oitavadas (rectângulo de ângulos rebaixados linearmente), cruciformes (quadriláteras ou de cruz latina), estrelares; inteiras e vazadas; de bordos lisos, serrilhados, recortados; guarnecidas de pedras, etc.

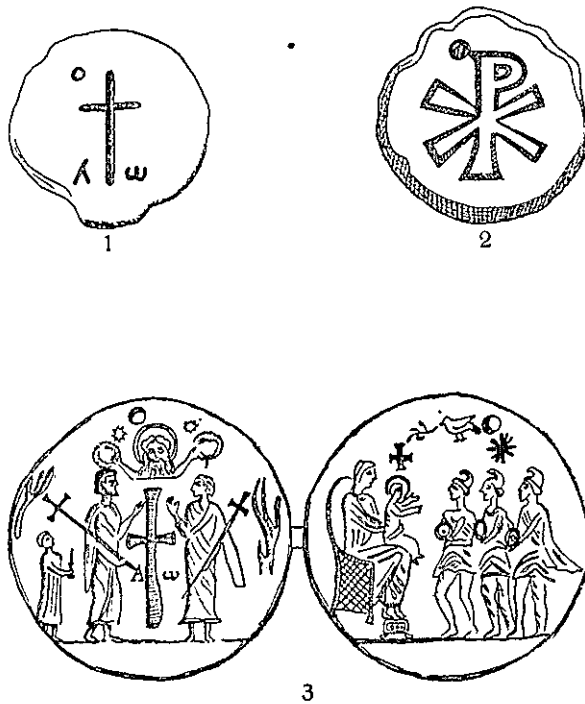
Material: ouro, prata, prata dourada, bronze, bronze dourado, latão, cobre, alumínio, chumbo. Dourado, prateado, niquelado; esmaltes (totais ou parciais); filigranas. Gêssos, faiança, barro, com esmalte ou vidrado, nu ou pintado.

Técnica: gravura, cinzelado, fundição em pequeno ou grande relêvo.

Legendas: transcrições dos livros sagrados, jaculatórias, nomes, evocações históricas, laudatórias, evocativas, etc.

Figuração: anverso e reverso: imagem-imagem; imagem simples-imagens agrupadas; imagem-cena episódica; imagem-símbolo; imagem-santuário; imagem-oração; imagem-legenda comemorativa; grupo-grupo; grupo-alegoria; símbolo ou alegoria-símbolo ou alegoria; retrato-símbolo; retrato-evocação; retrato-invocação; retrato-legenda; figuração-reverso anepígrafo e liso.

(32) B. Xavier Coutinho, *Album da Exposição de Arte Sacra* do 2.º Congresso Nacional da Oração, 1844-1944. Porto, 1946: 3.º Capítulo «Numismática e Medalhística», págs. 175-179, e, especialmente, b) Medalhística religiosa, págs. 179-193, com numerosas fotografuras.



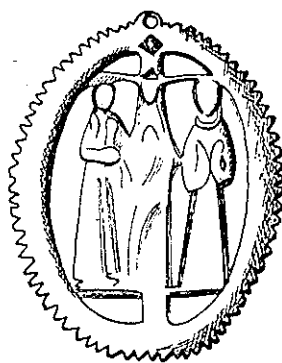
N.º 1 e 2: medalhas de prata, unifaces, com a cruz e o *chrismon* gravados e esmaltados de negro: séc. IV ou V. (Vid. 1.ª página deste estudo). Do *Bulletino di archeologia cristiana*, 1869, Est. III, n.º 3 e 4.

N.º 3: medalha bizantina, biface, com a coroação de S. Pedro e S. Paulo no Paraíso, no anverso, e a adoração dos Reis Magos, no reverso. Séc. V ou VI? (Cfr.. nota7). No mesmo *Bul. di arch. crist.*, n.º 9.

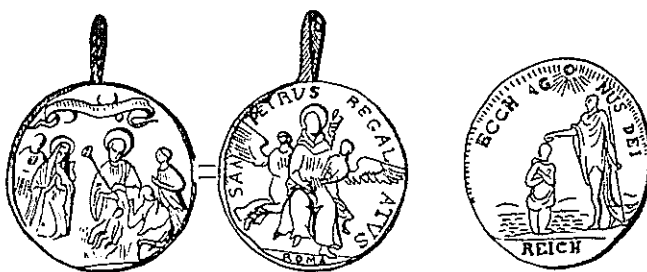


1

2



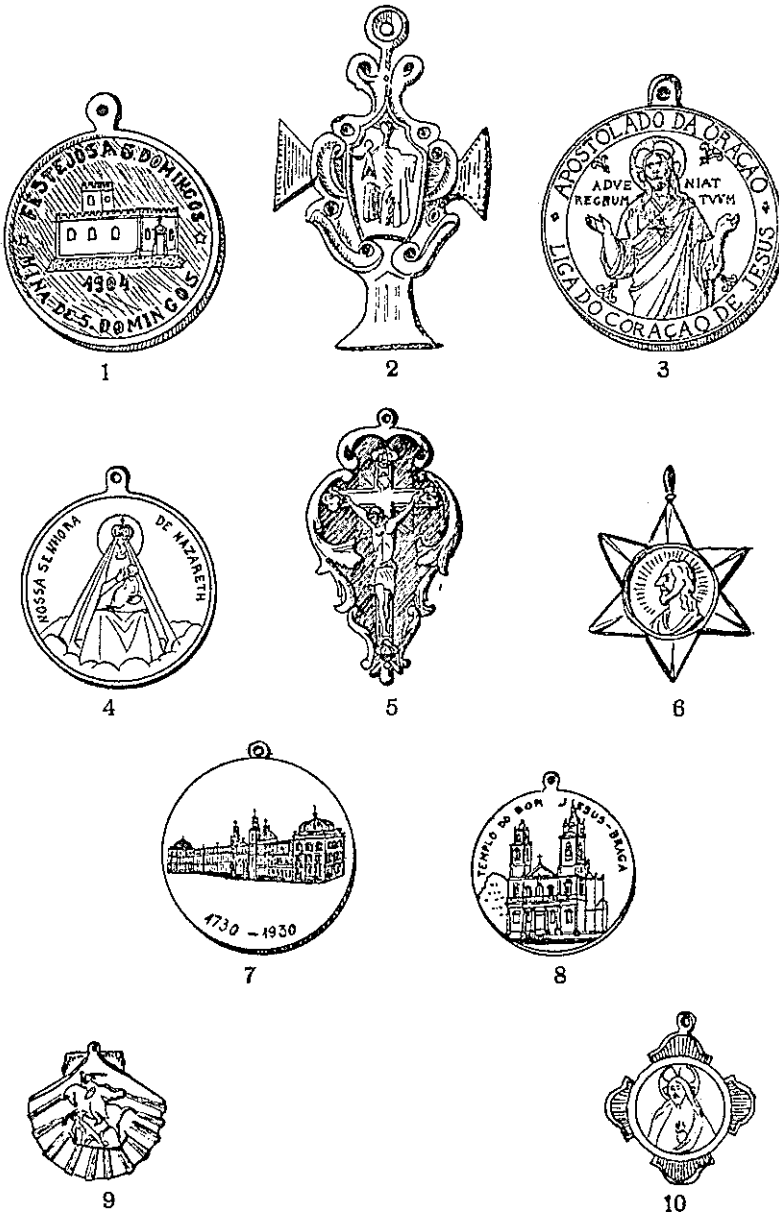
3



4

5

Medalhas de bronze: n.ºs 1, 2, 4 e 5, inteiras e de bordos lisos; n.º 3, vazada e de bordo serrilhado. Modelos dos séculos XVII e XVIII. Bifaces. N.º 4: anverso com a Adoração dos pastores; reverso com «San Petrus Regalatus». N.º 5, Baptismo de Jesus Cristo.



Medalhas de devoção, de vários modelos e metais, dos séc. XIX (final) e XX: de alumínio, cobre, cobre dourado, latão, estanho (n.º 2): comemorativas (1, 7), do Apostolado da Oração (3, 6 e 10), de peregrinações e romagens (4, 8 e 9), de irmandade (5, do Senhor dos Navegantes, de Lisboa).

CATALOGO DAS FICHAS DA MADEIRA

POR AGOSTINHO BARRADAS

Sempre julgamos conveniente que toda a colecção numismática tivesse o seu catálogo, ainda mesmo padecendo de deficiências que por qualquer circunstância não tivesse sido possível evitar inicialmente.

Quer como achega ou subsídio para ulteriores estudos, quer como divulgação de espécimes ainda não conhecidos, embora o «Almanach de Lembranças Madeirense para 1908», Edição Bureau de la Presse, Funchal, contenha um curioso estudo destas fichas firmado por Carlos Carvalho, o trabalho que vai seguir-se tem a mais um ou outro espécime novo, as estampas dos exemplares feitas por decalque, além de numerosas variantes que não foram ainda devidamente divulgadas.

Com o título «Münzen und Medaillen der Insel Madeira», foi publicado no N.º 173 de Janeiro de 1875 da Berliner Münzblätter pelo Director do Seminário do Bom Despacho (Madeira), o padre alemão Ernst Schmitz, um curioso artigo, com gravuras, em que se aludia a algumas fichas e tentos da Madeira oferecidos pelo professor madeirense José Sarmento.

Posteriormente, 8 de Abril de 1903, «O Diário do Comércio» do Funchal também publicou uma notícia sobre as fichas da Madeira que possivelmente foi depois ampliada no trabalho de Carlos Carvalho.

Alberto Artur Sarmento publicou em 1933 um livrinho referente a Moedas, Selos e Medalhas na Madeira — Tip. Camões — Funchal, em que faz alusões, também, ao emprego das fichas que agora aqui reproduzimos.

As primeiras fichas madeirenses foram emitidas pelo comerciante local João Francisco Esmeraldo, nos fins do século XVIII, 1793, possivelmente para suprir as deficiências de moeda miúda em circulação, que naquele tempo dificultariam as transações comerciais. O seu uso foi-se generalizando e várias firmas e estabelecimentos lançaram mão do engenhoso expediente, que foi aceite com grande confiança, por quase toda a população madeirense, usando-o como uma espécie de moeda de necessidade até aos primórdios do século XX.

Como aliás no arquipélago dos Açores, na Madeira o numerário circulante, desde D. António, Prior do Crato, durante cerca de três séculos, representava um verdadeiro caos. A falta de moedas, a má qualidade de todas que ali circulavam, a diferença de valor que tinham de ilha para ilha e até das ilhas para o continente (a deste considerada forte), tudo isto nos dá ideia da situação embaraçosa que sofreriam, nesse período, aqueles povos no grangeio habitual da vida.

Houve épocas em que ali correu a maior variedade de dinheiro. As moedas do reino, as provinciais, as do Brasil e Angola, as espanholas antigas, algumas carimbadas, muito gastas, outras irreconhecíveis, quase simples discos de metal.

Aí por 1780 apareceram tostões falsos, depois outras moedas falsas imitando as espanholas, mas o maior prejuízo deste descabro verificou-se com o cerceamento ou limagem do bordo das moedas. Os discos não serrilhados, como os quartos mexicanos e algumas pesetas, eram limados para lhes roubarem a prata, com a certeza de que mesmo assim, reduzidas muitas vezes a proporções ínfimas, correriam ainda, como correram, com o nome de «cascalho ou fagulhas».

A maior parte do dinheiro falso era fabricado na Inglaterra, na Holanda e algum na Espanha.

Os sucessivos alvarás, decretos e editais, as inúmeras queixas e representações de toda a espécie, com que se procurou remediar tão grave situação, provam a caótica circulação monetária das nossas terras insulares durante aqueles três séculos.

Não admira, pois, que algumas casas comerciais mais importantes da ilha da Madeira tivessem mandado cunhar estas fichas para obviar a tão grandes inconvenientes.

Fabricaram-se em várias matérias: vermeil, prata, cobre, latão, níquel, alumínio, chumbo, folha de flandres, marfim, osso, cartão, etc., etc.

Com algumas formas diferentes, desde o clássico disco ao polígono mais ou menos regular, as fichas da Madeira foram cunhadas e fundidas, levando gravadas, além da indicação da entidade emissora, os valores que representavam, restituíveis oportunamente em moeda corrente.

O seu conjunto, até como documentação do crédito que então gosava o comércio daquela ilha constitui uma colecção interessantíssima que muito pode contribuir para o estudo económico do tempo. Na verdade estas fichas foram uma espécie de títulos representativos da moeda legal. Algumas têm mesmo inscrita a fórmula: «Pagarão ao portador», que conferia a transferência para novo possuidor do valor ali mencionado. Outras, como refere o artigo «Fichas da Madeira», de Carlos Carvalho, a que já aludimos, serviram para ser entregues aos boieiros e borracheiros que no final da semana as trocavam por

moeda corrente. Temos aqui uma função própria dos *contos* ou *jetons*, pois assim se fariam determinados cálculos e pagamentos. De qualquer forma, uma espécie de moeda particular, vales resgatáveis em moeda legal, com que algumas firmas comerciais obviaram à escassez da moeda circulante.

Contudo é estranha a rigorosa sucessão cronológica que se verifica nestas emissões, parecendo quase não ter havido duas casas comerciais na Ilha que tivessem sentido ao mesmo tempo as dificuldades provenientes da falta de moeda miúda em circulação. O facto pode encaminhar-nos a admitir outro motivo, para o uso das fichas, de carácter puramente restrito à organização interna das entidades emissoras.

Em boa verdade não reconhecemos grande valor ao nosso trabalho, feito sem preocupações de cientista e com uma representação de modelos que não nos foi possível melhorar convenientemente. Mas, quando começamos a arrecadação destes objectos foi com a ideia de algum dia os podermos reunir num modesto catálogo, na esperança de poder vir a ser de alguma utilidade, pelo menos para os iniciados no seu coleccionismo.

A ideia criou corpo e pôde agora ser completamente realizada, com a publicação em NVMMVS, para a qual me apraz confessar ter recebido valioso auxílio e colaboração dos Ex.^{mos} Senhores Eduard Niepoort, Alexandre Barros e Mário Ramires, e bem assim do Ex.^{mo} Senhor Manuel Bianchi (Vale Paraíso), que me facultou a sua preciosa colecção — por certo a melhor que existe no género — e me permitiu obter decalques de todos os seus espécimes raros. A todos manifesto por esta forma o meu reconhecimento.

Na rebusca de mais elementos para o possível ajustamento deste trabalho deparamos com referências às Fichas da Madeira em Catálogos de venda e de leilões de moedas, alguns dos quais fornecem indicações claras do apreço e elevado custo alcançado por determinados espécimes. Os 14 principais são:

Cat.º Maria Guilhermina: 4.º, de 1903; 5.º, de 1904; 7.º de 1906.

- » Cyro de Carvalho: Set.º de 1905.
- » J. G. Souza Braga: Março de 1906 (Rio de Janeiro).
- » Campos & Lamas: Set.º de 1906.
- » J. Meili: Maio de 1910.
- » Joaquim Freitas da Silva: Abril de 1911.
- » J. Schulman: de 19-XII-1910; n.º LV, de Dez.º de 1911; n.º LVI, de Abril de 1912; Out.º de 1912; Março de 1914; n.º 76, de Out.º de 1921.

ABREVIATURAS

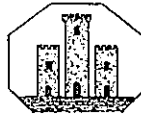
AE — Cobre
 AL — Alumínio
 AR — Prata
 CA — Cartão
 FE — Ferro
 FF — Folha de Flandres
 L — Latão
 MA — Marfim
 NI — Níquel
 OS — Osso
 PB — Chumbo
 SO — Sola
 SN — Estanho
 VE — Vermeil
 Z — Zinco

s. v. — Sem indicação de valor
 dd — Data desconhecida
 c — Comum
 r — Rara
 rr — Muito rara
 rrr — Raríssima
 A B — Coleção do autor
 M B — Coleção Manuel Bianchi
 E N — Coleção Eduard Niepoort
 R C — Coleção Raul Couvreur
 Alm. — Almanach de Lembranças Madeiren-
 se, 1908.
 Cat. Sch. — Catálogo Schulman
 W. R. — Catálogo Wayte Raymond

Na 8.^a coluna indica-se para cada ficha a colecção em que existe o exemplar referenciado.

Os asteriscos indicam as reproduções em gravura.

A omissão de descrição do Reverso significa que este é liso.



CATÁLOGO DAS FICHAS DA MADEIRA

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------	------

I — JOÃO FRANCISCO ESMERALDO

Anv. — I. F. E.

Rev. — Algarismos do valor e REIS.

Nunca vimos qualquer exemplar.

1	1793	200	L	rrr	—	1	—	Cat. Sch. - Out. de 1912, n.º 1496
2	»	100		»		»	—	
3	»	50		»		»	—	

II — VICENTE D'OLIVEIRA & C.º

Anv. — VICENTE D'OLIVEIRA & C.º. * No campo os algarismos do valor.

Rev. — MADEIRA · 1 ABRIL. 1799. No campo estrela de 5 pontas.

4	1799	100	L	c	23,5	2	A.B
5	»	80	»	rrr	»	»	—
6	»	50	»	c	»	»	A.B
* 7	»	40	»	»	»	»	»

III — I. W. PHELPS & C.º

Anv. — ∴ I. W. PHELPS & C.º MADEIRA. No campo, em duas linhas, os algarismos do valor e da data.

Rev. — ∴ PAGARÃO .AO .PORTADOR. No campo e em duas linhas as letras do valor e REIS.

8	1802	100	A E	r	33,5	3	A.B
* 9	»	50	»	»	30.	»	»
10	»	40	»	rrr	25.	»	—

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------	------

IV — PHELPS, PAGE & C.º

Anv. — PHELPS, PAGE & C.º MADEIRA. No campo, em duas linhas, os algarismos do valor e da data, dentro de porções de fita circular.

Rev. — ∴ PAGARÃO. AO. PORTADOR. No campo, em duas linhas, as letras do valor e REIS.

11	1803	100	A E	r	29	4	A.B	
» a	»	»	»	rrr	»	»	—	Erro, com Rev. do n.º 9—CINC.TA Id., mas CINC.LA—Cat. Sch. de 1914, n.º 2261. Id., mas CINC.IA—Cat. Sch. de Abril de 1911, n.º 782 Id., mas CINC.A—Cat Sch, n.º 76, de 1921, n.º 1006
» b	»	»	»	»	»	—		
» c	»	»	»	»	»	»	—	
» d	»	»	»	»	»	»	—	
*12	»	50	»	r	25	»	A.B	
13	»	40	»	»	21	»	M.B	

V — COLSON, SMITH & ROBINSON

Anv. — ∴ COLSON, SMITH & ROBINSON. No campo, em duas linhas, os algarismos do valor e da data, dentro dum círculo.

Rev. — Designação do valor, REIS e MADEIRA em três linhas, sendo curva a última.

*14	1804	100	AE	rrr	30	5	R.C
15	»	50	»	»	27	»	A.B
*16	»	40	»	»	24	»	A.B

VI — THAUMATURGO DE SOUZA DRUMMOND

Anv. — 1.º tipo — T S D no campo. Por baixo os algarismos do valor.

2.º » — Como o anterior mas com um S em cima.

3.º » — No campo os algar.ºº do valor. Por cima S; por baixo D.

17	1815	200	Z	rrr	24	6	—	1.º Tipo	Caracteres puncionados
18	»	100	»	»	»	»	M.B	»	»
*19	»	75	»	»	»	»	»	»	»
20	»	50	»	»	»	»	»	»	»
21	»	20	»	»	»	»	—	»	»
22	»	200	»	»	»	»	—	2.º Tipo	»
*23	»	100	»	»	»	»	M.B	»	»
24	»	75	»	»	»	»	—	»	»

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.	
25	1815	50	Z	rrr	24	6	—	2.º Tipo	Caracteres puncionados
26	»	20	»	»	»	»	—	»	»
* 27	»	200	»	»	»	»	—	3.º Tipo	»
28	»	100	»	»	»	»	M.B	»	»
29	»	75	»	»	»	»	—	»	»
30	»	50	»	»	»	»	—	»	»
31	»	20	»	»	»	»	—	»	»

VII — JOÃO ANTÓNIO BIANCHI

Anv. — J. A. BIANCHI. MADEIRA.

Rev. — No centro os algarismos do valor e Rs.

* 32	1816	100	AE	r	26,5	7	A,B
33	»	80	»	»	»	»	»
34	»	60	»	»	»	»	»
35	»	50	»	»	»	»	M.B

VIII — DIOGO ADAMS & C.º

Anv. — ·· DIOGO ·· ADAMS. Leão deitado, à esquerda.

Rev. — MADEIRA. JUNE 1831. No centro os algarismos do valor.

36	1831	100	AE	c	25	8	A,B
37	»	80	»	»	»	»	»
38	»	60	»	»	»	»	»
39	»	50	»	»	»	»	»
* 40	»	40	»	»	»	»	»

IX — BLANDY BROTHERS & C.º (Agência de barcos a vapor)

Anv. — BLANDY dentro dum círculo de pontos.

Rev. — Algarismos do valor e REIS, em duas linhas, dentro dum círculo de pontos.

41	1840	300	L	r	35	9	M.B
42	»	240	»	»	32	»	»
43	»	200	»	»	28	»	»
44	»	100	»	»	25,5	»	»
* 45	»	50	»	»	20	»	»

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------	------

X — DIOGO D'ORNELLAS FRAZÃO (Conde da Calçada)

Anv. — D O F em linha horizontal. Por baixo os algarismos do valor. O todo dentro dum círculo de traços radiais.

46	1841	200	CA	rrr	20	10	M.B	Sinete s/lacre vermelho em cartão
* 47	»	100	»	rrr	»	»	M.B	» » azul escuro » »

XI — ADMINISTRAÇÃO DO CABRESTANTE DO COMÉRCIO

Anv. — COMMERCIO 80 Rs. MADEIRA em três linhas e com os caracteres puncionados, em placa quadrada de cantos cortados.

48	1842	80	s.v.	rrr	32	11	—	Cat. Sch. LV, Dez. 1911 n.º 1702
* 49	»	80	Z	rr	»	»	A.B	
» a	»		»	rrr	»	»	—	Variante imprecisamente noticiada
» b	»		»	»	»	»	—	» » »
» c	»		»	»	»	»	—	» » »
» d	»		»	»	»	»	—	» » »
50,	»	80	»	»	»	»	—	Com furo no zero de 80. (Para servir nos barcos descarregados)

XII — CARLO DE BIANCHI

Anv. — C B e os algarismos do valor, em duas linhas, separadas por um traço horizontal. Caracteres puncionados.

51	1855	100	F.F.	rrr	30	12	A.B
52	»	50	»	»	»	»	»

XIII — FÁBRICA DO TORREÃO (Wm. Hinton & Sons)

Anv. — FÁBRICA DO TORREÃO dentro dum círculo de pontos. No campo, em cima, N.º, seguido dos algarismos de ordem. Por baixo, os algarismos do valor. Algarismos puncionados.

* 53	dd	600	Z	c	25	13	A.B
54	»	500	»	»	»	»	»
55	»	400	»	»	»	»	»
56	»	300	»	»	»	»	»
57	»	250	»	»	»	»	»
58	»	200	»	»	»	»	»
59	»	150	»	»	»	»	»
60	»	100	»	»	»	»	»
61	»	50	»	»	»	»	»

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Coleções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	----------	------

XIV — ALFÂNDEGA DO FUNCHAL

Anv. — ALFANDEGA. DO. FUNCHAL. No restante como a anterior, mas tendo um furo em baixo. Algarismos puncionados.

62	1876	400	L	c	25	14	A.B	
63	»	300	»	»	»	»	»	
64	»	250	»	»	»	»	»	
* 65	»	200	»	»	»	»	»	
66	»	100	»	»	»	»	»	
67	»	80	»	»	»	»	»	
68	»	60	»	»	»	»	»	
69	»	50	»	»	»	»	»	
70	»	40	»	»	»	»	»	

XV — FENAY & IRMÃOS (1)

Anv. — F. I em contramarca sobre fichas anteriores.

71	1884	100	AE	rr	35,5	15	A.B	C/marca sobre a n.º 8 de 1802
*72	»	50	»	»	30	»	»	» 9 »
73	»	40	»	»	25	»	»	» 10 »
74	»	100	»	»	29	»	M.B	» 11 1803
» a	»	»	»	rrr	»	»	—	» 11 a »
» b	»	»	»	»	»	»	—	» 11 b »
» c	»	»	»	»	»	»	—	» 11 c »
» d	»	»	»	»	»	»	—	» 11 d »
*75	»	50	»	r	25	»	A.B	» 12 »
76	»	40	»	»	21	»	A.B	» 13 »
77	»	100	»	rr	30	»	M.B	» 14 1804
78	»	50	»	rrr	27	»	—	» 15 »
79	»	40	»	»	24	»	—	» 16 »

XVI — MANOEL FERREIRA CABRAL (2)

Anv. — M F C — Algarismos do valor.

80	1887	100	Z	rrr	—	16	—	
81	»	50	»	rrr	—	»	—	Cat. Sch., Dez. 1910, n.º 1585.

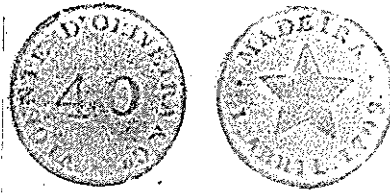
XVII — VIUVA DE ROMANO GOMES & FILHOS

Anv. — V R G, em caracteres puncionados, em placa rectangular de cantos cortados.

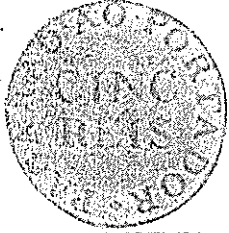
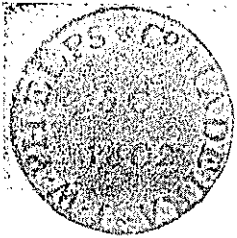
* 82	1888	s.v.	Z	rr	—	17	—	Cat. Sch.: 1912 n.º 1519; 75 de 1921 n.º 1008
* 83	»	»	FF	r	37x28,5	»	A.B	Valor que variou de 120 a 140 réis.

(1) No Cat. Sch., 1912, n.º 1515 e 1516, são atribuídas a Ferraz Irmãos.

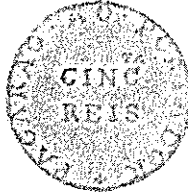
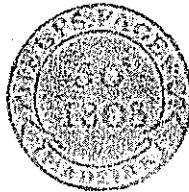
(2) Ernst Schmitz (Cat. Sch. 1912) atribui estas fichas a Manuel Fernandes Camacho.



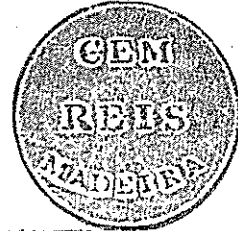
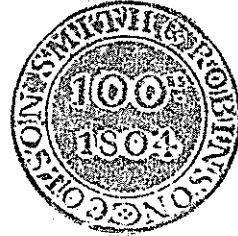
1



9



12



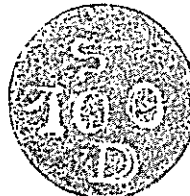
14



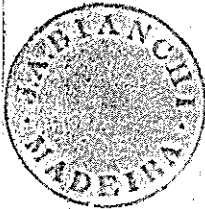
19



23



28



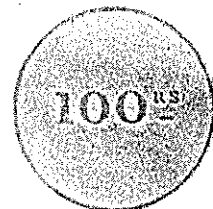
32



40



32



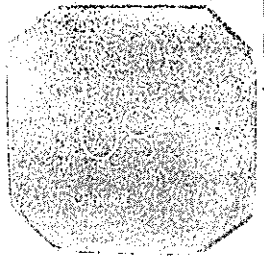
45



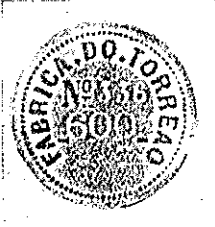
41



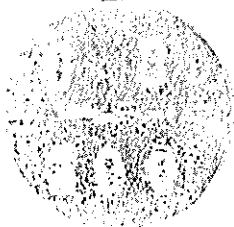
46



49



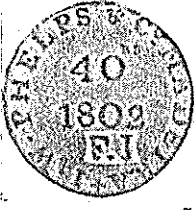
53



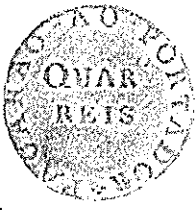
51



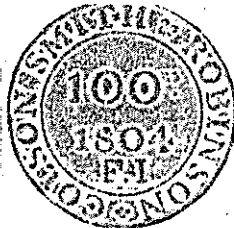
64



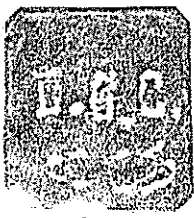
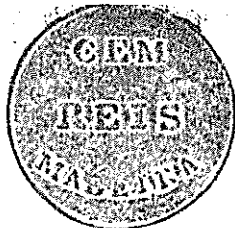
73



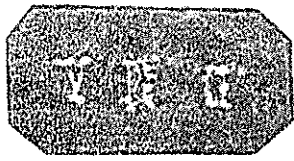
75



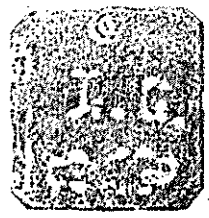
77



55



83



86



84

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------	------

XVIII — A. ISIDRO GONSALVES

Anv. — A. ISIDRO GONSALVES dentro dum círculo de pérolas. No centro uma estrela de 6 raios.

Rev. — MADEIRA * dentro dum círculo de pérolas.

* 84 | 1889 | s.v. | PB | r | 13 | 18 | A.B | Selo de chumbo

XIX — LUIZ GOMES DA CONCEIÇÃO (Vide XXXV)

Anv. — L. G. C. ou L. C. e ornatos, em duas linhas, vazados em placa quadrada de cantos cortados.

* 85 | 1890 | s.v. | F.F | r | 25X25 | 19 | M.B | Com L. G. C.
 86 | » | » | » | » | » | » | M.B | Com L. C.

XX — FRANCISCO RODRIGUES & C.^a (Rua do Sabão)

Anv. — F. R. RUA DO SABÃO em quatro linhas, caracteres puncionados, em placa quadrada de cantos cortados.

* 87 | 1892 | s.v. | FF | r | 33 | 20 | M.B |

XXI — D. ERMINIO POJAL

Anv. — OCTUBRA - CAM BIO - 1896.

Rev. — E. algarismos de valor (100) — P.

Não vimos qualquer exemplar.

88 | 1896 | 3.600 | AL | rrr | — | 21 | — | As indicações do Alm. são pouco claras
 89 | » | 500 | VE | — | — | — | — | a respeito desta série.
 90 | » | 100 | NI | — | — | — | — | Cat Sch. Out. — 1912, n.º1523

XXII — CLUB FUNCHALENSE

Valores representando 10, 5, 2 e 1 tostões.

Não vimos qualquer exemplar.

91 | 1896 | 10 | MA | rrr | — | 22 | — |
 92 | » | 5 | » | » | — | » | — |
 93 | » | 2 | » | » | — | » | — |
 94 | » | 1 | » | » | — | » | — |

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------	------

XXIII — KROHN BROTHERS & C.º

Anv. — KROHN MADEIRA num círculo (hexagono para o 300 rs.) orlado de pontos. No campo uma linha de pontos com algarismos do valor puncionados.

Rev. — Algarismos do valor no campo dum círculo (hexagono para o 300 rs.) orlado de pontos.

95	1897	300	L	c	32	23	A.B
96	»	240	»	»	»	»	»
97	»	200	»	»	»	»	»
98	»	150	»	»	»	»	»
99	»	100	»	»	»	»	»
100	»	40	»	»	»	»	»

XXIV — WILLIAM J. KROHN

Anv. — W. J. K. num círculo orlado de pontos.

Rev. — Algarismos do valor num círculo orlado de pontos.

*101	1918	200	AL	c	30	24	A.B
102	—	100	»	»	23,5	»	»

XXV — ALMEIDA & C.º (1)

1.º TIPO: Anv. — Num disco ALMEIDA & C.ª, dentro de dois círculos. Caracteres puncionados.

103	1898	100	PB	rrr	—	25	—	Cat Sch., de 19-XII-1910, n.º 1584
104	»	s.v.	F.F	rr	23	»	M.B	Disco reduzido às dim. do circuito maior
105	»	20	»	»	29	»	»	Algarismos grandes
106	»	20	»	»	37	»	»	Algarismos grandes e marca V
» a	»	20	»	»	37	»	»	» pequenos e » V
107	»	5	»	»	33	»	»	» grandes e marca VVV
» a	»	5	»	»	33	»	»	» pequenos e » VVV

2.º TIPO: Anv. — Em placa quadrada de cantos cortados, ALMEIDA & C.ª, dentro de dois círculos. Caracteres puncionados.

108	1898	100	FF	rr	34	25	M.B	c/marcas 5+5+5+5, e V+V+V
-----	------	-----	----	----	----	----	-----	---------------------------

(1) Segundo C. Carvalho (Alm. Lemb.), nesta série os algarismos representam quantidades (litros?) de leite fornecido à Fábrica das Adegas, na Portela do Sol. As 51 peças da colecção do Ex.º Sr. Manuel Bianchi representam um conjunto muito interessante, que mais o seria se alguém soubesse e quizesse explicar o significado das diversas contramarcas. O autor agradece quaisquer indicações neste sentido.

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m. m.)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
109	1898	100	FF	rr	34	25	M.B	c/ > 5+5+5+5, V+V+V e 3 letras ilegíveis
110	»	100	»	»	34	»	»	c/ > 5+5+5+5, V+V+V, P e 3 let. ilegíveis
111	»	100	»	»	34	»	»	c/marcas 5+5+5+5, V+V+V e P.
*112	»	50	»	»	35	»	»	
113	»	10	»	»	26	»	»	c/marcas ilegíveis

3.º TIPO: Anv.—Em placa quadrada de cantos irregularmente cortados (um mais que os outros) ALMEIDA & C.ª dentro de dois círculos. Caracteres puncionados.

114	1898	20	PB	rrr	—	25	—	cat. Sch. 19-XII-1910, n.º 1584
115	»	20	FF	rr	34x24	»	M.B	com mais 20+20
116	»	20	»	»	»	»	»	c/marca P e 3 letras ilegíveis
*117	»	20	»	»	»	»	»	com mais 20+20 e no Rev. P.

4.º TIPO: Anv.—A G num disco.

118	1898	s.v.	FF	rr	28	25	M.B	
»	»	»	»	»	25	»	»	

5.º TIPO: Anv.—A G em placa quadrada de cantos cortados.

6.º TIPO: Anv.—A G em placa quadrada de cantos cortados, um mais que os outros.

7.º TIPO: Anv.—A G em placa rectangular de cantos cortados.

*119	1898	s.v.	FF	rr	23x15	25	M.B	Sem indicação de valor
------	------	------	----	----	-------	----	-----	------------------------

8.º TIPO: Fichas dos tipos 1.º, 2.º e 3.º com contramarcas A G.

120	1898	50	FF	rr	37	25	M.B	1.º TIPO c/marca dupla
121	»	50	»	»	»	»	»	2.º » » »
122	»	50	»	»	»	»	»	» Idem e mais 100 na c/marca
123	»	100	»	»	»	»	»	» N.º 110 com mais 100 na c/marca
» a	»	100	»	»	»	»	»	» N.º 110 com+c/marca 100 no Rev.
124	»	100	»	»	»	»	»	» c/m. 100+5+5+V+V+V+3 let. ilegíveis
125	»	100	»	»	»	»	»	» N.º 109
126	»	5	»	»	»	»	»	» c/m. 5+5+5+5+VVV
127	»	5	»	»	»	»	»	» c/m. 5+5+5+5+V+V+V+P +3 let. ilegíveis
128	»	5	»	»	»	»	»	» c/m 5+5+V+V+V+3 letras ilegíveis
129	1898	5	»	rr	33	25	M.B	2.º Tipo c/marcas 5+5+V+V+V+P
130	»	20	»	rr	»	»	»	3.º Tipo c/marcas 20 e com P no Rev.

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Coleções
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	----------

9.º TIPO: Fichas anteriores contramarcadas.

*131	1898	20	F.F	rr	29	25	M.B	4.º Tipo
132	»	20	»	»	36	»	»	» c/mais V
133	»	5	»	»	37	»	»	» c/mais V+V+V
134	»	5	»	»	34	»	»	» c/mais 5+5+V+V+V
135	»	5	»	»	32	»	»	» c' mais 5+5+5+V+V+V
136	»	100	»	»	35	»	»	5.º Tipo c, mais 20+20+20+P+V
137	»	100	»	»	»	»	»	» » 20+20+20+V
138	»	100	»	»	»	»	»	» » 20+20+20+V
139	»	100	»	»	»	»	»	» c' mais 5+5+5+5+P+VVV
140	»	100	»	»	»	»	»	» » 5+5+5+5+V+V+V
141	»	100	»	»	»	»	»	» » 5+5+5+V+V+V
142	»	20	»	»	»	»	»	» » 5+V+V+V
143	»	20	»	»	»	»	»	» c' mais 20+20+20+V
144	»	5	»	»	»	»	»	» c' mais V
*145	»	5	»	»	»	»	»	» c/mais 5+5+5+V+V+V
146	»	5	»	»	»	»	»	» » 5+5+P+V+V+V
147	»	5	»	»	»	»	»	» » 5+5+V+V+V
148	»	5	»	»	»	»	»	» » 5+V+V
149	»	20	»	»	35X25	»	»	6.º Tipo c/mais 20
*150	»	20	»	»	35X25	»	»	» » P
151	»	—	»	»	23X15	»	»	7 Tipo c/marca P

XXVI — CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO

Anv. — S. VICENTE DE PAULO ROGAI POR NÓS! Imagem do Santo, de face.

Rev. — CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO ... No campo em duas linhas: *Madeira* e 50 Reís.

*152 | 1899 | 50 | AL | r | 21 | 26 | MB |

XXVII — JOSÉ FERNANDES DE AZEVEDO

Anv. — J. F. A., algarismos do valor e pequena figura (Y), puncionados em placa rectangular de cantos cortados.

153	1899	250	Z	r	37x30	27	AB
154	»	200	»	»	»	»	»
*155	»	150	»	»	»	»	»
156	»	120	»	»	»	»	»
157	»	100	»	»	»	»	»
158	»	80	»	»	»	»	MB

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------

XXVIII — CASINO DA QUINTA VIGIA

Não vimos qualquer exemplar.

159 | 1901 | 200 | AR | rrr | — | 28 | — |

XXIX — CLUB RESTAURAÇÃO

1.ª Série { Anv. — Algarismos do valor.
Rev. — » » »
2.ª Série { Anv. — C. R em cor vermelha.
Rev. — Algarismos do valor e orla em cor vermelha.

160	1901	500	AL	r	30	29	MB	1.ª Série
*161	»	200	»	»	24		»	»
162	»	100	»	»	19		»	»
163	1901	1.000	OS	r	35		»	2.ª Série
164	»	500	»	»	30		»	»
165	»	250	»	»	27		»	»
166	»	200	»	»	27		»	»
*167	»	100	»	»	24		»	»

XXX — CORY'S MADEIRA COALING COMPANY, Ltd.

1.º Tipo: Anv. — CO-RY e n.º de ordem, puncionados, em placa rectangular.

2.º Tipo: Anv. — CORY e n.º de ordem, em relevo, em placa rectangular.

Não vimos qualquer exemplar.

168	1901	s.v.	AE	rrr	—	30	—	1.º Tipo. Cat. Sch., 1914, n.º 2267
169	»	»	AL	»	—	»	—	2.º » » » » » »

XXXI — COSSART, GORDON & C.º

Anv. — COSSART, GORDON & C.º. MADEIRA entre dois círculos. No centro os algarismos do valor.

Rev. — { 1.ª Série — Liso.
2.ª Série — C. G. & C.º, em linha.

170	1902	200	NI	r	29	31	MB	1.ª Série
*171	»	100	»	»	24	»	»	»
172	»	50	»	»	19,5	»	»	»
173	»	500	L	r	32	»	»	2.ª Série
174	»	200	»	»	29	»	»	»
175	»	100	»	»	24	»	»	»
*176	»	50	»	»	19,5	»	»	»

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Coleções
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	----------

XXXII — WILSON, SONS & C.º Ltd.

Anv. — W. S. & C.º L^{da}. MADEIRA. Um furo no centro.

Rev. — Um número de ordens, em baixo.

*177 | 1902 | s. v. | L | rrr | 32 | 32 | MB |

XXXIII — CLUB RECREIO MUSICAL

Anv. — *** CLUB RECREIO MUSICAL. No campo os algarismos do valor. Em alumínio prateado (1).

178	1903	1.000	AL	r	35	33	MB
179	»	500	»	»	30	»	»
180	»	250	»	»	25	»	»
*181	»	200	»	»	23,5	»	AB
182	»	100	»	»	22	»	MB
183	»	50	»	»	19	»	»

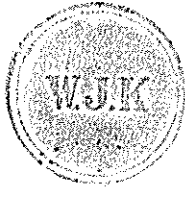
XXXIV — JOHN PAYNE & SONS (Sucessores MARTIN WARTEMBERG)

Anv. — WERTH-MARKE em curva, na metade superior dum círculo de pontos. No campo os algarismos do valor e em baixo uma linha de pontos.

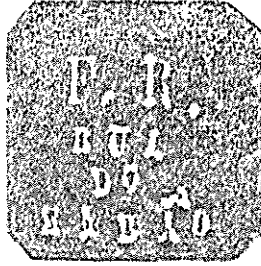
Rev. — Algarismos do valor dentro dum círculo de pontos.

184	1903	200	L	r	30	34	MB	Valor em réis
185	»	100	»	»	28	»	»	» » »
186	»	50	»	»	25	»	»	» » »
*187	»	20	»	»	22	»	»	» » »
188	»	10	»	»	19	»	»	» » »
189	»	100	AL	r	28	»	»	valor em pfennigs
190	»	50	»	»	25	»	»	» » »
191	»	30	»	»	24	»	»	» » »
192	»	10	»	»	19	»	»	» » »
*193	»	3	»	»	16	»	»	» » »
194	»	1	»	»	15	»	»	» » »

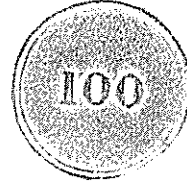
(1) O Cat. Sch. 1912, n.º 1529, indica estas fichas cunhadas em níquel.



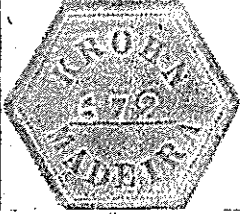
102



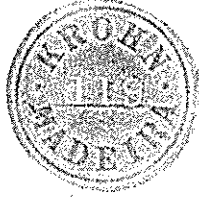
87



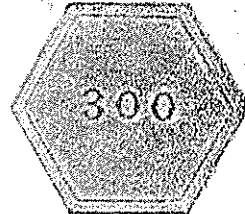
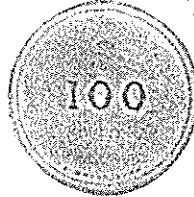
102



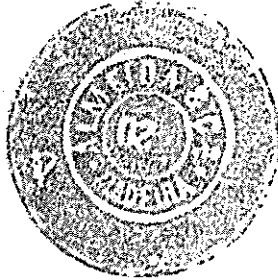
95



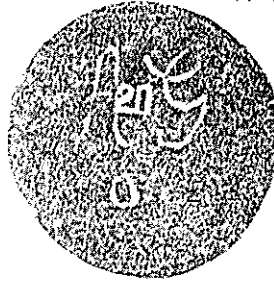
99



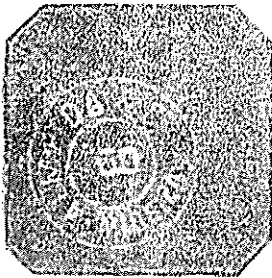
95



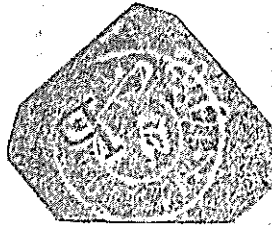
106 a



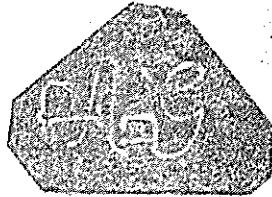
132



112



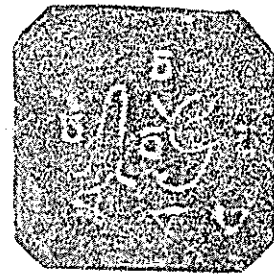
117



150



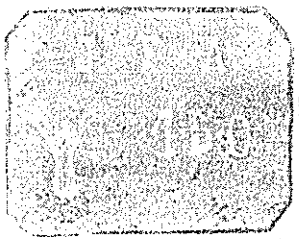
119



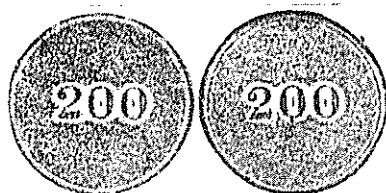
145



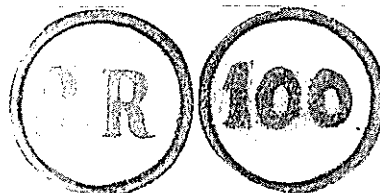
152



155



161



167



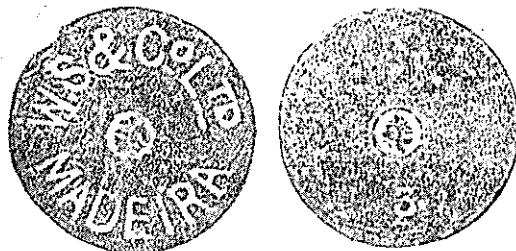
176



171



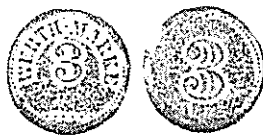
176



177



187



139



187

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m. m.)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-------------------	----------------------	-----------	------

XXXV — LUIZ GOMES DA CONCEIÇÃO (Vide XIX)

Moedas marroquinas de 10 e 5 mazunas (1320), n.ºs 16 e 17 do Cat. W.R. (Século XIX).

195	1903	10	AE	—	29	19	MB	
*196	»	5	»	—	25	»	»	

XXXVI — FORTE DE SÃO FILIPE (A. Giorgi & C.º) (Vide XL)

Anv. — F. S. F. e um número de ordem. No centro um furo.

197	1903	s.v.	AE	rrr	—	38	—	Cat., Sch: Out. 1912, n.º 1529 h; idem 1910, n.º 1586.
-----	------	------	----	-----	---	----	---	--

XXXVII — LUIZ AUGUSTO DA SILVA CARVALHO

Contramarcas LASC e novo valor sobre as fichas da Série VIII (Diogo Adams & C.º).

Não vimos qualquer exemplar.

198	1904	200	AE	rrr	25	35	—	Sobre 100 reis
199	»	200	»	»	»	»	—	» 80 »
200	»	200	»	»	»	»	—	» 60 »
201	»	200	»	»	»	»	—	» 50 »
202	»	200	»	»	»	»	—	» 40 »
203	»	120	»	»	»	»	—	» 100 reis
204	»	120	»	»	»	»	—	» 80 »
205	»	120	»	»	»	»	—	» 60 »
206	»	120	»	»	»	»	—	» 50 »
207	»	120	»	»	»	»	—	» 40 »

XXXVIII — CARLOS TEIXEIRA (Companhia de cabotagem)

Anv. — C. T. puncionados em placa quadrada de cantos cortados.

*208	1905	s.v.	FF	r	35	36	MB	(¹)
------	------	------	----	---	----	----	----	-----

XXXIX — MANUEL GONÇALVES & C.º

Anv. — M G C, com furo e n.º de ordem, puncionadas em placa rectangular com os cantos cortados.

209	195	s.v.	AE	r	31x23	37	MB	
*210	»	»	Z	r	»	»	»	

(¹) Em Cat. Schulman 1914, n.º 226, diz-se:e com (1905) Carlos Teixeira, placa puncionada com C. T. — Alm. 36 — F. F. em três cores variadas (verde, vermelho e amarelo) da Alfândega do Funchal, 1.ª Repartição.

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m. m.)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	----------------	----------	----------	-------------------	----------------------	-----------	------

XL — A. GIORGI & C.º (FORTE DE SÃO FILIPE) (Vide XXXVI)

Anv. — A. G. & C.º num disco, com furo na parte superior.

Rev. — Algarismos de ordem.

*211 | 195 | s.v. | L | r | 32 | 33 | MB |

XLI — JOSÉ MARIA TEIXEIRA

Anv. — JOSÉ MARIA TEIXEIRA . MADEIRA . dentro de duas ovas deitadas num rectângulo. No centro, dentro de 3.ª oval, o valor 50. Nos cantos do rectângulo os algarismos da data.

*212 | 1907 | 50 | SO | r | 40x30 | — | MB |

XLII — GOVERNO CIVIL DO FUNCHAL

Anv. — S dentro dum círculo de 5 lóbulos. G à dir.; C à esq. Por baixo um número de ordem sobre um S deitado. Furo na parte superior.

*213 | 1911 | s.v. | FF | r | 45 | — | AB | Senha para Sopa

XLIII — SAMUEL JOHN DREFF & C.º

Anv. — S J D & C.º em monograma. Por baixo R e os algarismos do valor.

214	dd	100	AE	r	29	—	EN	7.º Cat. M. Guilhermina, 1906, n.º 631 (1)
215	»	50	»	»	»	—	AB	
*216	»	40	»	»	»	—	AB	

XLIV — JUNTA GERAL DO FUNCHAL

Anv. — JUNTA GERAL . FUNCHAL num círculo dentro duma elipse. No centro uma coroa.

*217 | dd | — | PB | r | 25x19 | — | MB | Correu por 100 réis

(1) No Cat. Meili, 23-5.º-1910, sob o n.º 1293, é referido um exemplar desta ficha, mas atribuída, por certo erradamente, a S. JUDICE & C.ª.

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções
---------	-------	----------------	----------	----------	-----------------	----------------------	-----------

XLV — CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Anv. — Três coroas, em duas linhas, em placa rectangular.

*218	dd	s. v.	FF	r	27x22,5	—	BM
» a	»	»	»	»	»	»	»

Rectângulo de cantos cortados

XLVI — EMPRESA BALNEAR DO FUNCHAL

Anv. — \diamond EMPRESA BALNEAR \diamond FUNCHAL entre dois círculos de pontos. No centro uma figura feminina sentada, à esq., com uma coroa na mão dir.

Rev. — Coroa de louros entre dois círculos de pontos. No centro os algarismos do valor.

*219	dd	200	AL	r	21	—	MB
220	»	100	»	r	19	»	»

XLVII — CHAPELARIA CAMÕES

Anv. — * CHAPELARIA CAMÕES * FUNCHAL entre dois círculos de pontos. No centro um chapéu alto.

Rev. — Coroa de louros entre 2 círculos de pontos. No centro algarismos do valor.

*221	dd	200	AL	r	21	—	MB
222	»	100	»	r	19	»	»

XLVIII — MANUEL DA COSTA

Anv. — COSTA numa linha curva. Por baixo N e n.º de ordem. Caracteres puncionados. Em cima um furo.

*223	dd	s. v.	L	r	24	—	MB
------	----	-------	---	---	----	---	----

XLIX — FAVILA VIEIRA

Anv. — F. V. dentro dum círculo de pontos.

Rev. — Algarismos do valor e REIS, em duas linhas, dentro dum círculo de pontos.

* 224	dd	20	AF	r	21	—	MB
-------	----	----	----	---	----	---	----

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m m)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	-------------------	----------	----------	--------------------	-------------------------	-----------	------

L — GONÇALVES & FILHOS

Anv. — G F separados por uma figura, com algarismos do valor em baixo. Puncionadas, em placa rectangular de cantos cortados.

*225	dd	1	FF	r	33x27	—	MB	
226	»	1/2	»	rr	25x22	—	»	
» a	»	»	»	rr	—	—	—	Variante. Cat. Sch. 1914 n.º 2269
» b	»	»	»	»	—	—	—	Idem.

LI — C. W. & C.º

Anv. — C. W. & C.º, em linha. Por baixo um número puncionado.

Rev. — Tracejado em losangos.

*227	dd	s. v.	PB	r	24	—	MB	
------	----	-------	----	---	----	---	----	--

LII — Sem legenda nem valor

Anv. — Losango esquartelado, com listas verticais no 1.º e 3.º e em cruz no 2.º e 4.º quartéis, com cercadura; o conjunto dentro duma orla de pontos.

Rev. — Pequena espiral com ornatos, dentro duma orla de pontos.

*228	dd	s. v.	AL	r	37	—	MB	
------	----	-------	----	---	----	---	----	--

LIII — FICHAS DE JOGO

Anv. — Algarismos do valor. Um furo em cima.

229	dd	2.000	FF	r	25	—	AB	
*230	»	1.500	»	»	»	—	»	
231	»	1.000	»	»	»	—	»	

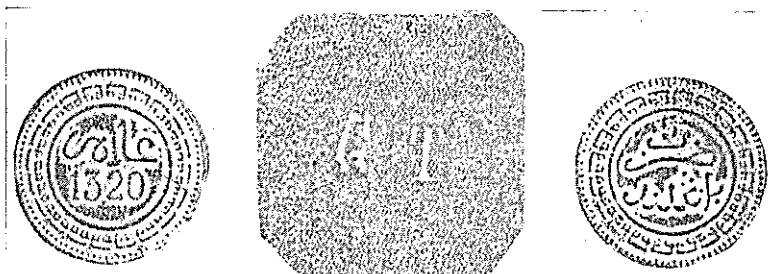
LIV — CÂNDIDO VELLOZA — PORTO DA CRUZ

Anv. — C F — (valor) — B C — P C puncionados em placa quadrada de ferro (enferrujada).

232	dd	—	FE	rrr	—	—	—	Cat. Sch. 1912, n.º 1529 j
-----	----	---	----	-----	---	---	---	----------------------------



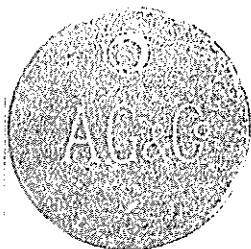
181



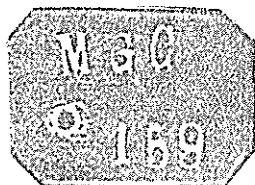
196

208

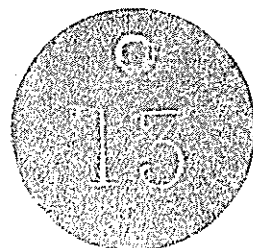
196



211



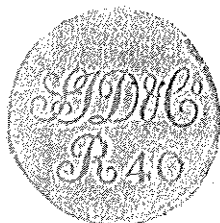
210



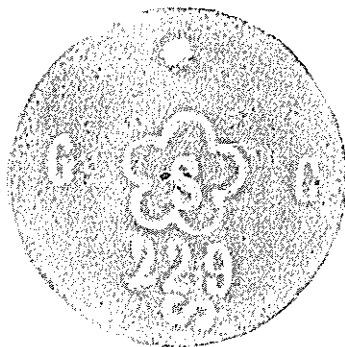
211



212



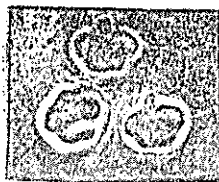
216



213



217



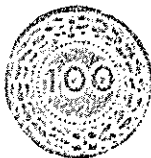
218



219



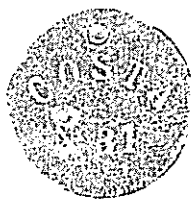
222



219



224



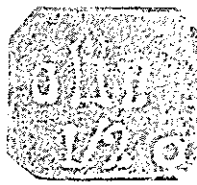
225



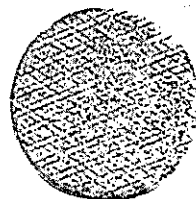
224



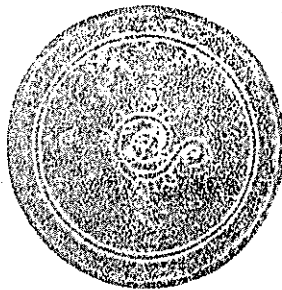
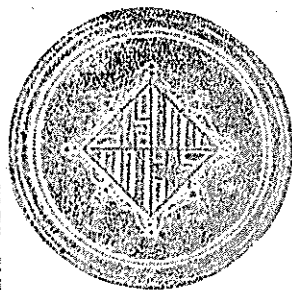
227



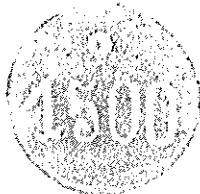
226



227



228



230

Números	Datas	Valores (réis)	Material	Raridade	Dimensões (m. m.)	N.º de série do Alm.	Colecções	Obs.
---------	-------	-------------------	----------	----------	----------------------	-------------------------	-----------	------

LV — INCERTA

Anv. — R I M no campo.

Rev. — Obliterado.

233 | dd | — | — | rrr | — | — | — | Cat. Sch. 1912, n.º 1529 i (1)

LVI — INCERTA

Anv. — Número 20 num disco.

234 | dd | — | FF | rrr | — | — | — | Cat. Sch. 1912, n.º 1529 f

LVII — INCERTA

Número de ordem (48) em disco circular com furo no meio.

235 | dd | s. v. | — | rrr | — | — | — | Cat. Sch. 1912, n.º 1529 k



(1) Carlos Carvalho diz, no Alm., que esta ficha foi encontrada nas obras do cais da casa Blandy, à Pontinha.

V Á R I A

MAIS VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.^a DINASTIA

Comunicação apresentada à S. P. N. em sessão de 26-IV-55.

Um relativamente pequeno espaço de tempo decorrido desde a data em que aqui vim assinalar as últimas variantes inéditas das moedas da quarta Dinastia e já estou de novo a fazer acréscimos à lista.

É certo que o ritmo dos *aparecimentos* se vai tornando cada vez mais lento, mas mesmo assim tem-se a impressão de que o manancial há-de manter apreciável fluência por muito tempo mais.

Para certos coleccionadores estas *descobertas* parece constituirem motivo de aborrecimento porque são, regra geral, peças difíceis de conseguir e, consequentemente, representam aumento do número de faltas na colecção. Para os felizes possuidores das *raridades* o caso situa-se, como é óbvio, exactamente ao invés. Mas não há dúvida de que estas *novidades*, surgindo ao acaso, aqui e ali, hoje e amanhã, contribuem poderosamente para o mais perfeito conhecimento da nossa história monetária e, por consequência, para o progresso e adiantamento da numismática. Sejam, pois, bem-vindas.

No prosseguimento do método adoptado, continuam a ser apenas consideradas as variantes do teor das que se mencionam no Catálogo Ferraro Vaz. Querendo descer a maiores particularidades teríamos material em muito maiores proporções, mas desviar-nos-famos do caminho previamente traçado.

Por mim sou de opinião que a investigação numismática tem de ser levada até aos mais pequenos detalhes, e que o não tem sido já porque a numária portuguesa é extensa, variada e difícil, e os estudiosos — que têm sido relativamente poucos — têm ocupado o seu tempo a desbravar a matéria, por assim dizer, nada lhes sobejando para tratar os temas de somenos importância. Mas lá virá seu tempo — e creio que não demorará muito — em que novos coleccionadores, estudiosos e investigadores entrem mais afincadamente nos assuntos,

especializando-os e esclarecendo-os até às mais pequenas minúcias dignas de ser consideradas.

No conjunto, hoje apresentado, de variantes das moedas da quarta Dinastia que ainda não figuram no Catálogo Ferraro Vaz nem nas suas adendas, publicadas em «A Moeda» e em «NVMMVS», figura um grupo de moedas de ouro de marcada importância numismática, e um outro de moedas de prata que, não tendo valor igual ao daquele, nem por isso deixa de ter interesse que justifique a sua apresentação.

Quase todas as moedas possuem suas particularidades que valerá a pena focar isoladamente, pelo que irão ser tratadas cada uma de per si. E assim teremos:

MOEDAS DE OURO

D. PEDRO II

- 1 — 2.200 réis, pelo encordoado e marca «esfera coroada» apostos em 2.200 réis de D. Pedro Príncipe, de 1671.

Um exemplar na col. Pinto de Magalhães

Esta moeda corresponde a duas omissões do Catálogo: como simples data, 1671, na numária de D. Pedro Príncipe; e como data 1671, com contramarca, na de D. Pedro II.

D. MARIA I e PEDRO III

- 2 — *Escudo*, de Lisboa, com data 1785

Um exemplar na col. Pinto de Magalhães

Mesmo que — como já alguém afirmou — esta data fosse a que no Catálogo Ferraro Vaz vem indicada em último lugar da série Maria I e Pedro III, com omissão do último algarismo por erro tipográfico, nem mesmo assim deixaria de ter interesse o trazer aqui o conhecimento exacto da sua existência. Mas não é tal. Existe também o escudo com data incompleta 178. Se essa omissão fosse simples erro tipográfico, por certo que não escaparia à cuidada revisão feita pelo autor do livro e havia de vir anotada na respectiva corrigenda.

D. MARIA II

- 3 — *Meia coroa* (2.500 réis), de 1836 (sem serrilha)

Um exemplar na col. Pinto de Magalhães
(ex-colecção do Rei Faruk)

Possivelmente trata-se de uma prova de cunho de W. Wyon, mas tem lugar no Catálogo, a fazer companhia à sua irmã gémea, coroa (5.000 réis).

D. LUÍS I

4 — *Coroa* (10.000 réis), de 1888Um exemplar na col. do Rei Faruk
» » » » Pinto de Magalhães

Há já uns anos que era do meu conhecimento a existência desta data, não a manifestando por não ter um decalque ou outro qualquer elemento de comprovação. Últimamente apareceu mencionado um exemplar no Catálogo Sotheby & C.º da venda da colecção Faruk, e, poucos dias depois, foi adquirido ao balcão da casa comercial Pinto de Magalhães o exemplar que hoje figura na sua colecção.

MOEDAS DE PRATA

D. JOÃO IV

5 — *Quatro vinténs*, com erro (90) na indicação do valor (LXXXX)

Um exemplar na minha colecção

Esta moeda sai talvez do âmbito em que se tem mantido a apresentação destas achegas, por representar uma variante que o é apenas pelo erro de gravação do valor. Não obstante, julgo que não fica aqui deslocada, quando mais não seja pela razão de ser semelhante a outra que o grande Mestre Teixeira de Aragão achou merecedora de figurar nas moedas tipo do seu catálogo (n.º 30).

O exemplar apresentado tem para mim um interesse muito particular, conferido pelo facto de ter sido oferta de um amigo que, sem qualquer solicitação da minha parte e só por imaginar o gosto que eu viria a ter em o possuir, obstinadamente se recusou a vendê-lo a um pretendente.

Por feliz coincidência, poucos dias depois, apareceram os exemplares que a seguir se mencionam, do mesmo tipo, o que de certo modo vem confirmar que o cunho errado passou despercebido na época, a ponto de ter podido produzir vários espécimes.

D. AFONSO VI

6 — *Tostão*, pela contramarca 100 (1.º tipo) sobre LXXXX (errado) de D. João IV.Um exemplar na col. Pinto de Magalhães
» » » minha colecção7 — *Tostão*, pela contramarca 100 (2.º tipo) sobre LXXXX (errado) de D. João IVUm exemplar na col. Pinto de Magalhães
» » » minha colecção

8 — *Tostão*, pela contramarca 100 (2.º tipo) sobre «quatro vinténs» do mesmo monarca (A6.25)

Um exemplar na col. Pinto de Magalhães

Por último, e como fecho desta série argêntea de contramarcas, citarei mais uma que apenas conheço pelo decalque que me foi enviado pelo seu possuidor e que juntarei ao conjunto que é costume fazer figurar no fim das comunicações desta natureza.

9 — *Tostão*, pela contramarca 100 (2.º tipo) sobre «quatro vinténs» do mesmo monarca (A6.26)

Deve tratar-se de uma moeda de excepção, que passou despercebida na operação de contramarcagem, porquanto esta e a cunhagem primitiva são da mesma lei (22-III-1663). A sua autenticidade não parece sofrer dúvida, visto que o exemplar surgiu dum conjunto de 250 moedas de prata deste período, há pouco tempo achado na região de Lamego, e do qual espero que um dia se obtenha notícia mais desenvolvida.

Do mesmo achado faziam também parte as quatro moedas indicadas com os números 6 e 7 desta relação.

E chegamos ao fim.

Mantemos a esperança de que havemos ainda de voltar a este assunto mais cedo ou mais tarde. Poderia ser em breve, se não existisse um certo receio ou má vontade por parte de alguns coleccionadores em fazer pública confissão de raridades possuídas nos seus numofiláceos. Deve haver ainda muita coisa no escuro...

MÁRIO RAMIRES

CURIOSIDADE NUMISMÁTICA

Todas as moedas de cobre do reinado de D. João V, cunhadas para correrem em Portugal, são muito comuns, afirma o ilustre numismata que foi Teixeira de Aragão e a cuja memória presto aqui a minha respeitosa homenagem. Na verdade assim é.

No entanto e relativamente à última cunhagem de cobre feita naquele reinado para Portugal Continental, isto é, a cunhagem realizada posteriormente a 1724, surgiu-me um exemplar, que conservo na minha colecção, para mim absolutamente inédito pois lhe não vi fazer qualquer referência ou alusão, nem, apesar dos centos de tais moedas que me têm passado pelas mãos e que tenho

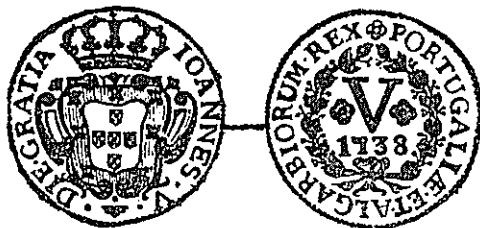
cuidadosamente examinado, encontrei outro igual.

Quero referir-me à moeda de 5 reis de D. João V, cunhada em 1738, cuja descrição é a seguinte:

Av. — IOANNES . V . . . DIE . GRATIA — Armas do reino ornamentadas.

Rv. — PORTUGALIAE . ET . ALGARBIORUM . REX; no meio de uma coroa de louros e entre 2 florões um V indicando o valor e em baixo a data 1738.

O aspecto, módulo e peso deste numisma é sensivelmente igual ao das outras moedas do mesmo valor cunhadas na mesma época e sobretudo quanto aos anos 1737 e 1738.



Do ano 1738 tenho eu um outro exemplar cuja legenda é igual à já referida com a única diferença de que traz escrita a palavra DEI e não DIE como legal determinante daquela substituição (1).

Que existe um erro no emprego de DIE por DEI é fora de dúvida e talvez por isso, descoberto aquele erro, teriam sido as moedas, assim cunhadas, retiradas da circulação, não a tempo de que alguma, como a que possuo, tivesse escapado à recolha que pudesse ter sido legalmente ordenada. Não vi nem encontro qualquer referência ao facto, apesar de, diligentemente, ter procurado a legal determinante daquela substituição.

E porque se mantém a tal respeito o meu desconhecimento, apesar das diligências por mim realizadas e dos centos de exemplares do mesmo valor e data por mim examinados, não encontrando numisma igual, tomei a resolução de dar deste facto conhecimento à Ilustre Direcção da Sociedade Portuguesa de Numismática para que ela ou algum dos numismatas que, por intermédio de NVMMVS, venham a tomar conhecimento desta curiosidade e, com mais sorte e mais saber do que eu, possam explicar a existência deste numisma.

RAUL SOARES DUQUE

(1) N. R. — A gravura foi obtida dum decalque recoberto à pena.

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
EXTRACTOS DAS SESSÕES

DE 14 DE DEZEMBRO DE 1954

A Comissão reuniu-se sob a presidência do sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, secretariado pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola, e, antes de se entrar na ordem anunciada dos trabalhos, o sr. Presidente referiu ter lido uma notícia, publicada nos jornais, segundo a qual havia sido encontrado em Évora um real de D. Afonso V, em cobre, tendo, numa das faces, um castelo com três torres, e, na outra, as Armas de Portugal, mas só com dois castelos, o que lhe daria o valor de moeda única no seu género, considerando-a o articulista como moeda rara, e chamando-lhe real de D. Afonso V.

Ora, como o sr. Presidente não tem notícia de se terem batido reais em cobre, no tempo de D. Afonso V, deve tratar-se, mais pròpriamente, de um simples ceitil.

Quanto às Armas de Portugal só com dois castelos, deve tratar-se de dois castelos que ficaram aparentes, numa moeda em que os restantes não tenham relêvo, ou por se acharem gastos, ou por defeito de cunhagem.

Pediui logo depois a palavra o sr. Major Spínola, que corroborou as afirmações do sr. Presidente e esclareceu ter recebido do sr. Capitão Manuel Ventura, de Évora, a quem escrevera, uma notícia e uma carta que esclarecem definitivamente o assunto:

A notícia, é um recorte do «Notícias de Évora», de 4 de Dezembro de 1954, intitula-se «Uma moeda rara de D. Afonso V», e refere ter sido adquirida por determinada pessoa uma moeda de D. Afonso V, um Real em cobre, desconhecida nos tratados da especialidade».

Por sua vez, e quanto à carta, nela esclarece o sr. Capitão Manuel Ventura que «a moeda é um ceitil de D. Afonso V, ressaltada, de tamanho maior que o vulgar», ou seja, com cerca de 26 mm. de diâmetro.

Elucidada por esta forma a Comissão, e entrando na ordem anunciada dos trabalhos, proferiu o sr. Dr. Rocha Souto uma Comunicação, intitulada «A Exposição sobre Figuras e Panoramas da Medicina de Outros Tempos, no Hospital de S. José, — e a primeira medalha de homenagem a Sousa Martins». (1)

Usaram seguidamente da palavra, o sr. Major Ismael Joaquim Spínola, que propôs a repetição desta conferência em Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o sr. Dr. Rego Fronteira, e o sr. Presidente, que considerou aprovada a sugestão do sr. Major Ismael Joaquim Spínola.

DE 1 DE FEVEREIRO DE 1955

Nesta Sessão, que foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola, proferiu este uma Comunicação, intitulada «Escla-

(1) *Será publicada no próximo número de NVMMVS.*

recimentos que o achado de Monfortinho pode trazer ao estudo das mealhas», mostrando como certas moedas apareceram em Monfortinho completamente dobradas pelo meio, e outras fragmentadas, com aparência de o terem sido intencionalmente, para fraccionamento em partes de menor valor, conforme refere igualmente Fernão Lopes na Crónica de D. Fernando.

A terminar, o sr. Major Spínola fez notar a grande conveniência de, no futuro, se recolherem nos achados todos os fragmentos de moedas antigas, para a determinação da frequência e da intencionalidade do fraccionamento material das moedas nos pagamentos.

Acerca do trabalho do sr. Major Spínola, usou em primeiro lugar da palavra o sr. Presidente, que cumprimentou o conferente, e apreciou o grande mérito e interesse da Comunicação apresentada, pondo mesmo a hipótese de as moedas portuguesas exibidas pelo sr. Major Spínola serem, pelo seu pequeno tamanho, não espadins, mas os meios-espadins de que falou Aragão e que afinal se não conhecem ainda.

Por outro lado, disse o sr. Major Spínola, citando Lopes Fernandes a págs. 121, que as medalhas teriam corrido como moeda até ao reinado de D. Manuel I, pelo que seria curioso destrinçar efectivamente até que reinado elas teriam de facto circulado.

No entanto, dado que o trabalho do sr. Major se prende com aspectos actualmente em estudo pelo sr. Eng.º Ferraro Vaz, que está preparando uma nova obra acerca das moedas da primeira dinastia — entende o sr. Presidente que o sr. Eng.º Ferraro Vaz é a pessoa mais indicada para se pronunciar acerca da Comunicação apresentada pelo sr. Major Spínola.

Usando por sua vez da palavra, o sr. Eng.º Ferraro Vaz considerou deveras valioso o trabalho apresentado, que passou a comentar em pormenor.

A propósito da divisão material das moedas apontadas pelo sr. Major Spínola, o sr. Eng.º Ferraro Vaz declarou entender que nem todas as «metades» de moedas se poderão designar como «mealhas».

E, assim, quanto às «metades» em geral, pode apontar o caso de um achado de Atalaião, em que apareceram quase 4.000 moedas, de D. Sancho II, e de D. Afonso III, e em que havia dinheiros quase novos quando foram escondidos no referido tesouro. no referido tesouro.

Quer dizer: essas moedas teriam sido escondidas quando algumas delas estavam quase novas. As de D. Afonso III, por exemplo, estavam num recipiente de barro separadas das outras, e eram moedas verdadeiramente à flor do cunho, que fazem supor terem saído da oficina monetária pouco antes de escondidas.

E juntamente com as mais antigas, que eram as de D. Sancho II, é que havia metades de moedas, e outras moedas já coçadas pelo seu uso em circulação.

Apareceram, portanto, neste achado, verdadeiras «metades» de dinheiros, o que confirma a tese do sr. Major Spínola, e a afirmação de Fernão Lopes, feita na crónica de D. Fernando e para o seu tempo, de que era costume fraccionar materialmente as moedas, com os dentes, ou com uma tesoura, para a realização dos pagamentos.

É que uma verdadeira «mealha» ficaria mais cara, pelo feitiço ou amoedação, do que uma metade de moeda, o que explicaria esta prática do fraccionamento material dos dinheiros.

Encontraram-se, portanto, metades de moedas entre as que estavam no recipiente em que apareceram as de D. Sancho II, o que leva à conclusão de que, pelo menos desde este monarca, já havia a prática do fraccionamento dos dinheiros.

Tudo isto, em suma, vem dar nova força e valor à tese do sr. Major Spínola de que as moedas eram fraccionadas correntemente para os pagamentos.

Quanto ao fraccionamento dos espadins, porém, — porque como espadins considera as moedas apresentadas (Teixeira de Aragão aponta um exemplar de meio-espadim, e o sr. Eng.º tem mesmo a impressão de que já viu um segundo exemplar da mesma moeda, pelo que, e à primeira vista, pelo menos, as do sr. Major lhe parecem espadins) — entende serem poucos os elementos de que actualmente dispomos, para que com eles se possa estabelecer uma teoria ou afirmação genérica.

No entanto, considera o estudo do sr. Major Spínola como um elemento valiosíssimo, que deverá chamar a atenção dos estudiosos para o problema do fraccionamento dos espadins, a fim de que, no futuro, se verifique, a confirmação ou a negação da teoria apresentada.

Quanto a outro aspecto da Comunicação do sr. Major Spínola, que é o que se refere às moedas árabes, notará que é de facto caso assente o juntar-se-lhes peso, por meio de filamentos de metal nobre, enfiados num orifício da moeda, por exemplo quanto aos diremes de prata.

Quanto aos pedaços apresentados pelo sr. Major Spínola, porém, entende que, relativamente a bocados tão pequenos, será difícil pensar que fossem cortados ou fragmentados para completarem quantidades, visto que, para tanto, não só essas quantidades seriam deveras insignificantes, como exigiriam, necessariamente, balanças e pesos delicados, o que é difícil conceber que acontecesse na vida de todos os dias.

Usou então novamente da palavra o sr. Presidente, que afirmou não lhe repugnar a suposição do sr. Major Spínola de que se tivessem cortado intencionalmente as moedas de de ouro que apresentou, cujos mínimos fragmentos sempre tiveram valor intrínseco apreciável.

Com efeito, sempre se pesaram as moedas de ouro, e são os próprios clássicos que o confirmam. E em possessões francesas, por exemplo, tem notícia de que se pesava a moeda de ouro, nos pagamentos, e de que, para esse efeito, se chegaram a usar moedas do nosso ouro, nos pagamentos, e de que, para esse efeito, se chegaram a usar moedas do nosso Rei D. José I, com um prego de ouro espetado, exactamente para completar o peso devido, nos pagamentos.

A comunicação do sr. Major Spínola traz deste modo elementos valiosos e novos, para o estudo desenvolvido do fraccionamento intencional das moedas para os pagamentos.

Falaram depois o sr. Comandante Alfredo Motta, que considerou como seria interessante a divulgação de todas as observações aduzidas nesta Sessão; e o sr. Major Spínola, que lamentou que muitos achados arqueológicos escapassem à fiscalização do Estado, e propôs o estudo de uma reforma legislativa que dispuzesse os achadores a participarem os achados.

Concordando, o sr. Presidente nomeou desde logo uma Comissão, composta pelos srs. Major Spínola, Eng.º Ferraro Vaz, e Dr. Rocha Souto encarregada de elaborar um Relatório acerca do regime jurídico mais conveniente para os achados arqueológicos.

DE 15 DE FEVEREIRO DE 1955

Esta Sessão foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola.

Nela usou da palavra em primeiro lugar o sr. Presidente, que proferiu uma Comunicação, acerca de «D. João V, e a instituição do Patriarcado».

Começando por indicar que a bibliografia numismática nacional se compõe, fundamentalmente, dos trabalhos de Manuel Sabino de Faria, de D. António Caetano de Sousa, com a sua «História Genealógica da Casa Real», de Lopes Fernandes, de Teixeira de Aragão, e do trabalho do sr. Eng.º Ferraro Vaz, o sr. Presidente mostrou como actualmente os trabalhos numismáticos, dada a profundidade e a extensão dos estudos referidos, vem incidindo, mais concretamente, sobre os pormenores e problemas não resolvidos por aqueles autores.

Assim, um dos pontos abordados e não resolvidos por Teixeira de Aragão, foi o de saber se D. João V, nas suas relações com Roma, e no que se refere à instituição do Patriarcado de Lisboa, teria ou não oferecido ao Papa, como presente régio, determinadas moedas de ouro, com a effigie do monarca, e de peso e aspecto fora do comum.

Quanto ao tamanho, sabe-se, por exemplo, que Filipe III chegou a mandar cunhar moedas de ouro com mais de 300 grs. de peso, para oferecer a quem entendia.

Porém, dado que, actualmente, a peça mais antiga que se conhece com o retrato do Rei é de 1722, e que, à data da instituição do Patriarcado, a moeda corrente conhecida ostentava, numa das faces, as Armas do Reino, e na outra a Cruz de Cristo — é de pensar que tais exemplares de ouro não existiram como moedas.

Ainda que algum de tais exemplares aperecesse um dia, portanto, — e nada se lhes refere nos arquivos da Santa Sé, nem existe tão pouco nenhum deles no respectivo Museu — seria, verdadeiramente, uma medalha, e não uma moeda, visto que se não destinava sequer a entrar na circulação monetária, e antes se cunhara para constituir uma recordação particular do Monarca para com a pessoa do Papa.

Concluindo a sua brilhante Comunicação, o sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur mostrou ainda como é de admitir a hipótese, que já anteriormente referira numa Conferência proferida na Academia Portuguesa de História, e dados os fatos expostos, de a oferta real ter sido constituída pura e simplesmente por barras de ouro, sem o carácter de moedas nem de medalhas, e apenas com qualquer indicação de origem gravada, que tivessem sido utilizadas pelo Papa, sem a preocupação da conservação de qualquer exemplar, pela ausência de valor artístico.

Por último, a Comissão deliberou congratular-se, junto das instâncias oficiais, e por intermédio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a que pertence, pelo facto de o Estado haver seguido a classificação e o Parecer emanados da mesma Comissão por iniciativa do sr. Dr. Eduardo Neves, acerca do famoso morabitino de D. Sancho II, que acaba de ser adquirido para o Museu Numismático Português.

DE 15 DE MARÇO DE 1955

Esta sessão foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola e nela usou da palavra o sr. Eng.º Joaquim Ferraro Vaz que proferiu uma comunicação intitulada «Preço de Amoeção e valor intrínseco dos dinheiros».

(Vai publicada noutro lugar deste número)

DADOS ESTATÍSTICOS DA CASA DA MOEDA

Não foi possível desta vez obter directamente do Estabelecimento emissor de moeda os dados estatísticos referentes à cunhagem durante o ano de 1954.

Por ter solicitado a sua aposentação deixou de ali prestar serviço o ilustre Administrador e nosso prezado consócio, Ex.^{mo} Sr. Tenente-coronel José João da Cruz Azevedo, pessoa que sempre encontramos amavelmente disposta a atender-nos e auxiliar-nos.

Os elementos que adiante apresentamos foram obtidos por amável obséquio do Ex.^{mo} Sr. Director do Instituto Nacional de Estatística, a quem a S. P. N. endereçou, oficialmente, a solicitação.

METRÓPOLE

1954

Designação das moedas	MOEDA CUNHADA		MOEDA EMITIDA	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prata:				
De 20\$00	1.000.000	20.000.000\$00	1.000.000	20.000.000\$00
De 10\$00	5.764.350	57.643.500\$00	5.758.350	57.583.500\$00
Alpaca:				
De 1\$00	—	—	135.000	135.000\$00
De \$50	—	—	351.000	175.500\$00
Bronze:				
De \$20	—	—	2.640.000	528.000\$00
De \$10	2.452.200	245.220\$00	3.800.000	380.000\$00
Totais:	9.216.550	75.888.720\$00	13.684.350	78.802.000\$00

IMPÉRIO ULTRAMARINO

Designação	MOEDA CUNHADA		MOEDA ENTREGUE AO MINISTÉRIO DO ULTRAMAR	
	Quantidades	Valor	Quantidades	Valor
ANGOLA (Bronze) \$50	11.711.150	5.855.575\$00	11.718.000	5.859.000\$00
ÍNDIA (Alpaca) 1 rupia	132.000	924.000\$00	—	—
MOCAMBIQUE (Prata) 10\$00	1.335.500	13.351.500\$00	1.332.000	13.320.000\$00
paca) 2\$50	6.611.200	16.528.000\$00	6.608.000	16.520.000\$00
Soma	7.946.700	29.879.500\$00	7.940.000	29.840.000\$00
Total	19.789.850	36.639.075\$00	19.658.000	35.699.000\$00

NOVAS MEDALHAS

1 — MEDALHA COMEMORATIVA DO «CENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA». 1801-1951.

A primeira medalha, que hoje aqui damos à estampa, é a comemorativa do «Centésimo Quinquagésimo Aniversário da Fundação da Secretaria dos Negócios da Fazenda».

Do consagrado escultor português João da Silva, sem sombra de dúvida o mais fecundo medalheiro lusitano de todos os tempos, cujos trabalhos impressionam por um classicismo de inexcedível precisão mas, ainda assim mesmo, de marcada individualidade, esta medalha destaca-se pelo desenho primoroso, estudo e composição.

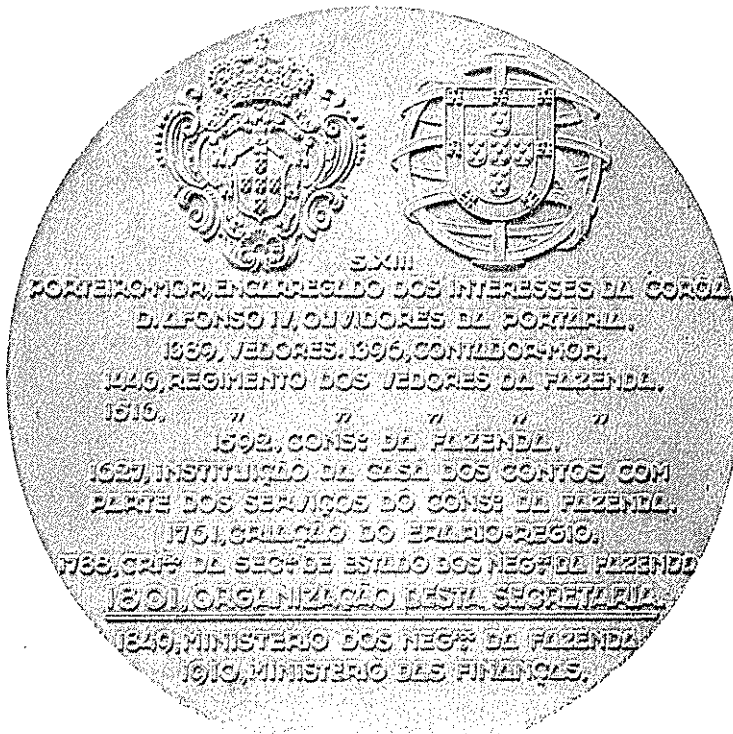
No anverso, numa bem imaginada alegoria, um grupo de figuras femininas panejadas à antiga preenche uma nau que voga serenamente em bonançoso mar. A nau simboliza o Estado. Reclinada à proa vê-se a Fortuna com a cornucópia da abundância e aos pés uma caixa com pergaminhos e papeis de Estado. À ré, dominando todo o conjunto, coroada de diadema e empunhando o ceptro, está a Administração Geral do Estado tendo a seus pés a Vigilância e a Prudência, que cautelosamente asseguram o bom andamento da embarcação.

No reverso imagina-se o calvário que sofreu o insigne escultor para conseguir dar realce medalhístico a semelhante escritura! E todavia, todos aqueles dizeres eram indispensáveis neste documento metálico, e representam um intenso trabalho de investigação histórica com aquela longa resenha evolutiva de datas e títulos da administração pública, durante os últimos sete séculos. Na verdade, apesar da extensão da epígrafe, o reverso libertou-se daquele pesadêlo e os dois símbolos nacionais harmonizam-se magistralmente sobre a aluvião dos letreiros. À esquerda as armas reais de D. Maria I, à direita o actual brasão da Pátria Portuguesa.

Medalha de bela execução, de excelente estudo e perfeito acabamento, adicciona-se à já grandiosa produção do incansável medalheiro que, há cerca de meio século, sem desfalecimentos, projecta e realiza estes pequenos discos de metal, bem merecedores da maior atenção de todos aqueles que se dedicam à arte da medalha em Portugal.

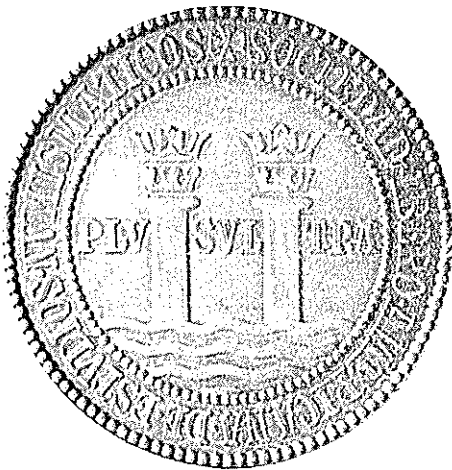
2 — MEDALHA DO OCTOGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO ARCEBISPO DA IGREJA EVANGÉLICA LUTHERIANA DA ESTÓNIA.

Amavelmente oferecida pelo «Comité de Medaille d'Arscheveque Johan Kopp», de Stockholm, e destinada ao medalheiro da Sociedade Portuguesa de





2



3



4



Numismática recebemos a medalha, que ilustra também este número, cunhada na Suécia no octogésimo aniversário do Arcebispo da Igreja Evangélica Luteriana da Estónia, 9 de Novembro de 1954.

O Arcebispo Johan Köpp é uma das figuras mais representativas e proeminentes da Estónia. Foi professor de teologia da Universidade de Tartu, desde 1916, ascendendo a seu Rector Magnificus no período de 1929 a 1937.

Eleito, em 1938, Arcebispo da Igreja Evangélica Lutherana da Estónia, refugiou-se desde 1944 na Suécia, por motivo da ocupação daquele país pelas forças militares soviéticas.

Esta medalha, do escultor-medalheiro sueco Gustaf Carell, reproduz no anverso o retrato do homenageado, num estilo clássico, inspirado numa subtil meditação impregnada de magna espiritualidade.

A cabeça voltada à direita destaca-se pela sinceridade documental com que se impõe. A profundidade do olhar, o cavado das faces, a austeridade fisionómica são elementos que denotam o valor do artista.

A legenda bem proporcionada emoldura convenientemente o anverso.

No reverso, abarcando todo o campo, vê-se a fachada principal da Universidade de Tartu de que o Ilustre dignitário foi Rector Magnificus.

Trabalho de grande merecimento artístico dá-nos a medida do valor da produção medalhística sueca, contemporânea.

3 — MEDALHA DA SOCIEDADE IBERO AMERICANA DE ESTUDOS NUMISMÁTICOS, COMEMORATIVA DA II EXPOSIÇÃO NACIONAL DE NUMISMÁTICA E INTERNACIONAL DE MEDALHAS. MADRID — 1951.

Medalha simples, sem características que a salientem da sua missão transmissiva da referida exposição, contém numa das faces o emblema daquela Sociedade, as colunas de Hércules que, como se sabe, durante muito tempo ladearam as armas reais na amoedação espanhola. Feliz inspiração que honra sobremaneira a Sociedade Ibero Americana de Estudos Numismáticos com sede em Madrid, organismo de larga projecção internacional, que publica uma boa revista da especialidade, sob a denominação «NVMISMA» conhecida em todo o mundo científico.

4 — MEDALHA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA ESPANHOLA — MCMLIV.

Eis aqui uma medalha verdadeiramente original, com manifesto desprezo pela forma da arruela e do campo.

No anverso a cabeça de uma ninfa, cópia de uma dracma de Rosas, com o penteado característico e à moda da época, 400 anos a. C. Na orla, so-

bressaindo da pátina verde, a legenda: FUNDACIÓN DE LA ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ESPAÑOLA BARCELONA MCMLIV.

No reverso, uma atlética figura de homem nu, com o joelho esquerdo em terra, cuida da nova chama que se acende. Esta figura plástica, dum medalheiro «d'avant-garde», manifestando o desejo de libertar-se das implacáveis leis da perspectiva, contém uma certa robustez de estilo modernista, que se coaduna, harmoniosamente com o arcaísmo, grego, que desprende a feliz composição.

É talvez uma especulação de arte medalhística, uma rebusca modernista, mas apesar disso, singularmente expressiva e digna de figurar entre as melhores tentativas do género. O patinado artificial das reentrâncias, verde claro, com fluorescência de thornberita, dá ao relevo um aspecto atraente bem relacionado com a figura que ressalta melhor, do fundo escuro do campo.

E à volta, como legenda, em caracteres cuidadosamente estudados o verso de Ovidio:

«...NOVUS ACCENSU FUNGITUR IGNE FOCUS».

Projecto do escultor espanhol Fernando Gomeno honra a medalhística do país vizinho, últimamente reaquecida com novas chamas que refulgem.

ALEXANDRE FERREIRA BARROS



CRUZETAS DE COBRE

Rectificação :

No artigo publicado com esta epígrafe no número anterior de NVMMVS escapou uma gralha que, apesar de poder ser reconhecida com facilidade, convém ser devidamente corrigida.

Diz respeito ao peso da cruzeta (linha 8, de págs. 171) que devia ser de 755 grs. e saiu com a omissão do algarismo das unidades.

VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFECTIVOS

Admitidos no quadrimestre Jan.-Abril 1955.

- N.º 178 — Dr. Aurélio Pereira Martins — Econom. e Financ. (Lisboa)
- » 179 — Dr. Alexandre Marques Teixeira — Médico. (Alter do Chão)
 - » 180 — Dr. Benjamim Pereira do Amaral Neto — Notário. (Chamusca)
 - » 181 — José Oliveira de Sousa Nunes — Contabilista. (Lisboa)
 - » 182 — José de Melo Saião — Regente agrícola. (Serpa)
 - » 183 — Francisco Borralho e Silva — Comerciante. (Beja)
 - » 184 — José Rodrigues Mourão Junior — Funcionário público. (Beja)
 - » 185 — Dr. Carlos Pinho Ribeiro — Médico. (Caldas de S. Jorge — Feira)
 - » 186 — José Alves das Neves — Empregado bancário. (Nova Lisboa — Angola)
 - » 187 — Manuel José Marques de Oliveira — Cambista. (Porto)

SÓCIOS QUE PEDIRAM SUSPENSÃO DE EFECTIVIDADE

- N.º 55 — Manuel Paulo Alijó. (Porto)
- » 125 — António da Costa Garcia Ventura. (Porto)
 - » 106 — José Baeta de Carvalho. (Belo Horizonte — Brasil)

Rectificação :

O apelido do sócio efectivo n.º 177 é Valle-Domingues, e não Valle-Domingos como por lapso saiu no n.º 7 de NVMMVS.

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

BAYERISCHEN NUMISMATISCHEN GESELLSCHAFT: *Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte*.

Band I, 1949 — 176 págs. — XI págs. de estampas.

Recomeçou a publicação do anuário desta conceituada sociedade numismática de Munique, que desde 1882 a 1932 regularmente publicou os consagrados «Mitteilungen».

O primeiro volume da nova série confirma o valor dos estudos anteriormente editados, publicando um extenso e douto ensaio do Prof. Dr. Max Bernhart «Dionysos und seine Familie auf Griechischen Münzen — *Numismatischer Beitrag zur Ikonographie des Dionysos*».

Além pois de destinar 40 págs. ao estudo da representação iconográfica de Dionysos nas moedas gregas, elaborou um prestimoso catálogo dos numismas considerados, a sua bibliografia e os locais onde se encontram.

A obra é completada com a reprodução em fototipia de algumas das espécies catalogadas, a que destina XI folhas de estampas. De lamentar é que as moedas não fossem todas fotografadas sob a mesma incidência de luz — o que possivelmente não foi viável — pelo que algumas parecem, a uma observação mais descuidada, moedas incussas.

Band II, 1950-51 — 148 págs. — VIII págs. de estampas.

Neste outro volume os temas usados são mais variados e a colaboração é fornecida por diversos autores:

- *A Lua nas moedas de Atenas*, por HERMANN SORGE.
- *Sobre a cronologia das moedas de Abdera*, por GERHARD KLEINER.
- *Ácerca dos punções de Tiberio e Germanico*, por KONRAD KRAFT.
- *Matriz-selo, de pasta vítrea, da Alta Idade Média (final do I.º)*, por KONRAD KRAFT.
- *Elmos germânicos nas figurações das moedas visigodas*, por WILHELM REINHART.

Este artigo tem para nós o maior interesse, pelo que vamos providenciar de forma a reproduzi-lo nas nossas páginas, não só como homenagem ao nosso saudoso Consócio, mas para que dele aproveitem os nossos numismatas que por esta época se interessam.

- *Moedas de Carlos Magno, e dos Papas Adriano I e Leão III, com importância histórica para o estudo do direito público e a história da moeda*, elaborado por RICHARD GAETTENS.
- *Subsídios para a história da moeda e dinheiro do Alto Reno*, por FRIEDRICH WIELANDT.
- *Cruz de S. Bento e medalha de S. Bento*, por JÜRGEN SYDOW.

RUSSELL CORTEZ

LUIS PINTO GARCIA: «*Contribuição para o estudo da numismática indo-portuguesa*» e «*Numismática indo-portuguesa*» (traduções).

O Boletim Geral do Ultramar, relativo a Fevereiro e há pouco distribuído, traz, no rol das edições publicadas pela Agência Geral do Ultramar, a nota das obras em epígrafe, mas ainda no prelo.

O assunto, em si; a proficiente competência do nosso consócio Sr. Dr. L. Pinto Garcia; e a maneira como a Agência costuma apresentar as suas excelentes edições, são justo motivo para que se aguarde, com alvoroço, a publicação destas obras.

Logo que sejam distribuídas a elas nos referiremos com o detalhe requerido.

JOSÉ DE BARROS

ENG.º VICENTE FERREIRA: *Estudos Ultramarinos*.

A Agência Geral do Ultramar publicou recentemente um volume com estes *Estudos Ultramarinos*.

Nele se tratam diversos problemas, económicos, financeiros e numismáticos, cujo conhecimento interessa a numismatas e a colecionadores de moedas.

Como é sabido, o autor, grande autoridade na matéria, foi ministro das Finanças e das Colónias, membro do Conselho do Império, alto Comissário em Angola, etc., e, mais que isso, um estudioso, probo e incansável, durante toda a vida. Não admira, pois, que a obra se leia com proveito.

O volume, boa e agradável edição, custa 30\$00.

JOSÉ DE BARROS

KURT PROBER: *História Numismática de Guatemala*. 186 págs. couché, com 21 estampas. — São Paulo, Junho de 1954.

O estudioso e dinâmico investigador numismático do Brasil, Kurt Prober, não contente com os trabalhos que tem apresentado sobre as moedas brasileiras, abalança-se agora a tratar assuntos de paizes vizinhos e presenteia-nos com uma «História Numismática da Guatemala».

Das muitas Repúblicas Centro-Americanas que parece não terem ainda a sua história monetária escrita, foi esta a escolhida por K. Prober, sem que o autor saiba explicar a razão da preferência.

É possível que tenha sido o aparecimento, na sua casa de negócio de moedas, de um fortuito e apreciável conjunto de numismas guatemaltecos, interessantes pelo número ou pela qualidade, que lhe tenha despertado a simpatia, constituindo o núcleo à volta do qual se foi aglutinando a massa, à custa de novas aquisições, da sua veia de investigador, da ânsia de saber e de ser útil, e das faculdades com que Deus o dotou para as coisas da numismática. De qualquer forma o resultado final aí está: um livro publicado que história a evolução da cunhagem de moedas no país, e que praticamente se traduz num Catálogo das moedas da Guatemala.

A sua obra — que ele apresenta como um ensaio — é tanto mais para admirar quanto é certo que não pôde, como confessa, dispor de todas as origens de informação requeridas, como arquivos públicos, bibliotecas e outras fontes de pesquisa do próprio país.

O trabalho está dividido em 7 partes:

- 1.^a — *Resenha histórica*, com 86 págs.
- 2.^a — *Documentação*, 20 págs. com 11 documentos.
- 3.^a — *Catálogo de moedas*, com 10 págs.
- 4.^a — *Medalhas e moedas comemorativas*.
- 5.^a — *Moedas particulares*.
- 6.^a — *Condecorações*.
- 7.^a — *Ilustrações* (gravuras de moedas e outras), 25 págs.

A *Resenha histórica* é a parte mais extensa, aquela em que o autor se espraia, quanto pode e quase dum folego, no descrever cronológico da evolução monetária do país considerado. A sua obra revela bons conhecimentos históricos, apresentados com precisão e clareza, por vezes comentados com apreciações *sui generis*.

A disposição gráfica da matéria exposta, com as características do trabalho em «linotipe» e emprego das enormíssimas maiúsculas em nomes próprios, a destacar-se exageradamente no texto, é que não dá ao livro a graciosidade e leveza que era para desejar.

A parte Catálogo, com a concentração e com o uso dos sinais convencionais tanto do agrado do autor e já empregados noutras suas obras, pode corresponder a um intuito prático, mas não é agradável à vista. Traduzida a vontade do autor por um artista, tipógrafo de categoria, os quadros das 10 páginas tomariam outro aspecto menos pesado e mais interessante.

A parte relativa às ilustrações está bastante bem, com uma tonalidade certa e adequada das fotografias e gravuras.

No conjunto tem de reconhecer-se que se está em presença dum bom trabalho numismático, que honra o autor e coloca de parabens os numismatas da Guatemala.

Pioneiros!... Caminho desbravado...

Está feito o mais difícil.

M. R.

NOTICIÁRIO

D. MARIA DOS PRAZERES DE FARO BARROS

A gravura do homenageado deste volume de NVMMVS — El-Rei D. Luís I — foi obtida dum desenho a lápis para este fim expressa e graciosamente executado pela ilustre pintora portuense, Ex.^{ma} Senhora D. Maria dos Prazeres de Faro Barros.

É já a terceira vez que as páginas do nosso boletim são honradas e valorizadas com trabalhos desta Ex.^{ma} Senhora, pois são também de sua autoria os desenhos de Mestre Teixeira de Aragão e do Dr. Leite de Vasconcelos, que figuram respectivamente nos n.^{os} 1 e 3 do Vol. I.

A Direcção executiva de NVMMVS, penhoradíssima pelas repetidas amabilidades de sua Excelência, não quer perder esta oportunidade de manifestar o grande apreço em que tem os seus dotes artísticos e de dar público testemunho do seu grande reconhecimento.

EMBLEMA DA S. P. N.

Foi já aprovado e executado o modelo do emblema para lapela a usar pelos associados da S. P. N.

Preferiu-se o tipo «alfinete» e, quanto à forma, escolheu-se a pura e simples redução, para 15 mm. de diâmetro, do timbre usado nos cartões de identidade.

O modelo oficial é de ouro de lei e pesa 2,80 gramas, números redondos. O seu custo será muito pouco superior ao valor do metal.

A Direcção da S. P. N. conta oferecer a cada associado um fac-simile em prata dourada. As requisições dos emblemas de ouro poderão ser dirigidas à Secretaria da S. P. N.

MOEDAS DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

Vai entrar em prelo a obra anunciada com a epígrafe acima, da autoria do nosso prezado Consócio, J. Maria Folgosa.

NOVA TIPOGRAFIA

Officinas Gráficas de «O Primeiro de Janeiro»

Originou grande demora na publicação do presente número de NVMMVS a segunda — e esperamos que definitiva — mudança de tipografia, a que nos obrigou o encerramento da Imprensa Moderna em fins de 1954.

Passou-se agora à composição mecânica e como consequência foram modificados os tipos empregados nos números anteriores. Mas houve o cuidado de escolher outros que não causassem alteração muito sensível no aspecto geral primitivo da Revista.

Conseguidos os ajustamentos necessários torna-se agora mais simples a prossecução, pelo que esperamos poder publicar muito em breve o número seguinte.

CARTÕES DE IDENTIDADE

Mais uma vez vimos insistir com os Ex.^{mos} Srs. associados que ainda não enviaram as suas fotografias, para que o façam quanto antes. É certo que as faltas já são poucas, mas a verdade é que, por culpa delas, ainda não nos foi possível regularizar o ficheiro oficial e a distribuição dos cartões.

CATÁLOGOS DE VENDA DE MOEDAS RECEBIDOS NA S. P. N.

- *Catálogo di monete per Collezione* — Oscar Rinaldi & Figlio — Casteldario, Mantova — Itália.
N.^{os} de Janeiro, Fevereiro Março, e Abril, de 1955.
- *Numismática* — Giuseppe de Falco — Napoli — Itália.
N.^o 28 — Março de 1955.
- *Monete e Medaglie* — Prof. Luigi de Nicola — Roma.
N.^o 1 — Março de 1955.
- *L'occasione* — Ditta A. Stefanachi & F. — San Benedetto Tronto — Itália.
N.^o 5 — Série E — Março de 1955.
- *Catálogo di Monete Antiche* — R. Barzan & Rag. M. Raviola — Turim — Itália.
N.^o 8 — Fevereiro de 1955.
- *Collezione Già del Prof. Angelo Signorelli* — P. & P. Santamaria — Roma.
V parte, e VI parte.
- *Seaby's Coin and Medal Bulletin* — B. A. Seaby, L.^{td} — Londres.
N.^{os} de Janeiro, Fevereiro, Março, e Abril de 1955.
- *Public Coin Auction* — Hans M. F. Schulman — New-York.
Sessões de 18 e 19 de Março de 1955.
- *Coins and Medal* — Jacques Schulman — Amsterdam — Holanda.
Leilão de 14 a 16 de Fevereiro de 1955.

Capas para «NVMMS»

Continua em vigor a tabela de preços já anunciada para a encadernação de cada um dos volumes do boletim:

Capa inteira couro	60\$00
» lombada couro, pasta percalina	50\$00
» inteiro pergamoide	40\$00
» cartonada	30\$00
Empaste	20\$00

Todos os modelos são impressos a dourado na lombada e na pasta. Cores a escolher.

BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Ofertas dos autores :

De C. H. V. SUTHERLAND :

— *Art in coinage*.

De DR. FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO :

— *Uma hipótese...*— *Uma tese...* — Separata de «Coimbra Médica», Vol. VIII — 1941.

De DR. LUÍS PINTO GARCIA :

— *Um numismata alentejano*.

Separata de «A Cidade de Évora», n.º 31-32 — 1953 — 65 págs.

De ALEXANDRE FERREIRA BARROS :

— *Numismática Portuense*. — Separata do «Boletim Cultural» da C. M. P.

Ofertas de particulares :

De DR. ANTÓNIO DO VALLE DOMINGUES :

— *Duas Pátrias* — Revista documentário Luso-Brasileira.

Número dedicado ao IV Centenário da Fundação de São Paulo.

De D. F. XAVIER CALICÓ — Barcelona :

— *Los problemas legales de la amonedación peninsular en la edad antigua*, por D. Jaime Lluís y Navas.

Obtidas por intercâmbio :

De OSCAR RINALDI :

— *Itália Numismática* — Revista mensal.

Ano 4.º — N.ºs de Setembro, Outubro, Novembro, e Dezembro de 1954.

Ano 5.º — N.ºs de Janeiro, Fevereiro, Março, e Abril de 1955.

— *Le monete coniate in Italia dalla Rivoluzione Francese ai nostri giorni*.

Vol. I — Mantova.

De B. A. SEABY, L.^{td} — Londres :— *Roman Silver Coins* — Vol. II, Part. I — Tiberio a Domiciano.

Da JUNTA DE PROVÍNCIA DO DOURO LITORAL — Porto :

— *Boletim da Comis. Prov. de Etnografia e História*.

Sexta Série, n.ºs V e VI

Sexta Série, n.ºs VII e VIII

Do GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE — C. M. P. :

— *S. Veríssimo de Paranhos* (Subsídios).— *Boletim Cultural*.

Vol. XVII — Fasc. 1-2 — 1950.

Da SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE ESTUDIOS NUMISMÁTICOS — Madrid :

— *Numisma* (Revista trimestral).

Ano III — 1953 — N.ºs 6, 7, 8 e 9.

Ano IV — 1954 — N.ºs 10, 11, 12 e 13.

Da INSTITUICIÓN «PRINCIPE DE VIANA», de Pamplona — Espanha :

— *Principe de Viana*.

Ano XV (3.º e 4.º trim. de 1954), n.ºs LVI y LVII.

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 9

VOL. III-2

AGOSTO-1955

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME III, N.º 9

Publicação quadrimestral por tomos de cerca de 64 páginas.

Condições de assinatura para 1955:

PORTUGAL, ESPANHA e Brasil: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Direcção executiva:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA
FERNANDO RUSSELL CORTEZ
ANTÓNIO DA SILVA GUIMARÃES
ED. M. VAN DER NIEPOORT
MÁRIO RAMIRES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 339-3.º—PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Officinas Gráficas

«O PRIMEIRO DE JANEIRO»

SUMÁRIO

Um tesouro de «Antoninianos» das Fragas do Piago, <i>por Mário Ramires</i> . . .	75-93
Contos para contar, <i>por Paulo Ferreira de Lemos</i>	94-121
A exposição sobre figuras e panoramas da Medicina de outros tempos, no Hospital de São José e a primeira medalha de homenagem a Sousa Martins, <i>por Rocha Souto</i>	122-134
VÁRIA	135-137
Comissão de Numismática e Sigilografia da Associação dos Arqueólogos Portugueses	137-139
Vida Social	140
Informações bibliográficas	141-143
Obituário	144

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 9

VOL. III-2

AGOSTO-1955

P O R T O



O TESOURO DE «ANTONINIANOS» DAS FRAGAS DO PIAGO

POR MÁRIO RAMIRES

A avaliar pelo que últimamente se tem lido com tanta frequência na imprensa diária, parece que a terra portuguesa se está desentranhando em «achados numismáticos».

Por certo que o facto se deve em especial ao acelerado ritmo que têm sofrido nestes tempos as realizações de obras de transformação, valorização e engrandecimento do país. Criam-se, transformam-se e dilatam-se povoações, rasgam-se vias de comunicação, iniciam-se e retomam-se explorações de jazidas de minério e, nesta febre benfazeja de progresso se vai revolvendo afanosamente o solo pátrio, não sendo de admirar que aqui e além vão aparecendo à luz do dia os tesouros escondidos e entre eles os grandes ou pequenos conjuntos de moedas antigas que as gentes de antanho confiaram ao segredo e fidelidade da terra segura e amiga, com propósitos que o destino ou a morte não deixaram realizar.

Além desta repetida sucessão de notícias publicadas, também não são escassas as indicações, mais ou menos veladas, que nos chegam particularmente de outros achados, uns de somenos importância material ou assim julgados pelo aspecto pobre dos objectos, outros de mais valia, e alguns mesmo verdadeiramente ricos de valor intrínseco e numismático, aos quais os seus possuidores evitaram dar maior publicidade, com temor de possíveis posteriores incómodos ou prejuízos.

Os incompletamente confidenciados e os que, pelas mesmas razões, ficam envolvidos em impenetrável segredo são, talvez, infelizmente em número superior aos que a imprensa noticia, e tal facto representa uma verdadeira calamidade para a Numismática e História.

Assunto da maior importância e acuidade que já foi anotado nas páginas desta Revista e que pela minha parte não me cansarei de repisar até o ver solucionado, só não me demorando agora com mais considerações a seu respeito para não alongar escusadamente a narração do tema principal.

A primeira notícia que tive de «Um Achado de moedas romanas nas Fragas do Piago» foi-me dada pelo Ex.^{mo} Sr. Ten.-Coronel João Lopes F. Guedes, com o envio de um pequeno recorte do jornal «O Século», de 15 de Fevereiro de 1954, em que se relatava o acontecimento, aliás duma maneira tão vaga e resumida que não foi pequeno o trabalho de o localizar.

Poucos dias depois, um outro confrade, o Ex.^{mo} Sr. António Alberto Jorge Lopes, de Boticas, enviou-me também um recorte de jornal, do «Notícias de Chaves», este muito mais elucidativo e pelo qual fiquei sabendo terem sido tomadas providências pelas autoridades locais, com o arrolamento de 2.820 moedas efectuado pelo Comandante do Posto da G. N. R.

Ainda um terceiro recorte de jornal, agora de «A Voz de Trás-os-Montes», de Vila Real, — 23 de Maio de 1954 — me foi enviado por terceiro associado da S. P. N., o Ex.^{mo} Reverendo Manuel Alves Plácido, de Carlão — Alijó. Representava uma notícia detalhada do evento, relatada por Sf. Oliveira, nome que mais tarde soube pertencer a um ilustre membro do corpo docente do Seminário de Vila Real, Dr. Serafim de Oliveira, professor de História Eclesiástica e de Arte Sacra, historiador que sobre o assunto se não ficou por aí, pois voltou a escrever mais tarde algumas notas históricas relativas a Imperadores que figuravam nas moedas achadas.

Se não fosse por tornar muito longo este escrito transcreveria na íntegra o primeiro dos artigos deste Ex.^{mo} Senhor, bastante interessante pelo detalhe e pelo sabor regionalista do descritivo. Tinha para isso conseguido a necessária autorização do Autor, obtida por intermédio do Ex.^{mo} Sr. Agostinho Celestino Borges de Sousa e Silva, de Vila Real, a um e outro dos quais aqui deixo expressos os meus agradecimentos.

Desse primeiro artigo e de posteriores informes que por outras pessoas me foram enviados respiguei os elementos para a descrição que vai seguir-se.

O tesouro foi encontrado, no dia 11 de Fevereiro de 1954, no terreno duma cerca, propriedade do Ex.^{mo} Sr. Domingos José Martins, da Casa de Barroso, de Paredes. O local, denominado «Fragas do Piago», fica próximo das Minas da Borralha, pertencendo à freguesia de Salto, concelho de Montalegre. Está situado na margem direita do rio Caniço, a uns 300 metros e à vista da outrora Casa dos Barrosos, uma antiga família barrosã de tradições. Ali, num penhascoso morro alcantilado, prolongado para o norte, que obriga a corrente do Caniço a dobrar em cotovelo pelo nascente, de fácil referência, há uma espécie de gruta formada por dois penedos a fazer de paredes laterais e um terceiro em jeito de cobertura.

Um grupo de trabalhadores, de que faziam parte três filhos do Sr. Martins e mais quatro jovens, também de Paredes, pesquisavam volfrâmio em regime de sociedade, mas parece que por conta das Minas da Borralha.

Um deles, Mário Gonçalves Pereira, que acaso trabalhava junto da gruta, estranhou a terra do interior, de fofa que se apresentava. Duas ou três cavadelas da sua picareta e eis que começam a aparecer umas estranhas pequenas moedas esverdeadas e lambuzadas de aderências terrosas.

Prevenidos e reunidos os companheiros, resolveram continuar a escavação, na esperança de que mais e melhor houvesse para desenterrar. Mas não o fizeram de seguida; esperaram pela hora de terminar o serviço das Minas. E então, lançados ao trabalho, em breve viram surgir duas vasilhas de barro contendo moedas iguais às primitivas e depois, mais ao lado, bocados partidos dum terceiro vaso, certamente daquele onde deviam ter estado as que encontraram primeiramente.

A ocultas e com todas as cautelas conduziram as moedas para casa do proprietário, em Paredes, metidas dentro das vasilhas.

O Sr. Martins, ao sopesar uma delas pelos bordos da boca, e devido ao peso das moedas que continha, motivou a sua fractura pelo gargalo e o consequente estilhaçamento da parte inferior. Ficou apenas inteira a terceira vasilha, da qual se dá uma representação em gravura. A simples vista de um leigo não apresenta qualquer característica especial, tendo o aspecto duma vulgar e feia «panela» de barro ordinário dos nossos dias.

Afora umas possíveis moedas não recolhidas na ocasião e mais tarde encontradas por rebuscadores do local, e talvez outras com que tivessem sido apresentados amigos e conhecidos, ficou o restante na mão do proprietário do terreno onde o tesouro foi descoberto. Felizmente o Sr. Martins procedeu imediatamente como julgou ser seu dever, dando aviso às autoridades e enviando informações para os jornais.

Não averigui como nem porque, mas apareceu logo a G. N. R. no local a proceder a um arrolamento do achado. É possível que tal tenha sucedido com o consentimento pleno do Sr. Martins, que dessa forma se viu livre de ter de atender mais pedidos de cedência de moedas.

Este caso apresenta uma singularidade curiosa que julgo interessante aqui considerar. É que, apesar de ter sido o Mário Pereira quem fez a descoberta do tesouro, deveriam ser considerados achadores os sete companheiros, visto que se constituíram em sociedade de trabalho. E assim, o terço do achado haveria de ser repartido pelos sete, ficando os dois terços restantes na posse do dono do prédio, como preceitua o art. 424.º do Código Civil. Cada um dos sete traba-

lhadores teria, pois, direito a 1/21 do total, e o conjunto seria legalmente distribuído por oito pessoas, isto é, numismáticamente pulverizado, seja permitida a expressão.

Depois de obtidas as primeiras informações deste achado e trocadas impressões com o seu proprietário e outras pessoas das proximidades, pensei em me deslocar a Salto para tentar classificar as moedas e obter quaisquer elementos de importância a elas referentes. Mas fiquei perplexo, se não totalmente desapontado, ao verificar não haver sequer na região uma simples e modesta hospedaria onde me fosse possível obter alojamento durante o tempo necessário para classificar um grande número de numismas, que eu sabia de antemão estarem gastas pelo uso, sujas, cheias de verdete e em mau estado de conservação.

Felizmente o meu camarada e amigo, Ex.^{mo} Sr. coronel Mário de Almeida Valente, ilustre comandante do Batalhão n.º 4 da G. N. R., e bem assim o Sr. Martins, proprietário do achado, possibilitaram-me o intento: o primeiro dando ordem para que as moedas depositadas no Posto da Borralha fossem enviadas para a sede do Batalhão, no Porto, e o segundo constituindo-me seu procurador e representante, com poderes quase discricionários.

Reconheci pouco depois que, se não fossem estas facilidades concedidas, jamais poderia ter conseguido a classificação das moedas, tão grande era o seu número e tamanhas as dificuldades e o tempo necessário para as vencer.

*

* * *

O aspecto geral dos 2.820 espécimes que constituem o conjunto arrolado era nitidamente de moedas de bronze, enquanto uma primeira lavagem lhes não removeu o sujo e as aderências terrosas. Depois dela, começaram a notar-se aqui e além indícios de metal de cor argêntea e, vistas com atenção, em grande número aparece, por debaixo duma fina camada de verdete que as recobre, a cor característica dos bilhões. No final verificou-se que tudo eram «antoni-nianos», posto que já do último período do seu emprego na circulação monetária romana, de diminuta percentagem de prata na liga ou no banho, moedas a que se tem aplicado a designação de «terceiros bronzes» e que Cohen, — o autor do Catálogo adoptado para a classificação que vai seguir-se — em parte refere com a letra B, para significar tanto *bilhão* como *bronze*, e em parte com PB (*pequeno bronze*), por entender não valer a pena fazer distinção entre moedas revestidas de muito delgada camada de metal argênteo e aquelas mesmas quando, com o uso circulatório, atingem o simples aspecto do bronze, de

que são afinal constituídas. Porém, como é sabido, a designação de «antoni-nianos» mantém-se, dentro das séries de prata, desde a sua criação pela reforma monetária de Caracala até à sua extinção pela de Diocleciano, muito embora a degradação que a moeda foi sucessivamente sofrendo na liga de prata, chegada até ao ponto de este metal só existir na fina película do revestimento.

Feita uma primeira separação das moedas por nomes dos imperadores e imperatrizes que nelas figuram, foi obtido o seguinte resultado:

Moedas de <i>Treboniano Galo</i> — (252-254)	2
» » <i>Volusiano</i> — (251-254)	2
» » <i>Emiliano</i> — (253-254)	1
» » <i>Valeriano</i> — (253-260)	32
» » <i>Mariniana</i> — (253-257)	2
» » <i>Galiano</i> — (254-268)	1566
» » <i>Salonina</i> — (253-260)	176
» » <i>Salonino</i> — (253-259)	10
» » <i>Macriano, filho</i> — (262)	2
» » <i>Póstumo</i> — (259-267)	3
» » <i>Victorino, pai</i> — (265)	3
» » <i>Cláudio II</i> — (269-270)	924
» » <i>Quintilo</i> — (270)	56
» » <i>Aureliano</i> — (270-275)	19
» » <i>Severina</i> — (270-275)	2
» » <i>Tácito</i> — (275-276)	1
» Inatribuíveis	19
Total	2820

Na classificação que vai seguir-se adoptei a numeração do Catálogo de Cohen. 2.^a Edição (*Description Historique des Monnaies Frappées sous l'Empire Romain*) e dentro dela estabeleci uma divisão das moedas em três classes, segundo a sua aparência e estado de conservação, por ordem decrescente. Não terei sido muito rigoroso na escolha — e convém lembrar que se trata de um critério pessoal —, mas creio que poderá servir para dar uma primeira impressão do estado das moedas. Na primeira classe agrupei as que têm legendas completas ou com pequenas deficiências e bom aspecto geral; na terceira arrumei as que considero como coleccionisticamente inferiores e quase fora de valor comercial.

Separei também as moedas pelas letras e sinais que comportam — no Campo (à esq. e à dir.) e no Exergo — assim como pelos indicativos das oficinas monetárias, e para cada número, sempre que possível, indiquei a casa de moeda emissora pelas iniciais da seguinte relação:

Colónia	CP
Lugdunum (Lião)	L
Roma	R
Mediolanum (Milão)	M
Síscia (Sissek, na Hungria)	S
Cyzicus (na Ásia Menor)	C
Antioquia (na Síria)	A
Viminatum (na Mésia)	V

As moedas não referidas em Cohen ou merecedoras de citação especial serão assinaladas em caracteres maiores e, no final, descritas pelas suas características. Terão números seguidos de maiúsculas para indicar a ordem que as respectivas moedas deviam ocupar no Catálogo. As indicadas com asterisco serão representadas em gravura.

N. ^{os} de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda	N. ^{os} de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda
	1. ^a	2. ^a	3. ^a				1. ^a	2. ^a	3. ^a		
						68	—	1	—		R
						75	1	—	—		V
						86	—	1	—	Q à e.	R
13	1	—	—		R	* 87-A	—	I	—	S à e.	
125	—	1	— no Ex.	A	»	—	I	—	Q à e.	
						88	1	—	—	S à e.	
						101	1	1	—		R
						135	4	2	2		R
20	1	—	—		R	140	—	2	1		R
133	1	—	—		M	141	—	—	1		R
						146	—	—	1	T à e.	R
						152	1	—	—		A
						224	—	2	—		R
60	1	—	—		R	274	—	1	—		R
						MARINIANA					
						3	—	1	—	V à e.	R
						65	—	2	—		R

N.ºs de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda	N.ºs de Cohen	CLASSES			Obs.	Casus de Moeda
	1.ª	2.ª	3.ª				1.ª	2.ª	3.ª		
GALLIENO						174	1	—	—		M
					R	*179-A	—	—	I		
5	6	4	3		R	179-B	—	I	—		
»	12	18	46	B à e.	R	181	1	—	—		S
20	4	—	5		R	»	—	I	—		
24	—	2	6		R	183	—	1	—		S
»	3	2	—	VI à d.		»	—	—	1	T à e.	R
25	1	—	—		R	184	1	—	—		R
»	3	5	4	VI à d.	R	186	—	1	—	P à e.	M
»	1	—	—	S (invertido) à d.	M	192	—	3	—	T no Ex.	R
35	3	3	5	MT no Ex.	M	193	1	2	—	» » »	R
38	—	2	3		R	217	1	—	—		S
»	6	11	24	Γ à e.	R	221	—	—	1		M
40	—	3	—		R	227	—	1	—		M
55	1	1	—		R	*229-A	—	I	—		M
57	2	—	1	Q no Ex.	R	246	—	3	1		S
72	3	9	18	Z » »	R	»	5	6	—	N à d.	R
73	9	6	25	H » »	R	»	—	3	1	H » »	R
»	1	—	—	I » »	R	247	—	1	7	N » »	R
76	4	—	—	Δ » »	R	261	—	1	1	MS no Ex.	M
77	5	5	3	» » »	R	265	—	—	1		S
89	3	—	1		R	»	—	—	1	II à d.	S
92	—	1	1		R	269	—	1	2		R
98	—	—	1	MT no Ex.	M	»	6	4	2	ς à d.	R
105	1	1	—		M	*269-A	12	18	49	» » »	R
116	—	1	3	MT no Ex.	M	»	—	2	—	Efigie dif.	R
144	—	2	2	XII à d.	R	279	—	3	1	ς no Ex.	R
»	1	3	5	XII no Ex.	R	280	1	—	1	» » »	M
153	4	3	5	ε no Ex.	R	281	—	1	—	» » »	M
154	8	8	12	» » »	R	»	—	—	I	SM no Ex.	M
157	1	4	8	X no Ex.	R	296	1	—	1	V à e., I à d.	R
158	8	7	8	X » »	R	297	—	1	—	VI à e.	R
162	12	13	18	XI » »	R	317	1	1	—	ς no Ex.	R
165	5	6	10	Γ » »	R	322	1	—	—	P à e.	M
»	—	—	—	I Impres. dupla		326	1	1	1	P no Ex.	R
»	—	1	—	X no Ex.	R	327	2	1	—	» » »	R
»	1	—	—	XI » »	R	331	—	3	7	XI à d.	R
»	11	10	11	XII » »	R	341	6	6	12	ς no Ex.	R
»	—	I	—	Id. mod. menor		343	1	—	1	» » »	R
167	2	—	—	XII no Ex.	R	332	—	—	1	» » »	R
170	1	—	—		R	344	7	8	7	» » »	R
173	2	3	—		M	345	3	1	—	» » »	R

N.ºs de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda	N.ºs de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda
	1.º	2.º	3.º				1.º	2.º	3.º		
351	1	—	—		R	670	2	—	—	ç no Ex.	S
361	—	3	5	N à d.	R	685	1	—	—	S à d.	M
»	4	1	7	N à e.	R	»	1	1	1	S no Ex.	M
* 365-A	—	I	—	P no Ex.		»	1	—	1	P » »	M
382	2	5	9	XI à e.	R	690	5	6	7		M
388	3	1	1		R	699	1	2	—		R
»	1	—	—	ç à e.	R	»	11	10	14	Z à e.	R
389	3	1	—		R	718	—	3	—	Δ à d.	R
»	1	—	—	ç à d.	R	719	—	2	4	» à e.	R
402	3	1	1	» » »	R	720	—	1	—	» à d.	R
403	5	3	2	» » »	R	721	—	1	—	» » »	S
404	—	2	—	» » »	R	727	1	—	4		S
* 406-A	—	I	—	S à e.	R	»	1	—	1	Δ à d.	R
423	4	5	10		R	»	—	1	2	» » e.	R
»	1	—	—		M	»	1	—	—	T à d.	R
»	1	—	—	S no Ex.	R	»	—	2	—	T à e.	R
»	—	1	—	V à d.	R	»	1	—	—	S à d.	S
»	—	1	—	S à d.	M	»	—	1	—	S à e.	S
* 424-A	—	—	I	Mod. 17 mm.		»	1	—	—	V à d.	R
425	4	3	3		R	»	3	3	—	V à e.	R
428	1	—	—	ç no Ex.	R	»	—	1	—	I à e., S à d.	S
430	1	—	—		A	»	4	2	2	S à e., I à d.	S
458	—	1	—		M	728	1	—	—		S
465	—	1	—		M	»	1	1	—	V à d.	R
487	1	—	—		M	»	8	—	3	V à e.	R
* 522-A	I	—	—			»	—	1	1	T à d.	R
539	1	—	—		M	»	4	1	2	T à e.	R
542	1	—	—		M	741	1	—	—		S
562	2	—	5	S à e.	R	»	1	1	—	à e.	S
563	2	2	1	ç à e.	R	* 741-A	I	—	—		S
586	9	8	15	B no Ex.	S	744	—	—	1		M
593	—	1	1		R	746	—	1	2		R
»	—	1	—	ç à d.	R	747	—	—	1		R
594	1	—	—	» » »	R	752	1	—	—	V à e.	M
596	—	5	3	XI à d.	R	753	—	1	—		M
* 596-A	I	—	—			756	4	2	—	V à e.	R
617	1	—	—		R	766	1	—	1	S à d.	R
»	1	—	—	H à e.	R	773	1	3	1		R
»	12	11	51	A » »	R	»	1	—	—	V no Ex.	R
618	1	—	1		R	774	1	—	1	» » »	R
667	5	10	16	N no Ex.	R	777	—	1	—		M
668	2	3	—	» » »	R	»	—	1	—	P à d.	M

N.ºs de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda	N.ºs de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda
	1.ª	2.ª	3.ª				1.ª	2.ª	3.ª		
778	—	1	—		M	1008	11	10	26	ε à d.	S
785	—	1	—	P no Ex.	M	1009	2	—	—		S
786	1	—	—	ç à e.	M	»	—	1	—	ε à d.	S
»	1	—	—	P à d.	M	1045	1	—	—		M
»	—	1	—	P no Ex.	M	1071	—	1	—	Z no Ex.	R
»	—	1	3	MP no Ex.	M	»	4	5	14	Z à e.	R
819	1	1	3	MT » »	M	»	3	—	—	S à e., P à d.	R
»	—	2	—	» » »	M	»	1	—	—	H à e.	R
820	—	1	—	MP » »	M	1072	—	—	1	Z à e.	R
826	—	2	—		M	1076	2	—	—	T à e.	R
851	—	—	4		S	1109	1	—	—	. no Ex.	A
854	1	2	1		S	1118	1	—	—	T à e.	R
»	—	4	—	N à d.	R	1119	7	5	1	» » »	R
859	1	2	5	MP no Ex.	M	1134	1	—	—	ç » »	M
»	1	—	—	P à e.	M	1135	3	—	—		M
862	2	3	10	X à d.	R	1162	1	1	—		R
864	2	—	—	P à d., N à e.	S	*1194-A	1	—	—		
867	—	2	—	MT no Ex.	M	1198	1	—	—		R
872	—	1	—		S	1221	—	2	—	P à e.	R
*872-A	—	4	4		S	»	6	3	2	P à d.	R
874	1	—	—		R	»	5	6	6	» » »	R
920	1	—	—		A	1236	11	10	2		M
928	2	3	1	MP no Ex.	M	»	1	1	—	S no Ex.	M
932	1	1	—		R	»	3	—	—	VI à d.	R
»	—	—	1	MS no Ex.	M	1237	—	2	—		M
*932-A	—	1	1	XII à d.	R	»	1	—	—	P no Ex.	M
»	—	1	—	XII no Ex.		»	1	—	—	* à e.	A
*949-A	—	—	3	TENPO		»	2	3	—	VI à d.	R
953	—	1	1	VI no Ex.	R	*1249-A	—	1	—		
954	1	—	—	» » »	R	1272	1	—	—	GERM.	R
961	1	—	4		M	»	1	—	—	G. M.	R
»	6	10	32	H à d.	R	1284	1	—	—		R
*961-A	1	—	—	» » »	R	*1288	1	—	—		R
979	12	10	16	H no Ex.	R	1318	1	—	—		M
»	1	—	—	A » »	R	1322	1	1	15		R
* »	—	—	1	Dupla cunh.	R	* »	1	—	—	Flan de MB	R
980	—	1	—	A no Ex.	R	1338	1	—	—		R
981	1	—	—	H » »	R	1350	1	—	—		S
*987-A	1	—	—	VII C no Ex.	A	1355	1	—	—		S
983	—	2	—	XI » »	R						
1008	—	4	6		S	Inclassificáveis			15		

N.º de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda	N.º de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda
	1.ª	2.ª	3.ª				1.ª	2.ª	3.ª		
SALONINA											
						»	—	1	—		R
						12	2	1	—		R
17	—	2	1	MS no Ex.	M	56	—	1	—		R
20	—	1	—		M	63	2	—	—	P à d.	M
24	1	1	—		S	95	1	—	—		A
25	2	—	—	RP no Ex.	R	MACRIANO, Filho					
39	2	1	—		R						
»	4	12	17	Δ à d.	R						
40	—	—	3	» » »	R	11	1	—	—		A
44	—	2	—		R	12	1	—	—		A
51	—	—	1		M	PÓSTUMO					
55	—	—	1	MS no Ex.	M						
56	3	3	1	N à d.	R	213	1	—	—	P à e.	L
58	—	3	3		R	215	—	1	—		CP
60	4	5	9		R	243	1	—	—		L
68	1	—	—		R	VICTORINO, Pai					
70	—	5	6	Δ no Ex.	R						
77	—	1	3		R	49	1	—	—	* à e.	CP
»	1	—	—	P à d.	R	79	—	1	—	V à e.	CP
»	—	1	—	P à e.	R	91	—	—	1		
78	1	—	—		R	CLAUDIO II					
79	—	1	—		S						
84	—	1	1		R	3	2	1	1		R
92	—	3	—		R	6	7	16	21		R
»	4	2	3	Q à d.	R	»	—	—	6	S à d.	R
94	3	3	3	VI no Ex.	R	»	—	—	1	Incusa	R
»	2	2	2	Q no Ex.	R	7	—	1	—		R
103	1	2	—		A	10	—	1	3		R
121	—	1	1	VI à d.	R	»	—	—	1		R
127	—	1	1	MS no Ex.	M	»	—	—	1		R
129	4	2	4		R	»	—	—	1		R
»	1	2	1	H à d.	R	»	—	—	4	2	S à d.
134	—	—	1		L	12	1	—	—	S no Ex.	M
137	—	—	1		R	16	—	—	1	N à e.	R
139	1	1	—		M	»	—	—	1	N à d.	R
143	5	5	8	Q no Ex.	M	»	—	1	2	N no Ex.	R
147	2	—	—	S à d.	R	»	—	1	1	III à d.	R
SALONINO											
						17	—	—	1	Mod. 17 mm	R
						21	12	12	16	Busto couraçado	R
5	—	—	1		L	»	—	1	—	Busto vestido	R
7	1	—	—	S no Ex.	R	»	—	—	1	Dupla imp. do Anv.	R

N.º de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda	N.º de Cohen	CLASSES			Obs.	Casas de Moeda
	1.ª	2.ª	3.ª				1.ª	2.ª	3.ª		
22	—	—	2		R	131	—	—	3	» » »	R
»	—	2	—	Δ à d.	R	»	—	—	1	III à d.	R
* 25-A	—	1	2	H no Ex.	R	138	1	—	—		S
»	—	1	—	H à dir.	R	»	2	1	—	I à d.	S
* »	—	—	1	Dupla impres.	R	»	—	—	1	P à d.	S
46	10	10	19		M	140	2	—	1	XII à d.	R
50	16	17	33		M	»	1	—	1	XII no Ex.	R
69	1	—	—	P no Ex.	M	144	5	1	5		R
77	—	1	—	TENPO	M	151	2	6	2	X à d.	R
79	2	5	9	Busto vestido	R	152	—	3	10		R
»	—	1	—	» nu	R	»	2	1	2	X à d.	R
»	1	—	—	» couraçado	R	159	—	2	3	H à d.	R
»	3	—	—	B à d.	R	160	11	8	5		R
80	4	3	1	B » »	R	»	—	2	6	H à d.	R
»	—	—	2		R	161	—	1	1	X no Ex.	R
84	12	6	21		R	162	—	—	1	X à d.	R
»	—	—	1	XI à d.	R	* 169-A	1	—	—		
86	2	1	1	XI à e.	R	197	—	—	1		R
* 86-A	1	—	—	XI à d.	R	»	—	1	—	II à d.	R
87	6	2	—		R	198	1	—	—		R
»	2	1	—	XI à d.	R	200	—	1	—	P no Ex.	M
88	—	2	—	S no Ex.	M	202	3	1	—	T no Ex.	M
92	—	4	1	ε à d.	R	204	3	1	3	H à e.	R
* 96-A	—	—	1		R	214	2	3	9		R
97	—	—	1		S	* 214-A	1	—	—	... P. COS II P.P.	R
98	—	1	—		A	216	2	—	—	Δ no Ex.	R
103	—	1	—	SPQR no Ex.	C	220	—	1	1	XII no Ex.	R
104	2	—	1	Z à d.	R	»	—	—	1	XII à d.	R
»	1	2	—	Z no Ex.	R	220	—	—	1		R
»	—	1	—		R	223	1	1	—	T no Ex.	M
109	—	1	6	τ à d.	R	226	—	—	1		R
»	—	—	2		R	230	10	17	18		R
110	—	3	4		R	233	1	1	—	XII à d.	R
»	—	1	1	τ à d.	R	»	—	1	3		R
114	13	11	13		R	234	4	1	1	ς à d.	R
»	—	1	—	Z à d.	R	252	1	—	—	P no Ex.	M
115	1	6	5	» » »	R	262	—	—	1		R
»	—	1	—	Z à e.	R	265	11	5	16		R
124	8	6	23		R	* 268	1	—	—	Dupla impres.	R
129	16	13	12		R	276	1	—	—	II à e.	S
»	3	—	—	N à d.	R	»	—	—	2	» » d.	S
130	1	—	—	» » »	R	»	—	1	—	I à e.	S

*
* *

Além destas 2.820 moedas arroladas tive posteriormente conhecimento de mais algumas atribuídas ao mesmo achado. De dois lotes, um de 4 e outro de 17, não me restam dúvidas, por indícios vários, de que a origem seja a mesma. Até pude ver e decalcar as moedas do maior deles, verificando tratar-se de repetições das já relacionadas. Eram as seguintes:

Valeriano	Coh. n.º 140
Galiano	» » 38, 40, 73, 157, 165, 269, 962 e 1221
Salonina	» » 94
Salonino	» » 12
Cláudio II	» » 114, 144, 230(2), 265
Quintilo	» » 73

De muitas outras que vi, todas anunciadas como de aparecimentos recentes, e entre elas as de um grupo de cerca de 30 que o Ex.^{mo} Sr. Carlos de Noronha gentilmente me facultou, durante muito tempo, para estudo e comparação, fácil foi constatar pelo aspecto geral e muito melhor estado de conservação do seu *banho branco* que não são companheiras das que surgiram das Fragas do Piago.

Daqui se conclue: que o tesouro agora descoberto não foi completamente reunido em mãos do proprietário do terreno onde foi encontrado; e que há uma certa quantidade de antoninianos deste período presentemente em circulação no nosso meio numismático, com certeza originários de outros achados, infelizmente não referenciados, dos quais, por consequência, não puderam ser obtidos os esclarecimentos históricos que poderiam acaso fornecer, pelo menos os de localização, que não são de pequena valia.

*
* *

Apesar de ser já muito grande o número de tesouros deste período do Império romano que têm sido sucessivamente relacionados, alguns deles de tão grandes quantidades de moedas que são medidas a quilo em vez de ser contadas, e posto que o número total de antoninianos hoje conhecido ande pela casa dos milhões, todos os numismatógrafos que se têm dedicado ao estudo da cunhagem

desta época são unânimes em afirmar que a história numismática que lhes diz respeito está ainda muito longe de poder ser considerada completamente esclarecida.

Deve ter-se em conta a conturbação verificada na política geral do Império durante a segunda metade do século III, época caracterizada pela sequência de ataques dos inimigos exteriores e principalmente pelas rebeliões repetidas dos usurpadores, conhecida na história como a época dos «*trinta tiranos*», número que contudo não engloba muitos outros importantes revoltosos que não chegaram a ver coroadas de êxito as suas ambições do poder supremo.

O Império romano era demasiadamente grande em extensão territorial, as mudanças de imperadores eram frequentes e as acções guerreiras sucediam-se continuamente, às vezes em mais do que uma frente ao mesmo tempo. Tudo isto obrigou a enormes despesas e com elas à cunhagem duma extraordinária quantidade de moedas, das quais a grande maior parte foi constituída por antoninianos.

Assim se explica que seja ainda possível, hoje em dia, encontrar num tesouro monetário, aliás de certa importância numérica — posto que muito longe dos maiores verificados, — uma tão apreciável quantidade de espécimes, pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos, como aquela que ora se verifica.

As moedas que a seguir se discriminam, destacadas do conjunto atrás relacionado, são todas desconhecidas de Cohen, ou melhor, não foram por ele especificadas, facto que não será muito para estranhar sabido como é que este autor foi já ultrapassado, pois é enorme o número de moedas que surgiram à luz da história após a publicação do seu catálogo.

Maior relevo tem já a circunstância de haver neste conjunto numismas que são indicados por Mattingly e Sydenham, numismatógrafos ingleses da actualidade, cuja obra monumental «*The Roman Imperial Coinage*» julgo ser a última palavra sobre numismática imperial romana. Pois nesta obra não encontrei referência objectiva a qualquer das seguintes moedas do achado:

- Galiano — 229-A, 269-A, 365-A, 522-A, 596-A, 932-A, 949-A, 987-A,
1194-A e 1322-A.
Cláudio II — 86-A, 96-A, 169-A, 214-A, 293-A, 314-A, 318-A.
Quintilo — 42-A.

Não vamos contudo exagerar o valor destas *raridades*, considerando-as acima do seu real mérito. Deve atender-se a que algumas não passam de pequenas variantes de outras moedas já conhecidas e vulgares, uma ou outra poderá ser con-

siderada duvidosa ou cunhagem bárbara, e muito poucas apresentam características de tipos próprios. Não obstante, sempre é um conjunto de antoninianos que se afasta da vulgaridade. E deve acrescentar-se que não se entrou em linha de conta com todas as particularidades relativas às oficinas monetárias porque se assim fosse maior número de moedas mereceria citação.

Não terminarei sem confessar a impossibilidade de poder garantir que tudo tenha sido bem observado e acertadamente relacionado e descrito. O exame das 2.820 pequenas moedas romanas, das quais muitas imperfeitas, gastas, mal conservadas, e todas sujas e cheias de verdete, requeria muito tempo e muito trabalho e boas condições de sua execução que não pude disfrutar. E principalmente carecia de ser tratado por pessoa com conhecimentos especiais que eu estou longe de possuir. Lancei-me ao empreendimento apenas como um estudante que deseja aprender; nada mais.

VALERIANO

- 87-A — Anv.: — IMP VALERIANVS AVG. Busto vestido, à dir.
 Rev.: — IOVI CONSERVAT Júpiter nu, de frente, olhando à esq., com raio e ceptro. S à esq.
- 87-A — Id. Q à esq.

GALLIENO

- 179-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto couraçado* à dir.
 Rev.: — FELICI AET. A Felicidade, de pé, à esq., com caduceo e coluna.
- 179-B — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Cabeça radiada* à dir.
 Rev.: — Como 179-A.
- 181-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto couraçado* à dir.
 Rev.: — Como 181.
- 229-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Cabeça radiada* à dir.
 Rev.: — FIDES MILIT. A Felicidade de pé, à esq., com duas insígnias.
- 269-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Cabeça radiada* à dir.
 Rev.: — Como 269. S à dir.
- 269-A — Id. Efigie de melhor estilo.
- 365-A — Anv.: — IMP GALLIENVS AVG. *Cabeça radiada* à dir.
 Rev.: — IOVI CONSERVAT Júpiter *semi-nu*, à esq., com ceptro e raio. P no exergo.
- 406-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. Busto couraçado à esq., com lança e escudo.
 Rev.: — IOVI VLTORI. Júpiter nu, de face, olhando à dir., com manto solto na mão esq. e raio. S à esq.

- 424-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. Cabeça rad. à dir.
Rev.: — LAETITIA AVG. Como 424. *Peq. módulo.*
- 522-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto couraçado, à dir., com lança.*
Rev.: — LEG VIII A(VG) VI P VI F. Leão (?) à dir. *com radiação.*
- 596-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. Cabeça radiada à dir.
Rev.: — LIBERTAS AVG. *A Liberdade de pé, à esq., com bolsa (?) e cornucópia (?) ou ceptro curto (?).*
- 741-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto couraçado à dir.*
Rev.: — PAX AVG. Como 741.
- 872-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto couraçado à dir.*
Rev.: — PROVIDEN AVG. Como 872.
- 932-A — Anv.: — *IMP GALLIENVS AVG.* Cabeça radiada à dir.
Rev.: — SALVS AVG. Como 932.
- 949-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. Como 949.
Rev.: — SEGVR *TENPO.* Como 949.
- 961-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto vestido à dir.*
Rev.: — SECVRIT PERPET. Como 961. H à dir.
- 979 — SOLI CONS AVG. *Cunhagem dupla.*
- 987-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto vestido à dir.*
Rev.: — SOLI INVICTO. Sol nu, à esq., *levantando a mão dir. e com o manto e azorrague na esq. VII C no exergo.*
- 1194-A — Anv.: — *GALLIENVS AVG.* Cabeça radiada à dir.
Rev.: — VICTORIAE AVG. Como 1194.
- 1249-A — Anv.: — GALLIENVS AVG. *Busto radiado à dir., parecendo visto de 3/4, de dorso.*
Rev.: — VIRTVS AVG. *Hércules nu, à dir., com a mão dir. na anca e a esq. com a maça sobre o rochedo.*
- 1288-A — Anv.: — *IMP C P LIC GALLIENVS AVG.* Como 1288.
Rev.: — Como 1288, *mas a lança não parece invertida.*
- 1322-A — *Flan de M. B.* Como 1322.

CLÁUDIO II

- 25-A — Anv.: — *IMP CLAVDIVS AVG.* Cabeça radiada à dir.
Rev.: — APOLLINI CONS. Como 24 e com H no exergo.
- 25-A — Id. Com H à dir.
- 25-A — Id. — *Dupla cunhagem.*
- 86-A — Anv.: — *IMP CLAVDIVS AVG.* *Cabeça rad. à dir.*
Rev.: — FIDES EXERCI. *A Fé militar à esq. No campo, à esq. XI.*

- 96-A — Anv.: — *(IMP)P CLAVDIVS C(AES?) AVG.* Busto vestido à dir.
Rev.: — *FORTVNA RED.* A Fortuna de pé, à esq., com leme e cornucópia.
- 169-A — Anv.: — *IMP CLAVDIVS AVG.* Busto couraçado à dir.
Rev.: — *MRTS* (ou *NARTS*) *PACIFEIHO.* Marte à esq. com ramo, lança e escudo.
- 214-A — Anv.: — *IMP C CLAVDIVS AVG.* Busto couraçado à dir.
Rev.: — *PM TR P COS II PP.* Cláudio à esq. com ramo e ceptro curto.
- 268 — Dupla cunhagem.
- 293-A — Anv.: — *IMP C CLAVDIVS AVG.* Busto vestido à dir.
Rev.: — Como 293.
- 293-B — Anv.: — *IMP C CLAVDIVS AVG.* Busto couraçado à dir.
Rev.: — Como 293. A à esq.
- 304-A — Anv.: — *IMP C CLAVDIVS AVG.* Como 304.
Rev.: — *VICTORIA G M.* *Vitória à esq. com coroa e palma.*
- 314-A — Anv.: — *DIVO CLAVDIO.* Cabeça rad. à dir.
Rev.: — *VIRTVS AVG.* Marte à esq. com ramo e ceptro. Adiante um escudo.
- 318-A — Anv.: — *IMP CLAVDIVS AVG.* Busto couraçado à dir.
Rev.: — *VIRTVS AVG.* Soldado à esq., apoiado em escudo e com lança. S à dir.

QUINTILLO (?)

- 42-A — Anv.: — *IMP C (M. AVR. CL. QVINTI)LLVS AVG.* Busto vestido à dir.
Rev.: — *LIBE (R) ou (RT) AVG.* Figura feminina à esq. com bolsa (?) e ceptro.

AURELIANO

- 55-A — Anv.: — *IMP C AVRELIANVS AVG.* Busto vestido à dir.
Rev.: — *CONCORDIA MILI.* *Concórdia à esq. entre duas insígnias.* S à esq.

*

* * *

Um tesouro monetário, além dos ensinamentos puramente numismáticos fornecidos, pode comportar muitos outros de natureza histórica consubstanciados nos sucessos que determinaram o seu enterramento. Agradável seria que, à semelhança do que aconteceu com a parte numismática do achado, também nestoutra fosse possível conseguir quaisquer indicações úteis para melhor conhecimento da história — ainda tão nebulosa — do domínio romano no nosso país durante a época considerada.

Com fundamento na moeda mais recente que existe no tesouro pode admitir-se o seu enterramento a partir do ano 275, visto que o imperador Tácito, nela representado, só governou de meados desse ano a meados de 276, e o espécime, pertencendo a uma casa de moedas da Ásia, deve ter necessitado bastante tempo — dados os vagarosos meios de comunicação então existentes — para chegar à Ibéria e às terras de Barroso, onde veio a ser enterrado.

É estranho que neste tesouro figurem, em tão grandes quantidades, as moedas de Galieno e de Cláudio II, especialmente em relação com as dos imperadores gauleses Póstumo e Victorino, que apenas estão representados por três numismas cada um.

É sabido que Póstumo, sendo general romano de Galieno e governador da Gália em 258, se revoltou contra Roma e conseguiu estabelecer um império, desmembrado daquele, que reunia a Gália com a Britânia e a Hispânia, e foi mantido por si e seus sucessores durante 15 anos. Só em 273 estas províncias voltaram a ser incorporadas no grande império romano, então sob a chefia do notável general de cavalaria (*manus ad ferrum*) e imperador Aureliano.

Por esta razão não é provável que os antoninianos do tesouro tivessem sido reunidos na região onde agora foram encontrados porque, desde 258 a 273, as moedas que nela deviam ter curso legal seriam as dos imperadores gauleses e não as dos inimigos romanos, a não ser as que já existiam à data do desmembramento e as coetâneas que pudessem ter atravessado as fronteiras nas restritas transacções aí levadas a efeito. É o que se tem verificado noutros achados da Gália relativos à mesma época.

Desta maneira parece lícito supor-se que o conjunto das moedas tivesse sido reunido fora da Gália, possivelmente no centro romano, e daí trazido directamente para o nosso país. Esta hipótese parece encontrar fundamento na diversidade das casas de moedas que estão representadas no tesouro, com absoluto predomínio das de Roma e Milão e números diminutos das que se situam em lugares mais afastados do centro do império.

Em Mattingly and Sydenham há indicações de cunhagens mais ou menos bárbaras, originárias de casas de moeda irregulares da Gália, em que predominam características dos antoninianos de Tétrico e Cláudio II e que se foram misturando na circulação normal. Não julgo, porém, que tais espécimes abundem no presente conjunto, muito embora se possam notar num ou noutro características de barbarismo. Para mais não há nele moedas de Tétrico e existem algumas de Quintilo, o que, segundo aqueles autores, é prova concludente a favor da cunhagem regular.

VALERIANO



87-A

GALIENO



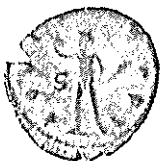
179-A



229-A



365-A



406-A



269-A



424-A



596-A

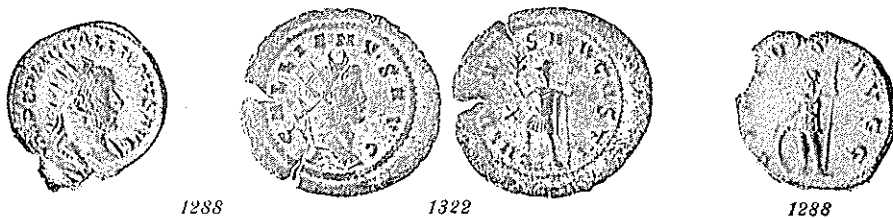
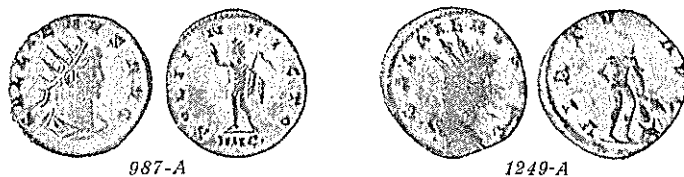
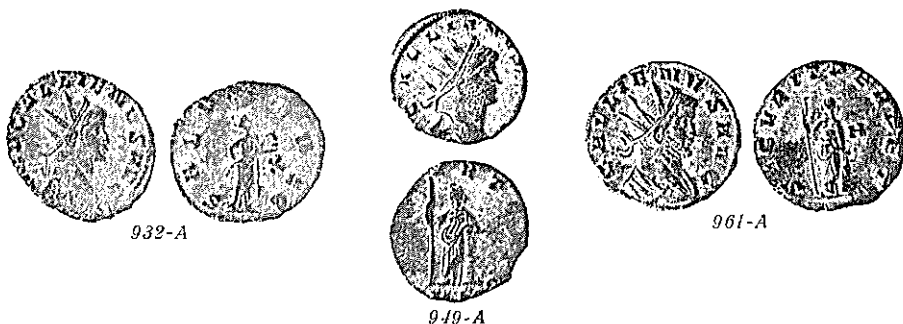


741-A



872-A

GALIENO



QUINTILO



AURELIANO



CLAUDIO II



25-A



25-A



25-A



86-A



169-A



96-A



214-A



268



293-A



304-A



293-B



314-A

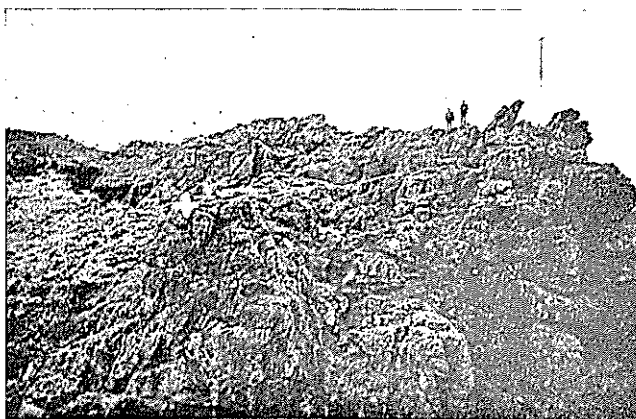
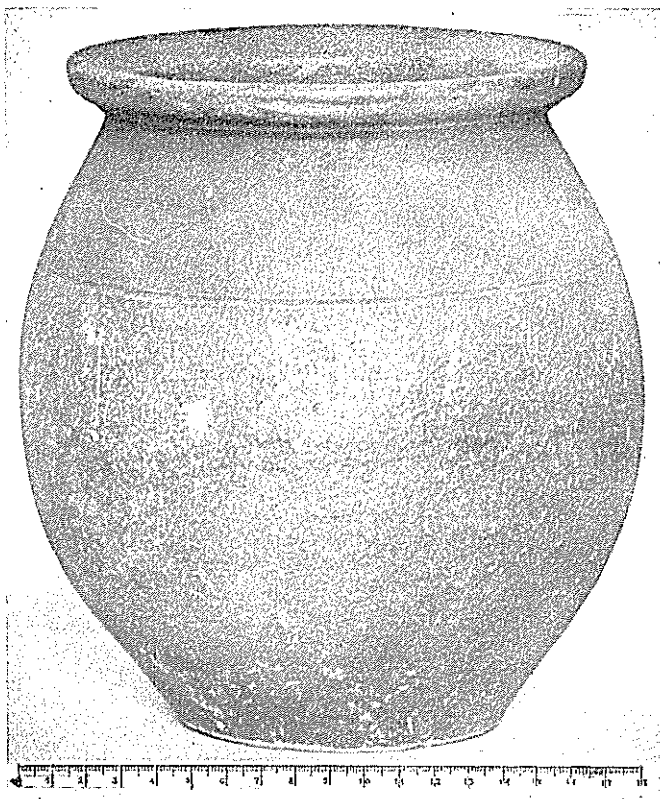


318-A



A ÚNICA VASILHA
EXISTENTE DAS TRÊS
QUE CONTINHAM
OS «ANTONINIANOS»

0,19 de altura
0,18 de bojo



FRAGAS DO PIAGO
A cruz branca assinala
o local do achado

*
* *

Em geral um tesouro desta natureza representa um pecúlio de qualquer proprietário da região ou influente local e o seu enterramento coincide com a iminência de uma invasão, ameaça de revolta ou propósitos bélicos.

Parece que nenhum importante acontecimento desta natureza se verificou na Gália imediatamente a seguir à sua reintegração no império de Roma em 273. Só alguns anos mais tarde, em 280, teve lugar a expedição de Probo, destinada a reprimir as perturbações causadas pelos tiranos Prócuro e Bonoso, cuja influência por ventura se não teria feito sentir em local tão remoto como era o da região de Barroso, já no Sudoeste e próxima do Atlântico, na linha de penetração do vale do Cávado, e servida apenas pela estrada romana Braga-Chaves.

O local onde se efectuou o enterramento pertence a uma região de natureza agrícola relativamente pobre mas abundante de minérios, especialmente de estanho. Bastaria a circunstância da riqueza mineira para se poder presumir que ela teria sido conhecida e frequentada pelos dominadores romanos. Mas não é só a actual descoberta do tesouro monetário que transforma a presunção em evidência, pois já têm sido descobertos no concelho de Montalegre vários vestígios da ocupação romana e, entre eles, um grupo de 15 moedas dum período anterior da história do império — Vespasiano e Trajano.

Por mim julgo precários os fundamentos colhidos deste tesouro para poder formular uma hipótese com nítida verosimilhança acerca dos eventos que originaram o seu enterramento. E a não ser que outrém, com maiores conhecimentos, o possa fazer desde já, teremos de esperar que novos sucessos se verifiquem para sermos conduzidos ao conhecimento completo da sua história.



CONTOS PARA CONTAR

ENSAIO PARA O SEU CONHECIMENTO E SUA CLASSIFICAÇÃO

POR PAULO FERREIRA DE LEMOS

Os contos para contar, segundo uma boa hipótese, teriam sido trazidos para Portugal por Afonso III, que os conheceu em França e aqui introduziu o seu uso.

Os contos para contar, dinheiros de conto, ou moeda de conto (não confundir com moeda de conta), são peças metálicas indestrutivelmente ligadas à numismática, já pela sua forma e aparência, já pela sua função.

A sua manufactura é manifestamente paralela à da moeda e até muitas vezes a sua semelhança se presta a confusões e a incertezas na sua destrição e, contrariamente ao que já tem sido afirmado, é para nós uma certeza terem sido na sua maioria trabalho de gravadores nacionais; as fantasias e barbarismos das suas legendas e símbolos gravados correspondem, somente, a preocupações estéticas e, por vezes, também à ignorância dos artistas gravadores, possivelmente não oficiais.

A função para que foram criadas estas peças foi a de substituírem fisicamente as moedas correntes no cálculo mecânico, o que aconteceu enquanto não foi substituído o método de contar com algarismos romanos (conta romana) pelo método decimal, com base nos algarismos indo-árabes.

Essa substituição, fenómeno lento, só foi completada no fim do século XVI e a ela se refere a gravura gótica que acompanha este estudo.

Na realidade era (e continua a ser), um problema de difícil resolução a soma de meia dúzia de parcelas, escritas em conta romana, e mais difícil se tornaria se cada parcela se referisse, como era vulgar, a uma unidade monetária diferente: libras, reais brancos e pretos, ceitis, etc., etc., etc., ou ainda a dobras, tornezes, reais de prata, barbudas, graves, pilartes e dinheiros...

O calculador era, necessariamente, uma autêntica máquina de cálculo e somente poderia obter êxito se dispusesse, além de uma boa técnica e método, de um conhecimento perfeito de todos os valores e equivalências das moedas correntes.

Os contos eram para ele, o que hoje são para as máquinas de somar, as suas engrenagens.

É por estas razões que julgamos estarem estas peças mais ligadas à numismática do que à tesserologia, embora seja certo que os contos, quando no último quartel do século XVI deixaram de ter a função para que foram criados, degeneraram em tentos para jogos, e não vemos razão para pensar que tivessem sido utilizados como senhas, a não ser por mero acaso, exactamente como, em circunstâncias especiais, teriam corrido como moeda.

A sua classificação é muito contingente, visto que na sua maioria não foram batidos ou fundidos com o nome do rei e poderiam até ter sido executados para e por particulares.

Acresce ainda que, se na sua maior parte os reputamos feitos em Portugal, certamente alguns foram executados no estrangeiro.

Felizmente, os símbolos figurados podem-nos dar elementos para sistematizar a sua classificação e destes símbolos, o escudo das armas da Nação (quando representado), permite, imediatamente, dividir em grupos cronológicos estas peças numismáticas de que estamos a tratar.

Assim, podemos estabelecer os seguintes grupos:

- 1) Antes da fixação, em número de 5 e em aspa, dos besantes ou arruelas nas quinas, ou seja, até ao fim do reinado de Afonso III (1279);
- 2) Desde D. Dinis até que D. João I modifica a sua representação, apresentando as quinas sobre a cruz de Aviz (cerca de 1400);
- 3) Desde o reinado de D. João I até Junho de 1485, data em que D. João II reforma o escudo e armas do reino;
- 4) Depois da data anterior até que a coroa foi fechada no reinado de D. Sebastião (cerca de 1577);
- 5) Depois do facto anterior.

É neste esquema que procuraremos situar os diferentes contos e sempre que não houver representação do escudo de armas, e, ainda mesmo dentro dos grupos anteriores, teremos de nos socorrer de outros elementos gravados que, por ventura, nos possam elucidar.

Esses elementos serão fundamentalmente:

- a) As legendas e o tipo de letra em que se encontram gravadas, tendo em atenção a gravação paralela em moedas e em outros contos onde figure qualquer elemento característico não discutível;

b) A coroa e a sua evolução, estudada quer em moedas quer em contos, cuja catalogação não ofereça dúvidas, como por exemplo são os contos em que figuram as «empresas» dos reis e suas divisas ou o seu nome.

Finalmente, não desprezaremos factores não objectivos como o conjunto da gravação, o módulo e os progressos da técnica de fabrico.

Neste trabalho apresentamos algumas novidades e também algumas hipóteses, as quais, à primeira vista, poderão parecer arrojadas; porém estas (as hipóteses) são produtos daquelas (as novidades).

Assim, a possível classificação como contos, de numismas até aqui classificados como tostões pelos numismatas desde Aragão, é o resultado da existência de contos em prata, de que pela primeira vez se faz prova (1), e, com certeza, se eles não dissessem claramente no anverso *Contos pera contar*, ter-lhe-ia Aragão chamado «moedas de correr», ou na melhor das hipóteses alcunhado de falsificações.

A hipótese de exclusão de peças anepígrafas é igualmente resultante da apresentação de contos anteriores, inéditos, com legendas, e que no presente trabalho se encontram desenhados.

Houve contudo a preocupação de não emitir certezas onde não as podia haver e ficam ressalvadas as possibilidades de se ter de modificar a nossa opinião se algum facto novo para isso concorrer.

Este apanhado não é mais que uma etapa, que se segue, embora a 50 anos de distância, dos escritos sobre o assunto de Manuel Joaquim de Campos, de Meili e de T. de Aragão, e, embora com pena, é mister confessar que, mesmo em face de todos os elementos colhidos, não foi possível, com segurança, classificar cronologicamente alguns espécimes ou séries; por exemplo, os que se atribuem à época que medeia entre D. Pedro I e D. João I, ou os que se localizam no fim do reinado de D. João II e princípios do de D. Manuel.

Todavia, por outro lado, parece não poderem restar dúvidas que os contos tiveram, em Portugal, a função «para contar» desde o reinado de Afonso III até à usurpação do trono por Filipe II de Espanha.

Como prova de que não deve ter havido posteriormente contos, bastaria

(1) Transcrevemos o que o Dr. Pedro Augusto Dias diz no preâmbulo do «Catálogo da Coleção de Moedas e Medalhas Portuguesas e Outras — Pertencentes a Eduardo Luiz Ferreira do Carmo» a págs. VII, e que só chegou ao nosso conhecimento depois do artigo se encontrar no prelo: «...não obstante a qualidade do metal porque não se cunharam só de cobre mas até de prata de lei, como mostra um exemplar que entre eles existe, e me parece pelos cunhos pertencer ao reinado de D. Sebastião ou do Cardeal-Rei». O conto citado não aparece descrito, mas tudo leva a pensar tratar-se de um exemplar de coroa fechada semelhante ao que no presente catálogo recebeu o n.º 116.

não se terem encontrado nunca espécimes atribuíveis aos reinados posteriores e também a existência de contos com data em algarismos árabes, de que se apresentam dois exemplares (1553 e 1556), constata o progresso que nessa época fazia a numeração decimal em Portugal.

Igualmente em contos de D. João III, que se apresentam neste trabalho, é bem marcada a nova função desta peça metálica como tento de jogo, pois nas legendas há alusões a essa nova modalidade de utilização.

Também no estrangeiro, em especial na Itália, a numeração decimal fez durante o fim do século XV e a primeira metade do século XVI grandes progressos comprovados pela publicação de inúmeras aritméticas e tratados de cálculo, dos quais o primeiro conhecido foi publicado anónimo em Treviso, 1478, e foi logo seguido pelas obras célebres de Chiarini (Veneza, 1481), Piero Borghi (1484) e a obra de Filippo Calandri (Florença, 1491) que contém o primeiro exemplo de divisão efectuada segundo o método ainda hoje em uso (1).

*
* * *

De sempre, em trabalhos de numismática, se põe o problema de decidir se a representação das peças metálicas deverá ser feita por fotografia ou por desenho. Não temos dúvida que a fotografia, e só ela, corresponde a um método de precisão, mas num trabalho de compilação é muito difícil ou impossível obter os espécimes para os fotografar e neste trabalho esta dificuldade é acrescida pelo facto de se terem de utilizar peças que foram desenhadas no princípio do século e cujo paradeiro se ignora. A representação em desenho, por outro lado, é mais uniforme e permite dispensar em grande parte a descrição dos numismas.

É em virtude destas razões que optamos, neste trabalho, pela representação em desenho, o qual foi executado sobre os decalques com as peças à vista, ou a partir de desenhos já publicados.

A proveniência dos contos catalogados é a seguinte:

Por desenho directo:

Contos n.ºs: 4, 10, 25, 36, 37, 39, 44, 46, 52, 53, 56, 68, 70, 77, 82, 85, 88, 102, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Engenheiro Raul da Costa Couvreur.

(1) René Taton — Beaux-Arts — N.º especial — 15 de Dezembro, 1954 — Bruxelas.

Contos n.ºs: 2, 7, 23, 26, 51, 58, 59; 60, 61, 62, 63, 66, 67, 79, 89, 91, 94, 95, 103, 106, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Eduard Marius van der Niepoort.

Contos n.ºs: 30, 31, 38, 41, 45, 65, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Dr. Luís Pinto Garcia.

Conto n.º: 116 (1), da colecção do Ex.^{mo} Senhor Afonso Pinto de Magalhães.

Contos n.ºs: 50, 111, 112, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Engenheiro J. Ferraro Vaz.

Conto n.º: 114, da colecção do Ex.^{mo} Senhor António Benito Maçãs.

Contos n.ºs: 78 (1) e 101, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Frank Barrote.

Conto n.º: 15, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Manuel Henriques de Almeida.

Contos n.ºs: 9 e 72, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Dr. Francisco de Morais.

Conto n.º: 18, da colecção do Ex.^{mo} Senhor José Henriques de Melo.

Conto n.º: 93, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Carlos M. Peixoto Braga.

Conto n.º: 89, da colecção do Ex.^{mo} Senhor H. Sidónio Pais.

Conto n.º: 3, pertence ao Ex.^{mo} Senhor José Manuel Antunes Ribeiro do Vale.

Contos n.ºs: 20 e 109, pertencem ao Ex.^{mo} Senhor Avelino Cardoso.

Conto n.º: 115, é do Museu Soares dos Reis.

Contos n.ºs: 6, 21, 28, 40, 47, 74, 96, 97, são do Museu Numismático Português.

Fazem parte da nossa colecção os contos n.ºs: 1, 5, 11, 17, 19, 22, 49, 55, 57, 71, 75, 76, 90, 92, 98, 100, 104, 105, 107, 108.

São provenientes de desenhos já publicados ou de fotografias:

Os contos n.ºs: 8, 12, 13, 14, 16, 24, 27, 29, 32, 33, 34, 42, 43, 48, 54, 64, 69, 73, 80, 81, 84, 86, 87, 99, 110, 113 (Archeologo Português).

E o conto 35, do catálogo J. Schulman, colecção Dr. Jules Meili.

A todos estes ilustres coleccionadores apresentamos os nossos melhores agradecimentos; também nos cumpre agradecer aos directores e conservadores dos Museus as facilidades concedidas para a reprodução das peças confiadas à sua guarda e afirmamos que somente a amabilidade e gentileza, de uns e de outros, nos permitiram elaborar este catálogo.

Para todos os outros coleccionadores que facultaram a consulta das suas colecções, vão igualmente os nossos agradecimentos e distingo o senhor Coronel Mário Ramires pela valiosa interferência na pesquisa às colecções do Norte.

Ao senhor Eduard van der Niepoort prestamos as nossas homenagens pela sua esclarecida revisão e pelas sugestões que vieram melhorar consideravelmente este trabalho.

(1) Por amável cedência, encontra-se na nossa colecção.



CATÁLOGO (1)

AFONSO III

1 — A figura representa, como julgamos, um conto, dada a ornamentação em volta da cruz, constituída por crescentes muito fechados com a abertura virada para o centro. Na parte superior um X, possivelmente, final de REX. O reverso, em que os escudetes se apresentam carregados apenas com dois pontos, é o característico dos dinheiros deste reinado e pode-se admitir que a palavra PORTUGAL é a gravada na legenda.

Julgamos, assim, que há fortes probabilidades de ser este espécime um conto para Portugal ou mesmo feito em Portugal, no tempo de Afonso III, isto é, justamente no primeiro reinado em que se julga possível a sua introdução no nosso país.

Como singularidade repare-se que as quinas exteriores parecem viradas para a quina central, o que não é corrente em dinheiros, e apenas no conto n.º 8 se encontra esta disposição. Cobre.

2 — Anepígrafo e uniface. Pelos besantes que são representados nos escudetes, é anterior ao reinado de D. Dinis. É de supor, no caso pouco provável de se tratar de um conto, poder ser na realidade, como o n.º 1, contemporâneo do rei Bolonhês.

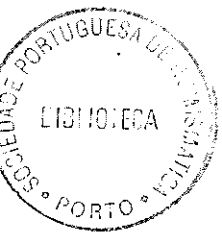
D. DINIS

3 — Já com cinco pontos em aspa, mas conserva a cruz dentro de um círculo. Na legenda, idênticamente ao que se vê no n.º 1, letras alternam com ornamentos, que neste conto são flores de liz, o que parece indicar a origem francesa deste conto. Latão.

4 — Na legenda, quase claramente, lê-se o nome de D. Dinis. O reverso apresenta, em cada escudete, cinco pontos em aspa, cruz cortando a legenda. Latão.

5 — Anepígrafo. Já descrito no Arqueólogo Português como pertencendo ao reinado de D. Fernando e pelo Dr. Batalha Reis como peça do reinado de Afonso III.

(1) Não consideramos variantes, de que obtivemos, aliás, muitos desenhos, para não alongar demasiadamente este trabalho. O catálogo é assim de tipos de contos para contar e se algumas variantes se apresentam é por serem julgadas muito características.



Pelas suas semelhanças com o conto anterior, mas com aparência de melhor manufactura, julgaríamos preferível atribuí-lo ao reinado de D. Dinis ou até a um reinado posterior; porém, pomos dúvidas em o classificar como conto. Tratar-se-á de um peso monetário?

D. AFONSO IV

6 — Cruz como as anteriores, cortando a legenda, a qual contém o nome do rei ALF. DEI. GRA. REX.

7 — Este conto foi certamente fabricado em França, pois as suas legendas são:

MER. ELD. EQV. IVRE e EN LATON ABON SERVICE,

atribuindo ao metal do disco duas substâncias diferentes: Cobre e latão.

O tipo da letra da legenda é de transição do românico para o gótico, como se vê nas moedas de Afonso IV, razão pela qual se incluye neste reinado, mas ressalva-se o facto de, na hipótese de ter sido feito em França, o tipo de letra não corresponder perfeitamente ao que era uso no nosso país.

8 — Letra românica como em dinheiros de Afonso IV, em especial os AA que são idênticos aos gravados nos dinheiros. Quinas que não cortam a legenda e viradas para a quina central.

Período D. PEDRO I — D. JOÃO I

9 a 16 — Exemplares do mesmo tipo e que se atribuem ao período que vai de D. Pedro a D. João I, por carência de elementos distintivos. Estes contos são a consequência lógica dos exemplares anteriores e têm a sua continuação em peças que foram batidas em nome de D. João I. Têm sido classificados como pertencendo aos reinados de D. Fernando e D. João I, mas não conhecemos motivos que permitam distinguir a sua ordem cronológica.

D. FERNANDO

17 — Exemplar que é uma evocação perfeita das barbudas de D. Fernando. Marca monetária L (Lisboa) e manufactura em latão extremamente fina. Legenda repetida AVE MARIA GRACIA PLENA.

18 — Conto certamente de carácter internacional. Reverso como nas dobras pé de terra; anverso semelhante aos pilartes; e legenda AVE. MARIA. GRACIA. LP. Manufactura muito boa em latão.

19 — Numisma já apresentado (NVMMVS n.º 4) e sobre o qual não julgamos possível, por agora, asseverar tratar-se de um conto.

D. JOÃO I

20 — A legenda repetida, em gótico, POR. BEN. POR. BEN. POR. BEN., só por si nos indica o reinado em que foi batida esta peça de extraordinário valor iconográfico, por representar, como julgamos, o busto de D. João I.

21 — Mesmas legendas que o anterior. D. João I armado e coroado sustenta o escudo nacional.

22 — Legendas idênticas às de moedas de D. João I poderiam induzir em erro de classificação chamando-lhe moeda, mas a cruz diferente e o aspecto da gravação indicam claramente tratar-se de um conto.

23 — A legenda do anverso AVE MARIA GRACIA PLENA é característica e é conhecida uma variante em que esta legenda é repetida no reverso.

24, 25, 26 — Aparência de moedas sem sinais gravados que denunciem tratar-se de contos. Legendas perfeitamente normais em moedas do reinado.

A primeira, sem indicação de casa monetária, repete a legenda IhNS... As duas últimas, com P-O (Porto), têm como grande número de numismas de D. João I, no anverso a legenda IhNS e no reverso ADIVTORIVM NOSTRVM.

Supomos que devem ser consideradas como moedas, aliás já o fizemos notar em artigo anterior (NVMMVS n.º 4).

27 — Numisma caracteristicamente do reinado de D. João I, batido no Porto. Pensamos que se não trata de um conto como Manuel Joaquim de Campos opina no Arqueólogo. As razões então aduzidas estão ultrapassadas, pois sendo o numisma anepígrafo, dificilmente poderá entrar na série dos contos, visto haver peças anteriores que invalidam a suposição.

No tempo em que M. J. de Campos escreveu (1900), não eram conhecidos grande parte dos contos que hoje se catalogam e havia o convencimento que a peça descrita aqui sob o n.º 5 era um conto (o primeiro para Portugal) do reinado de D. Fernando, o que induziu a supor ser esta peça o seu seguimento lógico na série dos dinheiros de conto.

Tratar-se-á de um peso monetário, como perguntamos para o n.º 5?

D. DUARTE

28 — Único exemplar conhecido batido em nome do rei D. Duarte. DOMINIS. EDUARDUS. REX. PORTU no anverso, no qual a inicial E, coroada,

é cercada por 8 arcos duplos como nas moedas. Reverso ainda com a legenda POR BEN, como no reinado anterior. Exemplar mal conservado, de difícil representação.

D. AFONSO V

29 a 39 — Série interessante que no conto n.º 29 nos apresenta um espécime muito curioso, pois tem na legenda da primeira face o nome do rei ALFONSUS:DEI:GRACIA:EX:P e no reverso um M coroadado, cercado por estrelas de 5 pontas e pequenos MM maiúsculos.

Já foi classificada como de D. Manuel, possivelmente pensando tratar-se de um híbrido, mas quanto a nós tal não deve ser considerado, pois a divisa ADIUTORIUM NOSTRUM IN, não é conhecida em moedas de D. Manuel e no século XVI já não era uso escrever em gótico, tipo de letra em que se encontra gravada a legenda deste conto. Também não se conhecem os contos, de D. Manuel e de D. Afonso V, que pudessem corresponder às suas duas faces.

Para esta letra coroadada e para os MM que a cercam apresentamos a seguinte explicação: o M coroadado será uma invocação simbólica à Virgem, como se lê explicitamente em legendas de muitos contos, e os MM que o cercam terão o significado de numeral ordinal romano, com o valor de mil; ainda hoje se emprega na linguagem corrente a expressão «conto de reis» ou «conto de rei» por mil «mil reis» ou seja mil vezes mil, significado tradicional de conto.

Esta suposição dos MM poderem ter esta interpretação parece-nos reforçada por uma nova hipótese (e uma reforça a outra) que fazemos a propósito do conto seguinte n.º 30. Este conto com a legenda AVE:GRACIA:PLENA:DOMINVS:TECVM no anverso rodeando um escudo em que figura a letra A, tem como reverso a legenda com o nome dos Reis Magos que cercam um escudo central rodeado por 4 SS dentro de arcos de círculo.

Ora para estes SS não se encontrou até agora explicação plausível e, por isso, aventamos a hipótese de representar a abreviatura do Santíssimo em conformidade com a legenda do anverso.

É possível igualmente que estes SS signifiquem, por acumulação, um numeral, pois o S servia na escrita hebraica para representar o número 50, e na escrita numeral latina o algarismo 7 (Enciclopédia Portuguesa).

O n.º 31 é uma peça de características semelhantes com a legenda repetida em que figuram os nomes dos Reis Magos.

O exemplar n.º 32 tem a primeira face igual ao reverso do conto anterior

e na segunda face a moenda, empresa de D. Afonso V. Este conto serve assim de controle para a classificação dos dois anteriores.

No exemplar n.º 33 aparece, pela primeira vez, a palavra CONTV, na legenda, em que se diz CONTV SERVACIO RES PVB, o que pode significar que este conto foi feito para serviço do erário público.

Igualmente as legendas dos contos n.ºs 34 e 36 permitem fazer a mesma suposição. O conto n.º 35, com o nome do rei, sua empresa e legenda, «hE RODIZIO», foi possivelmente de uso no erário real.

Os contos 35 a 38 têm gravado o rodízio espadanando água, que bem caracteriza o reinado de D. Afonso V.

No n.º 39 foi gravado um leão passante no lugar do escudo, alegórico certamente às pretensões ao trono do país vizinho.

40 — O exemplar que se regista sob este número é uma peça de um valor inestimável, em que se alia o nome do rei Afonso, na legenda do anverso, ALFONSUS:RX:PORTUGAL, com o nome de seu filho João, herdeiro do trono, que figura em abreviatura, IOA, coroada, no campo do reverso.

É, segundo o que nos parece, do tempo da regência de D. João, na ausência de seu pai em França, onde tinha ido procurar auxílio para fazer valer os seus direitos ao trono de Espanha.

A ser, como pensamos, batida em nome dos dois príncipes, pai e filho, e não um híbrido, é a única peça que se conhece na história monetária de Portugal naquelas circunstâncias, e julgamos assim ser, pois parece ter havido o cuidado na gravação de não cognominar de rei, D. João e, também, porque não são conhecidos, no caso de se tratar de um híbrido, nenhum dos dois contos que teriam existido para dar lugar a este.

D. JOÃO II

41 a 44 — São classificados neste reinado pela sua semelhança com os de Afonso V e como os escudetes laterais se encontram gravados de acordo com a lei de 1485, que reforma o escudo nacional, são necessariamente posteriores a esta data.

Por analogia com o n.º 43 se classifica o n.º 44, cuja legenda comum CANTATE : DOMINO : CANTICA : NOVA é referente a facto desconhecido para nós.

45 a 48 — Moedas de conto com o pelicano, caracteristicamente de D. João II e a que só falta a legenda «Pola lei pola grei».

É nestes contos que aparece pela primeira vez (em contos) o escudo coroadado. A pequena coroa e o tipo de letra dos contos 46 e 47 permite supor que al-

gumas peças da série seguinte (49 a 61 — Esfera sem eclíptica) poderão ser atribuídas ainda a este reinado.

49 a 52 — Esta série tem um elemento comum: a esfera armilar (ainda sem eclíptica), pelo que os contos têm sido classificados como batidos ou fundidos no reinado de D. Manuel, ou posteriormente. Discorda-se aqui desta classificação, pois se é verdade que foi D. Manuel I que teve como divisa a esfera «SPERA IN DEO», é também fora de dúvida que já era conhecida a sua representação muito antes e em «1484, Diogo Cão saiu de Lisboa com 2 caravelas e ia com ele o célebre Martim Behaim, o inventor do astrolábio aplicado à navegação e o autor do famigerado globo de Nuremberg» (M. P. Chagas — Hist. de Portugal — vol. 3, pág. 38) e que diz Manuel Severim de Faria «Teve El Rey D. Manuel por empresa a Esphera, que vulgarmente se chamava então Espera, e lha deu El Rey D. João II como em pronóstico da Coroa» (Discurso IV, parágrafo XXXI «Das moedas del Rey D. Manuel», pág. 179), o que indica ser a esfera, já no tempo de D. João II, um emblema de realeza.

Mas, bastaria ver com atenção os contos (49, 50 e 52) em que a forma da letra foi intencionalmente aproveitada para indiciar o nome de D. João II (IOII), para justificar a classificação feita. A falta de eclíptica parece indicar uma representação primitiva da esfera, posteriormente evolucionada dando lugar a representações características dos reinados seguintes.

Período D. JOÃO II — D. MANUEL I

53 a 64 — Todos os espécimes têm como os anteriores a mesma representação da esfera sem eclíptica, mas falham os restantes elementos de identificação, o que tornaria precária a sua catalogação em qualquer dos reinados.

Todavia, ainda se pode estabelecer uma certa cronologia entre eles.

Assim, pela evolução da coroa parece que os n.ºs 53, 54 e 55 são nitidamente do começo da série; o 60 é tido como evolução para a série seguinte (n.ºs 65 a 73), atribuída ao Porto, dada a forma da coroa, e o 64 parece um tipo que se poderia já julgar de D. Manuel.

Notem-se os SS, que nalguns destes contos acompanham o escudo, e como já disse a respeito do conto n.º 30, além do significado de «Santíssimo» podem ter um significado numeral a partir do alfabeto hebreu, o que justificaria o seu desaparecimento simultaneamente com a expulsão dos judeus no reinado de D. Manuel, o que, se mais não for, é uma coincidência bastante aliciante para a hipótese cronológica que se admite.

Vem a propósito dizer que, para nós, é evidente que os SS figurados nada

têm a ver com a inicial de D. Sebastião, embora muitas vezes estes contos tenham sido atribuídos ao seu reinado...

Os contos 54 e 55 têm na face do escudo a legenda V:M:V, que interpretamos como abreviatura de Virgo Maria Virginis, paralelamente ao V.V.M. latino (Virgo Vestalis Maxima), mas não é de excluir a hipótese de se tratar apenas de letras que têm um significado numérico (V=5. M=1.000).

Então, e apenas com um critério de probabilidade, supomos que os contos 53 a 60 poderão ser atribuídos a D. João II e os restantes, 61 a 64, a D. Manuel I.

65 a 68 — Torna-se difícil a classificação destes contos, pois não têm bem marcadas as características que distinguem os contos de D. Manuel e ainda apresentam alguns caracteres de D. João II.

Os três primeiros pertencem à série do Porto, como explicitamente o n.º 66 regista na legenda

CONTV ÷ DO PTO ÷ UTEAR ÷ ECOTAR.

A legenda do reverso destas três peças é: DEVISA.D:R:PUS.OGEIRA. CADAVRE, a qual lembra a frase que o Príncipe Perfeito, já doente, teria proferido aos que lhe davam o tratamento de Alteza:

«Deixae, deixae. sou apenas cinza e podridão»

É de registar na legenda a palavra UTEAR que se encontra em outros contos como OTEAR e que supomos ter o mesmo significado que o arcaico OUTAR (juntar o casulo do trigo joeirando). Podemos, então (sem julgar estarmos de posse de uma certeza), classificar os contos 65, 66 e 67 como contemporâneos do rei D. João II e o n.º 68 do reinado de D. Manuel.

D. MANUEL

69 a 70 — Estes contos são exactamente a continuação da série anterior do Porto (65, 66 e 67) e na generalidade apresentam no reverso a legenda DEVISA : DE : R : DE : PVRTVGAL e note-se a grafia de Portugal, apenas vista em moedas não consideradas autênticas (1) e a este facto voltaremos quando tratarmos de contos de D. João III.

(1) Eng.º Raul da Costa Couvreur — Moedas de D. Manuel I, Moedas de D. João III Rev. de Guimarães, vol. LXII.

A coroa é o seguimento da evolução já esboçada no conto n.º 60 e a esfera é representada já com eclíptica.

74 — Em nome de D. Manuel, feito no Porto, P-V, ladeando o escudo. Reverso como o n.º 70, o que reforça (se fosse necessário) a classificação daquela peça.

75 — Numisma classificado por Aragão como tostão, em *prata*. O exemplar desenhado tem aparência de prata fundida e o anverso assemelha-se extraordinariamente ao anverso do exemplar anterior n.º 74; no reverso, a cruz dos Portugueses, mal delineada e o barbarismo da legenda IN. HOCE. SVIGNO. VENCIS levam à suposição de se tratar de um conto em prata e não é de estranhar que as legendas sejam semelhantes às de moedas, pois já assim encontramos nos contos de D. João I e de D. Afonso V e iremos também encontrar no reverso de outro conto em prata do reinado de D. Sebastião, em que, aliás, a legenda IN. HOC. SIGNO. VINCES é totalmente correcta.

76 a 79 — Catalogados como de D. Manuel, tendo em vista a forma da coroa e da esfera armilar, sequência lógica, em relação à coroa, do n.º 64 e, relativamente à esfera, do n.º 68.

D. JOÃO III

80 — Conto certamente do começo do reinado, dada a sua semelhança com os de D. Manuel, mas em que o sinal de separação de palavras (triângulo ladeado de pontos) é comum a moedas de D. João III.

81 e 82 — Ainda o sinal de separação das palavras (estrela) e principalmente os dois círculos, um de pérolas e outro liso, fazem com que classifiquemos estes contos como pertencendo a este reinado.

No n.º 81 a palavra TENTE parece ser o primeiro indício da degenerescência em tentos de jogo (ver conto n.º 99); no n.º 82, regista-se mais uma vez PVRTUGAL.

83 — Conto internacional, datado (1553). O «W» indica, claramente, a origem não nacional, pois no alfabeto português não figura esta consoante. Interessante pela representação de um banqueiro da época.

84 — Conto que, no Arqueólogo, Manuel J. de Campos descreve como batido nos Açores. Datado de 1556 em algarismos árabes.

Os dois açores que se defrontam na base do pelourinho seriam a representação das duas ilhas — S. Miguel e S.^{ta} Maria — enquanto os açores, que voam ao longe, representariam as restantes ilhas do Arquipélago.

85 a 96 — Série com o nome do rei. Em grande número destes numismas foi gravada a legenda OMNIS. SPES. EIVS. IN. DEO., certamente divisa do rei

D. João III e que julgamos ser fórmula derivada da de D. Manuel, em que uma esfera tem como dístico IN. DEO, o que se interpreta como: SPERA. IN. DEO.

Os desenhos 89, 91 e 96 referem-se a numismas em prata e os n.º 91 e 96 correspondem aos classificados como tostões na obra de T. de Aragão, o que igualmente sucederia ao n.º 89 se na época fosse conhecido.

Na verdade, em relação às peças desenhadas sob o n.º 89 (julga-se que é apresentada pela primeira vez) e n.º 91, supomos que se pode tratar de contos, semelhante ao que dissemos a respeito do desenho n.º 75, e a que os seguintes factos emprestam uma certa lógica:

- 1) — Manufatura por fundição.
(O Senhor Ed. Niepoort, contudo, tem um exemplar muito semelhante que não é fundido).
- 2) — A irregularidade da cruz de Cristo, não vista em outros numismas do reinado.
- 3) — A semelhança, íamos dizer a igualdade, do anverso com contos (89 com 88, e 91 com 90 e 92).
- 4) — O n.º 89 apresenta 9 castelos no escudo em vez de 7.

Relativamente ao n.º 96 (tostão n.º 19 de Aragão), em que a palavra Portugal se apresenta gravada como PVRTVGAL, e as quinas em cruz, levaram já à afirmação de se tratar «*de obra de curioso e não de moeda na acepção legal e numismática do termo*» (1).

Nós juntaremos ainda a seguinte observação:

O exemplar existente no Museu Numismático Português pareceu-nos, ao Ex.º Conservador e a nós, uma peça fundida, o que me leva a afirmar que se deve tratar de um conto, e a sua ornamentação, excepcional em moedas, estaria de acordo com a índole das peças de que tratamos.

Por último diremos que a raridade dos quatro espécimes de «tostão» (75, 89, 91 e 96), (o n.º 89 é inédito), não sendo raros os tostões de prata desta época, é outro argumento em favor da tese apresentada, pois os contos eram feitos em pequeno número e a sua raridade é por assim dizer uma regra geral.

97 a 99 — Classificados em face da divisa

OMNES. SPES. EIVS. IN. DEO.

Nos exemplares 97 e 98, interpretamos o M central como uma invocação à

(1) Eng.º Raul da Costa Couvreur, vol. LXII da Revista de Guimarães — Moedas de D. João III — O tostão n.º 19 de Aragão.

Virgem e no n.º 97 as letras que o cercam completam a legenda AVE. MARIA. GRACIA. PLENA.

Na legenda, em volta do escudo do conto n.º 99, a palavra TENTUSI diz-nos ser esta peça uma degenerescência do conto em tento de jogo.

100 a 109 — Os sinais de separação das palavras nas legendas, a forma arredondada do escudo, os círculos e as coroas colocam estes contos como fabricados no reinado de D. João III e neles atinge a maior culminância a deturpação do escudo.

D. SEBASTIÃO

110 a 114 — A ausência de círculos, no anverso e no reverso, a evolução da esfera, em que a eclíptica apresenta a indicação dos signos e a forma larga da coroa, juntamente com uma impressão subjectiva dada por estes contos, permitem classificá-los como pertencendo a este reinado.

O n.º 114 é batido em prata.

115 e 116 (1) — Coroa fechada de maneira muito semelhante à gravada no tostão de D. Sebastião.

O n.º 116 é batido em prata e muito curioso: parece-nos um híbrido entre moeda de D. Filipe III e conto de D. Sebastião, pois, se no anverso diz CONTO PERA CONTAR, pela forma da coroa e seu fecho, pelos pontos que ladeiam o escudo, e pela estrela no começo da legenda se classifica sem hesitação no reinado de D. Sebastião, também, pelo reverso, não se hesitará em classificar como numisma do reinado de D. Filipe III, quer pelos pontos que cantonam a cruz, quer pela forma desta e principalmente pelos pontos nas extremidades dos seus braços.

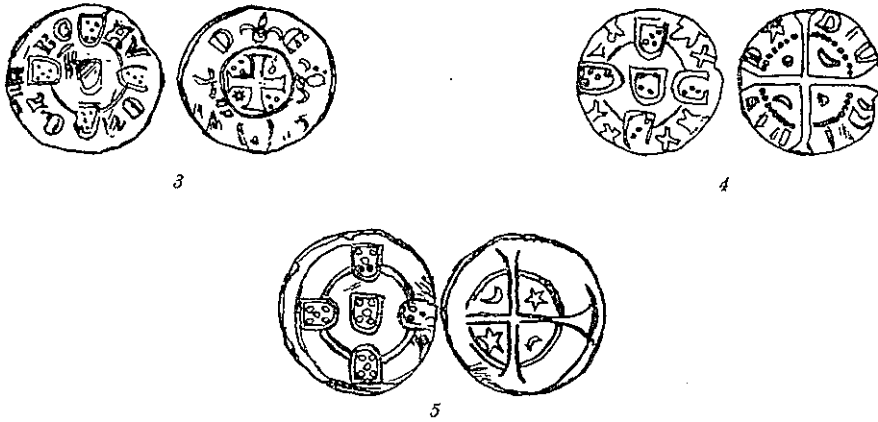
Assim este numisma será um híbrido duplo: híbrido de conto para contar e moeda, e híbrido dos reinados de Filipe III e D. Sebastião.

(1) É evidente que se podem também atribuir a D. Henrique ou aos Governadores do reino.

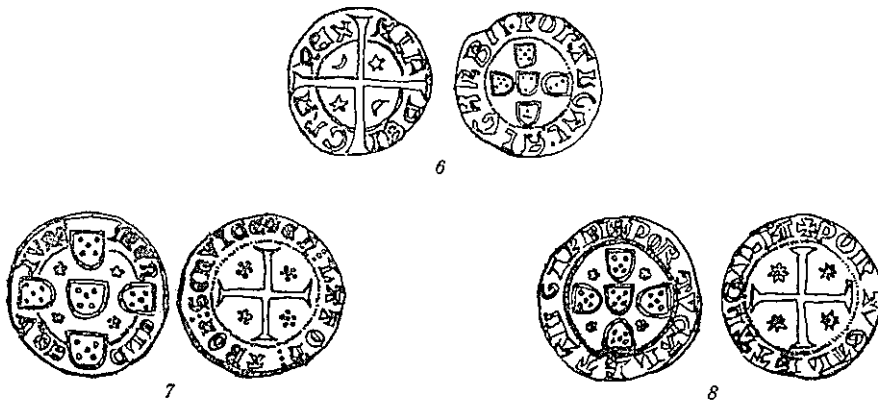
D. AFONSO III



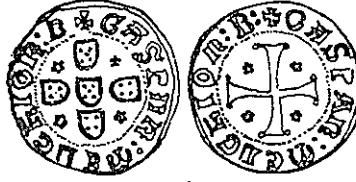
D. DINIS



D. AFONSO IV



D. PEDRO a D. JOÃO I



9



10



11



12



13



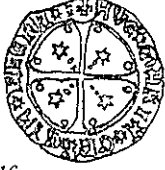
14



15



16



D. FERNANDO



17



18



19

D. JOÃO I



20



21



23



22



24



25



27



26



D. DUARTE



28



D. AFONSO V



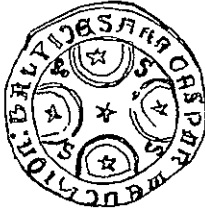
29



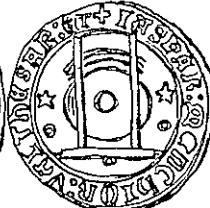
30



31



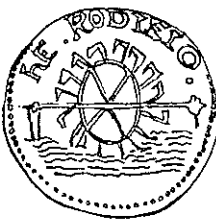
32



33



35



34



36



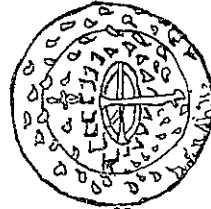
37



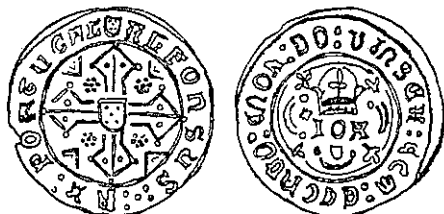
38



39



REGÊNCIA DE D. JOÃO



40

D. JOÃO II



41

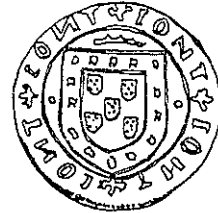
42

43

44



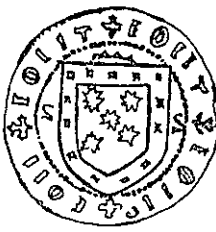
46



45

47

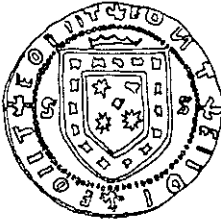
48



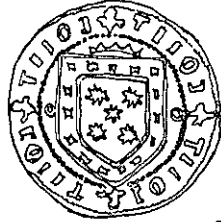
49



50

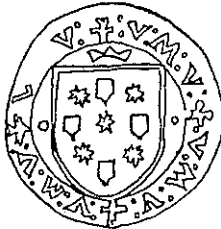


51



52

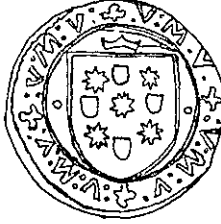
D. JOÃO II—D. MANUEL I



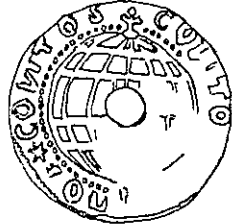
54



53



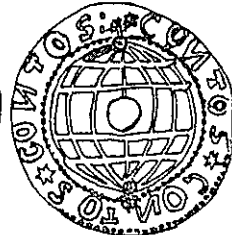
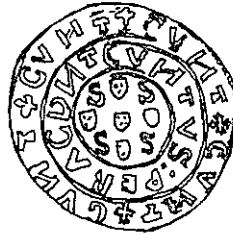
55



56

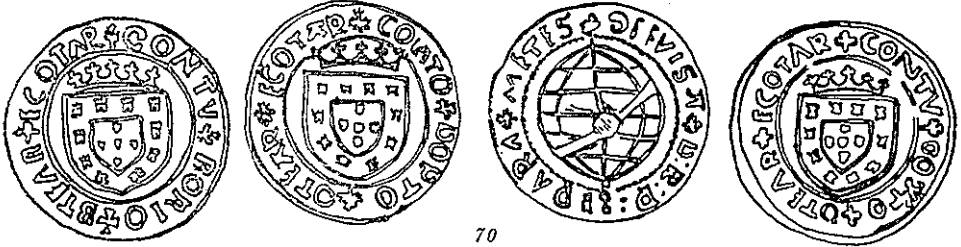


57

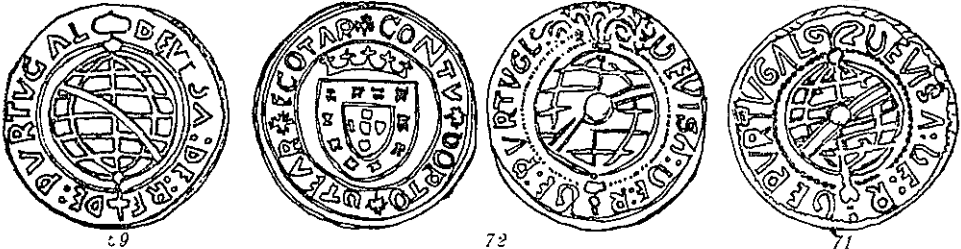


58

D. MANUEL



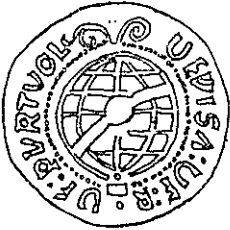
70



69

72

71



73



74



75



76

77



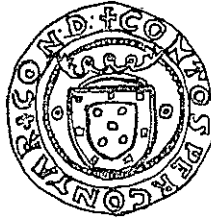
78



79



D. JOÃO III



80



81



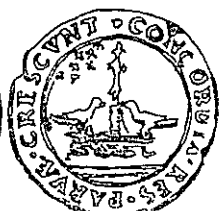
82

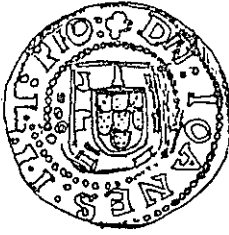


83



84



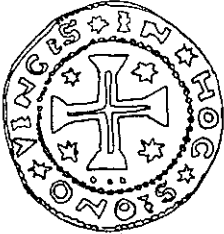
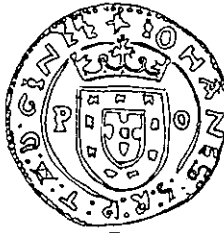


85

86



87

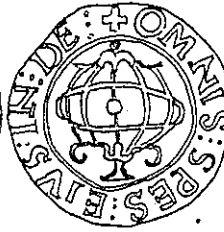
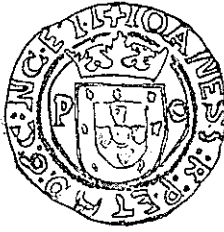


88

89

91

90

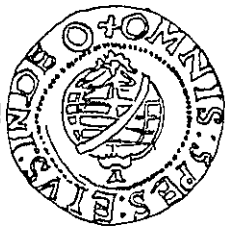


92

93



94



95



96



97



98



99



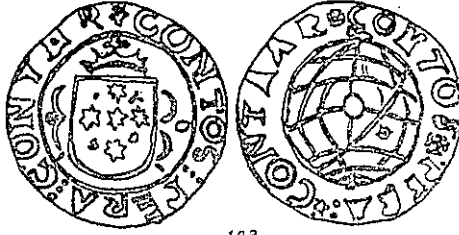
100



101



102



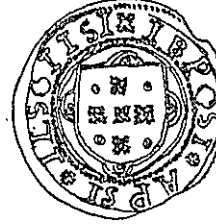
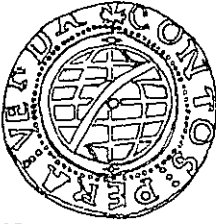
103



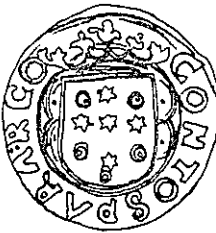
104



105



106



107



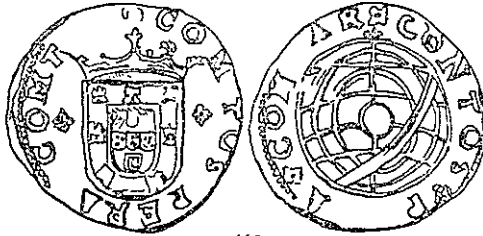
108



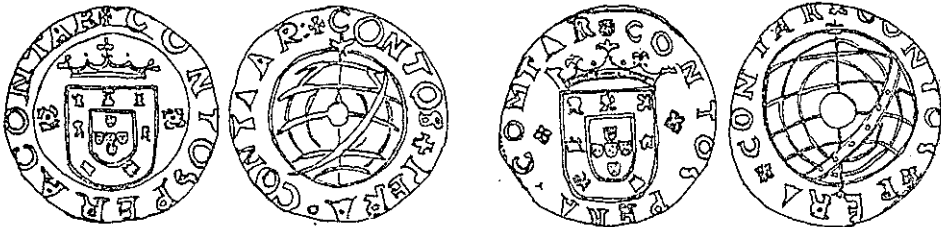
109



D. SEBASTIÃO

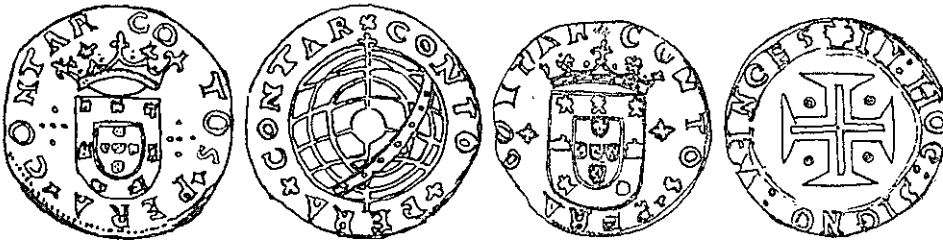


110



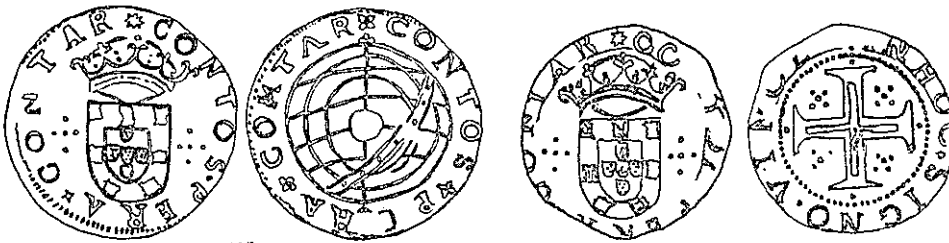
111

112



113

114



115

116

A EXPOSIÇÃO SOBRE FIGURAS E PANORAMAS DA MEDICINA DE OUTROS TEMPOS, NO HOSPITAL DE SÃO JOSÉ E A PRIMEIRA MEDALHA DE HOMENAGEM A SOUSA MARTINS

COMUNICAÇÃO REALIZADA EM ASSEMBLEIA GERAL DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, EM
SESSÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1955.

POR ROCHA SOUTO

1 — INTRODUÇÃO

- Il.^{mos} Srs. Presidente, e Membros da Mesa desta Assembleia Geral; e
- Ex.^{mos} Srs. Consócios, da Associação dos Arqueólogos Portugueses:

As minhas primeiras palavras são de respeitosas saudações para V.^{as} Ex.^{as}, com quem, pela primeira vez, tenho a honra de colaborar, em sessão de Assembleia Geral desta prestimosa Instituição.

Por iniciativa da Ilustre Mesa da Comissão de Numismática e de Sigilografia, Comissão a que me honro de pertencer, — foi proposto a esta Assembleia Geral, e por ela aceite, que eu fosse designado para repetir, perante V.^{as} Ex.^{as}, uma comunicação, intitulada «A Exposição sobre Figuras e Panoramas da Medicina de Outros Tempos, no Hospital de São José — e a primeira medalha de homenagem a Sousa Martins», comunicação que realizara, já, em sessão de 14 de Dezembro do ano findo, — honra e cargo de que não deveria escusar-me, e que gostosamente cumpro, ampliando, agora, em certa medida, o objecto da minha anterior comunicação, para desfastio dos Ilustres Consócios da Comissão de Numismática, que aqui se encontram presentes neste momento.

Publicaram os jornais a seu tempo a notícia, e sabiam-no possivelmente V.^{as} Ex.^{as}, de que foi inaugurada e esteve patente ao público, no Hospital de São José, de Lisboa, durante o mês de Novembro do ano findo, uma interessantíssima exposição, organizada pelos Ex.^{mos} Srs. DR. EUGÉNIO MAC BRIDE, Distinto Director Clínico do Hospital de Curry Cabral; PROF. DR. FREITAS SIMÕES, Lente de Obstetrícia e de Ginecologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, e Ilustre Director da Maternidade de Magalhães Coutinho, nesta cidade; e Srs. DRS. GUILHERME ALVELOS, AUGUSTO LAMAS, e ELVAS PORTUGAL; sem esquecer, também, os nomes dos Srs. DRS. FARTO LEONE, e SANTA CLARA AGRELA, o primeiro dos quais foi, segundo me informou gentilmente o Sr. DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES, o incansável organizador do interessantíssimo Catálogo daquela Exposição, do qual o Sr. PROF. DR. REINALDO DOS SANTOS afirmou, no respectivo Prefácio, que, se daquela Exposição nada mais ficasse, senão o Catálogo, já ficaria — conforme bem diz — alguma coisa de bem útil.

A referida Exposição, que esteve patente ao público até ao dia 17 do mencionado mês de Novembro de 1954, representou uma homenagem à memória do falecido Sr. DR. ALBERTO MAC BRIDE, referiu-se às «*Figuras e Panoramas da Medicina de Outros Tempos*», e compôs-se de 572 espécies, entre as quais numerosas e autênticas raridades, e designadamente de diversas medalhas, relacionadas com o exercício da Medicina em Portugal, e com as mais notáveis figuras de Médicos, nacionais e estrangeiros.

Ora, uma das mais curiosas, e das mais antigas medalhas, — se não a mais antiga — das que figuraram nesta curiosíssima Exposição, foi a primeira das quatro medalhas sucessivamente dedicadas ao grande Médico e Cirurgião DR. JOSÉ TOMÁS DE SOUSA MARTINS, e cuja história se não encontra ainda suficientemente conhecida, pelo que me lembrei de fazer, na Comissão de Numismática, e ainda que em breves palavras, o estudo, tanto quanto possível completo, da referida medalha.

Trata-se da *peça n.º 290* do perfeitíssimo Catálogo elaborado para aquela Exposição, peça que o Sr. DR. EDUARDO NEVES me referiu ser pertença do Sr. DR. EUGÉNIO MAC BRIDE, e que é descrita da seguinte forma, de certo modo misteriosa, para quem não conheça a história da referida peça:

«*Medalha de José Tomás de Sousa Martins, com o N.º 12 — G. R. Fernandes, por Simões de Almeida*».

Ora, o que quererá dizer este «*N.º 12*»; quem será este «*G. R. Fernandes*»; e que papel teria tido, na verdade, SIMÕES DE ALMEIDA, na feitura da medalha de Sousa Martins — são perguntas a que prometo responder, no desenvolvimento das presentes considerações.

2 — A FIGURA DO DR. SOUSA MARTINS

O DR. JOSÉ TOMÁS DE SOUSA MARTINS, cuja figura todos conhecemos, de a vermos, quanto mais não seja, no segundo dos monumentos que lhe foram dedicados em Lisboa, e que se ergue perante a hoje antiga Faculdade de Medicina de Lisboa, no Campo de Sant'Ana, antigo Campo dos Mártires da Pátria, desta cidade, era filho de *Caetano Martins* e de *D. Maria das Dores de Sousa Martins*, nasceu em Alhandra aos 7 de Fevereiro ou de Março de 1843 — e digo de Fevereiro, ou de Março, visto haver discrepância entre a data do nascimento constante do registo de baptismo e a data apontada pela tradição familiar, que são, respectivamente, a de 7 de Fevereiro e a de 7 de Março de 1843 — e faleceu, também em Alhandra, aos 18 de Agosto de 1897, com 54 anos de idade, e a meio de uma brilhantíssima carreira.

O seu prestígio seria mesmo de tal ordem, que, segundo refere o Sr. DR. XAVIER DA CUNHA, o próprio Senhor REI D. CARLOS, ao saber da morte de Sousa Martins, e num arrebatamento de comoção, teria afirmado que, com ele, se apagava a mais brilhante das luzes do seu reinado.

Dotado de admirável inteligência, frequentou primeiramente o Curso de Farmácia, e em seguida o Curso de Medicina, durante o qual obteve elevadas classificações, e variadíssimos prémios.

Em 1874, com 31 anos de idade, entrou como médico para o Hospital Real de São José, onde foi Director da Enfermaria de São Miguel, e o primeiro médico que ingressou naquele Hospital, formado pela Escola Médica de Lisboa.

Pelos seus méritos extraordinários, foi Lente de Patologia Geral na referida Escola Médica de Lisboa, Cavaleiro da Ordem de São Tiago, e Membro da Academia Real das Ciências, da Sociedade das Ciências Médicas, e de nada menos de 15 outras instituições e sociedades científicas.

Dedicado, com verdadeiro amor, à sua profissão e actividade de médico, fez parte de numerosas comissões de serviço público, tais como a da Farmacopeia, em 1871; a das Quarentenas, em 1872, 1875 e 1879; e do Congresso Sanitário de Viena de Áustria, em 1878, sem falar já no Congresso de Veneza, onde, — como disse graciosamente um contemporâneo de Sousa Martins — «o nosso país viu um filho seu, barba por barba, com o melhor que lá mandou a Europa culta»...

Como escritor, Sousa Martins publicou numerosos trabalhos de natureza científica, em 1866, 1867, 1868, etc. — *mas a sua qualidade verdadeiramente fundamental foi, não já pròpriamente a de escritor, mas sim a de orador fluente e correcto*, quer do alto da cátedra, quer em simples conversa com os seus amigos e doentes, a tal ponto que o próprio CAMILO CASTELO BRANCO, figura

gigantesca de polemista e de escritor, que foi amigo e doente do grande Sousa Martins, veio a contar um dia a outro grande médico, também amigo do insigne clínico, e quando a doença do mesmo Camilo Castelo Branco se mostrava já de natureza incurável, que, se as drogas que Sousa Martins o fazia ingerir o deixavam na mesma, ainda assim gozava, ao menos, e na companhia do ilustre médico, o melhor quarto de hora de cavaco quotidiano, que até ali lhe tinha sido possível encontrar.

Bem mais conhecido seria aliás, hoje, Sousa Martins, se, em vez de insigne Professor, e de notabilíssimo Médico, tivesse enveredado pelo caminho, para ele certamente mais fácil, e então manifestamente mais corrente, da oratória parlamentar, ou da política, a que, todavia, nunca se dedicou, tendo recusado, mesmo, e segundo refere ROCHA MARTINS, «os arminhos de Par do Reino, em 1880».

Conforme disse sugestivamente RICARDO JORGE, «despontando do peito as garras do abutre da ambição, não desbaratou na praça pública a palavra, que, como a do Sinai, podia dominar o estrondear das multidões».

Considerando a sua figura excepcional de *orador*, de *artista* e de *letrado*, de *médico*, de *professor*, e de incansável *cientista*, dele escreveu o seu contemporâneo e não menos conhecido médico DR. RICARDO DE ALMEIDA JORGE, em 1897, os curiosíssimos passos que não resisto a reproduzir perante V.^{as} Ex.^{as}, e que foram publicados, no século passado, pela «*Gazeta Médica*» do Porto.

«Nada mais belo» — diz *Ricardo Jorge* — «que vê-lo e ouvi-lo, quando se lhe incendia a frase».

«A boca franzida em ómega, a boca de oiro, desprendia-se, em modulações fonéticas, tanto em destaque sobre o palavrear comum, como um trecho de Wagner sobre o vozear das multidões».

«E, na cabeça transfigurada, estacava-se o cabelo ouriçado em aflúvio, como se o cérebro subjacente, na atração velocíssima da ideia e do verbo, fosse foco de potencial eléctrico».

«Sousa Martins,» — di-lo Ricardo Jorge — «salvo o efeito oratório, que não podia ser maior, tinha uma naturalidade de emissão e uma prontidão de improvisado em tal grau, que não creio que tenham sido jámais excedidas por orador algum».

«Por toda a parte onde tinha de desprender a língua, nas lições da cadeira, na discussão académica, ou na palestra das rodas, — por toda a parte era o mesmo, sempre facundo, sempre brilhante».

Como diz curiosamente o mesmo RICARDO JORGE, Sousa Martins «nem padecia das quebras de Cícero, — nem precisava dos tratos de Demóstenes».

E, mais adiante, diz ainda RICARDO JORGE que, «por alevantado que

façam o escritor, e não podia deixar de sê-lo, o Sousa Martins escrito é apenas uma imitação do Sousa Martins falado».

«Também,» — di-lo — «estranho fôra que, duplo Prometeu, roubasse o trovão que ressoava na palavra de José Estevão, e o raio que coriscava na pênna de Camilo».

Por outro lado, e sob o ponto de vista da cultura geral, é também o insuspeito Ricardo Jorge quem define, assim, a figura de Sousa Martins:

«Artista e letrado, foi-o, e refinado e raro; artista de hoje em dia, por dilettantismo e compreensão, por gosto estético e alimento intelectual. A nada alheio, abria, ávido, os olhos e os ouvidos, a todo esse magnificante cenário, a toda essa colossal sinfonia, em que se desdobra o culturalismo humano actual, tão ousado que parece eclipsar a obra mítica dos titãs, e abalar, lá no alto, a própria grandeza divina».

Quanto à figura pròpriamente de cientista de Sousa Martins, adentro do campo da Medicina, é ainda o seu contemporâneo quem sugestivamente o define assim:

«Amava-a numa obsessão fremente, e nesse amor se resume toda a sua vida de obreiro malogrado: — por ela viveu, e morreu, como um fanático, e um mártir».

«...Pasmava-me que ele tivesse tempo e capacidade para aguentar a apoia-dura diluvial duma ciência que prodigaliza e desbarata de tal forma os seus materiais, que é pretender o impossível o possuí-la toda».

«Nada o encontrava alheio: — engolfava-se logo nas plagas últimas que o andar da Patologia descobria e franqueava».

«Rompem a Nevrologia e a Psiquiatria no estudo da experimentação e da observação; talha-se uma Patologia nova, fecunda para a clínica e duma larga esfera de aplicação às ciências afins da Medicina: — Sousa Martins assimila de chofre toda essa ciência novíssima dos Krafft-Ebing».

«Ameaça o bisturi vasar as cavidades viscerais, à busca de lesões operatòriamente remediáveis, perante a impotência reconhecida dos meios médicos: — Sousa Martins apostola a cirurgia aventureira, e aprende a contá-la entre os seus indicados terapêuticos, sem pavonear, porém, os abusos da *vis secandi*».

«Esboroam-se a fraseologia e os temas da caduca Patologia Geral; toda a Patogenia se reconstroí *ab imis*, pela Bacteriologia revolucionária e triunfante: — Sousa Martins jura com entusiasmo a religião dos Pasteur e dos Koch».

«A sua enfermaria no Hospital de São José» — diz-nos ainda RICARDO JORGE — «era uma romagem; não podia haver clínica mais douta, nem mais

sugestiva. Prestes e perito na inquirição, formava o sumário do enfêrmo, com uma rapidez, e uma segurança assombrosa; ninguém despojava um doente, desculpe-se o galicismo, nem com mais método, nem com mais elegância, — nem com menos tempo!... O diagnóstico saltava firme, passado à fieira duma experiência esclarecida, e do conhecimento estricto das modalidades mórbidas».

E foi tal o valor de Sousa Martins, como médico e homem de ciência, que o já mencionado DR. RICARDO JORGE — que tão frequentemente cito, pelo duplo valor do seu testemunho, como colega, e como contemporâneo que foi de Sousa Martins — não hesitou em compará-lo, públicamente, em sessão de 6 de Novembro de 1897, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto, adentro do campo da Medicina, à figura prestigiosa do grande Camilo Castelo Branco, adentro do domínio da Literatura.

«Entre os meus ídolos, » — disse — «daqueles que todo o homem de affectos intellectuais agasalha no espirito, acolchetei este par — Sousa Martins, e Camilo».

«...Um catava os feitios e os vícios da sociedade portugueza, numa observância prescrutadora; o outro, esmerilhava todas as espécies e modalidades mórbidas que, individual ou colectivamente, *a flux* nos acometem; um e outro se devotaram inteiros à tarefa, sem um dia de descanso, e com tanto ardor que sucumbiram em plena luta, — consumido, um, pela tísica pulmonar, mirrado, o outro, pela tísica dorsal; um e outro gozaram do maior poder de expressão atingível pela locução do homem — um, a máxima eloquência falando, outro, a máxima eloquência escrevendo; um e outro armazenaram colossalmente conhecimentos e saber, numa erudição pasmosa; um e outro eram descendentes de Voltaire» — segundo Ricardo Jorge — «no desentranhar da graça, no jogar da ironia irresistível; um e outro se mantiveram toda a vida fiéis à sua vocação, sem deserção nem desfalecimento, — um, dentro da Medicina, outro, dentro das Letras».

«Ambos de supremo talento, ambos tocados de génio, separava-os a affectividade — um, era crente, outro, era um céptico; mas irmanaram-se, ainda, no destino.»

Produtos do torrão natal, o melhor que nele tem desabrochado, um no Romance portuguez, outro na Medicina nacional — ambos mereciam ter os seus nomes esculpidos — conforme diz, por outras palavras, Ricardo Jorge — na tábua de oiro dos grandes Escriitores, e dos grandes Médicos do universo.

3 — A PRIMEIRA MEDALHA DE HOMENAGEM A SOUSA MARTINS

Assim desenhada, portanto, a prestigiosa e imorredoura figura do Médico e do Cientista que foi Sousa Martins, não admira que, ainda durante a sua própria

vida, — e contrariamente ao que parecia reear Ricardo Jorge — lhe fossem prestadas diversíssimas homenagens, entre as quais a da cunhagem da medalha a que me refiro, e que lhe foi dedicada pelo então Fiel da Casa da Moeda, e antigo gravador, CASIMIRO JOSÉ DE LIMA (1).

Além desta, porém, três outras medalhas lhe foram votadas posteriormente, que eu o saiba,

- 1 — uma, comemorativa da inauguração do primitivo monumento, que lhe fora erigido em 1900;
- 2 — outra, dedicada à memória do grande Médico, em 1902, e de grande raridade;
- 3 — e uma última, de que apenas se cunharam dois ou três exemplares conhecidos, na própria altura, e relativamente à inauguração do segundo e actual monumento à memória de Sousa Martins, em 1908, monumento que ainda hoje pode ver-se, — como disse — no Campo de Sant'Ana, em frente da antiga Faculdade de Medicina de Lisboa.

A primeira das quatro medalhas, que é a mais antiga, e a que nos ocupa neste momento, foi cunhada em prata e em bronze, sendo os exemplares de prata por

(1) ARTUR LAMAS, a páginas 343 do seu trabalho «*Medalhas Portuguesas e Estrangeiras referentes a Portugal*», publicado em 1916, diz que esta primeira medalha de homenagem a Sousa Martins foi cunhada por iniciativa do Director da Casa da Moeda, e antigo gravador, Sr. Casimiro José de Lima, ao passo que o DR. XAVIER DA CUNHA, no seu artigo intitulado «A Medalha de Casimiro José de Lima em Homenagem a Sousa Martins», explica mais permenorizadamente, o seguinte:

«O Sr. Casimiro José de Lima é o estimadíssimo Fiel da Casa da Moeda, e possui, como artista, finíssimos dotes de bom gosto e de esmerada perícia. Como gravador, tem ele, desde há muito, os seus altos créditos assinalados em diversas medalhas, que, nas colecções dos numismatas, ocupam um lugar privilegiado».

«Uma dessas medalhas é aquela que o preclaro gravador consagrou em homenagem ao seu amigo dilectíssimo. Um verdadeiro primor, tanto no desenho, como na execução!»

«Desse primor se cunharam em prata dois exemplares, destinado um deles a ser oferecido pelo gravador ao Sr. Conselheiro Augusto José da Cunha, Director da Casa da Moeda; e o outro dos dois, que pertenceu em tempos a Sousa Martins, está hoje em poder de sua irmã sobrevivente».

«De prata, foram apenas cunhados os dois que menciono. Todos os mais se cunharam em bronze».

Num officio dirigido a Casimiro José de Lima pelo mesmo DR. XAVIER DA CUNHA, na qualidade de Director da Biblioteca Nacional, a cujo Museu Numismático aquele oferecera um exemplar desta medalha, — salientam-se, com as seguintes palavras, o seu alto valor e o interesse com que foi acolhida a respectiva doação :

«Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.:

«Fica devidamente consignado, no livro destinado ao registo das doações feitas a esta

mim conhecidos apenas em número de três, e os exemplares de bronze todos dourados, segundo refere Artur Lamas, e com o diâmetro de 63,5^{mm}.

Sobre ela existe diversa bibliografia, e designadamente os seguintes trabalhos:

1.º — «*A medalha de Casimiro José de Lima em homenagem a Sousa Martins*», pelo DR. XAVIER DA CUNHA, publicado no «*Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, n.º 2, ano 2.º, relativo a 1903, pág. 112 e segs.;

2.º — «*Lista das Medalhas da Biblioteca Nacional*», pelo DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, no «*Arqueólogo Português*», Vol. 17.º, pág. 68, medalha n.º 79;

3.º — O conhecido trabalho de ARTUR LAMAS, sobre «*Medalhas Portuguesas*», a págs. 343 e segs.; e

4.º — Fotografia, publicada, sem outras referências, na «*Ilustração Portuguesa*», 1.ª série, ano 1.º, n.º 18, de 7 de Março de 1904.

ARTUR LAMAS, diz crer que todos os exemplares de bronze foram dourados, supondo eu, a certa altura, que o exemplar que possuo na minha colecção não chegara a ser dourado, pelo que tal regra se não verificaria rigorosamente, opinião que, no entanto, abandonei, depois de um exame mais detido da referida medalha.

Biblioteca, a que V. Ex.^ª se dignou fazer-lhe, de um exemplar da preciosa medalha, que V. Ex.^ª primorosamente gravou e mandou cunhar em 1894, para glorificação do ilustre, do eminente, do eloquente, do inolvidável Professor José Tomás de Sousa Martins, cuja memória ficará eternamente perdurável na história dos grandes vultos da Nação Portuguesa, Nação que o sobredito Professor enobreceu pelas altíssimas qualidades de que era singularmente dotado.»

«Na qualidade de Director da mesma Biblioteca, cabe-me a honra de agradecer a V. Ex.^ª a sua oferta».

«Biblioteca Nacional de Lisboa, 28 de Fevereiro de 1903».

«O Director, — Xavier da Cunha».

Finalmente, são ainda do DR. XAVIER DA CUNHA, no seu já citado artigo, as seguintes palavras, acerca do valor da primeira medalha de homenagem a Sousa Martins:

«A medalha que o Sr. Casimiro José de Lima destinou à Biblioteca de Lisboa ficará constituindo uma das mais interessantes e das mais estimadas espécies que no respectivo Museu Numismático se arrecadam; ficará outrossim atestando a contemporâneos e a vindouros o acendrado patriotismo por que se recomenda à consideração de todos o festejado gravador».

«E o nome do amável doador permanecerá, como ornamento, no Quadro de Honra em que se inscrevem, por benemerência, as pessoas e corporações que se dignam generosamente brindar com dádivas a Biblioteca Nacional de Lisboa».

Por outro lado, e quanto às medalhas de prata, o DR. XAVIER DA CUNHA diz que só foram cunhados dois exemplares (um, que foi oferecido a Sousa Martins; e outro, que foi dado ao então Director da Casa da Moeda, Conselheiro Augusto José da Cunha), ao passo que ARTUR LAMAS diz ter aparecido à venda, em Lisboa, um terceiro exemplar de prata desta medalha, que ele próprio teria comprado pessoalmente.



Relativamente à sua descrição, o *anverso* ostenta no exergo a data de 1894, em numeração romana, ou seja, três anos antes da morte de Sousa Martins; a legenda, no arco superior, José Tomas de Sousa Martins, escrita em latim; e, no campo, o busto de Sousa Martins, com soberbo relevo. — o melhor relevo que me tem sido dado observar, mesmo, em medalhas portuguesas — voltado à direita, vestido civilmente, com a gravata atada em laço, à maneira do tempo, e de tal rigor na reprodução, que vai ao ponto de mostrar um pequeno sinal que o grande médico tinha junto do nariz.

Ainda no campo da medalha, junto do corte do busto, do lado esquerdo, vê-se a inicial «L», indicativa de Casimiro José de Lima, autor da iniciativa da medalha.

Não obstante, porém, e segundo ARTUR LAMAS refere que então constava, esta inicial do Fiel da Casa da Moeda apenas figuraria na medalha por ter sido ele, como disse, o autor da iniciativa da sua cunhagem, sendo os respectivos cunhos executados por VENÂNCIO PEDRO DE MACEDO ALVES, então 1.º Gravador daquele Estabelecimento do Estado.

Quanto ao busto, que é na verdade admirável, foi modelado pelo escultor JOSÉ SIMÕES DE ALMEIDA JÚNIOR, e, segundo me informou o Sr. DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES, até para uma escultura de Sousa Martins destinada a outro fim, e que depois foi reduzida, num aparelho próprio, para a cunhagem da medalha, — razão por que o catálogo da exposição do Hospital de São José se refere a «Simões de Almeida» como tendo sido o verdadeiro e único autor da medalha, o que não é, portanto, rigorosamente exacto.

Quanto ao reverso, tem na orla uma legenda, que, segundo o SR. DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, teria sido inspirada em Cícero, — «De officiis», Cap. X, onde, porém, aparece «ceteris», e não «ceteros», como nesta legenda, que reza assim:

«ADMIRATIONE ADFICIVNTVR II QVI ANTEIRE CETEROS VIR-
TVTE PVTANTVR». E, ao centro, em quatro linhas horizontais, ostenta uma inscrição, esta composta por quem delineou a medalha, mas para o que tinha exemplos, segundo o mesmo Sr. DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, em frases latinas correntes, e em algumas do escritor Cornélio Nepos, que o mencionado Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos aponta, e que não merece a pena referir também neste momento, bastando dizer, por agora, que a inscrição que se vê na medalha é a seguinte:

«OPTIMO VIRO DOCTRINA ARTE MEDICA ELOQVENCIA VIR-
TVTE FIDE PRAESTANTISSIMO DEDICATVM».

Segundo refere ARTUR LAMAS, CASIMIRO JOSÉ DE LIMA distribuiu a diversas pessoas, durante a vida do eminente Médico, cerca de 132 exemplares de bronze desta medalha, tendo cada um deles a particularidade de ostentar, gravado no respectivo bordo, um número de ordem em algarismos árabes, seguido das iniciais do nome, e do próprio apelido da pessoa a quem eram ofertados.

Segundo o SR. DR. XAVIER DA CUNHA, os apelidos teriam sido sempre gravados por extenso, ao passo que ARTUR LAMAS refere, diversamente, que, num exemplar da medalha que fora oferecido a um seu irmão, apareciam simplesmente as iniciais, tanto do nome, como do apelido.

Quer isto dizer, portanto, que a medalha que esteve patente na Exposição do Hospital de São José, foi a oferta «N.º 12», e coube a «G. R. Fernandes», ainda antes da morte de Sousa Martins.

Com efeito, e segundo refere também ARTUR LAMAS, *depois da morte de Sousa Martins*, Casimiro José de Lima distribuiu ainda mais alguns exemplares da referida medalha, todos eles em bronze, — mas sem terem gravados no bordo,

nem o número de ordem, nem o nome do destinatário, o que seria confirmado por um desses exemplares, ofertado por Casimiro José de Lima ao próprio autor do trabalho a que me refiro, que foi Artur Lamas.

Novamente, porém, o tempo nos faz pôr de parte mais uma regra dos que antes de nós se dedicaram a este estudo, porquanto eu próprio possuo, na minha colecção, uma das medalhas com as iniciais gravadas, que mostra que *nem todas as medalhas distribuídas em vida de Sousa Martins tiveram o seu número de ordem, porquanto a que possuo apenas tem gravadas quatro iniciais, que são «J. N. R. P.»*, sem qualquer número de ordem a precedê-las.

Para terminar, e pretendendo esclarecer, tanto quanto possível por completo, a natural curiosidade de V.^{as} Ex.^{as}, acerca de todo o aparente mistério destas duas medalhas, uma da Exposição do Hospital de São José, e a outra da minha própria colecção particular, — resta acrescentar que, quanto à medalha que é pertença do Sr. DR. EUGÉNIO MAC BRIDE, foi a mesma ofertada a «G. R. FERNANDES», uma das mais notáveis figuras da Medicina Portuguesa, e pai, segundo gentilmente me informou o Sr. DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES, dos não menos ilustres Srs. DRS. EUGÉNIO e ALBERTO MAC BRIDE FERNANDES.

Segundo reza, noutro lugar, o próprio e já referido Catálogo da Exposição do Hospital de São José, o Sr. DR. GREGÓRIO RODRIGUES FERNANDES — nome que corresponde a «G. R. Fernandes» — nasceu em 4 de Janeiro de 1849; foi nomeado Cirurgião do Banco em 2 de Março de 1868; e Cirurgião Extraordinário do Hospital em Abril de 1883.

No Hospital Real de São José, foi Director da Enfermaria de São Francisco; e ocupou o cargo de Presidente da Sociedade das Ciências Médicas, desde 1903 a 1905.

Finalmente, publicou vários e valiosos artigos e relatórios, e foi ele quem praticou pela primeira vez em Portugal — a título de curiosidade o digo — a operação chamada de ressecção do joelho, em 1887.

Isto, como disse, quanto à identidade da pessoa a quem foi ofertado o exemplar da medalha de homenagem a Sousa Martins, que esteve patente na Exposição do Hospital de São José.

Porém, quanto à determinação de qual a identidade da pessoa a quem teria sido ofertado, por Casimiro José de Lima, aquele outro e segundo exemplar, da medalha que nos ocupa nesta sessão, tornava-se, evidentemente, mais difícil uma investigação, coroada de êxito, sobre o assunto, visto que o nome do seu des-

tinatório apenas aparece nela, conforme disse, indicada pelas quatro iniciais, maiúsculas, mas misteriosas, «J. N. R. P.».

Saber quem teria sido a pessoa com o nome J. N. R. P., mesmo, e presumivelmente, numa capital como a Lisboa do século passado e princípios deste século, — não era, com efeito, uma tarefa nem fácil nem auspiciosa quanto aos possíveis resultados...

O que é certo, porém, é que, com um pouco de sorte (e algum trabalho), julgo ter determinado, tanto quanto possível rigorosamente, quem foi o misterioso J. N. R. P.

Com efeito, tendo descoberto, depois de outras diligências, que o «*Almanaque Palhares*» começara, em 1903, a publicação de uma lista de nomes, profissões e moradas de comerciantes, industriais, magistrados, funcionários, etc., da cidade de Lisboa, e por ordem alfabética, *tive a oportunidade de verificar que o único nome, dessa lista, que coincide com as iniciais J. N. R. P. é, a páginas 1351, do volume de 1903, o do DR. JOÃO NEPOMUCENO RODRIGUES PINHEIRO, que foi médico, com residência na Rua dos Anjos, n.º 192, 1.º andar.*

Recorrendo, posteriormente, — e após várias outras diligências, que seria ocioso referir agora, pelo insucesso que tiveram — aos arquivos e ficheiros da Ordem dos Médicos, nesta pude verificar que, tendo sido organizada em 1939, nela não constara nunca, desde essa data, o nome do Dr. João Nepomuceno Rodrigues Pinheiro, o que fazia prever que já tivesse falecido, anteriormente à criação da mencionada Ordem.

E, assim, recorrendo, também, ao Arquivo do Hospital de São José de Lisboa, ali pude descobrir e constatar que o Dr. João Nepomuceno Rodrigues Pinheiro foi efectivamente médico na cidade de Lisboa, nomeado Cirurgião Assistente por Despacho de 16 de Agosto de 1894; Director de Enfermaria por Despacho de 20 de Setembro de 1913; e que teria falecido, em Paris, presumivelmente em Setembro de 1927.

Quer dizer:

O Dr. Nepomuceno Rodrigues Pinheiro —

- 1.º — Foi contemporâneo de Sousa Martins;
- 2.º — Foi médico em Lisboa, como Sousa Martins;
- 3.º — Foi Cirurgião e Director de Enfermaria do Hospital — ao mesmo tempo, e do mesmo modo que Sousa Martins;
- 4.º — Foi nomeado Cirurgião Assistente do Hospital Real de São José, exactamente no mesmo ano de 1894, em que Casimiro José de Lima fez a cunhagem da medalha; e
- 5.º — É a única pessoa, de entre as indicadas no «ALMANAQUE PALHA-

RES» em época aproximada à da cunhagem da medalha, cujo nome corresponde, inteiramente, às quatro iniciais J. N. R. P., que a mesma medalha apresenta no bordo.

Assim, julgo poder afirmar, sem grandes hesitações, que o Dr. João Nepomuceno Rodrigues Pinheiro foi, na verdade, o contemplado com o exemplar que hoje possuo na minha colecção particular.

A título de curiosidade, direi, ainda, que este médico, segundo notícia que descobri no jornal «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», de 18 de Setembro de 1927, foi Director de Enfermaria no Hospital de Arroios, teve o seu consultório no Largo de D. João da Câmara, «com boa escolhida clientela», foi um apaixonado e distinto caçador, e veio a falecer em França, em 1927, quando ali se dirigiu em companhia de sua esposa, D. Dulce Verde Pinheiro, que se encontrava enferma, e para que esta consultasse um especialista de nomeada.

4 — CONCLUSÃO

Aqui ficam, portanto, as observações que me ocorre formular e desenvolver perante V.^{as} Ex.^{as} — e com as quais julgo ter trazido, e ainda que em breves palavras, um contributo mais, embora modesto como não poderia deixar de ser o meu, para o estudo e conhecimento, não só da primeira medalha de homenagem a Sousa Martins, mas também da personalidade de três grandes figuras de Médicos portugueses, que foram o DR. GREGÓRIO RODRIGUES FERNANDES, o DR. JOÃO NEPOMUCENO RODRIGUES PINHEIRO — e o Insigne e Imorredouro DR. JOSÉ TOMÁS DE SOUSA MARTINS.

Tenho dito.



V Á R I A

A CASA DA MOEDA DA CIDADE DO PORTO EM 1833

Há tempos o nosso ilustre consócio e grande historiador portuense, Sr. Dr. Magalhães Basto, numa das suas famosas crónicas de «O Primeiro de Janeiro», «Falam Velhos Manuscritos», referia-se à ausência de documentos comprovativos da localização da Casa da Moeda dos Loios, criada temporariamente em 1833 na cidade do Porto, que, segundo vários, teria funcionado no prédio que forma a esquina do Largo dos Loios e da Rua de Traz. E por aquela carência, a sua opinião não se compadecia com essas afirmações verbais mais ou menos gratuitas, fundamentadas numa duvidosa tradição oral.

Por semelhável juízo, ao ler a conceituosa crónica, logo me ocorreu da necessidade de se encontrar documentação explícita da existência da referida Casa da Moeda, onde, durante o cerco do Porto e até à entrada do exército libertador em Lisboa, se cunharam as célebres moedas dos Loios, que têm *a parte superior do escudo terminada em bicos que sobressaem lateralmente* (1). Não venha a acontecer como aos patacos da «patuleia» (1847), que tendo sido cunhados na Casa da Moeda do Trem de Monchique, todos os autores dizem terem sido amoedados nas oficinas de João Baptista Moreira! (2)

De facto, nem Lopes Fernandes, nem Teixeira de Aragão, nem Ferraro Vaz, nem qualquer outro, que eu saiba, dá menção de decreto ou portaria referente àquela temporária Casa da Moeda, vulgarmente conhecida pelo apelido dos Loios.

Ora quis o acaso, nas minhas buscas e rebuscas sobre o assunto, pôr ao meu alcance um velho cartapácio, muito sujo, poeirento, com algumas teias de aranha a decorarem-lhe a lombada, onde a minha curiosidade mexerucou na seguinte portaria:

«Tendo cessado a causa que deu lugar à criação temporária da Casa da Moeda da Cidade do Porto, pela restauração da capital, onde se acha instituída

(1) Vide: Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica*, etc., pág. 194.

(2) Vide: NVMMVS, Vol. I, Número 2, pág. 135.

a única Casa da Moeda do Reino: Manda S. M. I. o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, declarar ao Inspector da referida Casa da Moeda da Cidade do Porto, que ficam desde já acabados os seus trabalhos, dando a conta do seu estado, e do seu balanço ao Corregedor da Comarca da dita Cidade, e ficando o sobredito Inspector na inteligência de que serão atendidos pela Mesma Augusta Sr.^a, o zelo, inteligência e desinteresse com que se houve no desempenho desta importante Comissão. Paço das Necessidades, em sete de Setembro de 1833. José da Silva Carvalho.»

E foi isto que num velho calhamaço encontrei como documento necessário à história da Casa da Moeda do Porto em 1833, e que, aqui mesmo na «Vária» da NVMMVS, ficará devidamente registado.

ALEXANDRE FERREIRA BARROS

O «MALUCO», MOEDA DE EMERGÊNCIA

Da Comunicação apresentada à S. P. N., em sessão de 22 de Julho de 1955, por Carlos Fernando de Sousa Santos.

Há tempos, num dos meus modestos escritos sobre moedas, a que a S. P. N. quis dar relevo publicando um resumo na sua revista «NVMMVS», foquei o facto de Mateu y Llopis, no seu Glosário Hispânico de Numismática, dizer que na numária dos Açores há um tostão mandado cunhar em bronze por D. Maria II, e acrescentava que ele se queria referir à moeda «maluco», da data de 1829, valor facial 80, fabricado em Angra do Heroísmo. Volto hoje a este assunto para acrescentar certas particularidades desta emissão de que ultimamente tive conhecimento.

Teixeira de Aragão diz-nos que esta moeda obsidional foi mandada fundir com o bronze dos sinos dos conventos. E entre outros documentos cita a acta n.º 168 — Resoluções do Governo na sessão de 21 de Maio de 1829, na qual se diz que «esta moeda passa de hoje em diante ao valor de 100 réis, não obstante o tipo» e isto quer dizer que lhe foi aplicada uma disposição análoga à da Lei de 4 de Agosto de 1668, de D. Pedro II, que aumentou de 20 % o valor da moeda de ouro e prata, determinação que pode dizer-se ter sido mantida em vigor até à reforma monetária de D. Maria II, em 1835.

Esta moeda, que é muito curiosa e sobre a qual pouco se tem escrito, foi

criada pela necessidade absoluta de angariar fundos para fazer face às despesas resultantes da reivindicação de D. Maria II ao trono de Portugal, usurpado por D. Miguel I. Diz-se que com ela se pagou aos «Bravos do Mindelo» quando desembarcaram em Pampelido para início das Campanhas da Liberdade.

Há pouco estive no Funchal e tive ocasião de ver na Biblioteca do Museu Regional um opúsculo da autoria do Sr. Alberto Artur Sarmento, edição da Tipografia Camões, dessa cidade, 1933, em que se afirma ter esta moeda entrado em circulação na ilha de Porto Santo, sendo originária dos Açores, onde foi moldada numa improvisada Casa da Moeda, que pouco mais tinha do que um caixão de areia húmida e fina, para fundição, sendo no fim cada peça limada para aperfeiçoamento.

Isto também se lê na História do Cerco do Porto, de Luz Soriano (pág. 297).

O opúsculo citado indica para esta moeda o peso aproximado de 6 oitavos e 13 grãos (Teixeira de Aragão situa-o entre 5 e 7 oitavos). Acrescenta que ela foi levada para a ilha de Porto Santo pelas forças liberais de D. Pedro IV, que a ocuparam. Porém, quando esta ilha foi retomada por forças miguelistas, idas da Madeira (Junho de 1832), voltaram as moedas ao seu anterior valor (deprendendo-se disto que tornaram a valer 80 réis), mas não muito tempo, pois que logo foi mandada entregar toda a moeda da Terceira sob pena dos seus possuidores incorrerem na penalidade de moedeiros falsos, sendo assim recolhida no valor aproximado de 100\$000.

Diz-se também que muita gente enterrou «malucos» na areia, e de facto, no passado século, depois das invernias, alguns foram encontrados ao longo do leito da ribeira da vila de Porto Santo.

Posto isto, e se é certo que com esta moeda foram feitos os primeiros pagamentos às tropas que desembarcaram no Mindelo — asserção que ponho de reserva — pode-se afirmar que o «maluco» foi moeda de emergência não só na ilha Terceira, onde teve origem, como também numa cidade do continente — a Invicta — e bem assim na ilha de Porto Santo, do arquipélago da Madeira.

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
EXTRACTOS DAS SESSÕES

De 19 de Abril de 1955

Esta sessão foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola.

Entrando na ordem dos trabalhos da Comissão foi dada a palavra ao sr. Dr. Rocha Souto, que proferiu uma comunicação acerca «Do regime jurídico da ocupação dos tesouros e das coisas escondidas, no Direito português actual».

Sintetizando o quadro dos trabalhos portugueses e estrangeiros que se prendem com o regime jurídico dos achados arqueológicos, o sr. Dr. Rocha Souto mostrou como em Portugal nada existe escrito pelos autores, que diga exclusiva e directamente respeito aos direitos e obrigações, quer dos particulares, quer do próprio Estado, no que se refere aos achados de tesouros e objectos de valor arqueológico.

Apreciou sucessivamente as disposições legais desde D. João V, em 1721, até fins do ano de 1931.

Entrando, depois, na explicação do conteúdo dos diplomas mais importantes, e ainda vigentes juntamente com o Código Civil, o sr. Dr. Rocha Souto analisou pormenorizadamente o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 20.985, de 7 de Março de 1932, que é o diploma fundamental para a determinação do regime jurídico dos valores artísticos e arqueológicos nacionais; o do art. 52.º da Constituição Política de 1933; o da Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, e Decreto-Lei n.º 26.611, de 19 de Maio do mesmo ano, relativos à Junta Nacional de Educação; o da Lei n.º 2.032, de 11 de Junho de 1949, de protecção aos valores concelhios; e, finalmente, o Decreto-Lei n.º 38.906, de 10 de Setembro de 1952, de protecção aos objectos móveis de valor artístico e arqueológico, que ressalva expressamente, no seu texto, o regime dos Decretos n.ºs 20.586 (de 4 de Dezembro de 1931), e 20.985.

Terminada esta comunicação, usaram da palavra o sr. Presidente e o sr. Major Spínola, que agradeceram ao sr. Dr. Rocha Souto a boa vontade com que reunira, num trabalho de conjunto, disposições que se encontravam tão dispersas, lamentando que a lei não tivesse mais em vista a psicologia dos achadores, a quem confere apenas 1/3 do valor dos objectos encontrados, sendo os 2/3 restantes para o proprietário do prédio ou do terreno, o que faz com que, por vezes, os achadores ocultem os achados, em prejuízo da Ciência Arqueológica. Segundo o sr. Major Spínola, a melhor solução seria a de se garantir ao achador a propriedade dos objectos achados, e bem assim a de o Estado lhe atribuir um prémio em dinheiro, pelo facto da participação do achado, solução que o sr. Dr. Rocha Souto não considerou viável, prometendo mostrar, em novas comunicações, o que se passa no Direito estrangeiro, quanto aos achados arqueológicos.

De 17 de Maio de 1955

Sessão presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola.

Usou da palavra, antes da ordem dos trabalhos, o sr. Tenente-coronel Eng.º Cruz Azevedo, que defendeu a opinião de não considerar justo o regime, proposto pelo sr. Major Spínola, de os achados arqueológicos reverterem integralmente em favor do achador.

Entrando-se, depois, na ordem dos trabalhos anunciados para esta sessão, usou da palavra o sr. Eng.º Joaquim Ferraro Vaz, que ampliou a sua anterior comunicação, acerca do «Preço de Amoedação e Valor Intrínseco dos Dinheiros».

De 14 de Junho de 1955

Nesta sessão, que foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola, foi decidido, por unanimidade, que ficasse constando da Acta um voto de pesar pelo falecimento do sr. Dr. Carlos Ary dos Santos, ocorrido em 12 de Junho de 1955.

De 21 de Junho de 1955

Em continuação dos trabalhos da Comissão encarregada de elaborar um Relatório acerca do regime jurídico mais conveniente para os achados arqueológicos, voltou a reunir-se nesta data a Comissão de Numismática e Sigilografia, presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, e secretariada pelo sr. Major Ismael J. Spínola.

Usou da palavra o sr. Dr. Rocha Souto, que proferiu uma comunicação acerca «Do regime jurídico dos achados arqueológicos, nos Direitos francês, espanhol e italiano».

De 18 de Julho de 1955

Esta sessão foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, tendo o sr. Major Ismael Joaquim Spínola pedido escusa das suas funções de Secretário da Comissão, devido à acumulação dos seus afazeres, escusa que foi aceite como justificada, procedendo-se à eleição de novo Secretário, finda a qual se verificou ter sido eleito por unanimidade o sr. Dr. Rocha Souto.

Entrando na ordem dos trabalhos da Comissão, o sr. Presidente concedeu a palavra ao novo Secretário, que proferiu uma última comunicação, em seguimento das anteriores, acerca «Do regime jurídico dos achados arqueológicos em vários Códigos estrangeiros», pronunciando-se sobre os Códigos Cívics alemão, grego e suíço.

Finalmente, encerraram-se as actividades do ano associativo de 1954-1955, com a leitura e votação do Relatório anual do sr. Presidente da Comissão.

VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFECTIVOS

Admitidos no quadrimestre Maio-Agosto de 1955.

- N.º 188 — José da Costa Moreira — Funcionário dos C. T. T. (Lisboa)
- » 189 — António Augusto Lopes do Carmo — Guarda-livros (Lisboa)
- » 190 — José Rodrigues de Melo — Funcionário corporativo (Lisboa)
- » 191 — José Domingos Carpenter Robertson — Funcionário público (Lisboa)
- » 192 — António Afonso Pinto — Maquinista (Lisboa)
- » 193 — Moacyr Tavares de Paiva — Agricultor (São Paulo — Brasil)
- » 194 — José de Sousa e Silva — Industrial (Porto)
- » 195 — Henrique Tristão Bettencourt da Câmara — Empregado comercial (Funchal)
- » 196 — Dr. Joaquim Pedro Durão Leitão — Funcionário público (Lisboa)
- » 197 — Jaime Reis de Almeida — Mecânico (Porto)
- » 198 — José Manuel Perestrello d'Orey — Negociante (Lisboa)
- » 199 — Dr. Herculano Tavares Coutinho — Médico (Lisboa)
- » 200 — José Martinho de Campos — Empregado de escritório (Lisboa)
- » 201 — Dr. Joaquim Soares Rodrigues da Silva — Advogado (Salreu)
- » 202 — Domingos Bertrand — Industrial (Lisboa)
- » 203 — José Ribeiro d'Almeida Guerra — Funcionário industrial (Lisboa)
- » 204 — Arnaldo Eugénio Martins Barbosa — Professor de Educação Física (Estoril)
- » 205 — Jorge Rodrigues Neves — Comerciante (Lisboa)

SÓCIO QUE PEDIU SUSPENSÃO DE EFECTIVIDADE

- N.º 101 — Dr. Francisco d'Assis Brito (Lisboa)

SÓCIO HONORÁRIO FALECIDO

- N.º 164 — Dr. Carlos Ary Afonso dos Santos (Lisboa)

SÓCIOS AFASTADOS (§ único do art.º 8.º do Regulamento)

- N.º 48 — José Neves Paula (Lisboa)
- » 65 — Manuel Lisboa de Sousa (Olhão)
- » 67 — José Jardim (Lisboa)
- » 89 — Agostinho C. Borges de Sousa e Silva (Vila Real)
- » 113 — Heitor de Carvalho Rego (Rio de Janeiro)
- » 114 — Dr. Joaquim Bernardo (Guarda)
- » 138 — Eng.º Agr.º Gilberto Homem de Freitas (Funchal)
- » 140 — Alejo Giacchetti (Buenos Aires)

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

LUÍS PINTO GARCIA: *Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa e Numismática Indo-Portuguesa*. — Traduções. Edição da A. G. U.

O Sr. Dr. Luís Pinto Garcia publicou recentemente duas obras, por ele traduzidas, basilares para a numismática portuguesa da Índia.

São as «Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa» pelo *Dr. J. Gerson da Cunha* e a «Numismática Indo-Portuguesa» por *H. T. Grogan*.

Estes dois estudos tornaram-se praticamente inacessíveis, por terem sido publicados há bastantes anos, um deles em separata, outro em artigos de revista, e ambos em inglês.

As traduções são editadas pela Agência Geral do Ultramar, no conhecido tipo das suas belas publicações.

O formato é de 235x160 m/m, muito cómodo para o manuseio.

A obra de Gerson da Cunha tem 176 págs. de texto e, no fim, mais 9 folhas com gravuras. A de Grogan tem 133 págs. de texto e também 9 folhas de gravuras.

Excelente papel avergoado, levemente creme; espesso, forte, resistente. O das estampas é bom papel gessado, com aspecto cetinoso que dá bonito realce às gravuras.

Capa a vermelho e preto. Sóbria, bem disposta e agradável, apesar de o título da primeira das obras ser excessivamente extenso.

A mancha impressa mede 125x97 m/m, deixando, assim, boas margens.

A disposição tipográfica é bem espaçada, muito clara e que agrada. O tipo muito legível, impecavelmente limpo. A impressão modelar.

Algumas «gralhas». Mas sem «errata». Para números, se os houver errados, é falta grave.

As gravuras esplêndidas, muito nítidas e bem arrumadas. Os Avv. ao lado dos Rvv., o que facilita o exame. Muitas vezes aparecem estas gravuras com uma indefensável disposição simétrica, que desnorticia a quem quer ver uma moeda de ambos os lados, por ficarem com outras gravuras entre elas.

Estas edições da Agência Geral do Ultramar são magníficas, e baratas. Mas têm dois grandes defeitos: — Raras vezes se encontram nas livrarias. — Boa parte das obras de maior mérito esgota-se rapidamente.

Cada uma das duas traduções custa 20\$00.

A obra do Dr. G. Cunha foi publicada em fascículos, desde 1880 a 1883, em Bombaim.

Começa por tratar das Casas da Moeda portuguesas na Índia. Depois ocupa-se, cronologicamente, das sucessivas cunhagens indo-portuguesas, até às que resultaram da Convenção Monetária de 1880.

Debate numerosos assuntos. Apresenta pontos de vista novos e originais, baseados em documentos, que estudou, e na sua magnífica colecção, na qual havia preciosidades inéditas que resolveram algumas incógnitas.

Arqueólogo, historiógrafo e numismata incansável, como sublinha o Sr. Dr. P. Garcia, as suas *Contributions* são conhecidíssimas e sempre citadas nos centros numismáticos do Oriente e da Grã-Bretanha.

No seu prefácio, o ilustre tradutor dá notas biográficas do Dr. G. Cunha e um rol minucioso das 22 obras que ele estampou; e de mais 14 publicações que tratam dos escritos e colecções do eminente sábio indo-português.

As notas esclarecem e completam muitas passagens do livro.

A obra de Grogan, mais conhecido entre nós, é constituída por artigos publicados, de 1908 a 1918, em uma revista inglesa.

Segundo frisa o benemérito tradutor, é o tratado mais recente sobre numária indo-portuguesa. Depois dela, apenas saiu o estudo do Sr. Eng.º Raul Couvreur sobre *Bazarucos*, em 1943.

Dispondo da maior das colecções indo-portuguesas e dos conhecimentos acumulados desde Aragão, pôde emendar erros e preencher muitas lacunas, reformando por completo vários pontos de doutrina.

Trata de diversos assuntos, todos de primordial importância, mas sem a preocupação de constituírem um todo sequente.

No prefácio, o competentíssimo tradutor dá-nos notas biográficas e bibliográficas de Grogan. Inclui, nelas, uma valiosíssima resenha de «o que se tem publicado até agora, em Portugal e lá fora, a respeito de moedas portuguesas do Oriente». E são 92 as obras que relaciona, com toda a minudência.

Para se não dizer que só escrevo elogios, aponto umas coisas que podem parecer senões a um critério rigorista de revisor de provas. O que noto, refere-se apenas a Grogan:

— *Lacxmi*, deusa brilhante do Dia e consorte de Vixnu, é uma divindade feminina. Portanto *Lakshmi... sentado* (pág. 21) é erro tipográfico.

— Creio que *Nawabs* (págs. 23 e 25) se pode traduzir por *nababos*.

— *Suami* significa prelado ou mentor religioso dos credos hinduístas. Assim, talvez ficasse melhor dizer moeda de *Três Suamis* do que *3 Swami* (págs. 24 e segs.).

— A expressão *nome santo* de D. Sebastião, de Filipe III e de D. João IV (págs. 35, 76 e 84) para significar *santo homónimo* ou o onomástico daqueles monarcas, é interessante e original.

— Em numismática portuguesa, o termo *peça* tem um sentido especial, muito res-trito, embora nada estorve que ele se empregue, também, no seu significado geral, talvez para traduzir o inglês *coin*. Mas, só de pág. 59 até pág. 99, a palavra *peça* aparece umas 161 vezes.

— Não é usual dizer-se *cunho* (págs. 42, 109, 116) na acepção de *moeda*.

Evidentemente, quem esmiúça estas insignificâncias, é porque não achou argueiro que se visse. Nem o nome do tradutor permitia que tal se esperasse.

Não cotejei as traduções com o original. Mas a especial competência do Sr. Dr. P. Garcia, como professor e como numismata seguro, são garantia mais que bastante de uma tradução impecavelmente fiel.

As notas do tradutor mostram provir do investigador que elaborou as apreciadas monografias que tem publicado.

O serviço que prestou, esse fica acima do meu elogio.

L. A. MAYER: *Bibliography of Moslem Numismatics (India excetpd)* — London, 1954, 2.^a edição.

São os trabalhos de bibliografia numismática, género ainda pouco tentado, um auxiliar precioso, mesmo para o estudioso já adiantado no campo numismático, que em tais obras vai encontrar citação de outras, de artigos e de revistas, para si ainda desconhecidos, muito embora escritos originalmente em línguas, por vezes, inacessíveis.

Para nós portugueses não tem esta obra de Mayer, editada pela benemérita Real

Sociedade Asiática, meritória a todos os títulos e agora grandemente acrescentada em nova edição, o valor que ela intrinsecamente encerra. De facto, as numárias orientais, nem de longe, nem de perto, são cultivadas entre nós. São mesmo pouquíssimos os portugueses que colecionam moedas árabes e raríssimos os que verdadeiramente as estudam. O Conselheiro Vargas, falecido há muito, foi, em Portugal, uma muito honrosa excepção. Não sucedeu nem sucede outro tanto em Espanha. E a própria *Bibliography* o comprova, citando bastos nomes (a obra apresenta-se com o carácter onomástico), e os respectivos trabalhos, de estudiosos, mortos uns e, felizmente, vivos outros, da nação vizinha, como Botet y Sisó, Caballero-Infante, Campaner y Fuertes, Casto Maria del Rivero, Cerdá, Codesa, Delgado, Elias de Molins, Mateu y Llopis, Rada y Delgado, Vasquez Queipo, Vives, etc.

L. A. Mayer, para o arranjo da sua excelente bibliografia, deu-se a um trabalho esgotante de visitas e consultas (num dos prefácios aponta o nome do nosso bom amigo e distinto confrade Mateu y Llopis como um dos seus colaboradores), não engloba nela a Índia por, como ele muito bem diz, a numismática muçulmana deste país constituir uma secção quase independente da numária oriental.

A bibliografia portuguesa citada constitui fraca contribuição para a grandiosidade da obra e limita-se aos catálogos de Júdice dos Santos, Gerson da Cunha e Figanier (catálogo de parte das moedas árabes do nosso museu oficial) aos artigos de Vargas no *Arqueólogo*, ao *Elencho* de José Leite de Vasconcelos, às *Descrição Geral e Histórica, etc.*, e *Description des Monnaies, etc.* de Aragão e à *Memória de cinco medalhas africanas* de Fr. José de Santo António Moura (das *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*).

L. P. G.

C. H. V. SUTHERLAND: *Art in Coinage* — Londres, 1955.

Mr. Sutherland, consagrado numismata e estudioso britânico, antigo presidente da Royal Numismatic Society, conservador da secção de moedas do Ashmolean Museum, de Oxford, e autor de *Coinage and Currency in Roman Britain, The Romans in Spain* e *Coinage in Roman Imperial Policy*, oferta-nos agora *Art in Coinage*, obra magistral sobre arte e técnica monetárias.

Desde a «hammered» até à «milled coinage» o Dr. Sutherland desenvolve, com brilho, que é de realçar, um estudo, pleno de interesse, sobre as moedas e medalhas como pequenas obras de arte.

Inicia o estudo pondo em evidência a inata vocação artística dos gregos, analisa o período áureo da arte monetária helénica, a sua maturidade em que os estilos e técnicas monetárias da Hélade se internacionalizaram, passa pelo desenvolvimento da técnica do retrato no Império Romano, pelo formalismo bizantino e medieval, declínio da técnica após o colapso do Império, técnica do retrato anglo-saxónico e arte medieval germânica, realça seguidamente o génio de Pisanello na feitura da medalha e a influência italiana no resto da Europa, e vem a prosseguir com a Renascença na Itália, na França e na Inglaterra.

Embrenhando-se, por fim, no estudo da introdução da máquina para o fabrico da moeda, o ilustre Autor dedica as últimas páginas ao declínio artístico na factura das medalhas.

L. P. G.

O B I T U Á R I O

DR. CARLOS ARY AFONSO DOS SANTOS

Faleceu em Lisboa, a 12 de Junho de 1955, o Dr. Carlos Ary Afonso dos Santos, que foi nosso muito ilustre sócio honorário e brilhante colaborador de NVMMVS.

Era natural de Bragança, onde nasceu em 1879. Formou-se em medicina e especializou-se em oto-rino-laringologia, ramo em que alcançou justificado renome. Desempenhou funções de professorado e de direcção clínica em várias instituições, e foi publicista de grande merecimento. Os seus numerosos trabalhos sobre assuntos médicos da especialidade, publicados desde 1904 até há poucos anos, distribuem-se quer em volumes quer por diferentes revistas nacionais e estrangeiras.

O seu refinado espírito de artista levou-o últimamente a dedicar-se, em seus lazeres, à prática da medalhística, ciência que cultivou consideravelmente e em que se revelou também como bibliógrafo de renome, dos maiores da sua época, se não o maior. Publicou muitos trabalhos, em várias revistas, dentre os quais citaremos, além dos que foram publicados em «*A Moeda*», da Casa A. Molder, de Lisboa, desde os números 27 a 59:

- *Algumas medalhas portuguesas e outras estrangeiras referentes a Portugal*. Tip. da Soc. Industrial de Tipografia — Lisboa.
- *Um grande gravador de medalhas, Domingos de Cívens Alves do Rego*. Separata do n.º 2 de «*Terra-Lusa*» — Lisboa, 1952.
- *Medalhas dedicadas a D. Catarina de Bragança*. Separata de «*O Instituto*», vol. 116 — Coimbra, 1953.
- *Medalhas dedicadas a Frei António Manuel de Vilhena*. Separata da revista «*Museu*», vol. III — Porto, 1950.

A maior das suas obras e, sem dúvida, a de mais subido valor, não lhe permitiu o destino vê-la publicada. Intitulava-se «*Subsídios para a História da Guerra Peninsular*» e constituía um grosso volume dactilografado, de muitas páginas e numerosas ilustrações.

Tentou a S. P. N. editar esta obra, mas, como as possibilidades financeiras eram muito reduzidas para o valor da edição, não pôde levar a efeito o intento, reservando-se para melhor oportunidade.

Seria lamentável que se perdesse um trabalho de tal natureza e de tão elevado mérito. Temos esperança de que o Ex.^{mo} Filho do extinto, também médico, Dr. Ary dos Santos, procure dar-lhe a publicidade que merece.

A Sociedade Portuguesa de Numismática presta rendida homenagem à respeitável memória do seu prestigioso sócio honorário e maior medalhista português da actualidade.

Recordando os nossos Mortos



Dr. Carlos Ary Afonso dos Santos

27-V-1879 — 12-VI-1955

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 10

VOL. III-3

DEZEMBRO-1955

P O R T O

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME III, N.º 10

Publicação quadrimestral por tomos de cerca de 64 páginas.

Condições de assinatura para 1956:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS
DR. ANTÓNIO FRANCISCO TEIXEIRA
DR. ARMANDO JÚLIO RIBEIRO RODRIGUES
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA
DR. DAMIÃO ANTÓNIO PERES
EDUARD MARIUS VAN DER NIEPOORT
DR. FERNANDO RUSSELL CORTEZ

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 339-3.º-PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

TIPOGRAFIA MODESTA

Rua dos Caldeireiros, 43 — PORTO

SUMÁRIO

Moeda inédita da Companhia do Niassa, <i>pelo Dr. Pedro Batalha Reis</i>	147-150
Autenticidade ou contrafacção?, <i>pelo Dr. Joaquim Fronteira</i>	151-154
Um grosso de D. Afonso V com os escudos de armas de Portugal e de Castela e Leão, com a letra P sobre cada um, <i>pelo Eng. Raul da Costa Couvreur</i> ...	155-156
Os elmos germânicos no figurado das moedas visigodas, <i>por Wilhelm Reinhart</i> ...	157-161
Casa da Moeda da Vila da Cachoeira — 1823, <i>por Kurt Prober</i>	162-172
Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio (Continuação), <i>pelo Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	173-197

VARIA

A limpeza de moedas de prata por electrólise, <i>por August Binkert</i>	198-200
Achados Numismáticos — Achado de Penamacor, <i>pelo Eng. Ferreira Gambetta</i> ...	201-203
Novas Medalhas, <i>por Alexandre Ferreira Barros</i>	204
As medalhas da Arrábida, <i>pelo Dr. António Francisco Teixeira</i>	205-206
Uma moeda, como prova do comércio português, <i>pelo Dr. Gaspar Bosh da Graça</i> ...	206
Moedas de Angola	207
Moeda circulante em S. Tomé e Príncipe	207
Moedas de Moçambique	208
A moeda no Ultramar	208
Rectificação	208
Vida Social	209
Biblioteca da S. P. N.	210
Índice do Vol. III	211-215

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 10

VOL. III-3

DEZEMBRO-1955

P O R T O

MOEDA INÉDITA DA COMPANHIA DO NIASSA

Por PEDRO BATALHA REIS

Dentre as concessões territoriais da Província de Moçambique, a da Companhia do Niassa foi sem dúvida uma das maiores e mais importantes.

Os pródromos da fundação da Companhia do Niassa remontam, nos documentos oficiais, a 1891, quando, pelo decreto de 26 de Setembro, se dizia conceder a administração e exploração de diversos territórios da Província de Moçambique à companhia portuguesa que fosse constituída pela firma Bernardo Daupias & C.^a.

Constituída em 1893, com poderes majestáticos (1), só em 1894 a Companhia do Niassa entrou na posse dos seus terrenos. Com efeito, foi pela portaria de 11 de Setembro de 1894 que o Governador Geral da Província foi autorizado a dar posse dos territórios do antigo Distrito de Cabo Delgado ao representante da Companhia do Niassa, o médico militar Dr. Joaquim Sanches Rollão Preto. Acontecimento que teve lugar na Vila de Ibo, aos 27 de Outubro daquele mesmo ano de 1894, sendo o Governador Geral representado pelo Governador do Distrito de Cabo Delgado, Capitão Caetano Joaquim Fialho dos Reis (2). Esses terrenos abrangiam largo território ao norte daquela Província, no antigo Distrito de Cabo Delgado, separado da Zambézia pelo Rio Licungo.

O Distrito de Cabo Delgado compreendia os Concelhos do Ibo e de Porto Amélia (fundado já pela Companhia do Niassa na Baía de Pumba) e as circunscricções de Macomia, Macondes, Mecufi, Mozimboa da Praia, Montepuez, Palma e Quissanga.

Tão largos eram os privilégios concedidos pelo Governo à nova Companhia do Niassa, que o seu Gerente, o inglês George Wilson, resolveu (não sabendo nós qual a consciência com que o fazia) mandar cunhar em Inglaterra, na Casa da Moeda de Birmingham, moeda privativa e selos postais, para serviço da Companhia! E, tão grande foi a sua precipitação ao fazê-lo que, antes mesmo dos territórios serem entregues àquela Companhia, o Gerente

(1) Pelo decreto de 9 de Março de 1893.

(2) O que rectifica o que se que a esse respeito na Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s. v. Niassa, Vol. XVIII, pág. 706, onde se afirma que a Companhia do Niassa tomou conta dos seus territórios somente em 1897.

dela tratou de conseguir a cunhagem das moedas, e a fabricação dos selos, de modo a que no mesmo mês de Outubro de 1894, em que a posse do território se efectuou, logo seguiram de Londres para o Ibo as moedas e os selos que ali haviam de correr.

Todavia, como tal resolução fora tomada sem o consentimento da Administração, assim que esta tomou conta do caso, ordenou enèrgicamente para o Ibo que nenhuma daquelas espécies deveria ser posta em circulação.

Em Março de 1895, exonerado o Sr. Wilson, a Administração da Companhia remeteu de Moçambique para Lisboa, consignados à Casa da Moeda, todos os caixotes com a moeda de bronze e os selos, «dos quais — no dizer dum Relatório da Companhia do Niassa de 29 de Abril de 1895 — nem um só saíra dos caixotes e envólucros em que tinham ido».

Esses valores deram entrada na Casa da Moeda em Julho de 1895, distribuindo-se as moedas por 136 caixotes e os selos em 2 caixotes apenas. Podendo dizer-se que, na sua grande maioria, tanto uns como outros foram eliminados da circulação — as moedas fundidas para a amoedação do cobre continental e os selos puramente inutilizados. Todavia, igualmente se pode afirmar que, tanto de uns como de outros, existem alguns exemplares, ainda que raros.

Das moedas nos ocupamos adiante, e dos selos diremos que existem as taxas de 10, 20 e 25 réis, tendo, a caracterizá-los, ao centro uma torre circular com ameias (a mesma que encontraremos no numisma que adiante descrevemos), tendo por cima: *Cabo Delgado*, e aos lados: *Companhia — Nyassa* (1).

Ao referirmo-nos à Companhia do Niassa é justo dizer que, se ela auferiu largos proventos de dispor majestaticamente dum território que em extensão é duas vezes o de Portugal Continental, prestou à Nação o alto serviço de não só reconhecer todo o vasto *hinterland* dos vastíssimos territórios do antigo Distrito de Cabo Delgado concedidos à Companhia, mas ainda submeter à bandeira portuguesa, duma forma directa, os povos do interior, cuja independência até então se pode dizer que era absoluta (2).

A mais antiga referência historiográfica que conhecemos acerca das moedas de Cabo Delgado, deve-se a D. Maria Guilhermina de Jesus, que, ao publicar um desses exemplares, em meia dúzia de linhas sintetiza claramente o que representavam essas espécies monetárias (3).

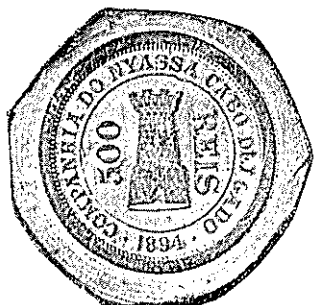
(1) Estas informações filatélicas devemos-las ao nosso particular amigo Henrique Mantero, a quem testemunhamos o nosso agradecimento.

(2) Veja-se o folheto publicado pela própria Companhia, intitulado *A Companhia do Nyassa — Factos e Documentos*, Lisboa, 1928, donde se colhe abundante e firme notícia do que foi a acção daquela Companhia.

(3) Vid. *Catálogo da Casa Liquidadora*, Lisboa, 1902, pág. 44.

MOEDA INÉDITA DA COMPANHIA DO NIASSA

MOEDAS DA COMPANHIA DO NIASSA



NVMMVS, n.º 10 — Dezembro de 1955

Todavia, a sua história pormenorizada fê-la 4 anos depois o fervoroso numismólogo Manoel Joaquim de Campos, quando, há meio século, as publicou n' *O Archeologo Portuguez* ⁽¹⁾.

Mais tarde, em 1946, volta o Eng. Raul da Costa Couvreur a referir-se a essas moedas, de 20 réis e de 10 réis, descrevendo com minúcia contabilística o número das que foram cunhadas e das que se pressupõe se não chegaram a fundir, mas com evidente desconhecimento das descrições anteriores, nomeadamente de Manoel Joaquim de Campos, a que se não refere ⁽²⁾.

No entanto, todas essas notícias dizem respeito unicamente às conhecidas moedas de cobre de 20 e 10 réis ⁽³⁾, não havendo sequer uma alusão ou hipótese a outros valores, que poderiam completar a série das moedas mandadas cunhar pela majestática Companhia do Niassa. Por isso que a descoberta dum ensaio para a moeda de prata dessa mesma série, foi por nós acolhida com alvoroço.

Assim, foi com surpresa que descortinámos, dentre um conjunto de espécimes do numerário que deveria circular nos territórios da Companhia do Niassa, um ensaio de chumbo, uniface, da moeda de 500 réis!

Do mesmo módulo dos 20 réis, e semelhantemente dentro dum círculo de pontos a legenda, separada do tipo pelo círculo liso: *COMPANHIA DO NYASSA CABO DELGADO . 1894*. Ao centro, uma torre circular com largas ameias, entre a indicação do valor: *500 — REIS*. Este cunho foi batido sobre um disco irregular de chumbo, onde a gravura se incrustou com toda a nitidez.

A asserção de que se trata dum ensaio duma moeda de prata provém, evidentemente, do módulo que se ajusta ao dos *Cinco Tostões* do reinado de D. Carlos (de prata), ou seja, como convinha, o ensaio duma moeda que deveria entrar em concorrência com os quinhentos réis do reinado em que deveriam ter sido cunhados ⁽⁴⁾.

Junto desse ensaio que descrevemos, encontramos outro da moeda de 20 réis, cunhado sobre uma placa de chumbo, e de configuração seme-

(1) Sob a epigrafe: *Moedas illegais destinadas à África Portugueza*, Vol. XI, 1906.

(2) Cfr. *Boletim*, da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 1-2, 1946, de que se fez separata.

(3) Cujos Rev. são idênticos aos Anv., não se podendo distinguir um do outro!

(4) O aparecimento deste novo valor da amoedação de Cabo Delgado faz-nos supor que a ideia seria de completarem o numerário da Companhia, semelhante ao do Estado Português. E como se não contentaram com a moeda divisionária a que pertencem os conhecidos exemplares de 20 e 10 réis de cobre, uma vez que nos aparece o ensaio dos 500 réis, isso faz-nos supor que outros valores deveriam existir (tais como os 200, 100 e 50 réis), para que ficasse completo o sistema monetário da Companhia do Niassa, à semelhança do da Metrópole.

lhante ao daquele. Completavam o conjunto alguns exemplares das próprias moedas de cobre de 20 e de 10 réis (1).

O aparecimento da torre circular com ameias, que figura neste precioso ensaio, e que igualmente encontramos nos selos daquela Companhia, ligada à designação de Cabo Delgado, levou-nos a supor, com justificada razão, que existiria presumivelmente, naquele Cabo, alguma torre, a que estes documentos aludiriam.

Todavia, por mais voltas que déssemos, consultando bibliotecas e pessoas conhecedoras do local, não conseguimos obter qualquer informação segura, que permitisse corroborar a nossa suposição.

Teria a torre existido? e demolida pelos trabalhos de Porto Amélia, feitos pela Companhia?

Dentre as pessoas consultadas, salientamos o Sr. Conselheiro Dr. Ernesto de Vilhena, último Administrador da Companhia do Niassa, que me disse não ter conhecimento de nenhuma torre nos territórios da Companhia (2).

Resta-nos admitir a hipótese que se tratasse de qualquer símbolo imaginário criado pelo antigo Gerente, Sr. Wilson, autor da genial ideia da amoedação de que nos ocupamos, assim como dos selos a que de igual modo acima nos referimos.

A falta de menção nos documentos oficiais (3) deste novo valor das espécies monetárias de Cabo Delgado, deve provir de se não ter chegado a cunhar, e as referências dizerem respeito sòmente às espécies enviadas para Moçambique a fim de correrem nos territórios da Companhia do Niassa.

Como quer que fosse, aqui fica a notícia dum valor inédito dessa efêmera amoedação de Cabo Delgado.

Como os maus exemplos se imitam fàcilmente, outros dois casos de amoedação particular na Província Ultramarina de Moçambique se deram posteriormente àquele, e a que em outra oportunidade nos referiremos nesta prestante Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática.

(1) Todos estes espécimes provêm dum ilustre titular que as possuía, como descendente dum dos Administradores dessa famosa Companhia do Niassa; e actualmente o ensaio de 500 réis, que tivera sido adquirido pela Casa Bancária Almeida, Basto e Piombino & C.ª, de Lisboa, encontra-se na posse do colleccionador da Capital, Jorge Ribeiro Borralho.

(2) Ao ilustre Administrador dessa antiga Companhia devemos o obséquo de nos haver oferecido o seu interessante e valioso trabalho acerca daquela famosa Empresa, intitulado: *Relatorios e Memorias sobre os Territorios da Companhia do Nyassa*, Lisboa, 1905, a quem testemunhamos o nosso reconhecimento.

(3) Referimo-nos nomeadamente à publicação oficial do Ministério da Marinha e Ultramar, levada a efeito na Imprensa Nacional, dos *Decretos, Portarias, Regulamentos e mais Diplomas da Companhia do Nyassa*, Lisboa, 1897.

ANTENTICIDADE OU CONTRAFACÇÃO?



NVMMVS, n.º 10 — Dezembro de 1955

AUTENTICIDADE OU CONTRAFACÇÃO?

Por JOAQUIM FRONTEIRA

Entre os coleccionadores ou simples amadores de numismas luso-indianos chegou já a constituir um lugar-comum o dizer-se «que não há duas moedas iguais em absoluto da Índia Portuguesa», mormente quando se trate de *calains*. Ora, se quanto à *tutenaga* de facto assim sucede, tratando-se de moedas de ouro tal afirmação já não é muito de aceitar.

Mas se há moedas de ouro luso-indianas precisamente iguais, também existem algumas sem um único sócia conhecido. Autênticas, mas únicas? Únicas, mas contrafeitas? Contrafeitas, mas coevas das autênticas, ou de recente feitura?

A pequena moeda de que nos vamos ocupar dá lugar, sucessivamente, a estas perguntas.

Anverso—Escudo das armas de Portugal, com sete castelos e cinco(?) quinas, sendo duas nitidamente maiores. Seis pontos, dispostos em dois triângulos, sobre o escudo, em arremedo de coroa, entre os quais uma pequena cruz simples. O todo inscrito em um círculo.

(Note-se a concavidade do cantão sinistro da ponta do escudo, que recorda a assimetria, neste mesmo quartel, dos escudos do reverso das peças, meias peças, escudos e meios escudos de D. José I. Coincidência fortuita ou intencional? Qualquer das hipóteses é aceitável tratando-se de uma cunhagem indígena. O artista, desprovido de grandes recursos, procurou reproduzir no cunho o escudo de uma daquelas peças metropolitanas e não encontrou solução diferente de amolgar o escudo naquela região; ou então quis fazer um vulgar escudo simétrico e não o conseguiu).

Reverso — Cruz equilátera, rematada nas extremidades dos braços por quatro elipses. No primeiro quadrante — I; no segundo — X; no quarto — 17; e no terceiro — 69. Estes dois algarismos estão dispostos em sentido vertical, como é frequente representar-se, horizontalmente, o signo zodiacal de cancer.

Metal — ouro; *peso* — 0,4 g; *módulo* — 8 a 9 mm; *valor* — 1 xerafim.

Temos presente, portanto, um xerafim de ouro de D. José I.

As moedas de um xerafim, de ouro, são bastante raras. A seguir apresentamos uma sinopse dos exemplares referenciados ou descritos em catálogos impressos de diversas colecções.

MOEDAS DE OURO DE

Reinado	Teixeira de Aragão (1880)	Gerson da Cunha (1880-1883)	Carmo Nazareth (1896)	Manoel de Campos (1901)
D. Filipe III (1621 a 1640)	s/d 300 rs. (desconhecidas ?)	s/d 300 rs.		
D. Pedro II (1684 a 1706)				
D. João V (1706 a 1750)			1721 — 0,57 17(?) — 0,45 1728 — 0,50	1718 — 0,57 1721 — 0,56
D. José I (1750 a 1777)			s/d — 0,30	s/d — 0,41
D. Maria I (1787 a 1807)	1794 a 1807**			
D. João regente (1807 a 1818/9)	1807 a 1816**			
D. João VI (1819 a 1826)	1819 - 0,37			

* — Citadas por Manoel Joaquim de Campos na «Numismática Indo-Portuguesa».

** — Cunhagens várias, sem outra indicação.

NOTA — Além dos exemplares acima mencionados, outros de um xerafim se encontram em catálogos de leilões ou de colecções particulares; uns com datas ilegíveis, outros sem indicação de peso, outros, possivelmente, serão refe-

UM XERAFIM (GOA)

Campos e J. Lamas (1936)	Araújo Ramos (1909)	Jules Meili (1910)	Henry Grogan (1912)	Henry Grogan (1914)	Museu do Porto (1924)	Ant.º Aug.º de Carvalho Monteiro (1926)	Colecção Eduard M. van der Niepoort
			1678(?)—0,68				
	1721 — ?	1705*—0,57 1711*—0,47 1715*— ? 1716*—0,60 1718 —0,60 1721 —0,50	1715— ? 1716— ? 1718 —0,57 1721— ?	1715—0,58 1716—0,57 1718—0,57 1721—0,47	171(?)—0,48	1721—0,50	1711—0,57
s/d — 0,30 s/d — 0,25			1766—0,40				
			1819 a 1825**				

rências feitas ao mesmo exemplar já citado anteriormente, pelo que a sua inclusão neste quadro não teria interesse.

Como se vê, foi no reinado áureo do «Magnânimo» que se cunhou maior número de moedas de ouro de 1 xerafim. No de D. José I, apenas Grogan menciona uma cunhagem, datada de 1766, do xerafim de ouro. E mais nenhuma moeda de 1 xerafim datado encontramos em outras colecções.

Tão-pouco se lê em Teixeira de Aragão, Gerson da Cunha, Manoel de Campos, Henry Grogan ou outros a indicação de haver sido autorizada alguma cunhagem em 1769, o que não é impeditivo de que se haja realizado, ou ensaiado a sua realização, da mesma forma que cunhagens houve autorizadas e que não chegaram a efectuar-se.

Recorde-se que aquele ano de 1769 foi de grande actividade monetária em Goa, durante o extenso reinado de D. José I, pois que então ali se cunharam, durante o segundo ano do governo de D. João José de Mello, as bonitas séries de XII, VI, IV e II bazarucos, com e sem cruz; as moedas de 15, 12 e 10 réis; os S. Tomés de 12 e 4 xerafins e, acaso, esta pequenina moeda de 1 xerafim, cujo peso é, precisamente, igual ao do xerafim de 1766. É curioso que nem uma só moeda de prata parece ter sido cunhada neste ano.

Voltando ao exame do xerafim de 1769 vemos que o escudo difere, na realidade, dos apresentados nas moedas do mesmo valor do Séc. XVIII. Nem é o das moedas de 1 xerafim, datadas, de D. João V (1705, 1711, 1715, 1716, 1718, 1721 e 1728); nem o da de 1766 de D. José I; nem o das outras conhecidas, não datadas, deste reinado.

Quanto ao reverso, a cruz difere de todas as cruzes dos S. Tomés (cruz de S. Tomé, de S. Lázaro ou trevada), embora em alguns exemplares o trifólio esteja quase reduzido a dois lobos, dos quais é possível fazer derivar as elipses que rematam os extremos dos braços do xerafim de 1769.

É curioso notar que, ultimamente, têm aparecido moedas da Índia Portuguesa, de ouro, consideradas como raríssimas, quando não únicas. Que nos recorde, podemos citar o S. Tomé de 2 xerafins, de D. José, de 1775, e os 12 xerafins, de D. Afonso VI, datados de 1664, apresentados a leilão, respectivamente, em Outubro e Novembro de 1954. Sobre a autenticidade de ambas se levantaram dúvidas, tendo o Sr. Dr. Aurélio Ricardo Belo publicado um interessante artigo intitulado: *O simbolismo religioso no sistema monetário português da Índia*, no qual se declara francamente a seu favor.

Pela nossa parte, e no que se refere ao xerafim de ouro de 1769, se não encontramos argumentos que nos permitam garantir que se trata de uma moeda batida no reinado do «Reformador», tão-pouco podemos afiançar que se trata de uma contrafacção. Preferimos, na prudente expectativa, aguardar o aparecimento de mais algum exemplar igual, o que talvez nos consinta então tomar posição definida sobre o assunto.

UM GROSSO DE D. AFONSO V COM OS ESCUDOS DE ARMAS DE PORTUGAL E DE CASTELA E LEÃO, COM A LETRA P SOBRE CADA UM

Por RAUL DA COSTA COUVREUR

Em leilão realizado por uma Firma de Lisboa, em 27 de Junho último, foi vendido um destes interessantes grossos, com a particularidade de apresentar a mesma letra P sobre cada um dos escudos.

Trata-se, como é conhecido, de moedas muito raras, pois a sua cunhagem se confina ao curto período da nossa História em que passou pela mente de D. Afonso V reunir sobre a sua cabeça as coroas de três reinos peninsulares, pelo seu casamento com a princesa D. Joana, filha, ou pseudofilha, de D. Henrique IV de Leão e Castela, que pouco antes falecera.

Os exemplares conhecidos do tipo em causa, em maior número, apresentam, ou apenas uma arruela ou anel sobre os escudos e estes ladeados ou não também por esse ornato; ou ainda a letra indicativa de Leão ou Castela sobre o escudo castelhano e apenas uma arruela ou anel sobre o português.

De maior raridade são já os que sobre o escudo castelhano apresentam as mesmas letras anteriores ou uma outra ou ainda um símbolo, que também pode figurar lateralmente, e sobre o português a letra P.

Finalmente são conhecidos ainda em mais reduzido número exemplares com dois TT ou dois PP, um sobre cada escudo.

Tira-se esta indicação sumária dum inventário destas moedas, constante dum interessante trabalho de investigação da autoria do Sr. Dr. Pedro Batalha Reis, publicado no Relatório da Casa da Moeda referente ao ano de 1932-1933 e de que há separatas.

Sobre estas moedas também em tempo escrevi qualquer coisa, não me referindo, porém, às moedas com dois TT ou dois PP, por considerar a duplicação de letra proveniente de erro na cunhagem.

Houve quem atribuisse à letra P sobre o escudo castelhano a significação de ter sido batida no Porto.

Ainda se poderia admitir que, colocada sobre o escudo português, pudesse ter essa significação, da mesma maneira que a letra T ou uma cabeça

de touro como símbolo sobre o castelhano — dupla interpretação justificada da letra ou do ornato a que me referi, dada pelo Sr. Dr. Batalha Reis, e até então julgada diferentemente — deve significar o local (Toro) de cunhagem em Espanha de numismas com esses indicativos.

Mas quer o T colocado sobre o escudo português, quer o P sobre o castelhano, em repetição, sempre julguei que deveriam provir de erro, como disse, e não terem qualquer outra significação especial.

A moeda do leilão a que me estava referindo, sendo do tipo com a letra P sobre cada um dos escudos, eleva, porém, já a três o número de exemplares conhecidos com tal dupla indicação, pois no trabalho a que aludi figuram já, um como pertencendo à Academia das Ciências, outro à coleção Ferreira Carmo, mais tarde Conde do Ameal (a não ser que este terceiro seja o segundo indicado) e então dentro do meu critério, proveniente do desconhecimento de qualquer disposição contrária, de que tais moedas podem ter sido cunhadas em mais de uma localidade, no meu espírito põe-se a interrogação de se não se estará em presença, como no caso das moedas com o indicativo de Toro, de numismas batidos em localidade com nome começando por P, como seria por exemplo *Plasencia*, onde D. Afonso V se encontrou com a princesa D. Joana e tudo se aprestava para o casamento e união das três coroas.

Longe de mim a pretensão de uma afirmação categórica, pois que me faltando elementos para a fazer, tal se não coadunaria com a formação do meu espírito; mas realmente a existência, numa série de tão raras espécies, de três moedas com a mesma letra P sobre o escudo castelhano, afigurando-se-me demais para persistir na suposição de um erro sistemático, é, ao contrário, de molde a reforçar no meu espírito a convicção, que tenho por outros motivos, de que tais moedas poderiam ter sido cunhadas em várias localidades e não exclusivamente numa.



OS ELMOS GERMÂNICOS NO FIGURADO DAS MOEDAS VISIGODAS (*)

Por WILHELM REINHART

A arqueologia visigoda progrediu muito nas últimas décadas, com a descoberta dum número bastante elevado de necrópoles em Castela, cujos espólios fornecem um perfeito testemunho dos adornos então usados.

Recolheram-se conjuntamente objectos de cerâmica e de outra espécie, quase nenhuma arma e pouquíssimas moedas.

As moedas eram cópias de sólidos bizantinos e trientes. Paralelamente, intensificou-se o estudo da numária visigoda, que provou ser uma valiosa disciplina auxiliar da história cultural dos séculos em que os visigodos dominaram a Península Ibérica.

Descobriram-se novas cecas — lugares de cunhagem — cujo número subiu para 79, contra as 61 conhecidas por A. Heiss (1).

Os objectos achados naquelas necrópoles provam, por forma inequívoca, pertencerem ao povo visigodo, e a cronologia — Séc. VI a princípios do VII — indica-nos a época em que se confessava a fé ariana e em que os mortos eram enterrados em cemitérios próprios. Por outro lado, a distribuição geográfica das necrópoles prova-nos ainda que este povo não se espalhava, como se pensava até agora, por razões políticas, por toda a península ibérica, mas habitava, bastante homogêneo, na área ocupada pela Castela-a-Velha (2).

(*) Artigo publicado in «Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte», 2.º ano, 1950-51, edição da Bayerischen Numismatischen Gesellschaft, de Munique — e vertido para português por Ed. M. van der Niepoort e F. Russell Cortez, de acordo com o desejo manifestado pelo Autor antes do seu falecimento.

(1) «Description Générale des Monnaies des Rois Wisigoths d'Espagne» — Paris, 1872. A obra recentemente editada, de George C. Miles, edição da American Numismatic Society: «The coinage of the Visigoths of Spain — Leovigild to Achila II», que se baseia nas investigações feitas até à data, cita 79 na Península Ibérica.

(2) Wm. Reinhart: «Sobre el asentamiento de los Visigodos en la Peninsula», *Arquivo Esp. de Arqueologia* — Madrid, 1945.

Aqui dedicavam-se preferentemente à agricultura, enquanto a alta nobreza se acantonava nas capitais de província e sedes dos condados a fim de ocupar cargos políticos. A gestão administrativa, bem assim a eclesiástica, continuava inteiramente nas mãos dos hispano-romanos. Estes testemunhos significam para a numismática que as cunhagens coevas — muitas vezes bastante primitivas — não são pròpriamente de origem visigoda, antes saíram de oficinas locais romanas, onde se contentavam com a reprodução estilizada do busto real, enquanto que as legendas traduzem inteiramente o tipo de letra romano-provincial, então usado na Península (1).

Dos meus estudos sobre a área de ocupação dos visigodos, resulta que a Castela-a-Velha, no seu aspecto étnico, deve ser considerada como uma área à parte. Consequentemente da partilha do solo, vantajosa para os visigodos ($\frac{2}{3}$ dos bens para eles e $\frac{1}{3}$ para os hispano-romanos), foi possível criar-se uma nobreza agrária (*Landadel*), que mais tarde, no tempo da «Reconquista», daria origem aos cavaleiros castelhanos que, começando por libertar o seu país do jugo árabe, acabaram por obter uma posição primacial para Castela.

Como prova desta minha teoria apresentei a onomástica goda, o direito popular germânico e a epopeia (*Heldengesänge*) que sobrevieram unicamente na área castelhana durante a Idade Média (2).

Os valiosos espólios das necrópoles castelhanas, além de fivelas de cinturão, fibulas, colares, anéis e brincos, pequenas facas, etc., só nos forneceram 4 espadas, alguns punhais, bem como pontas de seta e de lança, faltando-nos portanto qualquer indicação referente a elmos, escudos e couraças. Como, por outro lado, não chegaram até nós quaisquer iconografias (*Bildwerke*) da época do domínio visigodo, podemos, ao menos, procurar esclarecermo-nos acerca dos elmos representados nas moedas. Certamente não erraremos se afirmarmos que a protecção do corpo correspondia à das outras tribos germânicas e os achados em diferentes partes da Europa Central testemunham o uso quase exclusivo do elmo de arcos em colchete (*Spangenhelm*).

Em consequência dos trabalhos de A. Alföldi, R. Henning, W. Arnt e G. Kossinna, aproveitados e citados por J. Werner no seu ensaio acerca da «origem dos elmos de arco — *Spangenhelm* — medievais» (3) ainda há pouco

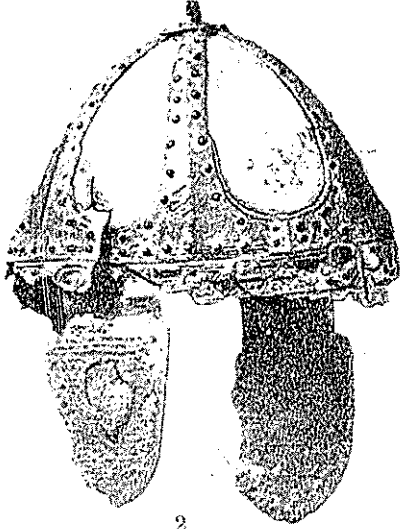
(1) «La escritura y el libro en España durante la dominación visigoda», in «Historia de España», pág. 357, ed. R. Menéndez Pidal — Madrid, 1940.

(2) Wm. Reinhart: «La tradición visigoda en el nacimiento de Castilla», in «Homage a R. Menéndez Pidal» — Madrid, 1949.

(3) «Muenzdatierte austrasische Grabfunde», Berlim e Lipsia, 1935. As nossas estampas mostram: Estampa II, 2: elmo de arco de Baldenheim (Alsácia); estampa II, 4: elmo de arco do Monte Pagano (Itália); estampa II, 3: elmo de coifa de Valsgårde, perto de Upsala.

OS ELMOS GERMÂNIGOS-NO FIGURADO
 DAS MOEDAS VISIGODAS

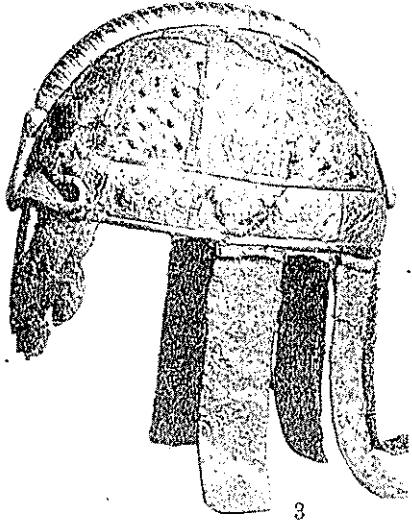
Tafel II.



1 a



1 b



3



5



6



4



7



8



9



10



11



12



13



14



15

grassava a opinião de que o elmo de arcos devia ser oriundo do Próximo ou do Médio Oriente.

W. Holmquist ⁽¹⁾ trata da decoração figurativa e ornamental dos elmos de arco até agora conhecidos, baseado nas provas sobre motivos, na maioria coptas. Este autor também é de opinião que os elmos achados na Europa Central tinham sido importados do Médio Oriente e de fabrico não anterior ao século V.

Últimamente, J. Werner, num novo ensaio sobre a proveniência do elmo de arco (*Spangenhelm*) ⁽²⁾, estribado em achados logrados na Mesopotâmia (Ninive), confirma a teoria de A. Alföldis acerca da sua origem persa.

Uma vez que este elmo já nos aparece nas moedas do Império Partho, deve ter sido já então conhecido; no século III era ainda utilizado pelos sassanidas, progredindo desde então o seu avanço lento para o Ocidente.

J. Werner faz acompanhar o seu trabalho de um mapa de achados referente à Europa Central, registando 15 elmos de arco do tipo de Baldenheim.

Os elmos de arco em colchete que conhecemos são constituídos por um aro frontal que leva cravados quatro ou seis arcos de colchetes (*Spangen*), de secção aproximadamente triangular, virados para cima e unidos no alto, a maior parte das vezes por um disco também cravado.

Nos intervalos dos arcos (*Spangen*) eram cravados pedaços de metal laminados, de forma adequada. O material tanto era o ferro como o cobre ou bronze.

Os ornatos da orla eram lavrados no aro frontal, e aplicados do lado de fora.

Entre os elmos de arcos encontrados na Europa Meridional e que provávelmente sejam atribuíveis aos visigodos, queremos mencionar os de Concesti — România — e mais dois de S. Vid, na Dalmácia ⁽³⁾. Talvez possa ser incluído também um dos elmos achados na Itália — Torricella e Frasassi —, se bem que os Ostrogodos igualmente conhecessem os elmos de arco, como nos é testemunhado pelas peças de 40 Nummi do rei Theodahat e as peças de 10 Nummi de Totila.

J. Werner admite o fabrico de tais elmos na Itália, de onde poderiam ter partido para a Espanha.

Temos também testemunho do uso dos elmos de arcos nos outros povos germânicos pelos achados de Bremen, Baldenheim (Alsácia), (Estampa II, 2),

(1) «Kunstprobleme der Merowingerzeit». Stockholm, 1939, pág. 128.

(2) «Zur Herkunft der frühmittelalterlichen Spangenhelme», in Praehist. Zeitschrift, pág. 178 — 1949/50.

(3) Segundo Sozemonos (VIII, 25, IX, 4), os visigodos habitavam passageiramente a Pannonia até à Dalmácia, sob Alarico, de 403 a 408.

Stössen, Gamerlingen e Göltingen (Württemberg), junto do Lago Lemán, na vizinhança de Chalons-sur-Saône, Vezeronce (Isère, França), e ainda um exemplar no Museu de Eremitage, outro no Museu Britânico e no Museu de Leyden.

A rareza do achado destes elmos, ou mesmo a sua falta absoluta em muitos dos campos de túmulos (*Gräberfelder*) de Espanha, permite a ilação de que os mesmos eram usados exclusivamente pelos réis e pela nobreza, conclusão consentida quer pelo dispêndio do seu fabrico, quer pelo elevado preço que atingiam no comércio. A sua cotação de doze *sólidos* é-nos testemunhada no Código do rei franco Childeberto (576-596).

Recorrendo às moedas visigodas, que já por várias vezes provaram o seu valor como monumentos culturais, elas dão-nos uma ideia perfeita dos elmos então usados. Um crescido número destas moedas mostra-nos a forma do elmo de arco. Outras, em menor número, parecem mostrar o elmo em coifa (*Haubenhelm*). Já o Rei Leovigildo (568-586), o primeiro príncipe visigodo que mandou cunhar moedas de ouro com o seu nome próprio, é representado em algumas moedas guarnecido de elmo (Estampa II, 1 e 5). O elmo desta moeda foi erradamente interpretado por A. Heiss ⁽¹⁾ como uma coroa, opinião que até há pouco perdurou na literatura espanhola. Todavia, as coroas reais visigodas eram constituídas, como nos mostra as do tesouro de Guarrazar (Toledo), por um largo aro de ouro, ricamente trabalhado e guarnecido com pedraria de cor. As últimas moedas de Leovigildo, mostram o rei com a cabeça descoberta; tipo de moeda continuado pelos seus sucessores, até que novo tipo foi criado pelos réis Chindasvinto (642-653) e Recesvinto (653-672). A partir desta época possuímos novamente indícios referentes aos elmos visigodos, como se vê pelas moedas destes réis (Estampa II, 7 a 9).

Tanto estes numismas como os do rei Wamba (672-680) (Estampa II, 10), apresentam os soberanos com elmo de arco.

Deste último rei existe ainda uma moeda (é a única conhecida e encontra-se na minha colecção) que mostra o rei ostentando na cabeça uma espécie de chapéu (Estampa II, 11), o que todavia deve ser interpretado antes como um elmo de arco, atendendo a que os chapéus daquele feitio eram então desconhecidos.

Em contrapartida as duas moedas dos seus sucessores, Ervigio e Egica (Estampa II, 12 e 14), testemunham nitidamente a forma do elmo de coifa (*Haubenhelm*), que no segundo deles até é guarnecido com um penacho (*Federbusch*).

(1) «Description Générale des Monnaies des Rois Wisigoths d'Espagne» pág. 34 — Paris, 1872.

Tais numismas levam-nos a constatar que igualmente se usavam elmos só encontrados em achados nórdicos. Em primeiro lugar comparamo-los com o célebre elmo de Valsgärde, perto de Upsala (Estampa II, 3).

Também o retrato de Leovigildo na moeda figurada na Estampa II, 6, não obstante a sua cunhagem bárbara, nos parece mais indicar um elmo em coifa.

As últimas moedas visigodas, incluindo as de Egica (687-702), de diferentes «cecas» (Estampa II, 14) mostram novamente os réis com elmos de arco (*vide* A. Heiss, n.^{os} 3, 6, 18-20).

A moeda reproduzida na Estampa, II, 15, do penúltimo rei, Witiza (702-710), igualmente nos mostra o uso deste elmo, que, sem dúvida, representa a forma então predominante.

O elmo de arco continuou a ser usado durante os séculos seguintes e o exame de miniaturas afirma-o até à alta Idade Média. A forma cônica, vantajosa pela boa defesa que oferecia, manteve-se igualmente noutros povos da Europa e até da Ásia durante largo tempo, desaparecendo somente com o predomínio das armas de fogo.

No caso dos Visigodos, as moedas são suficientes como prova do seu uso.

E pelas moedas, conjugadas com os achados de elmos de arco, é chamada a nossa atenção para o facto de que continua a não haver provas que confirmem a teoria de que os elmos germânicos, desta época, teriam sido adornados com asas de águia ou chifres de uro.



CASA DA MOEDA DA VILA DA CACHOEIRA — 1823
(Numismática Luso-Brasileira)

Por KURT PROBER

Um dos pontos mais controvertidos da numismática brasileira tem sido, até aqui, o funcionamento efêmero da Casa da Moeda da Vila da Cachoeira, na Província da Baía, pois embora se conhecessem indícios de sua existência, através de uma citação de M. A. Galvão:

«...Em Portaria de 28-1-1823 mandaram-se apromptar os cunhos necessarios para a Casa da Moeda installada pelo Conselheiro do Governo da Bahia na Villa da Cachoeira, não se tendo porém expedido esses cunhos...»

indícios que o próprio Galvão parece anular, quando afirma «que os cunhos não foram expedidos» — nunca se conseguiu comprovar a sua actividade de maneira positiva, antes da publicação de documentos, praticamente inéditos para a numismática, feita por mim.

Como se trata de uma história que forçosamente deve também interessar aos nossos irmãos lusos, pois está ela intimamente ligada com as Guerras da Independência do Brasil, achei interessante fazer a publicação das conclusões definitivas de meus estudos pelas colunas de *Nummus*, revista que, apesar de jovem, tão briosamente honra o esforço dos numismatas do lado de lá do Atlântico.

Não duvido que certos estudiosos acharão esquisita a minha afirmação, de haver algum entrosamento de moedas imperiais brasileiras com Portugal; entretanto, quem poderá negar esta ligação mais do que íntima, ao saber que se trata das moedas de cobre de X, XL e LXXX com a data de 1823, letra monetária «B» (Bahia), do tipo Colonial Português e com as Armas do Reino Unido, e cujo histórico pretendo elucidar?

Até aqui sempre se supunha que estas moedas tivessem sido cunhadas na antiga Casa da Moeda da Bahia, e que, estando aquela cidade em poder

das Forças Portuguesas sob o comando do Brigadeiro Ignácio Luiz Madeira de Mello até 2 de Julho de 1823, data em que as forças imperiais brasileiras, comandadas por José Joaquim de Lima e Silva (depois da prisão do General Labatut a 21-5-1823), conseguiram entrar na cidade, ainda tivessem os portugueses continuado a antiga cunhagem e que conseqüentemente tais moedas teriam de ser consideradas «portuguesas coloniais».

Foi esta, e continua sendo até aqui, a opinião de todos os entendidos, especialmente dos numismatas brasileiros, e todos os catálogos atribuem estas moedas, por sinal bastante raras, ao Reino Unido e à Casa da Moeda da Bahia, e, diga-se de passagem e isento de vaidade nacionalista, que a numismática brasileira é actualmente uma das mais bem estudadas do mundo.

Entretanto, quão diferente é a realidade dos factos que irei esmiuçar a seguir, à luz de documentos oficiais, e cuja transcrição por si só contará o desenrolar dos factos!

Declarada a Independência do Brasil a 7-9-1822, começaram as lutas encarniçadas entre portugueses e brasileiros, pois, sendo a autoridade de D. Pedro I sòmente reconhecida no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo, estas províncias tiveram de impor o novo governo ao resto do país, e portanto também à Província da Bahia, e foi aí que os portugueses, sob o comando de Madeira, ofereceram a mais tenaz resistência aos anseios da população nativa.

Mesmo depois da aclamação de D. Pedro I a 12-10-1822, as forças portuguesas continuaram a sustentar o cerco, e muito embora não pudessem evitar que as forças imperiais libertassem Alagoas e Sergipe, e o Recôncavo Bahiano, continuava firmemente em seu poder a cidade da Bahia, a velha Cidade do Salvador.

Pois bem, vendo que difficilmente poderiam oferecer resistência prática e organizada às forças do Brigadeiro Madeira, pois não estavam preparados para isto, grande parte dos brasileiros patriotas da cidade se refugiou para o interior do Recôncavo, aí fundando um governo provincial provisório na Vila da Cachoeira.

Entre os fugitivos figuravam muitos dos funcionários da Casa da Moeda da Bahia, que na hora da fuga transportaram consigo grande parte do equipamento daquele estabelecimento, principalmente ferramentas, punções, etc., mas não conseguindo levar nem as feiras nem os engenhos de cunhagem, ou seja os maquinismos pesados.

Necessitado de dinheiro, dispondo de cunhos, etc., e principalmente do elemento técnico, tão necessário para a sua fabricação, o Conselho Interino do Governo Provincial não hesitou em decidir a instalação de uma Casa de Moeda na Vila da Cachoeira, baixando para isto o seguinte dispositivo legal:

DOC. N.º 885 — PORTARIA DE 19-10-1822.

O Conselho Interino do governo desta provincia, conhecendo, por uma parte, que a occupação militar da cidade pela insubordinada tropa de Portugal, e consequente estagnação do commercio interno e externo da mesma provincia tem produzido a falta de numerario e a notoria mingua das rendas publicas, tanto mais sensivel na crise actual, quanto se approxima a chegada de parte, e a organização de todo o exercito libertador; e urge cada vez mais a necessidade, que já soffrem os proprietarios de engenho, e demais fabricas, dos capitais necessarios ao seu custeio e laboração; e reflectindo, por outra parte, que ha nesta Provincia uma Casa de Moeda, de longo tempo estabelecida na sua capital onde, por se evadirem os officiaes della para o reconcavo, se acha inutilisado aquelle estabelecimento do qual a provincia não pode prescindir, nem ser privada por mais tempo; o mesmo Conselho, desejando prover acerca de um objecto tão necessario e transcendente, de um modo regular e consentaneo à economia publica, e conformando-se ao real decreto de 1.º de Agosto deste anno, que autoriza a adopção de medidas extraordinarias, sendo de mister à salvação desta provincia.

Ordena: — que se estabeleça e abra nesta Villa da Cachoeira a Casa da Moeda, ora inutil na cidade, sendo composta dos officiaes necessarios e indispensaveis, em o qual numero entrarão — com decidida preferencia — segundo suas graduações e antiguidade, os que já foram taes, e se acharem no reconcavo, servindo de provedor interino aquelle que for determinado pela lei, o qual designará a casa que mais commoda for para o assentamento d'esse estabelecimento, que deverá trabalhar do mesmo modo, e segundo as mesmas leis e regulamento da Casa da Moeda da cidade, sem alguma alteração do valor e typo das moedas.

O secretario d'este Conselho expeça as ordens necessarias para execução da portaria, e a faça constar a quem pertencer. Sala das Sessões na Villa da Cachoeira, 19 de Outubro de 1822.

Albuquerque, presidente;
Calmon, secretario interino;
Coimbra; Bittencourt; Freitas Castro; Mello; Miranda; Silva.

Todavia, a publicação de uma lei mandando instalar a Casa da Moeda, e a nomeação de alguns officiaes feita posteriormente, e que sabemos terem sido os seguintes:

Francisco Pessoa da Silva — 1.º abridor (1)
Ignacio Marinho Garento — 1.º ajudante do abridor de cunhos
Luiz da França de Araujo Pessoa — 2.º ajudante do abridor de cunhos
José Braz Quaresma — 2.º cunhador
Zacarias Luiz Pereira de Brito — ajudante de ensaiador
João Joaquim de Seixas — ajudante de ensaiador
Joaquim José da Silva e Seixas — escrivão da receita e despesa.

(1) Não deve ser confundido com o mestre abridor Luiz Pessoa da Silva, da Casa da Moeda da Bahia, que teve o seu salário diário aumentado para Rs: 1\$500, por Provisão de 17-6-1819 (Doc. 864, 90), e que certamente teria sido um seu parente.

não seria suficiente para provar que a Casa realmente existiu, pois era preciso arranjar um prédio adequado, e conseguir o equipamento pesado para então ser feita a instalação.

Havia, é bem verdade, muito interesse por parte do Governo Imperial para auxiliar o desejo dos patriotas baianos em fazer funcionar a Casa da Moeda, pois desta forma fabricariam o seu próprio dinheiro com que pudessem pagar o soldo das tropas libertadoras, dinheiro este que até aqui vinha sendo cobrado pelo General Labatut, por verdadeiros processos de acharcamento, como bem prova uma carta de 3-11-1822 (Doc. 890) de António Teixeira de Freitas Barbosa, que, por não ter contribuído com 6 contos de réis de empréstimo para a Caixa Militar, conforme *ordem recebida de Labatut em carta de 30-10-1822*, foi severamente repreendido, e que então aceita textualmente o seguinte compromisso:

«...Logo que se estabeleça a casa de cunhar moeda, *recolherei todos os meos trastes de prata para serem reduzidos a dinheiro, em benefício da Caixa Militar*»

documento que, se mais não prova, pelo menos deixa patente que, até 3-11-1822, a Casa da Moeda ainda não tinha sido estabelecida.

Assim, não é de admirar que o Governo Imperial autorizasse o fornecimento de cunhos para a Vila da Cachoeira, como demonstra o documento seguinte:

DOC. N.º 906 — PORTARIA DE 13-2-1823 (1)

Do Presidente do Thesouro Publico (Rio) ao Provedor da Casa da Moeda, igualmente do Rio.

O Provedor da Casa da Moeda faça aprestar com toda a brevidade nove (9) cunhos para serem remetidos ao Conselho Interino do Governo da Bahia, installado na Villa da Cachoeira.

Rio, em 13 de Fevereiro de 1823.

Ribeiro de Andrade

Cumpra-se e registre-se. Rio, Casa da Moeda, em 14-2-1823. Fonseca.

(Copiado do Livro 7.º, Avisos e Provisões do Arquivo da Casa da Moeda — Rio de Janeiro, fls. 44).

ordem esta que, como bem diz Galvão, não chegou a ser executada, e nem poderia ter sido, como irei provar de maneira insofismável.

(1) Certamente, por engano, Galvão dá a esta ordem a data de 28 de Janeiro, e eu por minha vez, em *Numismática*, n.º 20/21, lhe dei a data errada de 14 de Fevereiro, que foi a data do registro na C. d. M.

De conformidade com o

DOC. N.º 927 — PORTARIA DE 21-7-1823

Do Presidente do Thesouro Publico ao Provedor da Casa da Moeda do Rio

O Provedor da Casa da Moeda desta Corte quanto antes faça apromptar os cunhos com as Armas do Império e legenda do nosso Imperador, a fim de se cunhar a moeda de prata e cobre.

Paço, em 21 de Julho de 1823

Nogueira da Gama

sòmente em 21 de Julho de 1823 o Governo mandou preparar os Cunhos do Império e por Portaria de 22 de Agosto de 1823 (custa a crer) finalmente os aprovou:

DOC. N.º 929 — PORTARIA DE 22-8-1823

O Provedor da Casa da Moeda fique na intelligencia de que toda a moeda de Ouro, que se fabricar na mesma Casa ha de cunhar-se com a Soberana Effigie de S. M. o Imperador, pelo modelo, que se acha approvedo: Similhantermente terá entendido, que as moedas de prata e cobre ham de ser cunhadas com as Armas deste Imperio.

Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1823.

Manoel Jacintho Nogueira da Gama

e sòmente a 22 de Agosto de 1823 teve início na *Casa da Moeda do Rio* a cunhagem de moedas de 20 réis (apenas) do Império, como declara o próprio Provedor da Casa em resposta à Portaria que lhe foi dirigida em 27-8-1823 (Doc. 930).

Ora, se até fins de Agosto os cunhos novos nem tinham sido aprovados, evidente se torna que de modo algum poderia a Casa do Rio ter fornecido os cunhos empregados na cunhagem de moedas que teve início na Vila da Cachoeira a 7 de Junho daquele ano, e de que nos fala o seguinte documento, que transcrevo igualmente na íntegra, pois representa para nós a pedra de toque, que irá provar ter sido posta em funcionamento, finalmente, a Casa da Moeda daquela Vila.

Vejamos:

DOC. N.º 925 — RELATÓRIO DE 18-6-1823

De Miguel Calmon du Pin e Almeida (Secretário) a D. Pedro I, sobre os trabalhos do *Conselho Interino do Governo da Provincia da Bahia*.

Trabalho muito extenso, dele daremos apenas o trecho sob o título: *Abertura da Casa da Moeda da Cachoeira*:

A chegada da primeira Expedição Portuguesa, precursora d'outras, que de Lisboa largariam em socorro do infame Madeira, incutiu no espirito dos prudentes o receio de se prolongar a campanha; e concorrendo a par d'este receio a certeza da falta de meios para as despesas da Guerra, pois que os recursos da Provincia assaz estavam patentes, para que fosse ignorada a sua extensão e valor; resolveu o Conselho abrir na Villa da Cachoeira a Casa da Moeda, inutilisada na cidade de S. Salvador. A emigração da mor parte dos officiaes d'aquella Casa, trazendo alguns parte dos Cunhos; e mais que tudo o nimio desejo de bater-se moeda, fez que se anteolhasse nos primeiros tempos como facil e plana, a organização da Casa com todas as suas officinas. Mas em breve se conheceu o árduo da tarefa; assim que o Conselho, cada vez mais penetrado da utilidade, se não da absoluta necessidade de um estabelecimento tal, pediu à Corte as necessarias machinas. Todavia a pericia do serralheiro da sobredita Casa da Moeda, superou todas as difficuldades, fundindo, e acabando o Engenho de cunhar, e outros aprestos indispensáveis para o fabrico da moeda, havendo chapa. Em premio da solicitude, que empregara n'este importante objecto, o Conselho viu com doce satisfação cunhar moeda de 80 reis, no dia 7 do corrente (7-6-1823).

Tem-se ordenado a consignação de 400:000\$ rs. para as primeiras operações d'esta Casa, em a qual já se fez entrar a porção de prata e oiro, que existia em pó e barra nos Cofres da Fazenda Pública. Os ajustes feitos com o fabricante das chapas prometem incessante fornecimento de cobre; e mais de 32 mil moedas d'este metal devem ser cunhadas n'estes dias. Emquanto se não acabam os cylindros para a fieira, e a machina de serrilhar, em que já trabalha com actividade o predito serralheiro, accordou-se em lançar mão d'outro methodo de preparar ouro e prata, para ser cunhado immediatamente. E sendo certo que existe em deposito grande quantidade d'estes preciosos metaes, pertencentes às corporações de mão-morta; e que agora deve de produzir todo o seu effeito o Edital, que isentou do quinto e vintena o ouro em tempo apresentado no prazo estabelecido; ha indubitavel, que a nova Casa da Moeda pode ser na crise actual uma verdadeira Egide contra a falta de recursos ha muito preconisada. Esta só consideração poder-se-hia reputar como o epilogo de todas as razões de conveniencia, e publico interesse, que determinaram o Conselho a começar e dar a ultima demão na obra da Casa da Moeda, talvez encarada por alguém como baldada, ou inutil, e por isso inofficiosa a sua despesa.

Porem, sendo nós, (do que muito nos lisongeamos) o immediato Factor de tão importante estabelecimento, julgamos conveniente allegar de mais em abono da mesma obra, primeiramente: que a prudencia e politica imperiosamente reclamavam aquella por não facil de calcular a duração da luta, que já se havia prolongado assaz; esta porque a só ideia de cunhar dinheiro produzia o duplo effeito de avigorar o espirito amigo, e descoroçoar o inimigo: em segundo lugar, que com a modica despesa de menos de 4:000\$000 ainda não desembolsados totalmente pelo Thesouro, segundo affirma o Inspector da obra, salvamos da eminentissima ruina o Convento do Carmo, que sendo aliás o melhor edificio publico da Cachoeira, pode servir a usos vantajosos; e edificamos (tanto valeu o reparo) uma forte, espaçosa, e excellente Casa da Moeda, muito superior à da Cidade.

Pela nossa parte folgaremos, se ella não prestar toda a utilidade que nos propuzemos; sem que, todavia, pelo que havemos dito, deixemos de bem dizer de seu feitió...»

Nada mais fala o relatório sobre a Casa da Moeda, além de citar em outro lugar:

«...que para se fazer economia na despeza haviam sido reduzidos os ordenados dos Officiaes da Secretaria, Junta da Fazenda e Casa da Moeda ao minimo de 96\$000 (para aquelles que tinham mais de 150\$000 anuais), e ao maximo de 240\$000 (para aquelles que percebiam de 240\$000 para cima indefinidamente)».

Resumindo, portanto, todos estes dados, podemos reconstituir os factos da forma seguinte:

Baixada a Portaria de 19 de Outubro de 1822, começaram a ser constatadas as inúmeras dificuldades que se antepunham à instalação da Casa da Moeda, a principiar pela falta de um prédio adequado, tornando-se até necessária a reconstrução do antigo Convento do Carmo, então já em ruínas, mas que finalmente se converteu em «uma forte, espaçosa e excelente Casa da Moeda», como nos informa Calmon.

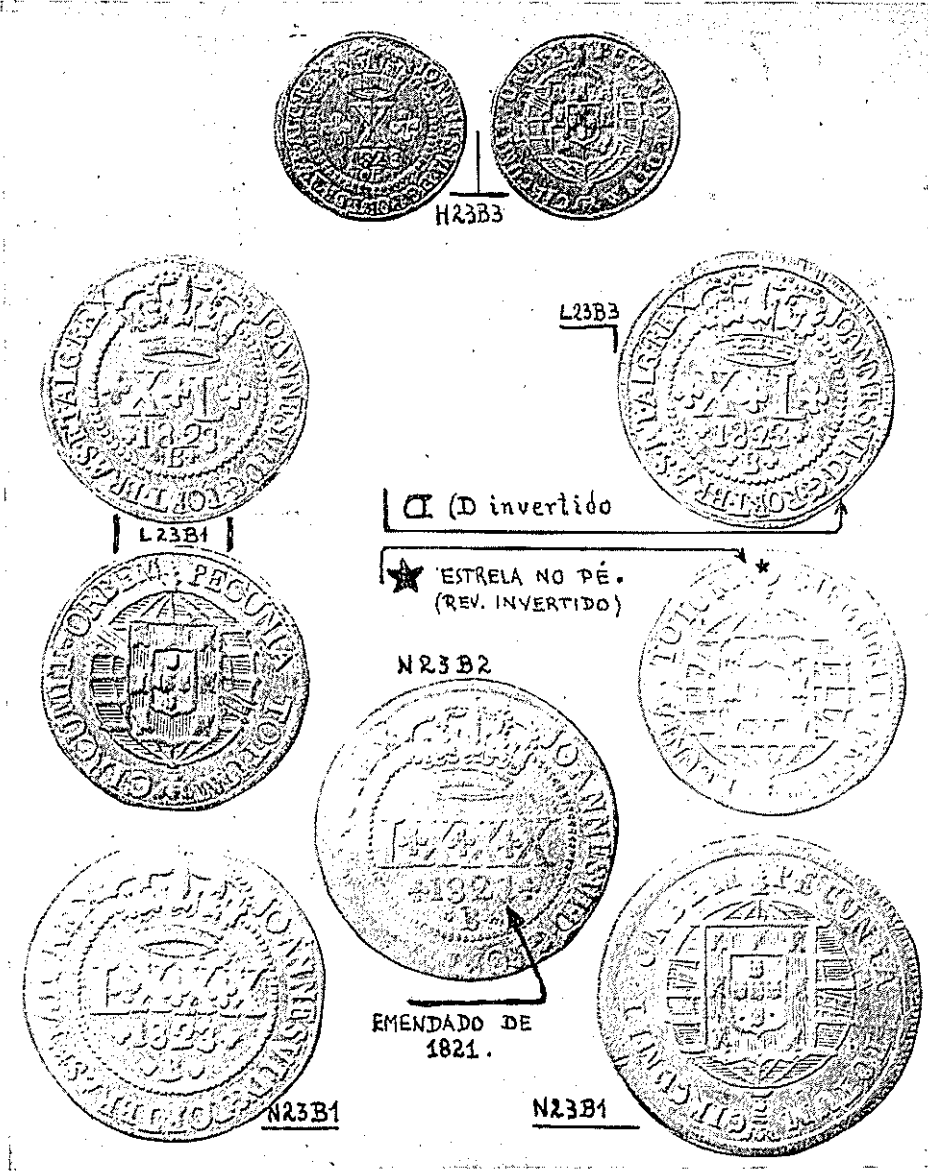
Seguiu-se a falta de maquinismos, que tiveram de ser construídos um por um, a principiar pelo engenho de cunhagem, pelo serralheiro da Casa da Moeda, e cujo nome infelizmente desconhecemos até aqui. A Casa da Moeda do Rio, por sua vez, deixando de fornecer os cunhos, obrigou a adaptação de cunhos velhos, talvez mesmo já gastos, mas vencendo galhardamente todas estas dificuldades, Calmon conseguiu levar a bom termo a sua iniciativa, e é perfeitamente compreensível o seu orgulho pátrio ao ver o início da cunhagem das primeiras moedas no dia 7 de Junho de 1823, portanto antes da capitulação da Cidade do Salvador.

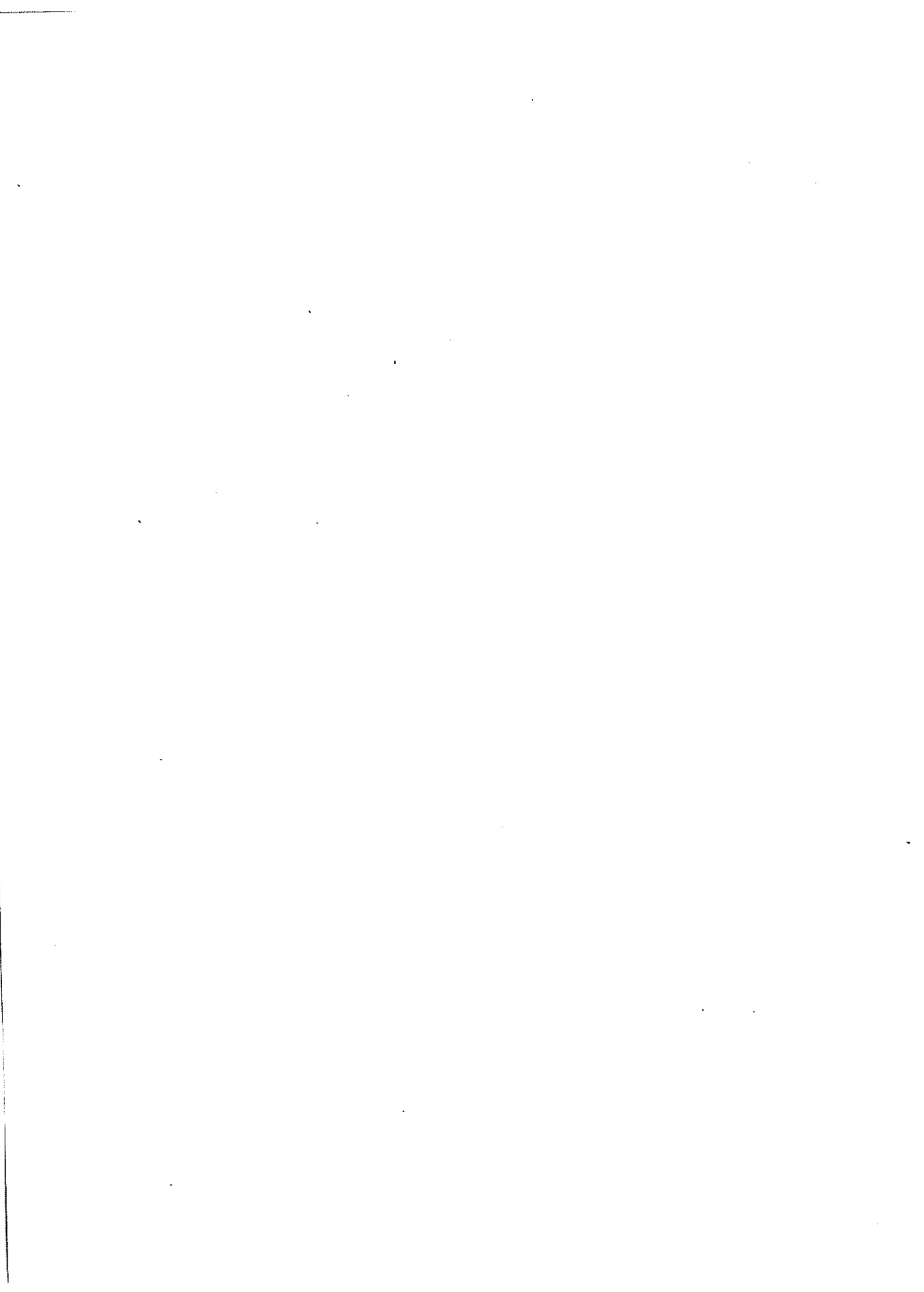
Mas logo surgirá a pergunta: Mas com que cunhos se efectuou a cunhagem dos cobses, se pelos motivos apontados, e talvez mesmo por considerar uma utopia a instalação da Casa da Moeda em Vila da Cachoeira, a Casa da Moeda do Rio os não mandou?

Bem, na falta de cunhos próprios, outro remédio não houve do que empregar as mutras coloniais (Reino Unido), trazidos prontos e talvez semi-prontos da Casa da Bahia, depois de modificada em todos eles, sem excepção, a última cifra da data de 1 ou 2 para 3, ou seja de 1821 e 1822 para 1823.

A cunhagem por sua vez é toda ela imperfeita, motivada justamente pela falta de feiras, que só mais tarde ficaram prontas, de modo que se aproveitaram discos de cobre das mais variadas espessuras, fornecidos provavelmente por algum ferreiro local, resultando daí que podem ser encontradas moedas de 1823 com toda a sorte de imperfeições, como sejam: reversos invertidos, discos mal vasados ou grossos de um lado e finos do outro, discos até de peso dobrado do normal, e aparecendo mesmo um cunho onde o D de D. G. da legenda foi gravado invertido, talvez até um cunho que por isto havia sido «encostado» em 1822.

A CASA DA MOEDA DA VILA
DA CACHOEIRA — 1823





Mesmo sem fazer referência a uma Representação de 22-4-1824, citada por Galvão, ousou afirmar que é mais do que provável que muitas das moedas «B» com as datas de 1821 e 1822 tenham sido cunhadas também na Vila da Cachoeira, *sem emenda na data*, pois do contrário seria muito estranho aparecerem as 2 peças seguintes:

XL — 1822 B — 52 pérolas, e

XL — 1823 B — 54 pérolas, data emendada de 1822

ambas elas cunhadas com a mesma nutra de reverso, com uma estrela de 5 pontas debaixo do pé da esfera, e, o que é mais estranhável ainda, ambas com *reverso invertido*, o que até então nunca tinha acontecido.

Entretanto, isto já seria entrar no terreno das hipóteses, que, havendo documentos, sempre desejo evitar em meus estudos, de maneira que a meu ver apenas as moedas de 1823 B com as Armas do Reino Unido devem, doravante, ser classificadas como provenientes da Casa da Moeda da Vila da Cachoeira, conhecendo-se, até agora, as seguintes variantes básicas, para as quais irei estabelecer, de uma vez, os valores numismáticos actuais em cruzeiros:

N.º	Valor	Data	Letra	Pérolas	Minúcias	Peso em g	Valor em Cruzeiros
H23B1	X	1823	.B.	40	Reverso <i>invertido</i>	2,6	250,00
H23B2	.X	1823	.B.	43		2,7	350,00
H23B3	X	1823	.B.	44		2,7	250,00
L23B1	XL	+1823+	+B+	52	PECUNIA TOTUM (sem ponto) (tenho uma com . e outra com)	10,7	300,00
L23B2	XL	+1823+	+B+	54	Reverso <i>invertido</i>	20,5	500,00
L23B3	XL	+1823+	+B+	54	D. G. (D invertido)	13,0	400,00
N23B1	LXXX	+1823+	+B+	66	Há com diâm. diferentes (tenho 40 e 43 mm.)	11,0	450,00
N23B2	LXXX	+1823+	*B*	68	Data emendada de 1821 Reverso de N23B1	25,5	750,00
						20,5	900,00

Merece especial destaque aqui a grande diferença para menos que sempre pode ser notada nestas moedas de 1822 e 1823, pois em confronto com os pesos reais acima indicados, de exemplares de minha colecção, os pesos oficiais deveriam ser os seguintes:

X — 1 oitava — 3,58g — Peso real 2,7 g
 XL — 4 » — 14,34 » — » » 10,7 »
 LXXX — 8 » — 28,68 » — » » 25,5 »

Desconhecemos a data do fechamento da Casa da Moeda da Vila da Cachoeira, de tão curta existência; entretanto, não pode haver a mais ligeira

dúvida que ela deve ter funcionado ainda durante todo o ano de 1823, pelo menos, e talvez mesmo até princípio de 1824, e isto com toda a certeza, pois existe na adeantada colecção do Sr. José Benedito de Moura, São Paulo, um exemplar de LXXX de 1823 B, do tipo N23B1, *recunhado numa moeda de 80 réis de 1823 R do Império* (1) e, tendo sido este tipo de moeda cunhado em fins de 1823, uma peça dessas, em circulação normal, não poderia ter chegado a Cachoeira antes do princípio de 1824.

Objectarão alguns, baseado em quê posso afirmar tão categòricamente que na Casa da Cachoeira se tenha usado os cunhos do Reino Unido, quando isto teria repugnado os sentimentos nacionalistas dos patriotas.

Todos os documentos transcritos provam que a instalação da Casa da Moeda em Cachoeira era um acto de pura emergência, e o Relatório de Calmon confirma de maneira inequívoca que um dos principais objectivos era a previsão para o pagamento das tropas no futuro, caso o movimento se prolongasse, pagamentos estes que a princípio eram cobertos com «donativos compulsórios...» de patriotas, ou fazendeiros lusos, que com estas contribuições evitavam represálias das tropas libertadoras, como era o caso dos Teixeira Barbosas.

Ora, numa emergência destas, e mesmo Calmon não era homem de meias medidas, o Conselho Interino não se teria permitido tais escrúpulos, mormente quando a própria Casa da Moeda do Rio de Janeiro não tinha tal escrúpulo, pois até 22 de Agosto de 1823 ainda estava cunhando moeda do Reino Unido com a data de 1822, movido pela necessidade do Real Erário em obter numerário.

Além disto, conforme cita M. A. Galvão, ainda com Representação de 22-4-1824 (2), o suplente do lugar de Provedor da Casa da Moeda da Bahia — não se sabe se foi da Casa da Moeda de Salvador ou da Vila da Cachoeira — informa que:

«...ainda alli se estavam cunhando as moedas com os antigos typos do Reino Unido e a era de 1821, por não haverem punções, matrizes e cunhos necessários para se proceder ao novo cunho e ao recunho das moedas...».

de modo que a cunhagem de moedas com cunhos do Império sòmente pode

(1) A cunhagem dos 20 réis começou em 22-8-1823, tendo sido cunhadas aproximadamente 1.700.000 moedas até ao fim do ano. Tendo sido cunhadas dos 80 réis apenas aproximadamente 100.000 peças, é evidente que a cunhagem só deve ter sido iniciada em Outubro ou mesmo em Novembro.

(2) Até agora não encontrei este documento, razão pela qual não me é dado analisá-lo.

ter mesmo sido iniciada depois da chegada dos cunhos embarcados no Rio de Janeiro a 14 de Junho de 1824, e de que fala o seguinte dispositivo legal:

DOC. N.º 940 — PORTARIA DE 12-6-1824 (1)

Do presidente do Thesouro Publico do Rio, em que manda aprontar cunhos para a Provincia da Bahia.

*O Provedor da Casa da Moeda desta Côrte mande aprontar 1 punção e 1 par de cunhos para moedas de 6\$400 e 4\$000, e 1 par de cunhos para cada huma das moedas de prata e cobre deste Imperio, que devem ser remettidos à Junta de Fazenda da Provincia da Bahia para o uso da respectiva Caza da Moeda.
Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1824.*

Fonseca

Cumpra-se e registe-se, em 12-6-1824 — Fonseca.

RESPOSTA À PORTARIA ACIMA:

*Sr.// Em conformidade da Portaria, que me foi dirigida na data de 12 do corrente mez, remetto os punções, e cunhos constantes da relação incluza, para serem enviados à Provincia da Bahia para uso da Caza da Moeda da mesma.
Rio de Janeiro, em 14 de Junho de 1824.*

Provedor da Casa da Moeda.
José Maria da Fonseca Costa

Em face de todos estes dados, acredito não errar quando afirmo que, até princípios de 1824, a Casa da Moeda da Vila da Cachoeira ainda estava funcionando «a todo vapor», de modo que se podem classificar os cobres de 1823 B como tendo sido por ela produzidos.

Quanto à «prorrogação de cunhagem» descoberta em 1824 pelo Suplente do Provedor, era cousa que já não causava estranheza a quem quer que fosse, pois isto sempre tinha acontecido na Bahia, onde até 1805 se cunharam moedas de prata e ouro em nome de D. Maria I, onde em 1818 ainda se cunhavam moedas de 960 réis (patacões) com a era de 1816, e onde finalmente em 1821 ainda se cunhavam patacões com a data de 1820 (2).

(1) M. A. Galvão dá esta Portaria como sendo de 12-1-1824, o que é inexacto, pois eu a copiei do próprio Registo da Casa da Moeda: Livro 7, fls. 68 v.

(2) 960 de 1820 B-6x6-0x0-7x7 (Var. 5A2) recunhada em 960 de 1821 B, vendido no leilão de K. Prober de 8-12-1949, n.º 304.

Eis aí, portanto, a história da Casa da Moeda da Vila da Cachoeira, mais uma contribuição minha para a elucidação da nossa História Numismática.

Depois de período tão movimentado, teria caído no olvido total, no que diz respeito à numismática, a Vila da Cachoeira, se não fossem os acontecimentos seguintes, que aqui registro como simples curiosidade histórica, mas que em última análise nada tem a ver com a Casa da Moeda.

Em 1-9-1826 foi descoberta e cercada pela Polícia, uma fábrica de moeda falsa de cobre, vulgarmente conhecida por *chem-chem*, que funcionava no Engenho Paty, da freguesia de Oiteiro-Redondo, então do termo e comarca da Vila da Cachoeira.

A força encarregada da diligência, que foi coroada de completo êxito, marchou sob o comando do Tenente Theodorico das Virgens, oficial do batalhão da Torre de Garcia d'Avila, trazendo presos: Domingos Fernandes, ferreiro; Carlos José Coelho, Sebastião Francisco Souto Guerra e mais alguns outros que trabalhavam na mencionada fábrica.

Além disto, está a Vila da Cachoeira ainda ligada a um episódio triste da nossa história, pois tinha sido preso aí Manuel Joaquim de Sant'Anna, como «recunhador» de moedas de cobre de 40 réis, que ele assim transformava em moedas de 80 réis.

Pois foi este Manuel, que por sinal tinha no nome Sant'Anna, a santa protectora dos moedeiros, que subiu ao patíbulo, na Cidade do Salvador, em 27 de Outubro de 1828, o único punido tão severamente por um crime que então centenas de outros praticavam sem serem molestados. A opinião pública, por isto, qualificou aquela execução de «bode expiatório», de «assassinato jurídico».

E nunca mais se falou em Vila da Cachoeira... com relação a moedas, a não ser agora, ao tomarmos conhecimento deste novo detalhe de nossa história numismática — a sua Casa da Moeda.

(Artigo datado de 5 de Julho de 1955)



ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(Continuación del número anterior)

Pelo DR. ANTONIO MANUEL DE GUADAN
Y LÁSCARIS COMNENO

III

ASPECTO FISCAL DE LOS ULTIMOS SIGLOS DEL IMPERIO BYZANTINO

Pocas fuentes nos han quedado para poder estudiar siquiera someramente el aspecto fiscal del Imperio de Nicea, desconociéndose el detalle de su organización tributaria, que sin duda debió seguir el modelo de los últimos años anteriores a la desviación de la Cuarta Cruzada. Su corta duración y las ininterrumpidas campañas guerreras a que estuvieron preferentemente dedicados sus Emperadores, impide un estudio más detallado, que por otra parte ha sido expuesto en el aspecto comercial y económico en el Capítulo II de este trabajo.

Los años últimos de la Constantinopla cristiana, desde 1261 a 1453, ofrecen en cambio crónicas más abundantes y detalladas, múltiples tratados comerciales y de exenciones tributarias, y modernos trabajos de investigación, aunque la mayor parte de sus fuentes sean de origen latino y únicamente la publicación de la correspondencia inédita de Atanasio, Patriarca de Constantinopla bajo el reinado de Andrónico II Paleólogo ⁽¹⁾ nos depara una visión del problema desde el punto de vista Bizantino.

(1) — M. R. Guiland. *Mélanges Ch. Diehl*. I. página 121 y ss.

El Imperio reconstruido desde 1261, no era ciertamente una restauración del de los Comnenos, no era como dice Charles Diehl ⁽¹⁾, «... mas que un pobre resto de Imperio», con un territorio amenazado a cada instante por los pueblos vecinos, que arrasaban sus territorios indefensos: Bulgaros o Tartaros en la Tracia, Turcos en Asia Menor, Serbios en Macedonia, Italianos o Catalanes en el litoral del Egeo y del mar de Marmara. En los mismos barrios extremos de Constantinopla, las insolentes colonias latinas, desafiaban impunemente la autoridad Imperial. El Imperio de Nicea no tuvo tiempo ni necesidad de dictar reformas fiscales y la única conocida de carácter monetario, emprendida por Juan III, fué una devaluación para el interior únicamente, medida de carácter extremo, que con una provisionalidad clara y rotunda, solo tendia a alargar la situación hasta la reconquista de la Capital. El más funesto de los errores de Miguel VIII Paleologo, fué intensificar la devaluación monetaria y aumentar las exenciones y franquicias, recursos fiscales estos, que corrompieron definitivamente la estabilidad tradicional de la moneda de oro Byzantina, que ya en el futuro tuvo que abandonar la dirección de los mercados Europeos a los florines y ducados de las Republicas Italianas.

Como consecuencia de esta perdida de valor monetario, las flotillas venecianas y genovesas comenzaron a atravesar el Bosforo y a comprar directamente en Crimea los cereales de la Rusia meridional, bajo el control de los Mongoles. El año 1268 es el primero en que Italia se abastece directamente con cereales comprados a los Tartaros, Circasianos, Turcos, Rusos y Armenios en resumen, a todos los pueblos ribereños del Mar Negro ⁽²⁾. Los paleologos ni siquiera intentaron controlar este trafico y la centralización de Constantinopla como mercado unico de abastecimientos en el Oriente, cesa al mismo tiempo que la supremacia politica del Imperio. Para algunos historiadores el reinado de Miguel VIII es el punto de partida de la débacle financiera y aun llegan otros a considerarlo mas importante que la toma de Constantinopla por los Cruzados ⁽³⁾. Ciertamente el comienzo de la catastrofe financiera debe retrotraerse a la epoca de los ultimos Comnenos y de los Angelos y en cuanto a Miguel VIII, si bien poseia algunas buenas cualidades como militar, su falta de comprensión politica y su desacertada visión financiera, le hacen el primer responsable de lo que en su época, pudo todavia ser evitado.

Aun tuvieron los Paleologos otro momento favorable, en que con ocasión de la batalla de Angora, disfrutaron de unos años de relativa tranquilidad

⁽¹⁾ — Ch. Diehl — Etudes Byzantines, pag. 129.

⁽²⁾ — Martin de Canal — La chronique des Veneciens. Arch. Storico Italiano VIII — pag. 650-654.

⁽³⁾ — E. Stein. Op. cit. pagina 2-3-4.

guerrera, pero al no aprovechar esta ultima oportunidad Manuel II y Juan VIII se encontraron en manos de los Sultanes, aceptando el pagar nuevos tributos, sin tener ningun medio para recaudarlos. Cuando Juan VIII asistió al Concilio de Florencia, no podía ya ni pagar los gastos del viaje y tuvo que mantenerlo el Papa Eugenio IV, asi como las ciudades por donde pasaba su séquito ⁽¹⁾.

El alza de los precios es ininterrumpida; el tratado de 1265 con los Venecianos establecia una prohibición a la exportación del trigo si el precio bajaba de 50 hyperperos el Kentinarion (100 modios) y en cambio el de 1285 fijaba la misma prohibición, pero si pasaba de 100 hyperperos, lo que significa en realidad doblar el precio del producto en 20 años. Andreadés ha escrito varios comentarios sobre estos tratados, y lo que significan en la pobre balanza comercial de aquellos siglos, achacando no solo el alza al aumento de valor del trigo sino más bien a la depreciación de la moneda, conclusión con la que está de acuerdo Bratianu, en una detallada obra sobre la misma materia ⁽²⁾.

El interés del dinero sube hasta extremos mayores que los clásicos de la Edad antigua. Conviene recordar el alza incesante del interés y sus fluctuaciones desde el siglo VI antes de J. C. El primer recuerdo histórico lo tenemos en la legislación de Solon (591 a. J. C.) que determina un interés del 18 por ciento cuando se difiere el pago de la dote a la mujer casada. En el siglo IV continua el mismo porcentaje ya que Demostenes solicita una rebaja al 12 o 13 por ciento, en su celebre demanda, y hay registros de que este tanto por ciento era oficial en el año 302, con excepciones en Délos donde regia un diez por ciento y en la Tebaida en los siglos II y III con un 24 por ciento. En los asuntos comerciales con riesgo marítimo, casi siempre se llega al 16 por ciento, y se eleva hasta el 30 por los riesgos extraordinarios en tiempos de piratería y navegaciones a lejanos mares; si bien esta inversión estaba muy sabiamente prohibida a los tutores con dinero de sus pupilos, ante la gravedad del riesgo ⁽³⁾. En los años del Imperio Bizantino que estudiamos lo más normal es un interés de un 20 por ciento, y hasta el 30 en casos extremos, pero sin la bravedad de riesgo que caracteriza estos tipos en la época Romana.

Otras fuentes de la época nos llevan a los mismos resultados en cuanto a la debilitación del poder Central y la subida de los precios: Nicoló Dente y Filippo Bono, que hacían viaje a Venecia con trigo, comprado en Crimea, fueron detenidos en el Bósforo desde la Navidad de 1277 a Febrero de 1278. Las necesidades del abastecimiento de la Capital obligaban a tales medidas y

(1) — H. Vast. *Le Cardinal Besarion*, pag. 47 — 1878.

(2) — Bratianu — *Recherches sur le comm. Genoís dans la Mer Noire au XIII S.* pag. 122 y ss.

(3) — E. Cavaignac. *Op. cit.* paginas 31 y 91.

como consecuencia de la requisita tuvieron que vender el trigo, perdiendo sobre el precio a que intentaban hacerlo en Italia (1). Y esto no fué un caso aislado; Byzancio no podia aprovisionarse por sus propios medios, su debilidad comercial era evidente y es muy probable que el término «camara imperii» a que hacen referencia varias reclamaciones Genovesas de 1294, sea la designación de los grandes depósitos de comercio Imperiales, siempre bajo el control oficial. Estaban situados en Heraclea y en Adramittión, con una función análoga a la que ejerció la isla de Tenedos, bajo Justiniano, ya citada anteriormente.

Otras medidas muy severas reglamentaban la venta de cereales y su exportación; los navios Italianos para cargarlos necesitaban una verdadera licencia de exportación, personal e inalienable «preceptum domini Imperatoris, signatum de manibus ejusdem», y que traspasada por qualquier motivo a otro comerciante, no tenia ningun valor legal (2). Y aun solia suceder que fuese el mismo Emperador o algun alto dignatario, el que se incautaba y vendia luego el cereal, reservandose además el derecho de retrasar el pago (3). De aqui las interminables reclamaciones y pleitos, en este ultimo intento de mantener el concepto de estatismo, heredero del de los Emperadores Romanos del siglo IV, pero que en el siglo XIV no tenia ya razón de ser.

Los tributos proliferan y toman como base de impuesto conceptos nunca sospechados anteriormente, del que puede servir de ejemplo el famoso Argomniatiquo, que se hacia pagar en Chios desde la ultima época de los Paleologos, a las viudas que no volvian a contraer matrimonio, en castigo a su falta de colaboración en la repoblación de la Isla (4). Por otra parte los Venecianos llegan a ganar los pleitos al Emperador, como en el año 1319, quedando en definitiva fuera de toda fiscalización Imperial y autorizados para vender cualquier mercancia libre de impuestos en territorio Byzantino, con la sola excepción de la sal, la goma y el trigo indigena (5).

La visión del problema desde el lado Byzantino nos queda afortunadamente gracias a las cartas del Patriarca Atanasio, a que antes hemos hecho mención. Con mucha frecuencia habla de las cuestiones economicas y fiscales llegando incluso a proponer al propio Emperador nuevas reformas y los nombres de los funcionarios idóneos para aplicarlas. Ya Pachimeras nos dice que

(1) — K. Kretschmer — Die Ital. Portolane des Mittelalters, pag. 650 — Berlin, 1909.

(2) — Bertolotto. Cronica, paginas 524-527.

(3) — Foliatium Notariorum. Bibl. Civ. de Ginebra. II — fol. 152 vuelto.

(4) — Mélanges Picard. Paris. II 1949, paginas 618 y ss. Su nombre deriva del vocablo jónico Argos, el que no trabaja, y Monia, o celibato.

(5) — G. Thomas — Diplom. Veneto-Levantinum. I. pag. 200 y ss.

el Patriarca estaba inquieto ante la tendencia lógica de los ricos al acaparamiento de los artículos alimenticios ⁽¹⁾. Atanasio describe vividamente la terrible época de hambre que asoló a Constantinopla a principios del siglo XIV, después de la expedición y saqueo de los Catalanes, y ruega al mismo tiempo al Emperador, tome en sus manos la distribución de los viveres «...para luchar contra esta plaga no basta un funcionario, ni un sacerdote, ni un levita, solamente puede hacerlo tu Majestad Imperial y Divina» ⁽²⁾. Pasa más tarde a referirse a los que han tenido la audacia de acaparar hasta 1800 medios de trigo; contra este problema y el alza que suponía la reventa del cereal por los acaparadores, iban las medidas de requisita y venta al precio marcado a que antes hemos hecho mención, pero entonces se relataban bajo el prisma de las fuentes latinas de la época. El precio en el mercado negro era de por lo menos, 50 hyperperos mas que el oficial ⁽³⁾.

El Patriarca aun va mas lejos, puesto que propone la creación de un Comisariado de Abastecimientos, encargado de vigilar el aprovisionamiento de la Capital, y el funcionario apropiado para el cargo «... el honrado y fiel Dermokaités, sebastos, al que deben acompañar como auxiliares, dos demarcas, Antiochités y Ploumés». Algun efecto debieron de surtir estos consejos, puesto que en otra carta agradece al Emperador su vigilancia y esfuerzos de toda indole para resolver el problema.

Por otra parte el Patriarca se queja de que todas las riquezas de los Romanos han ido a parar a manos de los Latinos «... que se rien de nosotros en su arrogancia, y que nos desprecian hasta el extremo de que toman las mujeres de nuestros conciudadanos como prenda del trigo que nos prestan».

Aqui traduce sin duda el popular sentir del pueblo Byzantino contra las exacciones crecientes y las franquicias y regalías que en contrapartida disfrutaban los Italianos, pero Andronico II no tuvo el valor de afrontar abiertamente la situación.

El hambre del siglo XIV se alivió gracias unicamente al acuerdo con el Zar Bulgaro, Svetoslav, que envió trigo desde Messembria y Anchialos, regiones que acababa de conquistar ⁽⁴⁾. Pero en cuanto en Crimea estallaba un conflicto entre Mongoles e Italianos, el comercio con la Rusia meridional se interrumpia y Constantinopla sufría de nuevo amargos años de privaciones y de hambre. Basta ver el Tratado de Comercio de Pegolotti, para darse cuenta de que todos los grandes mercados de cereales de Levante, excepto uno solo

(1) — De Andronico Paleologo. VI-1 — Ed. Bonn, pag. 460-461.

(2) — Op. cit. pagina 138 y ss.

(3) — Tafel et Thomas — Staatgesch. der Republ. Venedig. XIV — pag. 249.

(4) — Pachimeras. Edic. Bonn. II — pagina 629.

el de Rodosto, y no estaban en manos Byzantinas. Los restantes, Anchialos, Sozopolis, Caffa, Vicina, Maocastro, dependian de los Zeres Búlgaros o del Imperio Mongol, y aun más todavía, prácticamente hablando, de los comerciantes Genoveses o Venecianos que frecuentaban estos puertos ⁽¹⁾. Paralelamente la mala administración se incrementaba; se cita el caso del Gran Drogario de la flota, bajo Alejo III, que vendió publicamente las velas, remos y armamento de las naves, desguarneciéndolas y anulando así la exigua flota Byzantina ⁽²⁾.

En el año 1384 Marino Malipiero, pide la exención de derechos sobre los trigos comprados en territorio Turco, o al menos una reducción de los impuestos. Muchos otros casos analogos nos son conocidos, y ante estas peticiones constantes, el Imperio no tenia defensa lógica. Mucho antes de 1453, Byzancio conocia ya todas las calamidades de una Ciudad sometida al asedio del enemigo.

El control de la vida economica del país, siempre escapó a los Paleologos, la superioridad del Imperio es solo un vago recuerdo del pasado; como consecuencia de ello las rentas que producen los impuestos indirectos disminuyen en proporción geométrica y el siglo XIV nos presenta el caso paradójico de ser unicamente los subditos del Emperador los que pagaban derechos de Aduanas, ya que bastaba con ser extranjero, para poder comerciar con completa franquicia. Andronico Paleologo en su Novela XXVIII (Año 1317) creó una tasa de lujo sobre el consumo interior, de aplicación variable, recargando con esto aun más los desembolsos forzosos de los Byzantinos. Las islas Jónicas continuaran percibiendo este impuesto de lujo aun despues de la caída de Constantinopla. Los Genoveses instalados en Galata desde 1267 como ya antes hemos visto, crearon una Aduana privada que les proporcionaba 200.000 hyperperos por año. En la misma época la Aduana Imperial de Constantinopla solo recaudaba 30.000 hyperperos anuales ⁽³⁾.

El *kommerkion* evoluciona en el siglo XIV quedando solo como un impuesto sobre la venta, variando además segun las mercancías y su origen. La *dekatiá* se estabiliza en cambio como impuesto sobre la circulación, pero pasando de *ad-valorem* a específico, segun el número de bultos y los medios de transporte, más elevado sobre el comercio marítimo que sobre el terrestre, siguiendo la vía de recaudación más sencilla y mayor.

En tiempos de Andronico II las rentas totales no pasan de 1.000.000

(1) — Pegolotti. *La pratica della mercatura*. Passim.

(2) — M. V. Levchenko. *Op. cit.* pagina 247.

(3) — Stein. *Op. cit.* pagina 10.

de hyperperos por año, ocho veces menos que en el siglo IX y con una devaluación monetaria enorme, posiblemente en más de un 50 por ciento (1).

Una gran parte de los ingresos brutos había que entregarlo como tributo a los enemigos que no se podían ya vencer con las armas, y el resto se empleaba, después de descontar los gastos normales, para mantener una pequeña flota de veinte galeras y un minúsculo ejército de 3.000 hombres, ridícula fuerza, que únicamente podía servir para mantener el orden interior.

En el siglo XV, Gemisto Pléthon, aun quería reemplazar la multitud de impuestos existentes, por un impuesto único sobre las tierras y además pagadero en especie ante la imposibilidad de revaluar la moneda. Pero era ya tarde para reformas del Estado. La tragedia financiera de Bizancio, tocaba a su fin.

CAPITULO TERCERO

ORGANIZACIÓN ESTATAL DEL COMERCIO EN BYZANCIO

Uno de los casos concretos en que se demuestra más claramente la evolución de la política económica en Bizancio, es el estudio de la Organización Estatal del comercio y del cambio de funciones desde el Comites Comerciorum a los comerciantes desde el siglo VI en adelante. Para ello faltan ciertamente fuentes históricas concretas, pero en cambio tenemos la Sigilografía como precioso auxiliar, que no puede ser sustituido por ninguna otra ciencia arqueológica ni histórica. Ya desde la publicación de la Sigilografía Bizantina de M. Schlumberger (2), se observó el carácter original de alguno de los sellos descritos, y posteriormente Gabriel Millet (3), estudió el problema con todo detenimiento, trabajo que aun hoy en día es el fundamental para la buena comprensión de esta evolución de funciones, lenta pero ligada estrechamente a toda la transformación económica y fiscal del Imperio.

Algunos datos complementarios fueron también objeto de la atención más cuidada por parte de los mejores eruditos en esta rama de la Sigilografía, entre ellos y como más importantes los Catálogos de Schlumberger y Blanchet (4), Colección Orghidan (5), Ebersolt (6), Froehner (7), Laurent (8),

(1) — Ostrogorsky — *Gesch. des Byzant. Staates*. Munich 1940, pag. 347.

(2) — G. Schlumberger — *Sigillographie de l'Empire Byzantin*. Paris 1884, pass.

(3) — *Mélanges Schlumberger*. Paris 1924, paginas 303 y siguientes.

(4) — *Collections sigillographiques*, Paris 1914, passim.

(5) — Laurent — *La Collection Orghidan*. Paris 1952. El más completo.

(6) — Sceaux Byzant. du Mus. de Const. *Revue Numismatique*, 1914 — pag. 207 ss.

(7) — *Bulles métriques*. Ann. de la Société Franc. de Num. et Archæolog, VI, 1882, 50-66 y VIII, 1884, 313-342.

(8) — *Les bulles métriques dans la sigillographie byzantine*. Athenes 1932.

Pancenko ⁽¹⁾, Svoronos ⁽²⁾, P. Papachristodoulo ⁽³⁾, y Constantino Constantopoulos ⁽⁴⁾.

En el siglo VI los Comerciaros tienen la función específica para lo que fueron creados, la de Agentes Oficiales de comercio, funcionarios del Estado según Novela de Justiniano, reproducida por Z. Lingenthal ⁽⁵⁾. Según el texto de la citada Novela, reemplazan a los antiguos Comites *Commerciorum*, con funciones análogas, reglamentadas por Teodosio I y II (410 y 439), así como por la recopilación de la «*notitia dignitatum*» ⁽⁶⁾.

Los Comerciaros en su origen residían exclusivamente en las fronteras del Imperio, y sus funciones eran de doble carácter, a saber:

a) — Hacían operaciones comerciales de toda índole por cuenta del Estado; así en Persia eran los delegados del Emperador para comprar la seda sujeta a Monopolio, y revenderla en los talleres textiles del Imperio y a los particulares, según las instrucciones concretas que recibían para cada caso. Hacia finales del siglo IV según la «*Peregrinatio Aetherae*», un agente financiero del Estado, llamado genéricamente «*logotheta*», iba con sus propios barcos al Océano Indico, saliendo de la Aduana de Clisma cerca de Suez, para buscar y adquirir productos de lujo con destino al abastecimiento de Constantinopla, entre ellos perfumes orientales, especias, perlas y piedras preciosas. Dependía entonces directamente del «*comes commerciorum*» para el Oriente y Egipto, y el pasaje que falta en la «*peregrinatio*», se ha hallado afortunadamente en un m/s del Monte Casino ⁽⁷⁾. En un sentido más amplio los «*logothetas*» tenían como interventores o «*discussores*» una función muy semejante a los «*Rationales rerum privatorum*», y eran Agentes del Estado con un cometido de orden económico ⁽⁸⁾.

b) — El comercio libre estaba obligado a seguir ciertas rutas fijas que pasaban necesariamente por ciudades previamente señaladas en los tratados y leyes. Así en Asia en el siglo IV eran ciudades de entrada y residencia de comerciaros, Artaxata, Nisibis y Callinicum ⁽⁹⁾. Nisibis fué designada

(1) — Catalog *molivdubulov* (en ruso) Inst. Arch. Ruso en Constant. 1904-1908.

(2) — *Journal d'Arch. Numismat.* Tomo 14, año 1912. Estudiando bulas de Niceforo Focas, páginas 56 y siguientes.

(3) — *Cronología de bulas de plomo Tracias* (en griego). Tomo III, año 1936-1937, página 203 y siguientes.

(4) — *Rev. de la Soc. de Est. Byzantinos.* Atenas (en griego) 1939 — pag. 96.

(5) — *Eine Ordnung Justinians über den Seidenhandel aus den Jahren 540-547.* San Petersburgo 1865. T. IX, n. 6.

(6) — Edición Seeck. XIII, 6-9 — y XI, 86.

(7) — *Petri Diaconi de Locis Sanctis.* Hacia el año 1037. Citado por Heyd.

(8) — *Casiodoro. Varia.* VI — 8-1.

(9) — Heyd — *Op. cit.* pag. 5.

para este fin por un tratado del año 297, publicado en la «*excerpta e Petri Patricii historia*» (1), donde se menciona «...el lugar de confluencia Nisibis». En el siglo VI quedan unicamente Nisibis y Dara, y en el mar Rojo Clisma. Los comerciantes extranjeros no podían sobrepasar estos puntos avanzados y los Romanos tampoco estaban autorizados a salir de ellos, al menos sin la autorización de los cómites (2). Del texto de Menandro no se deduce claramente si los comerciantes dirigian o no a los cómites, pero parece lógica tal relación de dependencia, según las restantes fuentes de la época.

De todos modos los comerciantes no se ocupaban para nada de la Administración de los Impuestos, ya que el indirecto más importante, el que gravaba la venta de las mercancías se llamaba «octava», y su recaudador el «octavarius», cobraba al mismo tiempo los derechos de entrada (3).

El comerciante no ejercía al principio de su evolución, control alguno sobre el octavario, ya que su función no era propiamente la de un «procurator» del Alto Imperio.

Siglos más tarde, ya entrado el IX, se comienza a llamar «*kommerkion*» a las dos clases del impuesto indirecto (4) y en el año 992 en Abydos; queda el primer registro oficial de un derecho de entrada percibido por los comerciantes (5). En los siglos XII y XIII varios documentos públicos citan a los comerciantes percibiendo los impuestos sobre la venta, y desde entonces el significado de la palabra queda como equivalente al de «telonis» o «publicano». Esta evolución de funciones en los cómites y comerciantes, y las múltiples actividades a que se dedican ambos, no son nada extrañas, si se tiene en cuenta el papel cada vez mayor que ejerce el Estado en toda la vida económica del País. El Estado fabrica, compra y vende, monopoliza los artículos de lujo y aun los de primera necesidad como hemos visto anteriormente; los Emperadores consideran como uno de sus principales deberes poner límite a los precios, para evitar la especulación y el acaparamiento, a lo cual son invitados más que nada por los mismos Doctores de la Iglesia, que condenando los excesivos beneficios comerciales piden una mayor igualdad nombre de la justicia y de la fraternidad Cristianas (6). Ejemplo de esta función moderadora, de clara influencia evangélica, la tenemos en el siglo X, en el ya citado Libro del Prefecto, donde precisamente Leon VI, dice seguir el ejemplo del

(1) — Edición Bonn, página 135.

(2) — Cod. Justi. IV — 63, 4.

(3) — Cod. Justi. IV — 42, 2. (Leon el Grande, años 457-474).

(4) — Teófano — Edic. Bonn. 728, 2 — 757, 8, sobre la venta y circulación.

(5) — Z. von Lingenthal. Jus graeco-romanum. Col. III nov. XXVII.

(6) — Theo Sommerlad — Das Wirtschaftspro. der Kirche des Mittel. Leipzig 1903. passim.

Criador al reglamentar la producción y la venta, con el fin de que el genero humano sea gobernado sin que nadie le oprima injustamente, suprimiendo el afan de lucro y la especulación. En realidad el Imperio Byzantino sigue aqui, como en tantas otras cuestiones diversas, la tradición de las monarquias Orientales, como la de los Lagidas, que tenian en sus manos toda la propiedad y toda la producción ⁽¹⁾. Asi Corippus el panegirista de Justino II, en su «De laudibus Justini minoris», dice del pueblo Byzantino «...nos quae tua sunt privata, vocamus». Toda la economía de la Edad Media y la moderna de los estados totalitarios, está dominada por esta concepción, se sustituya o no la influencia Divina en los derechos Imperiales, por las actuales concepciones, tan diferentes de sus primitivos significados, de comunismo o democracia ⁽²⁾.

Con el tiempo los Comerciaros se convierten como ya antes hemos señalado en recaudadores de Impuestos y su función comercial se reduce. Después de la conquista Arabe y su expansión por el Mediterraneo, los comerciaros se limitam a vigilar el tráfico, sin circunscripción propia, en todas las escalas del Mar Negro al de Marmara o al Egeo. Esta simplificación de funciones ya se habia efectuado antes en las ciudades pequeñas y asi nos lo demuestra la inscripción de Panderma, ejerciendo un doble cometido por lo menos, como los «vicedomini» de Venecia o los «fundicarios» de Federico II. Con el tiempo en todos los Impuestos indirectos se prefirió la Administración directa al arrendamiento.

I

CONTRIBUCIÓN DE LA SIGILOGRAFIA AL ESTUDIO DE LAS FUNCIONES DE LOS COMERCIARIOS BYZANTINOS Y SU EVOLUCIÓN

Dentro de las características habituales de los sellos Byzantinos, hay un tipo peculiar encuadrado dentro de los pertenecientes a la Administración Civil, que se diferencia facilmente del resto por dos detalles casi generales: llevan la efigie del Emperador o Emperadores, si se trata de sellos anteriores al siglo IX, y la cifra de la Indicción. Desde el siglo IX en adelante, el anverso suele consistir en imagenes de Santos patrones del funcionario o bien la clasica Cruz Constantiniana sobre gradas.

⁽¹⁾ — Mitteis — Wilcken. — Papyruskunde. I. pag. 239 y siguientes.

⁽²⁾ — Libro II, pagina 375.

El tipo es el mismo del de los funcionarios del Imperio con caracter general, y los que lo usaron pertenecen a cuatro jerarquias diferentes cuando menos, que siguiendo a G. Millet ⁽¹⁾, se pueden clasificar como sigue:

▼ A)* *SELLOS DE COMERCIARIOS*

Son bastante frecuentes y se pueden fijar sus fechas por identificación de los Emperadores figurados en el anverso, con las monedas de la época, ya que la tecnica, figuración y simbolización son muy similares. Este problema fué estudiado con detalle desde hace muchos años ⁽²⁾, pero fué concretado definitivamente por M. Lichacev ⁽³⁾, reconociendo sin lugar a dudas a Heraclio y Heraclio Constantino en los años 625-618 y 633, en sellos de comerciaros. Las fechas más habituales en el primer periodo evolutivo son las de los años 625 a 680, y en el segundo todo el siglo IX y parte del X y XI.

Del primer periodo hay variantes en cuanto a los despachos, agrupadas en dos clases, una de los años 651 y 652 y otra mucho más amplia correspondiente al segundo reinado de Justiniano II.

En cuanto al segundo periodo, se pueden citar como caracteristicos los siguientes tipos:

1) — Comerciaro sin función anexa ni thema:

Anv/ Busto de San Teodoro con lanza y escudo.
Rev/ Leyenda: Dios proteja a Constantino, comerciaro.
Siglo XI, o posiblemente ultimos años del X ⁽⁴⁾.

2) — Comerciaro y spathario:

Anv/ Busto de San Procopio con lanza y escudo. Leyenda: San Procopio.
Rev/ Leyenda: Basilio, spathario y comerciaro.
Del siglo X ⁽⁵⁾

(1) — G. Millet. Op. cit. pagina 307 y siguientes.

(2) — entre otros por Mordtmann, Schlumberger, Pancenko, Ebersolt, Diehl, etc.

(3) — Numizmatičeskij Sbornik (en ruso). Moscou 1911. Tomo I. passim.

(4) — Coll. Orghidan, num. 248.

(5) — Coll. Orghidan num. 246.

3) — Comerciaro y Juez:

Anv/ En muy defectuoso estado, sin poder distinguirse.
 Rev/ Leyenda: Romano, comerciaro y juez de Optimate.
 Del siglo XI ⁽¹⁾.

4) — Comerciaro-Intendente del ejercito?

Anv/Leyenda: Dios proteja a su siervo Eustratio.
 Rev/ Leyenda: Comerciaro del Ejercito.
 Del siglo XI, reconstitución conjetural unicamente ⁽²⁾.

5) — Comerciaros de los diversos temas:

a) — De Kherson.

Anv/ Cruz de dos travesaños sobre cuatro gradas.
 Rev/ Leyenda: Sergio, Spatharocandidatos y comerciaro de
 Kherson.
 Siglo X al XI ⁽³⁾.

b) — De Salonica.

Anv/ Figura indeterminada, montada por una amazona?
 Rev/ Leyenda: Dios proteja a Damian, Spathario Imperial,
 comerciaro y Abydiko de Salonica.
 Siglo XI ⁽⁴⁾.

c) — Del Peloponeso.

Anv/ Monograma cruciforme con el anagrama: Dios proteja a
 su siervo.
 Rev/ Leyenda: Leoncio, comerciaro Imperial del Peloponeso.
 Siglo XI ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾— Coll. Orghidan num. 223.

⁽²⁾— Coll. Orghidan num. 354.

⁽³⁾— Coll. Orghidan num. 256.

⁽⁴⁾— Coll. Orghidan num. 262.

⁽⁵⁾— Coll. Orghidan num. 229.

B)* *SELLOS DE JEFES DE TALLERES*

Se dividen en dos clases, según la fórmula oficial que figura al reverso de los mismos:

- 1) — *ERGASTIRIARXAI KAI ARXONTES* ⁽¹⁾, o bien la variante *ERGASTIRIARXOU KAI ARXONTOS*, con un emperador en pie en el anverso, indicción primera que parece pertenecer a Constante II, y a los Jefes de taller Juan y Tomas, figurados estos nombres a ambos lados del Emperador. Con el tiempo el sello de los Arcontes varia, y ya en el siglo X y XI se presentan los tipos siguientes:

a) — Arconte de Chios:

Anv/ Monograma con la leyenda en anagrama: La Virgen proteja a su siervo.

Rev/ Leyenda: Manuel, candidato Imperial y Arconte de Chios. Siglo X o posiblemente últimos del IX ⁽²⁾.

b) — Arconte de Thebas:

Anv/ Cruz sobre escalones y leyenda: Dios proteja a su siervo.

Rev/ Leyenda: Kallonas?, spatharocandidato y arconte de Thebas.

Siglo XI, posiblemente del fundador del Monasterio de San Lucas ⁽³⁾.

- 2) — *—ARXONTES TOU BLATTEIOU.* — Clase mucho más extendida en el primer período evolutivo, con la efigie de Heraclio y Heraclio Constantino ⁽⁴⁾, de Constante II (año 654) e de Teofilo, aunque esta última muy dudosa por su deficiente estado de conservación ⁽⁵⁾. En dos ejemplares el Jefe del taller es al mismo tiempo Comerciaro General.

(1) — Schlumberger — *Sceaux Byz. inedit. n. 72* (Melanges pag. 241).

(2) — Coll. Orghidan num. 204.

(3) — Coll. Orghidan num. 236.

(4) — Ebersolt. *Rev. Numismatique. 1914, pagina 243.*

(5) — Pancenko. *Izvestija Russ. Archaeol. Inst. Konstant. t. VIII pag. 206.*

Durante el periodo iconoclasta sufren una variación estos sellos, figurando como tipo el siguiente, perteneciente al siglo VIII:

Anv/ Monograma cruciforme con la leyenda abreviada: La Virgen proteja a Ireneo.
Rev/ Jefe del taller de la seda ⁽¹⁾.

C)* *SELLOS DE LOS DESPACHOS DEL COMES SACRARUM LARGITIONUM.*

La mayor parte de los ejemplares conocidos proceden de Cartago, y fueron publicados por el Padre Delattre. El reverso lleva la mención a la función específica del funcionario y la jerarquía de Palatino. Por excepción se conoce la existencia de un sello de este tipo sin retrato Imperial ⁽²⁾ con la leyenda de «Teodoro Palatino» únicamente. En los reversos aparecen una o dos «N» inicial de «Numerorum». Por la «Notitia dignitatum» ⁽³⁾ se conocen las distintas oficinas que componían la dirección del Comes sacrarum, y entre ellas figura la «scrinium numerorum», a la que sin duda pertenecen estos sellos. En cuanto a los funcionarios empleados en ellas, conocemos también por la glosa de las Basílicas de Du Cange, los nombres que llevaban, dentro del genérico de Palatinos, y que podían ser del despacho Central o Dirección (comitatensis) y de la Administración Provincial «mitendarios», que tenían el privilegio de poder hacer grabar en sus sellos la efigie del Emperador.

D)* *SELLOS DEL SACELLARIO*

Sus funciones por ser muy complejas a veces aparece acumulada a otras secundarias, como «quaestor» o «joyero Imperial» ⁽⁴⁾, y su rango en la Jerarquía era solo el 32, mientras que el eparkta tenía el 18 ⁽⁵⁾. Lichacev ⁽⁶⁾ cita un ejemplar de «Mauricio Sacellario» con anverso de la efigie de

(1) — Coll. Orghidan num. 254.

(2) — Schlumberger. op. cit. pag. 562.

(3) — Edición Seeck. XIII — 25.

(4) — Theophane, ed. de Boor, 400-10.

(5) — M. V. Levtschenko. Op. cit. pagina 160.

(6) — Op. cit. pagina 25, figura 52.

Constante II y sus hijos⁴ y reverso con leyenda alrededor de una Cruz. Al evolucionar el concepto, y ya en el siglo X, se observan los dos tipos siguientes:

- a) — Anv/ Dios ayude a Miguel, rodeado de circulo de puntos.
Rev/ Magister, Quaestor y Sacellario, rodeado de corona de hojas ⁽¹⁾.
- b) — Anv/ Cruz sobre tres gradas. Leyenda: Dios ayude a su siervo.
Rev/ Stauracio, antypatos, patrikio, protospathario y sacellario Imperial ⁽²⁾.

Pasemos ahora a examinar el lazo de unión de las diversas funciones de estas cuatro clases de funcionarios, basandonos en la misma «notitia».

El «comes sacrarum» tiene a sus ordenes a los comites comerciarum, que luego se transforman en comerciaros, a los Jefes de talleres, y como es logico a las oficinas provinciales y centrales de su propia dirección u «officium»; razón por la cual los sellos son casi identicos y corresponden siempre en su primera etapa evolutiva al tipo clasico de la efigie Imperial en el anverso. El sacellario en cambio no figura en la «notitia» y no está bien concretado el papel que ejerció en el Imperio; durante el siglo VII era de los principales funcionarios del Estado, y hasta se ha llegado a suponer que reemplazaba al «comes sacrarum» ⁽³⁾. Lo unico cierto es que en tiempos de Justiniano se habla ya del sacellario; Procopio lo describe como «tamias ten basilicón xrimaton», ejerciendo un importante papel en los Ejercitos Imperiales, bastando el nombre de sacellario para dar a conocer su elevada categoria y la confianza que tiene del Emperador, sin tener que agregar ningun otro titulo de la Jerarquia. El mismo hecho de que estos funcionarios lleven en sus sellos, al menos en la primera época, la efigie Imperial, demuestra claramente que estaban a las ordenes directas del soberano, y que no eran magistrados, sino servidores del Emperador, como tan concretamente explica Lydus ⁽⁴⁾ al decir que «...no se elijen como los magistrados, sino personalmente y a gusto del Principe, al instante y en secreto». Por lo tanto no estaban al servicio del Estado sino del Emperador, y esto se puede aplicar asimismo a los Comites y a los comerciaros, que nombrados por plazo de un año hacian grabar en sus sellos la fecha de la indicción de su nombramiento, a veces ampliada con otra cifra, si eran reeligidos por otro año más.

(1) — Coll. Orghidan num. 179.

(2) — Coll. Orghidan num. 180.

(3) — E. Stein. Studien zu Gesch. des Byzant. Reiches. Stuttgart 1919, p. 146.

(4) — Lydus. De Magist. II — 27.

La evolución se puede apreciar claramente, estudiando el Cletorologio de Philoteo a principios del siglo X: los subordinados del Comes sacrarum quedan a las ordenes de dos funcionarios dependientes de la Prefectura del Pretorio ⁽¹⁾, el logotheta general por una parte y el que se llamaba «epitou eidikou», que absorbió a los Jefes de taller de los siglos anteriores. El logotheta general aparece durante el reinado de Justiniano II y ya lleva a cabo misiones políticas en el año 626 ⁽²⁾. Sus sellos no llevan nunca efigie Imperial, porque eran simplemente funcionarios publicos.

Cuando los comerciaros pasan a depender del logotheta, pierden sus privilegios y quedan como funcionarios tambien, sin dependencia directa del Emperador, y los sellos asi lo demuestran ⁽³⁾. En cambio los Jefes de taller parece ser se separan de las funciones de Arcontes, y conservan sus sellos con la efigie Imperial; Pancenko describe uno bajo el reinado de Teófilo, aunque su leyenda no es ciertamente muy clara.

Nos queda por estudiar un ultimo aspecto muy interesante, que tambien la Sigilografia ha aclarado, y es el referente a las circunscripciones en las que ejercian su función estos empleados. Para ello precisa tener en cuenta las leyendas de los sellos, tanto de los Comerciaros como de sus oficinas, que pueden concretarse limitandonos al primer periodo evolutivo a los tipos siguientes:

I — Sellos de Comerciaros

- a) — Tipo del sello de Juan hypatos y comerciaro general del Deposito comercial del Helesponto y la Lydia ⁽⁴⁾.
Indicción VI (año 618 o 633), de Heraclio y Heraclio Constantino.
- b) — Tipo del sello de Jorge patricio y Teofilacto, comerciaros generales del deposito comercial del Asia y la Caria ⁽⁵⁾.
Indicción V y VI (692 y 693) de Justiniano II, por semejanza con las monedas del mismo ⁽⁶⁾.

(1) — Stein. op. cit. pagina 150.

(2) — Procopio. De bello gothico. III — 1.

(3) — Schlumberger. Sigillographie, pagina 528.

(4) — Schlumberger. Sigill. pag. 197.

(5) — Op. cit. pagina 735.

(6) — Sabatier. Descr. gen. des monn. Byz. lamina XXXVII.

II — Sellos de ^ΔDespachos u Oficinas

- a) — Tipo del sello de la oficina Imperial de Comercio de Asia, Caria y Licia ⁽¹⁾.
Indiccciones 9 y 10 de Constante II (651-652).
- b) — Tipo del sello de la oficina Imperial de Comercio de Salónica ⁽²⁾.
Indicción VI de Justino II y Tiberio (707).

Como puede apreciarse los comerciaros inscriben en sus sellos su título honorífico si lo tienen, su función y su jurisdicción, pudiendo ser esta última una ciudad o toda una Provincia. Estas son casi siempre del Asia Menor: Asia, Isauria, Cilicia, Galatia, Capadocia Segunda, Helesponto, etc. y además suelen encontrarse agrupadas, pero de un modo que al parecer es por completo arbitrario; así en los años 650-651 y 652 la Caria y la Lycia se encuentran asociadas por una parte en Asia ⁽³⁾ y por otra en Rodas y Quersoneso ⁽⁴⁾. En el año de 645 las dos Capadocias figuran bajo el mismo mando ⁽⁵⁾, y al mismo tiempo en otro sello junto con la Pisidia y Licaonia.

Simultáneamente el Asia Menor comienza a dividirse entre los grandes mandos militares, que dieron nacimiento al sistema de los «*themas*», por lo que las agrupaciones resultan en adelante mucho más estables, como por ejemplo el caso de los Armeniacos, que tiene su origen en el siglo VII ⁽⁶⁾. Los comerciaros generales son a veces sustituidos por los «*stratilates*» (*magister militum*) y en el año 709 aparece ya la Estrategia de la Hellade ⁽⁷⁾ en un sello de los despachos de comercio Imperiales.

La sede de los comerciaros es casi siempre la vía de entrada o acceso a la región, que puede en algunos casos no coincidir con ciudades principales ni aun conocidas siquiera por el Synedecmos de Hiérocles. Pancenko cita un sello de Syllaion y otro de Korikos ⁽⁸⁾, ciudades muy pequeñas y Ebersolt ⁽⁹⁾,

(1) — K. Regling, *Byz. Zeits.* Tomo XXIV, 1923, página 97.

(2) — Constantopoulos, *Jour. In. Areig.* Num. Tomo V, pag. 149, n.ºs 1 y 2.

(3) — K. Regling, *op. cit.* Tomo XXIII, pag. 96.

(4) — Schlumberger, *op. cit.* pag. 264.

(5) — *Op. cit.* pag. 279.

(6) — H. Gelzer — *Die Genesis der Byzant. Themen.* Leipzig 1899, pag. 22.

(7) — *Mélanges Schlumberger*, pag. 221.

(8) — Pancenko, *op. cit.* T. VIII, pag. 200, n.º 1.

(9) — *Revue Numis.* 1914, pag. 25, n. 229.

una ciudad nueva, Messembria, lo que prueba que la Administración de los comerciaros tenia sus delegaciones en todas las subdivisiones Provinciales.

Tambien la sigilografia ha demostrado una interferencia entre las funciones de los «diecetas», encargados de la percepción de los impuestos directos ⁽¹⁾ y los comerciaros, pues sellos de Andros y de Chipre, llevan simultaneamente ambas menciones. Esta evolución es muy importante puesto que en el siglo X los comerciaros y los «diecetas» dependian de un mismo jefe, el logotheta general ⁽²⁾, pero cada uno de ellos con un origen absolutamente distinto, como antes ya hemos apuntado. La utilización de los cuadros recaudatorios de los impuestos directos, es el primer paso de una subsiguiente fusión de funcionarios en una sola clase, evolución paralela a la simplificación general con motivo de las perdidas territoriales, y decadencia fiscal a partir del siglo XII.

Los sellos de los «diecetas» nunca llevan la efigie Imperial, y su evolución puede marcarse en los siguientes tipos, subdivididos en dos grupos:

Grupo primero — Sellos personales.

a) — Del siglo VIII. Tipo del sello de Pedro, dieceta, con
Anv/ Monograma y leyenda: Señor bendice.
Rev/ Leyenda: Pedro dieceta ⁽³⁾.

b) — Del siglo IX. Tipo del sello de Dositeo, dieceta, con
Anv/ Monograma cruciforme con la leyenda: La virgen bendiga a su servidor.
Rev/ Leyenda: Dositeo hypato y dieceta ⁽⁴⁾.

c) — Del siglo X y XI. Tipo del sello de Andres, dieceta, con
Anv/ Monograma y leyenda: Dios bendiga a su siervo.
Rev/ Leyenda: Andres, spatharocandidato y dieceta Imperial ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ — Zach von Lingenthal. Jus Graeco-romanum. T. III. pag. 157.

⁽²⁾ — Philoteo — Cletorologio. Officia numero 30.

⁽³⁾ — Coll. Orghidan, num. 251.

⁽⁴⁾ — Op. cit. num. 249.

⁽⁵⁾ — Op. cit. num. 250.

Grupo segundo — Sellos de oficinas.

a) — de Attalia.

Tipo del sello de Esteban, dieceta, con

Anv/ Busto de la Virgen orante y anagrama.

Rev/ El señor bendiga a Esteban, dieceta de Attalia (1).

Siglo XI o XII.

b) — De Peloponeso.

Tipo del sello de Kalogero, dieceta, con

Anv/ Busto de la Virgen tipo Blankernitissa, con medallón del niño Jesus sobre el pecho. En circulo leyenda: La virgen bendiga a su siervo.

Rev/ Kalogero, candidato Imperial y dieceta del Peloponeso (2).

Siglo X. Otro tipo doble de Comerciaro y Dieceta en el Peloponeso cita Pancenko (3).

c) — de Stratonicia.

Tipo del sello de Nicolás, dieceta, con

Anv/ Monograma cruciforme con leyenda abreviada: La virgen bendiga a su siervo.

Rev/ Leyenda: Nicolás, dieceta de Stratonicia (4).

Siglo X. Corresponde a la Stratonicia de Caria.

Por ultimo en los grandes dominios que se denominaban «autopractos» habia almacenes o oficinas donde los propietarios recibian por delegación impuestos (5) como lo prueban las dos inscripciones de Silivri y Panderma estudiadas por Henry Grégoire y G. Millet.

Para los perfumes habia tambien funcionarios especializados (odorum commerciaros, bajo Heraclio) (6), asi como para los depósitos de esclavos, de los que se conoce un sello de las regiones de Asia, Caria y Lycia (7)

(1) — Coll. Orghidan num. 255.

(2) — Coll. Orghidan num. 259.

(3) — Pancenko. Catalog. numero 320, con leyenda dudosa.

(4) — Coll. Orghidan num. 261.

(5) — G. Rouillard. L'administr. civile de l'Egypte Byz. Paris, pag. 12.

(6) — Libro del Prefecto. Capitulo X.

(7) — Alterthümer von Pergamon. T. I. pag. 333. numero 10.

II

EVOLUCIÓN EN EL CONCEPTO DE LOS DEPOSITOS COMERCIALES BYZANTINOS — DEL EMPORIUM AL METATA, APOTHIKI Y FUNDICUS

El antecedente directo de los Almacenes de Comercio Byzantinos, que luego han de evolucionar en cometido e jurisdicción, hay que buscarlo en los «emporium» Romanos. En su origen, poblados por habitantes de las vecinas ciudades, estos «emporium» tienen caracter de verdaderas fortalezas, como es el caso del anexo a Augusta Traiana (la actual Gostilitza) «doblemente fuerte fortaleza» según inscripciones de la época de Marco Aurelio y de Aureliano (1). Sus habitantes no eram propiamente ciudadanos sino que tenían calificativos griegos derivados del latino «incolae» y la nueva ciudad no era por tanto una «polis». Con ello no se hace más que seguir la práctica helenística al adoptar también el nombre griego de «ἐμπόριον» que no son lo mismo que los «fora» y «conciliabula» de la Italia primitiva (2).

La función de los Almacenes comerciales Byzantinos, siglos después, sigue siendo muy variada y compleja, perdiendo el carácter de plazas fuertes, y constituyéndose en las principales ciudades comerciales del Imperio. La clase de operaciones que se efectuaban en ellos ha sido estudiada con diversos resultados: para unos se trataba de reales almacenes Aduaneros mientras que otros lo interpretan como locales destinados al depósito de los pagos en especie o en algunos casos aislados a la intendencia militar (3).

La realidad es que para cada función específica había depositos especiales, y no debe confundirse en los primeros siglos Byzantinos el «kommerkion» con la Aduana, ya que la primera palabra tiene el sentido que le da Corippus en su «De laudibus Justini minoris» (4) «scis summe regentum, Publica quid vestro prosint commercia fisco». La operación del «kommerkion» siempre se hacía en público en los lugares marcados por la Ley y bajo la intervención y control directo del Estado, que percibía al mismo tiempo un impuesto sobre las ventas. Y ello no solo en los mercados de la Capital sino en las fronteras y puntos avanzados, que la Administración Imperial fijaba detalladamente, como es el caso de todo lo largo de la ribera del Eufrates.

Dos clases de funcionarios había en estos Depositos o «apothiki»; los

(1) — I. Welcaw. *Annuaire du Musée Nat. de Sofia*, 1922-1925, pag. 129 y ss.

(2) — A. Schulten. *R. E.* VII, pag. 62.

(3) — Mordtmann — *Revue Archæolog.* 1877, T. I, página 290.

(4) — Libro II, pag. 369.

octavarios que como ya antes hemos citado percibían el impuesto sobre la importación y la venta y los *Comites commerciorum* o sus delegados los comerciantes que unas veces compraban o vendían por cuenta del Estado y otras controlaban el comercio libre de la zona. Los lugares donde se pagaban los impuestos se denominaban «*kommerkia*» o «*dekatevtiria*» ⁽¹⁾, que muy escasos en número durante el siglo V, se extienden ampliamente durante el siglo VII ⁽²⁾, hasta la época de la expansión árabe. Por lo tanto la mención en muchos sellos de «*basilika kommerkia*» significa más bien la Administración Imperial encargada del servicio, que el sitio mismo donde se efectuaba, ya que contaba siempre además del comerciante, con otros funcionarios con funciones concretas y oficinas independientes, el *Logotheta* y por lo menos un Notario. La palabra «*apothiki*» tiene el significado propio de depósito comercial, de donde se ha derivado el latino «*apotheca*» y sus posteriores corrupciones latinas de botica o «*boutique*», pero la significación Romana de «*apothecarios*» aplicada a los que administraban los grandes depósitos privados ⁽³⁾, es bastante diferente a lo que la Sigilografía demuestra como inherente a las «*apothiki*». Para comprender mejor sus funciones, hay que analizar su equivalente Occidental del siglo XIII, el «*fundicus*» de Federico II, quien no solo en las cuestiones políticas sino muchas veces en su organización Administrativa y económica sigue el clásico patrón Bizantino, país con el que tantos lazos de amistad, ideología e aun familia unían.

Los edictos de Federico II de los años 1231, 1241 y 1242, nos enseñan a la perfección lo que eran estos depósitos ⁽⁴⁾. El «*fundicus*» pertenece al Estado; se halla establecido en todos los puertos habilitados para el comercio marítimo y en los puntos vitales de las fronteras terrestres. Todas las mercancías que se importen o exporten han de quedar depositadas en estos «*fundicus*», donde también se terminan las transacciones comerciales y se encuentran cambistas de moneda ⁽⁵⁾. Los extranjeros reciben allí hospedaje y manutención, mientras dura la compra o venta de sus mercancías ⁽⁶⁾. Allí se perciben dos clases de impuestos: 1) — el «*jus fundici*», sobre la venta y por cuenta del comprador, y 2) — el «*jus dohanae*», sobre la entrada o salida, a cargo del que importa o exporta ⁽⁷⁾.

En el año 1225 Venecia tenía también un «*funticum comunis*» que en

(1) — Excerpt. e Menandri Histor. Edición Bonn. 360, 8.

(2) — Procopio, Historia arc. 25, 16.

(3) — Mansi — Concilia. T. III. pag. 136.

(4) — Winkelmann — Acta Imperii inedita saeculi XIII — Insbruck 1880. T. I.

(5) — Winkelmann. Op. cit. pagina 790.

(6) — Winkelmann, Op. cit. pagina 792.

(7) — Schaub. Handelsgesch. der Romanisch. Völker. Berlin 1905, pag. 511.

el año 1228 sirvió para alojamiento de los Alemanes, y otros casos analogos pueden encontrarse en Sicilia, siempre tan proxima en organización a Byzancio durante muchos siglos. Desde los estudios de E. Mayer, se ha comprobado la semejanza entre el «fundicus» e el «apothiki» del siglo VII Byzantino, si bien la enorme diferencia de época parece hacer dudosa esta analogia, aunque la Sigilografia nos facilita los elementos para conocer esta evolución de cinco siglos.

Comenzando por el siglo X, tenemos una fuente inmejorable en el tratado firmado en los años 904-907 por el Principe ruso Oleg con los Emperadores Leon VI y Alejandro ⁽¹⁾, ya citado anteriormente. Schlumberger tambien lo ha recogido en su clasica Epopeya Byzantina, y alli se hace mención de que los comerciantes han de recibir durante seis meses, pan, vino, pescado y frutas, alojamiento y baños, pudiendo efectuar el comercio sin limitación alguna y sin tener que pagar ningun derecho.

El Libro del Prefecto tambien indica un caso análogo ⁽²⁾. El Prefecto de la Ciudad ha sido avisado por su ayudante «legatharios», que han llegado mercancías. Inmediatamente las examina, dictamina como y cuando hay que venderlas, fijando para ello un plazo que no puede exceder de tres meses. Este plazo se ha conservado hasta la actualidad con poca variación, para fin de almacenajes oficiales en muchos países Europeos. Una vez transcurrido este plazo, el ayudante le presenta los compradores, con la lista de lo que ha adquirido cada uno, con el fin de controlar la salida de la Ciudad de toda mercancía prohibida o reglamentada. Luego el Prefecto sella estas listas con lo que practicamente se convierten en una guía de circulación por todo el territorio del Imperio. En otro pasaje del mismo libro se menciona el nombre de los locales, donde se venden las mercancías, eran «ta mitata» que Nicole traduce por Hotel o casa de huéspedes, pero que en realidad eran los alojamientos oficiales, preparados de antemano para los embajadores o personajes de calidad en viaje por territorio Byzantino. En estos «mitata» todos los negocios se efectuaban por orden del Prefecto y en días señalados ⁽³⁾, haciendo las compras los gremios al por mayor y repartiendolas luego proporcionalmente entre los agremiados. Todo aquello que no se ha vendido la primera vez, queda en deposito durante el plazo ya dicho de tres meses, y si en este intervalo no se llega a un acuerdo en cuestión de precios, se intenta un intercambio de artículos como solución final ⁽⁴⁾. En los mismos «metata» se pagan los impuestos en el acto de la compra o importación, y no hay excepciones para nadie, salvo

(1) — Chronique de Nestor. Traducción Louis Leger. Paris 1884. XXI.

(2) — Op. cit. Edición J. Nicole. Cap. XX, 1, 2.

(3) — Op. cit. X, 2.

(4) — Op. cit. IX, 6.

casos concretos como el de la seda ⁽¹⁾, que se desgravó por su gran escasez y fuerte demanda. También reciben allí alojamiento los extranjeros, ya que consta que los comerciantes en seda cruda pagan alquiler y gastos de manutención, precisamente por estar exceptuados del Impuesto. En cambio el resto de los comerciantes, con excepción de los Rusos que tenían franquicia total, pagaban los impuestos, pero eran alojados gratis en las «metata», como en los «fundicus» siglos más tarde.

El Impuesto podía ser arrendado, como nos lo demuestra un pasaje de uno de los continuadores de Teófanos ⁽²⁾; describe la indignación de los comerciantes, por el arrendamiento a dos de ellos, de los impuestos, ya que enviadas las mercancías a Salonica, les fueron exigidos derechos mucho más elevados. Esto también sucedía en los «fundicus», ya que en el año 1228 la Comuna de Venecia, arrendó a un particular el «fundicus» de los Alemanes.

La estructura interna de los «metata» de Leon VI, se puede apreciar por las mismas exenciones que los Angelos y Paleologos concedieron a los comerciantes italianos en 1192 y 1277. Miguel Paleologo ⁽³⁾, les promete incluso alquilar otras habitaciones, ampliando así el número de ellas a disposición gratuita de los comerciantes en tránsito. Además les exceptúa de todo impuesto, constituyendo una verdadera colonia extranjera, ya que la hospitalidad que se les daba en los «metata» era ilimitada, suprimiendo el plazo máximo de tres meses de que antes hemos hablado. El pueblo Bizantino desde entonces aplicó el mote de «metata» a toda concesión gratuita, cualquiera que fuese su clase, y así cuando Isaac Angelo a petición de Saladino construyó una mezquita para el culto musulmán cerca de Santa Irene, también se le conoció irónicamente por «metata» en el lenguaje popular ⁽⁴⁾.

Por lo anteriormente expuesto resultan claras todas las características del «fundicus» en el Imperio Bizantino del siglo X:

- a) — Es un depósito de mercancías obligatorio.
- b) — La venta se hace siempre bajo control de la Autoridad.
- c) — Los Impuestos son fijos para cada mercancía.
- d) — Alojamiento gratuito para los comerciantes por plazo de tres meses.

Esto no quiere decir que sean idénticos el «fundicus» y el «metatum» ya que la organización Bizantina era mucho más compleja y el «*jus dohanae*» de las leyes de Federico II, se pagaba desde tiempos de Justiniano en las

(1)— Op. cit. Capitulo VI, apartado 5.

(2)— Theophanes continuatus. Ed. Bonn pag. 225, 20. Abreviado luego por Zonaras, XIV, 2, 15.

(3)— Miklosich Müller. — Acta e diplomata. T. III, pag. 11.

(4)— Du Cange: Constantinop. Christiana. T. II: 15 (Paris, pag. 164).

Aduanas de Hieron y Abydos, pero no en Constantinopla ⁽¹⁾. Evidentemente uno de los sellos estudiados por Pancenko y Lichacev, con la efigie de Heraclio y Heraclio Constantino (año 625) corresponde a un depósito de función analoga, ya que habla de la «apothiki Konstantinopoleos» ⁽²⁾. En las provincias parece tambien probado que los locales se reunian en uno comun, como en Sicilia, ya que hay sellos con la leyenda «apothiki ton Basilikon kommerkion». Por ultimo el mismo edicto de Leon VI aclara una diferencia importante: los extranjeros al llegar a Constantinopla son recibidos por el Prefecto de la Ciudad y ya en el siglo VI se adivina una función analoga en las diversas formulas de investidura recogidas por Casiodoro ⁽³⁾, como las del Vicario del Puerto y la «formula comitivas neapolitanae» donde se halla la expresión «tuae voluntati patent peregrina commercia», por lo que el Libro del Prefecto sigue en realidad la más pura tradición Romana ⁽⁴⁾. Pero los Emperadores Byzantinos siguientes, prefirieron tener un control mas directo sobre la marcha del comercio y la regulación de los abastecimientos, y asi confiaron estas funciones a los subordinados del comes sacrarum largitionum, los comerciaros, que ya en el siglo VII asimilan las funciones de los Prefectos de las ciudades y sus lugartenientes, extendiendose asimismo al abastecimiento de una o mas provincias, de todo lo cual como antes ya hemos precisado, responden unicamente ante el Emperador.

Attaliatés ⁽⁵⁾ es otra de las escasas fuentes que quedan para mejor comprender el funcionamiento de los «metata» o «fundicus» y sus analogias con los depositos comerciales modernos ⁽⁶⁾. El autor propietario de importancia en Rodosto, ya fué nombrado Juez de Cámara y del Hipódromo en la época de Constantino Ducas (1059-1067), acompañando luego a Romano Diogenes como Patricio y Consejero del Ejercito, y más tarde con Niceforo III, llega a la jerarquia de Mejister, creando varios Orfanotrofos, y escribiendo además de la Crónica que nos ocupa una «Ordenanza sobre los asilos y monasterios» que el mismo fundó en el año 1077; de suma importancia esta ultima por el catalogo que contiene de los libros destinados a la Biblioteca de Vathopedy. Es uno de los claros ejemplos de supervivencia en altas dignidades con varios Emperadores sucesivos, a veces de política opuesta ⁽⁷⁾. Sigamos la descripción de Attaliatés: comienza afirmando que el regimen de mas

(1) — Procopio. Historia Arcana. Ed. Bonn, pag. 138.

(2) — Lichacev, citado por Millet, op. cit. lam. XII, 3, pagina 324.

(3) — Casiodoro. Varia. VII, 23 y VI, 23, 4.

(4) — Stöckle. Op. cit. página 101. ▲

(5) — Attaliatés. Cronica. Edición Bonn, passim.

(6) — Attaliatés — Op. cit. página 244.

(7) — Encicl. Helénica. Polybios Leukos (en griego). Atenas 1927, pag. 146, T. VI.

completa anarquía reinaba en el comercio del trigo a las mismas puertas de Constantinopla. Pasa a detallar la creación por el Logotheta Nicéforo de un Almacén o Depósito en Rodosto, donde se obligaba a descargar todo el trigo de la región que quedaba bajo la custodia de funcionarios oficiales. De este modo constituía un Monopolio del cereal, prohibiéndose la libre venta y efectuándose estas únicamente al precio variable que se marcaba según las necesidades del producto en el mercado nacional.

De hecho este depósito es una continuación del «horreum» romano y del «creion» de época anterior Bizantina, que se ha querido identificar con los «apothiki», pero en realidad sus funciones son muy diferentes. Su verdadero nombre según Attaliatés es el de «phoundax», evidentemente derivado del «Funduq» árabe y antecesor inmediato y directo del «fundicus». Sus funciones siguiendo la misma crónica son diferentes a las que antes hemos estudiado como propias de los «metata», y tienen mucha más semejanza con las que los Paleólogos establecieron para los comerciantes Italianos, dos siglos más tarde. Los fundicarios tienen efectivamente los poderes de Administradores de los depósitos y también de policía y control sobre la región circundante, por lo que sobrepasan las atribuciones de los comerciantes, sin tener además un tan estricto sentido aduanero como los anteriores. La legislación era extensísima y toda infracción a las reglas del Monopolio del trigo, llevaba consigo fuertes multas ⁽¹⁾, castigándose a los que ocultaban sus cosechas o traficaban ilegalmente, con el mismo rigor que a criminales de delito común.

Como se puede apreciar, las funciones de los comerciantes, a pesar de su amplificación evolutiva no llegan nunca a tal extremo, ni tampoco los «apothekarios» de siglos anteriores; el mismo proverbio popular italiano conserva esta diferenciación «uno esser il fondaco, ma cento le doanne».

El alza de precios artificial que producía el acaparamiento del trigo y los demás productos de importancia económica, y su venta al precio marcado por los fundicarios, llevaba consigo como es lógico, grandes beneficios para el Tesoro Imperial, pero al mismo tiempo un desequilibrio en la balanza de salarios, con el encarecimiento del nivel de vida, que aunque enjugado en parte por la debilitación del poder adquisitivo de la moneda, en esencia fué el origen de una desenfadada carrera de precios, que puede considerarse iniciada en el siglo XI, mantenida firme en el XIII, y llevada hasta sus últimas consecuencias, en la catastrófica regencia de los intereses Bizantinos, que caracteriza los siglos XIV y XV, hasta la definitiva caída del Imperio.

(A continuar)

(1) — Attaliatés — Op. cit. página 203.

V Á R I A

A LIMPEZA DE MOEDAS DE PRATA POR ELECTRÓLISE (*)

Por AUGUST BINKERT

Nas colecções numismáticas existem sempre peças prejudicadas na sua aparência por manchas escuras, crostas cinzentas, e por vezes verdete.

Nas moedas de prata estas impurezas são, na maioria dos casos, devidas à formação de cloreto e sulfureto de prata misturados com concreções calcáreas, formando-se muitas vezes outras combinações químicas de ferro e cobre, consoante o meio em que se encontraram, os diferentes metais com que estiveram associados, a vasilha na qual estiveram enterrados, o terreno onde estiveram depositados, enfim, as condições do solo e do meio a que ficaram expostas.

Há muito que se procuram meios para eliminar tais concreções com o fim de restituir às moedas o aspecto primitivo.

Assim, para fazer desaparecer as concreções da superfície das moedas encontramos sobretudo a recomendação de as esfregar com escovas metálicas macias, de tentar descascar as camadas pelo aquecimento da moeda, ou ainda de as tratar quimicamente por meio de ácidos, lexívias, ou soluções salinas. Em resultado destes tratamentos as impurezas, em muitos casos, desaparecem, mas outras tantas vezes a superfície da moeda fica arranhada ou corroída.

Citamos, como menos ofensivo, porém um tanto demorado, e nem sempre de resultados certos, o processo galvânico, que aliás é mais recomendável para a limpeza de moedas de bronze, e que consiste na formação dum elemento de pilha, pela submersão das moedas, envolvidas em papel de estanho, ou colocadas entre lâminas de zinco, numa solução de soda cáustica. A corrente gerada decompõe as concreções e facilita o seu desprendimento.

E foi possivelmente neste processo que se inspirou o modo de trabalho, publicado em 1925 e 1934 pelo americano Colin Fink (1), que pretende fazer desaparecer, e tornar impossível um novo ataque, da «doença do bronze».

Em vez de se gerar a corrente eléctrica galvânicamente, esta será fornecida do exterior, formando o bronze doente um eléctrodo, e servindo para o

(*) Original publicado in «Schweizer Muenzblaetter», Março 1956. Versão portuguesa de Ed. M. van der Niepoort e F. Russell Cortez.

(1) *Metal Ind.*, 23, 272 — New York, 1925 e *Industrial and Engineering Chemistry*, 26, 234 (1934).

A LIMPEZA DE MOEDAS DE PRATA
POR ELECTRÓLISE



outro uma lâmina de ferro ou de platina. O electrólito usado por Fink é uma solução de soda cáustica ou de carbonato de soda.

Passando agora corrente contínua através da solução, de forma que o bronze constitua o polo negativo — o cátodo —, produz-se, última instância, a electrólise da água, ou seja, a decomposição da água em oxigénio e hidrogénio. É o hidrogénio, depositado, como se diz «statu nascendi», no bronze, tem um efeito altamente redutor. Decompõe, assim, as concreções de verdete, ficando a superfície da moeda limpa e resistente a ataques posteriores.

O processo dá resultados excelentes, mas tem o defeito de eliminar, não só o verdete e outros depósitos indesejáveis, mas também a pátina verdadeira e a camada de óxido de cobre, que se encontra por debaixo, e que tão característica é numa moeda autêntica.

Passando agora à prata, vamos demonstrar quais as possibilidades deste método de limpeza electrolítica, quando aplicado a moedas deste metal.

Desejamos todavia unicamente expor alguns pontos fundamentais e fazer realçar os resultados obtidos, bem como as possibilidades que o método nos proporciona. Porque é fora do âmbito deste trabalho entrar em detalhes técnicos, ou fornecer dados sobre a amperagem, voltagem, material dos eléctrodos, composição do electrólito, etc., utilizados nos ensaios, sempre com a mira de melhorar os resultados.

Para começar diremos que nunca se deve tentar retirar a bela e uniforme camada cor de castanha, de cloreto de prata (chamada imprópriamente pátina em moedas de prata), que porventura se tenha formado durante o longo estágio debaixo da terra, a não ser que seja espessa demais, desfigurando assim o figurado da moeda. É igualmente aconselhável conservar a camada de cor cinzenta violeta, própria da prata velha, que se produz com relativa rapidez ao contacto com o ar. Ambas as camadas dão às moedas uma boa protecção.

Pelo contrário, há toda a conveniência em remover manchas isoladas, bem como camadas e crostas, de cor clara ou escura. Mas se tentarmos fazer desaparecer, por limpeza mecânica ou química, estes defeitos, que são formados muitas vezes por combinações químicas, em que a prata da própria moeda entrou, ficaremos sujeitos a desfalcar a moeda dessa prata, e ainda deixar a sua superfície com aspecto áspero e rugoso.

Nada disto se dá com a limpeza electrolítica, porque o processo se inicia pela retransformação de todas as concreções argêntneas, voltando assim a prata, pelo efeito da corrente eléctrica, para donde veio: a superfície da moeda. É este um ponto essencial, que nos demonstra quanto é conveniente, para conservar uma moeda de prata, ou restaurar o que dela ainda possa ser salvo, tratá-la pela electrólise, antes de a submeter a qualquer outra limpeza (à excepção de uma lavagem com sabão para a libertar de qualquer sujidade).



Isto todavia não quer dizer que toda e qualquer moeda, coberta de crostas, volte, por efeito da electrólise, ao estado de «*flor de cunho*». Assim as moedas gastas pelo uso, ou provenientes de cunhos corroídos, ou por outras razões defeituosas, não podem, mesmo que as crostas desapareçam, tirar grande proveito do tratamento. É só por conjectura, e nunca com certeza, que podemos ajuizar qual será o resultado, uma vez que o estado da moeda por debaixo das crostas só será conhecido quando estas forem removidas. É ainda essencial actuar tanto mais devagar, quanto menos do figurado esteja à vista, e quanto mais grossas forem as concreções, seguindo com a lupa o decorrer da limpeza.

Nem todas as manchas e crostas podem ser eliminadas pela electrólise; muitas vezes o objectivo só pode ser atingido por uma ulterior limpeza química. E esta exige um profundo conhecimento dos meios a empregar, para que a superfície da prata não seja atacada, e requer sempre cuidados especiais que variam segundo as circunstâncias. É pois impossível dar uma receita geral aplicável a todos os casos.

Após a limpeza as moedas apresentam geralmente o aspecto, nem sempre agradável, de prata branqueada, defeito que pode ser corrigido por uma rápida oxidação electrolítica, obtida pela inversão da corrente, da qual resultará a formação de uma finíssima camada de óxido de prata. Na maioria dos casos este tratamento é dispensável, pois bastará o contacto com o ar para que a moeda ao fim de umas semanas, tome o brilho baço da prata velha.

Vamos agora mostrar, por meio de dois exemplos, os resultados que se podem conseguir com este método de limpeza electrolítica. As figuras representam duas moedas gregas — tetradracmas de Rhegion e de Himera-Thermai — que quando achadas se encontravam cobertas de espessas crostas, manchas e afloramentos; foram limpas, sem qualquer prévio tratamento, pelo processo electrolítico descrito. O resultado fica demonstrado pela comparação do aspecto das moedas, antes e depois da aplicação do processo.

A eficácia deste método torna-se especialmente notável se observarmos os pequenos detalhes. E se as gravuras pudessem ter sido apresentadas coloridas, a diferença do «antes e depois» seria ainda mais flagrante, e mais convincente a prova, de como se pode, por este processo, limpar e restaurar moedas com excelente resultado e sem as prejudicar.

Nota da Redacção: O Autor ofereceu-se amavelmente a proceder à limpeza, pelo método electrolítico, de moedas que lhe forem enviadas para esse fim. Os proventos destes trabalhos reverterão exclusivamente a favor do Fundo de Publicidade da Sociedade Numismática Suíça, para o desenvolvimento das suas publicações. Os interessados deverão dirigir as suas consultas, quanto à possibilidade da limpeza, o seu custo, e ainda o envio das moedas, ao Redactor das «Schweizer Muenzblaetter», o Ex.^{mo} Sr. Dr. H. Cahn, a/c Muenzen und Medaillen AG., Malzgasse 25, Bâle, Suíça.

ACHADOS NUMISMÁTICOS

ACHADO DE PENAMACOR

Por FERREIRA GAMBETTA

No número 4 de *Nummus*, o ilustre consócio Snr. Coronel Mário Ramires refere-se ao conhecimento que teve deste achado, pedindo achegas para o seu esclarecimento.

Tendo pretendido estabelecer correspondência com o achador na ocasião em que o caso foi divulgado nalguns órgãos da imprensa diária, não o consegui. Pude, no entanto, fazê-lo com certo êxito por interposta pessoa dos arredores de Penamacor e colher posteriormente elementos de auxílio para tornar menos denso este «misterioso» achado. Não são eles, infelizmente, de molde a aclará-lo completamente, mas hão-de contribuir certamente para o tornar menos obscuro.

Em princípios de 1948, quando cavava o terreno, segundo julgo, António da Costa Azevedo, de Aldeia do Bispo, encontrou na «Barroca do Antero», também conhecida por «Barroca da Traquina», não longe da «Barroca do Ouro» e ambas nas proximidades da Carreira de Tiro de Penamacor, alguns denários romanos.

Transcrevo a maneira como o próprio, em carta que me dirigiu, descreve as condições em que fez o achado e o destino que lhe deu:

«As moedas estavam espalhadas no solo próximo de um penedo de metro e meio de altura. Eram ao todo 74 moedas, sendo vendidas 14 ao Sr. Filipe e mais 60 que me fizeram entregar na Câmara de Penamacor...».

Na notícia do acontecimento publicada então, talvez no jornal «O Século», figurava António Pedro, pai daquele, como autor da descoberta do tesouro, o que não corresponde à verdade, como me foi possível concluir, não só por correspondência que nessa época troquei com pessoa de Aldeia do Bispo, merecedora de todo o crédito, mas também pelo que consta do auto de entrega das 60 moedas na Câmara de Penamacor.

A mulher a quem se atribui o achado no comunicado feito no referido número de *Nummus*, deve ser a mãe do verdadeiro achador, pessoa que inicialmente promoveu a venda dos denários.

Além destes 74 denários, foram achados no mesmo local, por soldados da Carreira de Tiro, mais 5, que entregaram ao oficial Director da Carreira.

Há, portanto, indicações seguras de terem sido encontrados 79 denários. Constituirão eles a totalidade do tesouro? É de crer que não, porquanto,

confrontando os numismas descritos no número 4 de *Nummus* com os que adiante se classificam, verifica-se faltarem alguns denários consulares, mesmo levando em conta três exemplares que levaram caminho da Câmara, os quais por esse motivo não puderam ser classificados.

Para mim, pelas diligências efectuadas, é ponto assente que o «grosso» do tesouro foi descoberto pelo António da Costa Azevedo e que outras pessoas conhecedoras do facto rebuscaram o terreno e encontraram mais algumas moedas. A não ser que outro ou outros tesouros fossem encontrados quase ao mesmo tempo no mesmo ou noutro local próximo, hipótese não muito realizável mas de considerar.

Os 14 denários vendidos pelo achador vieram parar à minha colecção.

A localização dos denários inventariados era, em resumo, a seguinte:

Na Câmara de Penamacor.....	57
Em poder do Ex. ^{mo} Sr. Capitão José Esteves Robalo Cordeiro...	5
Na minha colecção.....	14
	76

CLASSIFICAÇÃO

A) — Denários Consulares

Sem marca monetária.....	- Bab. 5 (Vol. I, pág. 40)	1 exemplar
Anónimo	- » 176.....	1 »
Anónimo	- » 226.....	1 »
Família AEMILIA	- » 10.....	3 »
» ANTONIA	- » 1.....	2 »
» ANTIA	- » 1.....	1 »
» CARISIA	- » 4.....	1 »
» CIPIA	- » 1.....	2 »
» CLAUDIA	- » 15.....	1 »
» COILIA	- » 3.....	1 »
» CONSIDIA	- » 2.....	2 »
» CORNELIA	- » 28.....	1 »
» CORNELIA	- » 63.....	1 »
» CREPUSIA	- » 1.....	1 »
» FULVIA	- » 1.....	1 »
» JULIA	- » 9.....	1 »
» JULIA	- » 10.....	1 »
» JULIA	- » 11.....	1 »
» LICINIA	- » 18.....	1 »
» LIVINEIA	- » 10.....	1 »
» LOLLIA	- » 1.....	1 »
» LUCRECIA	- » 2.....	1 »
» MARCIA	- » 28.....	1 »
» MUSSIDIA	- » 4.....	1 »
» NAEVIA	- » 6.....	1 »
» PAPIA	- » 1.....	1 »

Família	PLAUTIA	- Bab.	14.....	1	exemplar
»	POMPEIA	- »	9.....	1	»
»	POMPEIA	- »	22.....	1	»
»	POMPEIA	- »	27.....	1	»
»	PORCIA	- »	10.....	1	»
»	POSTUMIA	- »	9.....	1	»
»	POSTUMIA	- »	13.....	1	»
»	POSTUMIA	- »	14.....	1	»
»	PROCILIA	- »	2.....	1	»
»	ROSCIA	- »	1.....	1	»
»	RUTILIA	- »	1.....	1	»
»	SCRIBONIA	- »	8.....	2	»
»	TITIA	- »	1.....	1	»
»	TITINIA	- »	7.....	1	»
»	VIBIA	- »	1.....	1	»
»	VOLTEIA	- »	3.....	1	»

48

B) — *Denários Imperiais**MARCO ANTÓNIO*

Legião II	- Cohen	27.....	1	exemplar
Legião VIII	- »	35.....	1	»
Legião XV	- »	47.....	1	»
Legião XVII	- »	49.....	1	»
Legião XXI	- »	58.....	1	»

OCTAVIO AUGUSTO

Cohen	51	2	exemplares		Cohen	208	1	exemplar
»	97	1	»		»	262	1	»
»	122	1	»		»	265	1	»
»	124	1	»		»	280	1	»
»	137	7	»		»	321	1	»
»	144	2	»		»	397	1	»
»	146	1	»		»	406	1	»
»	198	1	»						

Resumo: Denários Consulares 48

Denários Imperiais 28

Soma..... 76

A maior parte destas considerações foram baseadas em elementos fornecidos obsequiosamente há cerca de um ano, nomeadamente a classificação das moedas existentes na Câmara de Penamacor e na posse do Director da Carreira de Tiro, pelo Ex.^{mo} Tenente-coronel Júlio Rodrigues da Silva, ao tempo Presidente do Município daquela Vila, a quem aqui deixo expresso o maior reconhecimento por ter tornado possível esta comunicação.

NOVAS MEDALHAS

Por ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Mais medalhas do escultor João da Silva ilustram brilhantemente este número de NVMMVS e documentam valiosamente a actividade fremente deste ilustre medalheiro português, que, não sendo jovem na idade, consegue rejuvenescer a arte das medalhas em Portugal.

Não vale a pena tentar descrever estas pequenas maravilhas de arte, tão impregnadas desse fluido imponderável que embeleza a vida, pois que a simples imagem, impressa nestas páginas, nos atrai a atenção e prova o seu real valor. Que me desculpe o ilustre escultor português o uso que faço dos seus preciosos trabalhos, belos em qualquer parte do Mundo, para de vez em quando chamar a atenção dos leitores para a arte da medalha em Portugal.

A obra de João da Silva impõe-se-nos não só pela variedade dos motivos, como também por uma grande probidade artística, como se verifica ao examinarmos, aqui, este notável retrato do sábio Prof. Egas Moniz, gravado com tanta coerência e autoridade, como só um Mestre seria capaz de o fazer. Modelado com sobriedade, com toda a rigorosa técnica, que a longa vida artística do singular Mestre medalheiro lhe permite, foi tratado, também, com um certo naturalismo de profundidade, um naturalismo que, sem desprezar a semelhança exterior, superficial, das feições, mergulha especulativamente nos domínios do espírito e coalha em bronze os sentimentos nobres, a vida interior do retratado.

Egas Moniz, conquistador glorioso do Prémio Nobel para Portugal, bem mereceu que João da Silva lhe erguesse este imperecível monumento metálico, testemunho, através do tempo, das diligências e esforços do maior neurologista do século, génio da Medicina Contemporânea e honra do nosso Portugal.

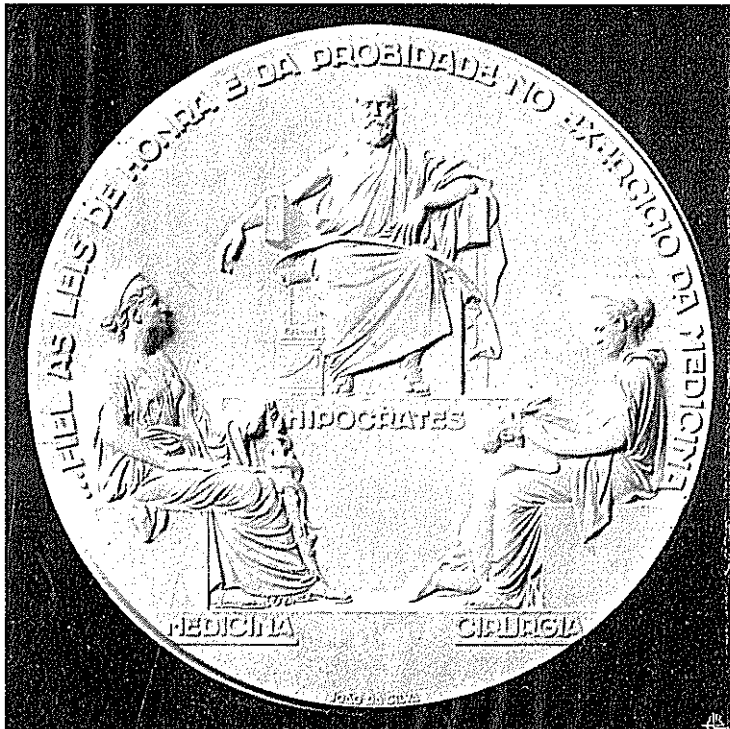
As restantes medalhas, aqui reproduzidas, tratam respectivamente:

- a 1.^a — da inauguração do Hospital Escolar de Lisboa, hoje denominado de Santa Maria, no 25.^o ano do Governo de Salazar, 27-4-53;
- a 2.^a — do I Congresso da Marinha Mercante Nacional, 10-8-1945.

Qualquer delas honra a medalhística nacional e surpreende-nos pela grandiosidade e exactidão dos planos, pela riqueza dos conjuntos, por uma impressão clara e justa dum trabalho digno e exemplar.











AS MEDALHAS DA ARRÁBIDA

Por ANTÓNIO F. TEIXEIRA

São poucas, muito poucas mesmo, as medalhas que se conhecem relativas a Setúbal, ou alusivas a factos da sua história.

Ao que supomos, são as medalhas emitidas por ocasião dos festejos em honra de N.^a Sr.^a da Arrábida as únicas nestas circunstâncias, as quais se revestem, portanto, de especial interesse, dado até que constituem hoje uma raridade.

De facto, poucos exemplares se conhecem actualmente destas medalhas, emitidas por certo em reduzido número.

Temos na nossa colecção três dessas medalhas e, embora escasseiem elementos para uma perfeita e rigorosa identificação, tudo permite admitir que elas tenham sido emitidas em anos sucessivos, sempre coincidindo com a celebração daquelas festas.

A iniciativa dessas emissões deve ter partido da comissão promotora das festas, a que presidia José Maria da Rosa Albino, o grande enamorado dessa maravilha da paisagem portuguesa que é a Arrábida e, sendo assim, podemos calcular que tenham sido emitidas entre 1890 e 1900.

As investigações realizadas não nos permitiram determinar mais que as três já indicadas, pelo que supomos que, depois desses três anos, se não tenha continuado com tal prática.

Nenhuma delas indica data, mas foram sem dúvida emitidas por aquela época, altura em que as festividades atingiam maior esplendor.

Para devida elucidação, passamos a descrever as suas características.

1.^a MEDALHA

Módulo em milímetros — 28

Anv.^o — A fachada do Convento da Arrábida.

Rev.^o — No campo, os dizeres: *Recordação das Festas d'Arrábida — Setúbal*, circundados por uma coroa de louros.

2.^a MEDALHA

Módulo em milímetros — 28

Anv.^o — No campo, a imagem de N.^a Sr.^a da Arrábida, tendo por baixo os dizeres: *N.^a S.^a da Arrábida*.

Rev.^o — *Recordação dos Festejos da Arrábida — Setúbal*.

3.ª MEDALHA

Módulo em milímetros — 24

Anv.º — Imagem de N.ª Sr.ª da Arrábida, circundada de estrelas e dos dizeres: *Nossa Senhora d'Arrábida — Setúbal.*

Rev.º — Pórtico do Convento de Jesus, circundado de estrelas e dos dizeres: *Pórtico de Jesus — Setúbal.*

São todas em liga de alumínio.

As duas primeiras são redondas, mas a terceira apresenta 4 recortes salientes, reproduzidos no campo.

Ficam estas medalhas a atestar um passado de brilhantismo desses festejos, que através delas se recorda.

UMA MOEDA, COMO PROVA DO COMÉRCIO PORTUGUÊS

Foi identificada uma das moedas que o sexagenário Russell Johnson desenterrou na parte de trás do jardim da sua casa de Belvedere Road, em Salisbury.

É uma meia-tanga da Índia Portuguesa, cunhada em Goa em data situada entre os anos de 1828 e 1834, quando reinava em Portugal o Rei Miguel. A tanga era equivalente em valor à «anna» contemporânea. A moeda, a maior das duas que Russell encontrou, é de cobre. O mais baixo peso anteriormente registado para uma meia-tanga era de 321 grãos, mas esta pesa só 305.

Parte do seu desenho desapareceu. Num dos lados há traços do brasão de armas português, coroado, sem lauréis, e no outro vestígios das letras AP e por baixo delas um T, significando *tanga*. O sinal 1/2 está obliterado. Uma grinalda, de que sòmente uma parte é visível, envolve as letras. A moeda foi identificada por um indivíduo de Salisbury, que tem uma colecção de moedas e a bibliografia a elas respeitante. Este supõe que a moeda em causa deve ter sido trazida para o interior por um viajante goês, talvez negociante de Moçambique, décadas antes de Salisbury ter sido fundada pela Coluna de Pioneiros — o que é, portanto, uma prova valiosa da anterior penetração portuguesa no interior. A moeda mais pequena tem todos os seus sinais apagados, pelo que não foi possível identificá-la.

Salisbury (Rodésia do Sul), 5 de Junho de 1955.

Dr. Gaspar Bosh da Graça
(Repórter do «Sunday Mail»)

MOEDAS DE ANGOLA

A Portaria n.º 8.288, publicada no *Boletim Oficial de Angola*, n.º 37, de 16 de Setembro de 1953 (1.ª série), põe em circulação, a partir de 21 de Setembro de 1953, 3.514.000\$00 de moedas metálicas de 1 *angolar* e de 50 *centavos*, da emissão autorizada pelo Decreto n.º 38.695, de 22 de Março de 1952.

A Portaria n.º 8.360, publicada no mesmo *Boletim*, n.º 46, de 18 de Setembro de 1953 (1.ª série), manda pôr em circulação, a partir de 16 de Setembro de 1953, 15.000.000\$00 de moedas metálicas de 2\$50, da emissão autorizada pelo Decreto n.º 38.695, de 22 de Março de 1952.

A Portaria n.º 8.567, publicada no *Boletim* n.º 20, suplemento, de 22 de Maio, põe em circulação, a partir de 24 de Maio de 1954, mais 5.859.000\$00 de moedas metálicas do valor facial de \$50.

Pena é que seja tão difícil, para os coleccionadores, conseguir moedas ultramarinas.

A Casa da Moeda, a Agência Geral do Ultramar ou o Banco Ultramarino bem podiam resolver esta incompreensível dificuldade. Haja em vista o que sucede com os selos postais, facilimos de adquirir, logo que são emitidos.

Verdade seja que as recentes moedas ultramarinas devem ser das artisticamente mais feias e decadentes de toda a nossa série monetária. E os selos, agora, há-os lindíssimos.

MOEDA CIRCULANTE EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Segundo o relatório, para 1948-1951, do Sr. Governador Carlos S. Gorgulho, pág. 314, a moeda metálica que circulou naquela Província, foi:

em 1948	1.280.000\$00
em 1949	1.685.000\$00
em 1950	1.873.000\$00
em 1951	1.940.000\$00

É curioso notar que a circulação da moeda metálica, nestes anos, não acompanhou as oscilações da circulação de notas.

Segundo o mesmo Relatório, «o movimento da moeda em circulação acompanha o da importação para consumo, principal elemento do comércio interno».

MOEDAS DE MOÇAMBIQUE

A Portaria n.º 10.092, publicada no *Boletim Oficial de Moçambique*, n.º 47, de 21 de Setembro de 1953 (1.ª série), marca o prazo de 3 meses para se proceder à recolha e troca de moedas de prata de 10\$00 e de 5\$00, mandadas cunhar por Decretos de 16 de Agosto de 1934, de 7 de Maio de 1938 e de 4 de Abril de 1949.

A Portaria n.º 10.306, publicada no *Boletim* n.º 8, em 20 de Fevereiro de 1954, prorroga o prazo supra até 31 de Março de 1954, e dá nova redacção ao Art.º n.º 5 daquela Portaria.

A Portaria n.º 10.488, publicada no *Boletim Oficial de Moçambique*, n.º 30, de 24 de Julho de 1954 (1.ª série), fixa até ao dia 30 de Setembro de 1954 o prazo estabelecido no Art.º n.º 1 da Portaria n.º 10.092, de 21 de Setembro de 1953, para a recolha e troca de moedas de prata de 10\$00 e 5\$00 pelo Banco Ultramarino e Recebedorias da Fazenda.

A MOEDA NO ULTRAMAR

Sobre a história e usos da Moeda no Ultramar, e designadamente em Angola, há dois parágrafos muito interessantes no livro *Os Nativos na Economia Africana*, de Marcelo Caetano, págs. 101 e seguintes.

Em uma nota, cita, sobre a História Monetária do Ultramar, Vicente Ferreira, *Estudos Ultramarinos*, Vol. I, págs. 80 e 277.

Vale a pena lerem-se.

RECTIFICAÇÃO

Por lapso dos revisores, na secção *Informações bibliográficas* do n.º 9 de «*Nummus*», as duas páginas de crítica que publicámos sobre duas valiosas traduções do Dr. Luís Pinto Garcia, apareceram sem a assinatura do seu Autor, o Snr. Dr. Juiz José de Barros. Como esta prosa não deve renegar o Autor dos seus dias, aqui fazemos a rectificação e aqui pedimos desculpa a ele e a todos os que notaram a grave falta.

Igualmente rectificamos o nome do sócio honorário falecido, Snr. Dr. Carlos Ary Gonçalves dos Santos, e o sócio n.º 191, Snr. João B. C. Robertson, que, o primeiro na secção *Obituário* e o segundo na secção *Vida Social* — apareceram inexplicavelmente modificados.

VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SÓCIOS EFECTIVOS

Admitidos no quadrimestre Agosto-Dezembro de 1955

- N.º 206 — Dr. João Emiliano dos Santos Paul — Verificador das Alfândegas do Ultramar (Moçambique).
N.º 207 — António Augusto Lopes Almeida de Morais — Estudante (Coimbra).
N.º 208 — Dr. Herbert A. Cahn (Suíça).
N.º 209 — Leonildo Soares Rosa — Delegado de propaganda farmacêutica (Troviscal).
N.º 210 — Dr. José Joaquim Pereira de Lima — Médico (Lavadores — Vila Nova de Gaia).
N.º 211 — Abílio Rodrigues de Sousa Sampaio — Agente técnico de engenharia (Porto).
N.º 212 — José António dos Santos Catita — Comerciante (Lisboa).

SÓCIO QUE PEDIU A DEMISSÃO

- N.º 209 — Leonildo Soares Rosa (Troviscal).

BIBLIOTECA DA S.P.N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Obtidas por intercâmbio:

DO GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE — CAMARA MUNICIPAL DO PORTO:

— *Ferros forjados do Porto*

— *Boletim cultural*: Vol. XVIII, Fasc. 1 e 2.

DA SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE ESTUDIOS NUMISMATICOS

— *Madrid*:

— *Numisma (Revista Trimestral)*: Ano V — 1955 — N.º 14 e 15.

DA INSTITUCIÓN «PRINCIPE DE VIANA», de Pamplona — *Espanha*:

— *Príncipe de Viana*: Ano XVI (4.º trim. de 1955), n.º LIX.

De B. A. SEABY, LTD. — *Londres*:

— *Roman Silver Coins*: Vol. II, Part. 2.

DO ARCHIVO ESPAÑOL DE ARQUEOLOGIA:

— *Bol. n.º 88* — 2.º semestre de 1953 — XXVI.

DO ISTITUTO ITALIANO DI NUMISMATICA:

— *Annali* — Roma, MCMLV.

DE OSCAR RINALDI:

— *Italia Numismatica (Revista mensal)*:

N.º de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1955.

Oferta:

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO — *Compostela, 1955.*

— *Discurso inaugural do Prof. Dr. Alvaro Ors Pérez lido na abertura do curso académico de 1955-1956.*

ÍNDICE

DOS NÚMEROS DO 3.º VOLUME

N.º 8, Abril de 1955 — N.º 9, Agosto de 1955 — N.º 10, Dezembro de 1955

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

A

	N.ºs	Págs.
<i>Achados numismáticos — Achado de Penamacor</i> (Vária) — ENG. FERREIRA		
GAMBETTA	10	201-203
<i>À memória de El-Rei D. Luís I</i>	8	2
<i>Autenticidade ou contrafacção?</i> — DR. JOAQUIM FRONTEIRA	10	151-154

B

<i>Biblioteca da S. P. N.</i> (Vária)	8	72
<i>Biblioteca da S. P. N.</i> (Vária)	10	210

C

<i>Capas para «NVMMS»</i> (Vária — Noticiário)	8	71
<i>Cartões de identidade</i> (Vária — Noticiário)	8	71
<i>Casa (A) da Moeda da Cidade do Porto em 1833</i> — (Vária) ALEXANDRE FERREIRA BARROS	9	135-136
<i>Casa da Moeda da Vila da Cachoeira</i> — KURT PROBER	10	162-172
<i>Catálogo das fichas da Madeira</i> — TEN. AGOSTINHO BARRADAS	8	34-53
<i>Catálogos de venda de moedas, recebidos na S. P. N.</i> (Vária — Noticiário)	8	71
<i>Comissão de Numismática e Sigilografia da Associação dos Arqueólogos Portugueses — Extractos das Sessões</i> (Vária)	8	59-62
<i>Comissão de Numismática e Sigilografia da Associação dos Arqueólogos Portugueses — Extractos das Sessões</i> (Vária)	9	137-139
<i>Contos para contar</i> — ENG. PAULO FERREIRA DE LEMOS	9	94-121
<i>Cruzetas de cobre — Rectificação</i> (Vária)	8	66
<i>Curiosidade numismática</i> (Vária) — RAUL SOARES DUQUE	8	57-58

	N.os	Págs.
D		
<i>Dados estatísticos da Casa da Moeda (Vária)</i>	8	63
E		
<i>Elmos (Os) germânicos no figurado das moedas visigodas — WILHELM REINHART</i>	10	157-161
<i>Emblema da S. P. N. (Vária — Noticiário)</i>	8	70
<i>Ensayo sobre la evolución comercial y monetária en Byzancio (continuação) — DR. ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS COMNENO ...</i>	8	11-17
<i>Ensayo sobre la evolución comercial y monetária en Byzancio (continuação) — DR. ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS COMNENO ...</i>	10	173-197
<i>Exposição (A) sobre figuras e panoramas da Medicina de outros tempos no Hospital de São José, e a primeira medalha de homenagem a Sousa Martins — DR. ROCHA SOUTO</i>	9	122-134
G		
<i>Grosso (Um) de D. Afonso V com os escudos de armas de Portugal e de Castela e Leão, com a letra P sobre cada um — ENG. RAUL DA COSTA COUVREUR</i>	10	155-156
I		
<i>Índice do 3.º volume</i>	10	211-215
<i>Informações bibliográficas (Vária)</i>	8	68-71
<i>Informações bibliográficas (Vária)</i>	9	141-143
L		
<i>Limpeza (A) de moedas de prata por electrólise (Vária) — AUGUST BINKERT</i>	10	198-200
M		
<i>Mais variantes inéditas de moedas portuguesas da 4.ª dinastia (Vária) — CORONEL MÁRIO RAMIRES</i>	8	54-57
<i>«Maluco» (O), moeda de emergência (Vária) — CARLOS FERNANDO DE SOUSA SANTOS</i>	9	136-137
<i>Maria (D.) dos Prazeres de Faro Barros (Vária — Noticiário)</i>	8	70
<i>Medalhas (As) da Arrábida (Vária) — DR. ANTÓNIO FRANCISCO TEIXEIRA</i>	10	205-206

	N.os	Págs.
<i>Moeda circulante em S. Tomé e Príncipe</i> (Vária)	10	207
<i>Moeda (Uma) como prova do comércio português</i> (Vária) — DR. GASPAR BOSH DA GRAÇA	10	206
<i>Moeda inédita da Companhia do Niassa</i> — DR. PEDRO BATALHA REIS ...	10	147-150
<i>Moeda (A) no Ultramar</i> (Vária)	10	208
<i>Moedas da África Oriental Portuguesa</i> (Vária — Noticiário)	8	70
<i>Moedas de Angola</i> (Vária)	10	207
<i>Moedas de Moçambique</i> (Vária)	10	208
<i>Moedas religiosas em Portugal</i> — DR. LUÍS CHAVES	8	18-33

N

<i>Novas medalhas</i> (Vária) — ALEXANDRE FERREIRA BARROS	8	64-66
<i>Novas medalhas</i> (Vária) — ALEXANDRE FERREIRA BARROS	10	204
<i>Nova Tipografia</i> (Vária — Noticiário)	8	70
<i>Numária medieval portuguesa</i> — ENG. J. FERRARO VAZ	8	3-10

O

<i>Obituário</i> (Vária)	9	144
---------------------------------	---	-----

R

<i>Rectificação</i> (Vária)	10	208
------------------------------------	----	-----

T

<i>Tesouro (O) de «Antoninianos» das Fragas do Piago</i> — CORONEL MÁRIO RAMIRES	9	75-93
---	---	-------

V

<i>Vida Social</i> (Vária)	8	67
<i>Vida Social</i> (Vária)	9	140
<i>Vida Social</i> (Vária)	10	209

INDICE DOS AUTORES

B

BARRADAS (TEN. AGOSTINHO) — <i>Catálogo das fichas da Madeira</i>	8	34-53
BARROS (ALEXANDRE FERREIRA) — <i>Novas medalhas</i> (Vária)	8	64-66
BARROS (ALEXANDRE FERREIRA) — <i>Novas medalhas</i> (Vária)	10	204
BARROS (ALEXANDRE FERREIRA) — <i>A Casa da Moeda da Cidade do Porto em 1833</i> (Vária)	9	135-136
BARROS (DR. JOSÉ DE) — <i>Informações bibliográficas</i> (Vária)	8	68-69
BARROS (DR. JOSÉ DE) — <i>Informações bibliográficas</i> (Vária)	9	141-142
BINKERT (AUGUST) — <i>A limpeza de moedas de prata por electrólise</i> (Vária)	10	198-200

C

	N.ºs	Págs.
CHAVES (DR. LUÍS) — <i>Moedas religiosas em Portugal</i>	8	18-33
COMNENO (DR. ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS) — <i>Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio</i> (Continuação) ...	8	11-17
COMNENO (DR. ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS) — <i>Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio</i> (Continuação) ...	10	173-197
CORTEZ (DR. RUSSELL) — <i>Informações bibliográficas</i> (Vária)	8	68
COUVREUR (ENG. RAUL DA COSTA) — <i>Um grosso de D. Afonso V com os escudos de armas de Portugal e de Castela e Leão, com a letra P sobre cada um</i>	10	155-156

D

DUQUE (RAUL SOARES) — <i>Curiosidade numismática</i> (Vária)	8	57-58
---	---	-------

F

FRONTEIRA (DR. JOAQUIM) — <i>Autenticidade ou contrafacção?</i>	10	151-154
--	----	---------

G

GAMBETTA (ENG. FERREIRA) — <i>Achado de Penamacor</i> (Vária)	10	201-203
GARCIA (DR. LUÍS PINTO) — <i>Informações bibliográficas</i> (Vária)	9	142-143
GRAÇA (DR. GASPAR BOSH DA) — <i>Uma moeda, como prova do comércio português</i> (Vária)	10	206

L

LEMONS (ENG. PAULO FERREIRA DE) — <i>Contos para contar</i>	9	94-121
--	---	--------

P

PROBER (KURT) — <i>Casa da Moeda da Vila da Cachoeira — 1823</i>	10	162-172
---	----	---------

R

RAMIRES (CORONEL MÁRIO) — <i>Mais variantes inéditas de moedas portuguesas da 4.ª dinastia</i> (Vária)	8	54-57
RAMIRES (CORONEL MÁRIO) — <i>Informações bibliográficas</i> (Vária)	8	69-70
RAMIRES (CORONEL MÁRIO) — <i>O Tesouro de «Antoninianos» das Fragas do Piago</i>	9	75-93

	N.os	Págs.
REINHART (WILHELM) — <i>Os elmos germânicos no figurado das moedas visigodas</i>	10	157-161
REIS (DR. PEDRO BATALHA) — <i>Moeda inédita da Companhia do Niassa</i> ...	10	147-150

S

SANTOS (CARLOS FERNANDO DE SOUSA) — <i>O «Maluco», moeda de emergência (Vária)</i>	9	136-137
SOUTO (DR. ROCHA) — <i>A exposição sobre figuras e panoramas da Medicina de outros tempos, no Hospital de São José, e a primeira medalha de homenagem a Sousa Martins</i>	9	122-134

T

TEIXEIRA (DR. ANTÓNIO FRANCISCO) — <i>As medalhas da Arrábida (Vária)</i>	10	205-206
---	----	---------

V

VAZ (ENG. J. FERRARO) — <i>Numária medieval portuguesa</i>	8	3-10
---	---	------

ACABOU DE SE IMPRIMIR AOS 20 DE DEZEMBRO DE 1956 NA
TIPOGRAFIA MODESTA — R. DOS CALDEIREIROS, 43 — PORTO

